Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Francisco Phelipe Cunha Paz

Retalhos de Sabença: ofícios, saberes e modos de fazer dos Mestres e artífices da construção tradicional em Natividade - Tocantins

Rio de Janeiro

2013

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Francisco Phelipe Cunha Paz

Retalhos de Sabença: ofícios, saberes e modos de fazer dos Mestres e artífices da construção tradicional em Natividade - Tocantins

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientador: Profª. Drª. Márcia Sant'Anna
Co-orientador e Supervisor: Ms. Eric Ferreira Souza

Rio de Janeiro

2013

O objeto de estudo dessa Dissertação foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN em Tocantins.

P348r Paz, Francisco Phelipe Cunha.
Retalhos de sabença: ofícios, saberes e modos de fazer dos mestres e artífices da construção tradicional em Natividade – Tocantins / Francisco Phelipe Cunha Paz – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013.

196 f.: il.

Orientadora: Márcia Genésia de Sant'Anna

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2013.

1. Patrimônio cultural. 2. Ofícios e saberes tradicionais. 3. História – Memória – Natividade. I. Sant'Anna, Márcia Genésia de. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.
CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Francisco Phelipe Cunha Paz

Retalhos de Sabença: ofícios, saberes e modos de fazer dos Mestres e artífices da construção tradicional em Natividade – Tocantins

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2013.

Banca examinadora

Prof. Dra. Márcia Genésia de Sant'Anna (orientadora)

Professora Dra. Analucia Thompson – PEP/MP/IPHAN

Prof. Dra. Maria Cecília Londres Fonseca– Conselho Consultivo do IPHAN

RESUMO

PAZ, Francisco Phelipe Cunha, **Retalhos de Sabença:** Ofícios, saberes e modos de fazer dos Mestres e artífices da construção tradicional em Natividade – Tocantins. 2012 Mestrado Profissional do Programa de Especialização em Preservação do Patrimônio – PEP/MP/IPHAN. Rio de Janeiro, 2012. 180f.
Orientadora: Prof. Dr. Márcia Sant'Anna PEP/MP/IPHAN

Esta dissertação se construiu a partir de um diálogo interdisciplinar entre a história, a arquitetura e a antropologia a fim de sanar uma demanda interna da Superintendência do Tocantins, do IPHAN, na busca de identificar e descrever os ofícios, os modos de fazer e as técnicas construtivas da construção tradicional de Natividade no estado do Tocantins que, por sua vez, tem a terra, a pedra, a madeira e o ferro como elementos principais de suas atividades. A partir das edificações e ruínas que compõem o núcleo urbano tombado, das memórias dos mestres tradicionais que guardam informações acerca dos processos técnicos, busca-se evidenciar o que existe de permanências, transformações e perdas nas técnicas e modos de fazer originários dos processos construtivos dos séculos XVIII e XIX. Evidenciando os processos históricos para termos uma maior compreensão do surgimento, do desenvolvimento e do perfil da mão-de-obra especializada na construção, bem como os seus processos de aprendizagem, organização e sua importância na vida econômica e social da região. Além de promover reflexões sobre a importância de promoção de um retorno às técnicas e materiais tradicionais, e dos seus mestres nas obras de restauro e na produção de moradias populares de baixo custo ou mesmo na produção de uma arquitetura sustentável para a preservação dos ofícios tradicionais.

Palavra – Chave: Ofícios e Saberes Tradicionais; Patrimônio Cultural; História-Memória - Natividade

ABSTRATC

PAZ, Francisco Phelipe Cunha, **Retails of Wisdom**: Crafts, knowledge and ways of making the construction of Master traditional craftsmen in Natividade - Tocantins. 2012 Professional Mastering Program Specialization in Heritage Preservation - PEP / MP / IPHAN. Rio de Janeiro, 2012. 180f.

Advisor: Dr. Márcia Sant'Anna PEP / MP / IPHAN

This dissertation was composed since an interdisciplinary dialogue within the history, architecture and anthropology in order to remedy a domestic demand of the Superintendent of IPHAN in Tocantins State, in order to identify and describe the craft (trade), ways of making the traditional construction of Natividade -TO. From the ruins and buildings that make up the urban core listed, the memories of the traditional masters, that hold information about the technical processes, it is sought to highlight the state of permanence, transformation and loss in the techniques and ways of doing constructive processes originating in the 18th and 19th centuries. The historical processes are highlighted in order to have a greater understanding of the appearing, development and profile of skilled labor, their learning processes, organization and their importance in economic and social life of the region. Besides promoting reflections on the importance of the promotion of a return to the techniques and traditional materials and valorization of their masters, together with the restoration, production of low-cost housing or even the production of sustainable architecture, contributing to the preservation of traditional crafts building.

Keywords: Crafts and Traditional Knowledge, Cultural Heritage, History, Memory - Natividade

AGRADECIMENTOS

Na construção de um (des) caminho na vida, mais uma etapa e mais uma batalha vencida frente a esta sociedade cruel, racista e preconceituosa que, aos seus filhos negros e negras, teima em querer reeditar finais tristes e derrotados.

Com as bênçãos dos meus antepassados, dos meus orixás, santos e caboclos, sob a vigia de Nossa Senhora de Nazaré, a mãe da Amazônia, eu coloco um ponto final neste ciclo.

Deixo cordialmente os meus sinceros e verdadeiros agradecimentos a minha mãe, Maria das Dores Cunha Paz e a minha irmã, Simone Cunha Paz, a grande razão de tudo.

Agradecer também às pessoas, os momentos, os sons, os cheiros e as imagens que ajudaram a construir essa pesquisa.

Agradecer especialmente a minha orientadora Márcia Sant'Anna que, prontamente, aceitou o convite e o desafio da orientação, pessoalmente foram poucos encontros, talvez dois, mas sempre ricos de ensinamentos e reflexões teóricas sobre o tema e a pesquisa. Ao Eric Ferreira Sousa, pelas grandes contribuições de leituras e de debates sobre a formação do Brasil, o fazer historiográfico e às provocações de outrora.

Agradecer ao Roniglese, meu primeiro supervisor no programa PEP e quem muito colaborou na construção da pesquisa.

Agradeço aos meus professores do programa de Mestrado-PEP, pelas aulas, pelos debates e discussões que, com certeza, forjaram rumos e reflexões para a minha pesquisa e minha trajetória profissional. Aos professores que contribuíram bastante na sessão de qualificação, Luciano Leite, Márcia Chuva e Lia Motta.

Agradecer a toda equipe do Arquivo Noronha Santos, em nome do Prof. Hilário Filho, pelas ajudas na pesquisa por entre as desvairadas memórias escritas do IPHAN. Ao Jean Bastardis e Ana Neves, colegas de turma que inseridos diariamente no acervo do ANS me ajudaram indicando caminhos dentro do arquivo e em outros momentos fotografando e me repassando documentações sobre Natividade. E agradecer à Andréa, colega de turma que me ajudou na montagem e produção de mapas cartográficos.

Agradecer a cumplicidade e paciência dos amigos mais próximos pela falta de humor e atenção. Agradecer Flávia Quirino a quem devo parte desse trabalho, pela ajuda, paciência, carinho e cuidado.

Agradecer as Superintendências do IPHAN no Tocantins e no Pará pela oportunidade do aprendizado, agradecer à COPEDOC e à coordenação do PEP-MP pela ajuda necessária à Turma-2010.

Agradecer à Fundação Darcy Ribeiro pelo financiamento do pesquisador e, consequentemente, da pesquisa.

E por último, agradecer aos meus interlocutores que me receberam, me ouviram e me segredaram partes de suas vidas. Fica meu agradecimento ao Mestre Toin, Mestre Biluca (in memorian), Mestre Belarmino, Mestre Tinda, Mestre João Riel, Mestre Zé de Almeida por todo aprendizado que vocês me permitiram.

Sumário

Sumário.....08
Introdução.....10

CAPÍTULO 1 – Casa, choça e choupana: os modos de construir e morar nas primeiras ocupações do território de Natividade.....17

1.1 - "A colônia de costas para o mar": as novas minas da região dos Goyazes e a ocupação do interior do Brasil.....17
1.2 - **"**Como arraial nasceu como vila floresceu".....50
1.3 - Mestres, oficiais mecânicos e artífices em Goiás e Natividade do XVIII e XIX.....65

CAPÍTULO 2 – Retalhos de Sabença: memória e tradição dos Mestres, ofícios e técnicas da construção tradicional.....72

2.1 – Os ofícios da memória.....72
2.2 – Construindo casas e construindo ofícios: As memórias de Mestres e aprendizes.....81
2.2.1 – Os ofícios.....95
2.2.2 – As ferramentas.....97
2.2.3 – A Casa Nativitana.....100
2.4 – Os sistemas construtivos tradicionais nativitanos.....103
2.5- Ofícios, técnicas e saberes com a terra e a pedra.....104
2.6- Ofícios, técnicas e saberes com a madeira.....125
2.7- Ofícios, técnicas e saberes com o metal.....133

CAPÍTULO 3 – A patrimonialização do saber-fazer da construção tradicional nativitana......140

3.1 – O IPHAN e a patrimonialização dos saberes e modos de fazer da construção tradicional.....140
3.2 - Preservação das técnicas construtivas tradicionais: restauro, arquitetura sustentável e habitações populares.....149
3.3 – Ofícios e sistemas construtivos tradicionais, patrimônio cultural e desenvolvimento socioeconômico.....160

CONSIDERAÇÕES FINAS.....166
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....173
ANEXOS.....180

“Eu escrevo para os que não podem me ler. Os de baixo,
os que esperam há séculos na fila da história,
não sabem ler ou não tem com o quê”.

(Eduardo Galeano – Livro dos abraços)

INTRODUÇÃO

Um homem comum, morador do campo, negro, quilombola, analfabeto, aos domingos não trabalhava para patrão algum e nesse dia se dedicava à sua roça e às suas atividades domésticas. Vaqueiro, batedor de palha, pescador, caçador, engenheiro e pedreiro quando necessário, mas quando interrogado de sua profissão, sempre repetia a mesma frase: "Sou um sertanejo, 'véi' e lavrador". Com o tempo percebi que profissão meu avô realmente não tinha, mas sabia fazer o mais difícil, sobreviver.

A morada do meu avô é hoje o lugar de parte das minhas memórias de infância e só aos poucos descobri que lá nasceram e moraram algumas de minhas escolhas futuras, como o gosto pela história, pela cultura popular e a vontade de revelar memórias esquecidas. Com a inspiração das memórias de meu avô passei a me interessar enquanto historiador pelos costumes, modos de vida, seus ofícios, sobre sujeitos e memórias que quando não esquecidas, são silenciadas e usurpadas do seu direito de continuar a fazer parte de uma história que é sua.

Estas memórias familiares me imergiram dentro de um universo de outros trabalhadores que tem na oralidade e no trabalho cotidiano (muitas vezes esquecidos ou desqualificados) a matéria-prima mais rica para um historiador que tenha efetivamente um compromisso com a função social deste campo do saber.

Com este propósito, há mais de 4 anos passei a me dedicar aos estudos e pesquisas sobre a cultura popular, participando do inventário de 21 comunidades quilombolas do Estado do Piauí e do inventário do Tambor de Crioula do Oeste dos Cocais piauiense, manifestações comum às comunidades quilombolas do norte do Estado.[1] Em 2010 decidi concorrer ao 5º Edital de seleção do Programa de Especialização em Patrimônio - PEP, oferecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. A vaga oferecida para a Superintendência do Tocantins unia duas de minhas grandes paixões: a História e as memórias de pessoas comuns.[2]

---

1 Nesses projetos exercia função de "aluno-pesquisador", participando ativamente das pesquisas de campo, preenchimento das fichas do INRC, elaboração de relatórios analíticos e responsável pelas filmagens das entrevistas e manifestações culturais inventariadas.

2 Ver mais de "pessoas comuns" em THOMPSOM, E. P. Costumes em comum. 1º ed. 3º reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A sensibilidade e a profundidade do projeto logo me encantaram. Narrar às memórias de Mestres, artífices e artesãos, além de mapear os ofícios das construções tradicionais seria extremamente desafiador. Percebia, ainda, neste projeto, uma realização profissional e muito pessoal. Podia, enfim, honrar as memórias de meu avô, narrando as de outros sertanejos e sertanejas, pessoas comuns que como ele foram e são parte das memórias dos lugares onde vivem ou viveram.

O projeto em sua versão primeira tinha como objetivo cobrir espacialmente os sítios de Natividade e Porto Nacional, duas cidades tombadas pelo IPHAN no Estado do Tocantins. Após a realização de uma pesquisa de campo preliminar, com o intuito de melhor definir os objetivos e as potencialidades dos sítios, resolvemos escolher como nosso recorte espacial somente a cidade de Natividade, pequena cidade do Sudeste tocantinense que surgiu no século XVIII como um dos primeiros e maiores arraias mineradores do antigo Norte Goiano[3] e que atualmente preserva um grande acervo da arquitetura do séc. XVIII e XIX, tendo seu centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1987.

Por conta do tombamento de parte de seu acervo arquitetônico, isto é, a agregação de valor patrimonial, nosso recorte de temática ficará focado nos ofícios e modos de fazer da construção tradicional que ali estão presentes, mas que, a este conjunto não se resume. É possível perceber os processos de ocupação que vem passando o território nativitano desde o século XVIII e a partir destes ofícios, destes modos de fazer, suas ferramentas, matérias-primas perceber a relação destes Mestres e trabalhadores com o meio ambiente que o cerca e como esses ofícios definiram e redefinem a paisagem cultural desta região.

Definiu-se então como o grande objetivo desta pesquisa identificar e enunciar os ofícios e modos de fazer da construção tradicional nativitana, atentando para as sedimentações do passado e principalmente para as mudanças e desafios impostos pelo tempo presente, que implicarão na construção de bases para a sua preservação e seu futuro.

Além de, a partir das ruínas e casas remanescentes do XVIII e XIX, e das memórias dos atuais Mestres e oficiais detentores de saberes e técnicas da construção, enunciar o que

[3] O atual estado do Tocantins é criado pela Constituição Federal de 1988, sendo desmembrado do estado de Goiás. A região acima do paralelo 13 e antes da criação do novo Estado era comumente chamada de "Norte Goiano".

existe de permanências e transformações nos ofícios e práticas construtivas popularmente difundidas nos séculos XVIII e XIX até os dias atuais.

Obviamente não há pretensões em encerrar os debates sobre os modos de construir e morar no Norte goiano do século XVIII e XIX, mas antes de tudo, esta pesquisa se constitui num esforço de entender as moradas, os materiais empregados, mão de obra, modos de morar, higiene e quais as relações que a vida na cidade ainda mantém com aspectos hoje proclamados como tradicionais.

Não há como negar todos os avanços que se teve sobre preservação da memória social desde a criação do decreto-lei 25 de 1937. Da mesma forma que não se esconde que os conceitos que informaram essas prática ao longo dos anos expropriaram parcela do população brasileira de fazer parte dessa memória, que não se reconhecia nos solares, nos casarões coloniais, nos sobrados urbanos da elite brasileira, nem mesmo nas igrejas barrocas. Nesse contexto, uma investigação histórica, ancorada em teorias culturalista, dos projetos construtivos e das técnicas utilizadas, pode proporcionar o contato com valores, hábitos, transformações técnicas e tecnológicas, adaptações ao meio socioambiental, e outros inúmeros fatores que caracterizam os bens culturais de uma sociedade.

Este trabalhou procurou adentrar pelos caminhos que Certeau (2004) tanto promovia, os caminhos de destreza, sagacidade e desvio que o ressurgimento das artes populares na modernidade industrial vem nos mostrando. Um trabalho de temática ainda pouco explorada no estado do Tocantins, com uma estrutura diferenciada, tentando aproximar cada vez mais a história, da antropologia e da etnografia, não sendo nem um trabalho clássico de história e muito menos um trabalho clássico de antropologia.

Penso que neste ponto os ensinamentos dos Mestres da cultura popular, temas e sujeitos desse trabalho, deixaram a sua contribuição para o pesquisador, o ensinaram a prática da mal-criação inventiva diante do saber.

Cecília Londres (2000) adiantava que conhecer “é o primeiro passo para proteger”, dizia ainda que a valoração de um bem ou uma prática cultural costuma emergir quando se supõem ou se concretiza a iminência da perda. Este trabalho surge para suprir a demanda interna da Superintendência do Tocantins que após uma grande reforma dos imóveis tombados na cidade de Natividade, descobriu que pouco se sabe sobre as técnicas da construção tradicional e, mas que isso, pouco se sabe das experiências e trajetórias dos

Mestres de obras que, fazendo uso das palavras de Lúcio Costa, guardaram sozinhos a "boa" tradição de construir.

Esse mapeamento proposto, das principais técnicas e ferramentas utilizadas na construção tradicional na cidade de Natividade, além de uma produção de conhecimento técnico sobre o assunto, é também uma valorização e um reconhecimento a esse saber fazer, aos seus detentores e, vem se alinhar com a proposta de um INRC das técnicas construtivas tradicionais que está em andamento nacionalmente.

Por técnicas construtivas tradicionais entende-se como sendo os processos e procedimentos de utilização de materiais, técnicas e saber-fazer da construção, transmitidos pelos costumes e práticas, narrativas e hábitos, passados de uma geração a outra.

Assim estruturamos a pesquisa em 3 capítulos, que se complementam e se transbordam. Tentando formar uma narrativa que conseguisse criar no leitor a sensação de clareza, para que ele pudesse visualizar de forma rápida, mas eficiente, Natividade dentro do contexto Brasil colônia, a sua formação espacial e social e só então, apresentarmos as memórias e a tradição dos Mestres e artífices e os processos de transformações e permanência dos seus fazeres.

No primeiro capítulo, intitulado "**Casa, choça e choupana:** os modos de construir e morar nas primeiras ocupações do território de Natividade." buscou-se evidenciar o processo histórico de povoamento e formação de Goiás e Natividade. Tentando primeiro sanar uma deficiência de ordem prática, a falta de pesquisas acadêmicas sobre a cidade e só assim focar do processo de surgimento, desenvolvimento e alterações das técnicas, ofícios e modos de fazer relativos à construção tradicional nativitana.

O capítulo apresenta algumas leituras críticas sobre a tradicional historiografia tocantinense, ou que tenha o Tocantins como tema. Se questionando principalmente a forma estanque de como vinha sendo explicado a formação da cidade de Natividade, pois acreditávamos, e isso se confirma ao longo do texto, que desconstruindo em partes a teoria mineradora, de ciclos produtivos e formação das cidades goianas do norte, poderíamos sim, ter um melhor entendimento do processo de formação da vila, a sua rápida ascensão econômica, os migrantes que lá se instalaram e lá edificaram suas casas e suas vidas.

O capítulo fecha com uma narrativa sobre os ofícios e oficiais no norte goiano, especialmente na cidade de Natividade. São poucas e escassas as informações, o que nos

obrigou a procurar dados que se cruzassem e assim montar esse pequeno histórico sobre oficiais e ofícios no norte goiano dos séculos XVIII e XIX.

No segundo capítulo, de mesmo título que a dissertação, "**Retalhos de Sabença**: memória e tradição dos ofícios da construção tradicional". Apresentamos uma discussão introdutória sobre conceitos de memória, tradição, sobre a função da pesquisa histórica para as ações de patrimonialização de bens culturais e o alinhamento teórico da pesquisa com o conceito de referência cultural e patrimônio imaterial que serviram de base e referencial para aplicação do Inventário Nacional das Referências culturais. Contextualizamos a nossa pesquisa frente as ações e projetos de identificação e valorização dos ofícios tradicionais promovidos pelo IPHAN nesses últimos anos.

Ainda no capítulo 2, apresentamos a formação tradicional dos oficiais, o seu aprendizado nas oficinas ou em casa. Como se dava a relação com os Mestres mais antigos, motivação para o aprendizado, como aprendeu e com quem aprendeu. Quais as relações nos canteiro de obras, hierarquia, qual trabalho executado, como eram e são construídas as relações com os empregadores.

A partir dessas narrativas orais dos Mestres nativitanos, os quais separamos de acordo com os materiais utilizados para a realização do ofício, a saber, terra, madeira e ferro. Identificamos e passamos a descrever as principais técnicas, ferramentas e materiais tradicionalmente utilizados na construção nativitana. Sem poucas aferições teóricas, apresentamos as narrativas dos Mestres e suas explicações para as técnicas utilizadas, as ferramentas e as suas escolhas profissionais. Conseguimos montar um cenário, onde construímos elementos que ligam uns Mestres aos outros, mas também deixa claro o ponto de diferença de cada um na realização do seu ofício.

O terceiro capítulo, **O saber fazer da construção tradicional nativitana** se buscou apresentar um breve histórico das políticas de patrimonialização das técnicas tradicionais de construir no Brasil, especificamente as empreendidas pelo IPHAN. Além de provocar uma reflexão sobre o processo de patrimonialização desses saberes tradicionais, o seu uso atual no campo da preservação e as demandas contemporâneas a partir de alguns eixos, primeiro das demandas relacionadas à preservação do meio ambiente, segundo, das edificações existentes na zona rural de Natividade e terceiro do potencial do uso das técnicas tradicionais como solução de carências habitacionais especialmente no interior do país. Buscou-se também problematizar o preconceito, gerado principalmente por parte da

indústria da construção e que reverbera nos campos da engenharia e da arquitetura, que associam as técnicas e materiais tradicionais à fragilidade construtiva.

"Desamarrar as vozes, dessonhar os sonhos: escrevo querendo revelar o real maravilhoso"
(Eduardo Galeano – O livro dos abraços)

CAPÍTULO 1 – Casa, choça e choupana: os modos de construir e morar nas primeiras ocupações do território de Natividade-Tocantins.

> *"Se a contradição for o pulmão da história, o paradoxo deverá ser, penso eu, o espelho que a história usa para debochar de nós".*
>
> *(Eduardo Galeano, O livro dos abraços)*

1.1 - "A colônia para além costa": a ocupação do interior do Brasil, as novas minas da região dos *Goyazes*[4] e a formação do núcleo urbano de natividade.

Há uma similitude entre a música e a história que é relevante destacar. A fundo, existem vários pontos de semelhança entre esses dois campos do saber que são misto de sensibilidade, arte e ciência. Destaquemos por enquanto, a escrita musical e a escrita da história. Para a maioria dos historiadores que desconhecem a teoria musical, isto pode não soar harmonicamente audível, mas o que merece relevância aqui é que a canção, a música, pensada, concebida e escrita, é composta em seu todo de sons e pausas (silêncios) e, neste ponto, a escrita da história não foge à mesma regra, ela é e será sempre, um todo composto de sons e silêncios. Os historiadores ao compor suas toadas e lundus, às vezes propositalmente dissonantes, estão criando e recriando sons e silêncios.

A história de Goiás e do recente estado do Tocantins[5], é em sua maioria composta mais de silêncios do que de sons. A historiografia tradicional e "neo tradicional"[6] tocantinense, assim interpretada não só por pertencer a uma história de escrita e teorias

---

[4] Suposta etnia indígena encontrada por Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, e que teria lhe mostrado as primeiras minas de ouro.

[5] Desmembrado do estado de Goiás, o estado do Tocantins é criado pelo artigo 13 das disposições Constitucionais Transitórias, em 05 de Outubro 1988 e passa a corresponder a área entre os paralelos 5º e 13º.

[6] Historiografia neo tradicional, é como neste trabalho procuro definir os agrupamento de trabalhos acadêmicos sobre a história do Tocantins ou antigo norte goiano que foram produzidos entre o início e o fim dos anos 90 do século XX. O que me faz definir esses textos como neo tradicionais, é o fato de que eles apesar de sua recente produção, todos com menos de 20 anos, são textos tidos hoje como inabaláveis. E toda a produção historiográfica feita atualmente no Estado do Tocantins, é sempre a partir desses trabalhos, tomando-os como ponto de partida, sem em aspecto algum questionar as suas conclusões. Entendo que seriam eles importantes mais pela primazia do que pelas suas conclusões.

tradicionais, mas principalmente por ser os primeiros esforços de narrar a história desse região e do seu povo, se divide em duas linhas interpretativas claras e definidas, distantes entre si, se não por uma questão de métodos ou fontes, por uma tensão que é até certo ponto herança da grande divisão social, cultural, político e geográfica do distante Goiás dos século XVIII e XIX, entre nortistas e sulistas.

Antes de qualquer coisa, cabe destacar que o que se declara enquanto "historiografia tradicional tocantinense" são os textos clássicos produzidos sobre o norte de Goiás, antes mesmo da separação oficial e criação do estado do Tocantins em 1988. São textos do século XIX como, *Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz (1812),* do cônego Silva e Sousa, *Chorografia Histórica da província de Goyaz (1824),* de autoria do Coronel Cunha Mattos, *Annaes da província de Goyaz (1823),* de José M. P de Alencastre e o texto *Goiás 1722-1822,* do Padre Luiz Palacin, esta última obra produzida na segunda metade do século XX.

Já a historiografia tocantinense ou sobre o Norte de Goiás, produzida a partir dos anos 90 do século XX, é aquilo que neste trabalho se define como historiografia "neo tradicional". Os trabalhos, *Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à relações interétnicas no Tocantins (2004)* de Odair Giraldin, *Resistência em um universo de pobreza: o norte de Goiás – 1749 a 1800 (1996)* de Têmis Parente, *O olhar do outro: o norte de Goiás na visão dos viajantes estrangeiros da primeira metade do séc. XIX (1997)* de Kátia Flores, *Ouro, escravidão e resistência: vivencias escravistas em Arraias (1996)* de Jusciene Silva e brasilianistas como, David McCreery Jameson Jr, são textos que trazem novas temáticas e novos sujeitos para as narrativas históricas a respeito de Goiás e particularmente da sua região Norte, mas apesar desses estudos, são poucos aqueles que propõem reabrir o debate sobre as motivações das primeiras ocupações da porção Norte do território, suas características e seus personagens.

Talvez, fazer o retorno ao mito fundador questionando as narrativas que lhe sustentam não tenha sido o grande objetivo de grande parte das pesquisas realizadas e nem é a deste trabalho, pois nas páginas que se seguem, o que se pretende é apenas apresentar as duas grandes correntes interpretativas do "descobrimento e povoamento" do território dos *Goyazes*. O que será necessariamente superficial, tão vasto são os assuntos, mas indiscutivelmente pertinente para melhor compreendermos a situação e o papel desempenhado por Natividade e a sua população no contexto dos séculos XVIII e XIX.

Evidenciar o processo histórico de povoamento e formação de Goiás e Natividade permite ter uma maior compreensão do surgimento, desenvolvimento e alterações das técnicas, ofícios e modos de fazer relativos à construção tradicional nativitana, aproximando-se dos objetivos desta dissertação que pretende identificar a partir das ruínas e casas remanescentes do XVIII e XIX, além das memórias dos atuais Mestres e oficiais, detentores de saberes e técnicas da construção, o que existe de permanências e transformações nos ofícios e práticas construtivas popularmente difundidas nos séculos XVIII e XIX e, preservados até os dias de hoje na cidade de Natividade.

A maior parte dos autores reafirma o mito fundador do Goiás colonial como fruto das bandeiras paulistas que se dirigiam à região do planalto central e norte da colônia brasileira no século XVIII, visando à captura de indígenas para trabalho escravo na capitania de São Paulo e que consequentemente levou à descoberta de jazidas auríferas. O ouro teria impulsionado a coroa portuguesa a desbravar esse território ainda desconhecido, ficando a cargo da capitania paulista as rédeas da empreitada, fato que fez surgir a figura emblemática do temido e aclamado Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera.[7]

Apesar de não haver um consenso entre historiadores e cronistas sobre a da data do descobrimento das terras da futura capitania de Goiás, a vasta documentação existente, segundo Alencastre (1864), não deixa outra hipótese que não a atribuição do feito aos bandeirantes paulistas. Há autores que apontam indícios sobre a existência de alguns outros desbravadores que teriam se adiantado à família Bueno. Em 1625, por exemplo, a partir de relatos orais obtidos por José Alencastre, é registrada a presença de Jesuítas às margens do rio Tocantins, o autor credita total veracidade às suas fontes, afirmando serem "irrecusáveis". Dubugras (1965), afirma também a partir de fontes orais que a primazia da descoberta se deve a Manoel Corrêa, o primeiro a chegar às terras dos *Goyazes*. Já Americano do Brasil, refuta creditando a Sebastião Matinho em 1592, cem anos antes de Bueno, a descoberta. (DUBUGRAS, 1965; ALENCASTRE, 1864; BARROS, 1995)

---

[7] O Bandeirante Paulista Bartolomeu Bueno da Silva é popularmente conhecido como o "descobridor" das terras goianas. Parte da historiografia ratifica o senso comum, dedicando a ele a primazia da descoberta. Ficou conhecido entre os índios como *Anhanguera* "Diabo velho", após o episódio de tentar convencer os indígenas de mostrarem a ele a localização de onde vinha o ouro que enfeitavam as índias. O bandeirante teria colocado fogo numa garrafa de cachaça, deixando os índios muito impressionados e amedrontados. Outras versões falam de que Anhanguera teria ameaçado aos índios de secar todas as águas da região caso os nativos teimassem em impedir a sua viagem, com uma guampa repleta de pólvora ele se aproximou de um rio e colocou fogo na pólvora, os índios assustados tinham a impressão que o fogo estava saindo da água. O Bandeirante se tornou uma figura mítica da historia da região do Goiás e Tocantins.

Em contraponto a essa narrativa, onde a povoação do Norte surge como consequente ampliação da povoação do Sul e que para alguns teóricos nortistas isso é fruto da visão de historiadores sulistas, surgem interpretações que alinham o povoamento e desenvolvimento do então Norte goiano, ao comércio de gado do Nordeste colonial com a região de São Paulo, vindos principalmente das capitanias do Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia. Pensamento fundamentalmente ancorado nos escritos de Capistrano de Abreu sobre as povoações das barrancas do Rio São Francisco e a pecuária ali desenvolvida.

Otávio Barros (1995), talvez o maior nome a defender a teoria de ocupação do norte pela pecuária, afirmará que os sertões do sul do Tocantins[8] ou do norte goiano do século XVIII, já eram povoados por fazendas de gado e que só pouco tempo depois as minas de ouro iriam ser descobertas. Para o autor, as "picadas" criadas pelas tropas de gado que ligavam as terras goianas às nascentes do rio São Francisco, Bahia e Piauí, já existiam antes das primeiras ocupações das minas do sul de Goiás. São os caminhos do gado que ajudaram ou contribuíram para o entendimento da forma de colonização do norte de Goiás.

Entre nortistas e sulistas, sons e silêncios, está sendo cunhada a cada dia, numa busca incessante, a história do povo do estado do Tocantins. Fora a disputa pela primazia da descoberta, anteriormente explicitada e que é inquestionavelmente o ponto de partida para as narrativas interpretativas sobre a formação das vilas, arraiais, economia e sociedade da região de Goiás e Tocantins, torna-se ainda relevante se entender as características das primeiras ocupações e ocupantes do solo goiano no século XVIII e XIX, as atividades desenvolvidas, suas relações com outras capitanias, de forma a contribuir para o entendimento das técnicas e saberes empregados nos modos de construir que hoje definem a arquitetura tradicional de cidades que se formaram nesse processo, como Natividade.

Quem foram, o que procuravam, quais atividades executavam, quais as relações mantinham com as demais capitanias, onde se estabeleceram, quais as características dos arraiais, das casas, e principalmente quais as técnicas, saberes e materiais utilizados na construção dessas casas?

---

[8] Por "sul do Tocantins" Otávio Barros se refere ao norte goiano do século XVIII. O autor se insere com outros pesquisadores, e historiadores, em uma linha de pensamento que após a separação oficial do antigo estado de Goiás, em Goiás e Tocantins, por uma questão identitária e consequentemente política, passaram a se referir ao período colonial do norte goiano já como Tocantins. Otávio Barros não é tocantinense, mas se erradicou no Estado nos anos de 1980, no começo dos anos 1990 com financiamento do governo do Estado, construiria sua pesquisa e publicaria o seu livro "Breve história do Tocantins e sua gente", tido por muitos como uma das principais obras sobre a História do Tocantins.

Sobre a colonização da América portuguesa, outros estudos aprofundados e grandes textos clássicos já dão conta da compreensão do que foi posto em prática pelo colonizador. O que se segue é uma breve narrativa de alguns momentos da história colonial brasileira, especificamente aquele que nos auxiliam a compreender melhor a colonização do território goiano.

Caio Prado Jr tentando sintetizar a empresa colonizadora empreendida pelos portugueses assim a define; *"O Brasil volta-se inteiramente para o Atlântico".* Econômica, administrativa, cultural e geograficamente a colônia, segundo o autor, foi construída voltada para sua relação com o mar e sua dependência aos portos, de forma que por um longo tempo a sua estrutura esteve inteiramente disposta de "costas para o que havia **[e acontecia]**[9] no interior" (PRADO JR, 1996, p.03).

Sem tomar como verdade, mas a fim de tornar melhor compreendido o modelo português definido por Caio Prado, se destaca o fato de o autor afirmar que a conquista da costa africana, das Américas e das Índias não teve outra motivação que não fosse o comércio europeu, na verdade, a promoção de sua expansão (PRADO JR, 1996). Diante disso, qual seria o papel da povoação do interior e das minas de ouro no Brasil colônia?

Seja qual for a linha interpretativa quanto à ocupação e povoamento de Goiás que se escolha, não há como negar que todas as primeiras investidas sobre a região tiveram caráter efêmero. Logo que enriqueciam os povoadores retornavam à sua região de origem. Tropeiros, mineiros, funcionários públicos, poucos foram aqueles que logo e efetivamente se estabeleceram em terras goianas.

Nesse contexto, os primeiros esforços para solucionar os problemas de habitação levaram à construção de moradias e outras obras que tinham como característica principal, a rusticidade e fragilidade, reflexo do "espírito de passagem" que muitos autores afirmaram ter sido o traço definidor de quem as fazia. A compreensão das formas de ocupação, das atividades executadas e das principais rotas comerciais e migratórias pode ter muito a informar sobre como foi o processo de construção dos saberes e fazeres da construção tradicional em território goiano.

Para Otávio Barros (1995), o gado e os currais, apresentam uma interpretação do processo de ocupação das terras, já que as tropas bovinas deixavam marcas por onde

[9] Grifo nosso

passavam, pois as viagens, devido à distância e ao peso que os animais carregavam, tinham de ser bastante planejadas, obrigando os tropeiros[10] a programarem paradas, desvios e repousos. As marchas eram lentas, com grades dificuldades, sobretudo pelos contratempos ocasionados pela falta de estradas, muitas das quais cortadas por rios, o que demandava ainda mais cuidado no comando da tropa. Um conhecimento sobre o percurso era sempre necessário para se evitar perigos, perdas de cargas, roubos e ataques indígenas. (GUMIEIRO, 1991)

Os ranchos e os currais eram as principais obras deixadas pelas tropas e não passavam de construções improvisadas, feitas para uma ocupação temporária, constituindo-se basicamente de uma palhoça coberta com palha de palmeiras da região e armação em pau-a-pique, ou mesmo, uma armação de madeira improvisada, o suficiente para sustentar uma cobertura. Estes abrigos serviam para descanso dos tropeiros, abrigo de sol e chuva para as tropas de animais, carga de mantimentos e os seus próprios pertences, papeis, roupas e etc. (GUMIEIRO, 1991; BARROS, 1996; SAINT-HILARIE, 1995)

Os pousos, como eram conhecidos e, suas pequenas construções, foram responsáveis, segundo alguns autores, pela origem de povoamentos que poderiam ter se tornado grandes núcleos urbanos da capitania de Goiás, mas que posteriormente, aos moldes do que aconteceria com a mineração, foram totalmente abandonados (BARROS, 1995; GUMIEIRO; 1991).

Otávio Barros (1995) acredita ter sido com a descoberta de ouro nas Gerais que as atividades de pecuária no Brasil central diminuíram, com exceção das tropas de gado nordestinas que continuaram a descer a margem direita do rio Tocantins para abastecerem essas novas áreas e a capitania de São Paulo. A descoberta das primeiras minas pela família Bueno na região da futura Vila Boa, também contribuiu para a diminuição dos currais de gado que existiam na região, principalmente pelo fato que muito desses homens, tropeiros e boiadeiros, passariam a se dedicar à atividade mineradora, muito mais lucrativa e impulsionada pela coroa. Devido as descoberta das minas e a migração para sua exploração, estradas oficiais foram criadas, muito mais seguras que as abertas

[10] Segundo Maristela Gumieiro, tropeiro, era a forma mais comum de se referir, tanto ao senhor, o dono das tropas, homem de posse, abastado, em sua maioria branco, como também para se referir ao seu funcionário, seus escravos, que eram responsáveis pelo trabalho mais duro. O mesmo acontecia com o minerador, usado para se referir ao senhor branco proprietário de minas e o seu escravo responsável pela lavra das minas.

clandestinamente pelo gado. A falta de ações de incentivos anos antes por parte da coroa a fim de promover a atividade pecuarista, deixou antigos povoamentos, sem comunicação, miseráveis, desertos, sendo logo totalmente abandonados.

Com este rápido e avassalador crescimento da atividade mineradora primeiro em Minas e depois Goiás e Cuiabá, os povoamentos surgidos às margens das picadas abertas pelo gado desapareceram devido a uma alteração no eixo comercial e populacional. A antiga rota do gado será alterada com a nova atividade e consequentemente novos núcleos urbanos foram erigidos. Antigas estradas, já bem povoadas e movimentadas, passaram a ser cada vez menos utilizadas, forçando uma migração desses moradores para outras áreas populacionais mais próximas das minas, levando-os a empreenderem outras atividades comerciais, como as vendas fixas, tabernas, boticas e outros.

A atividade mineradora era segundo Caio Prado Jr (1996), o êxito de qualquer empresa colonizadora e, por conta do ouro não ter sido logo descoberto na América portuguesa, os portugueses, no início da sua ocupação, não focalizaram apenas a busca das minas, o que resultou em feitios singulares na colonização dessa região.

Muitos autores questionam a interpretação defendida por Otávio Barros (1995), de que as fazendas de gado antecederam à descoberta das minas e que os ranchos erguidos nas estradas para as tropas de gado deram surgimento a alguns povoamentos. Os questionamentos são pertinentes tendo em vista que tanto Otávio (1995), quanto Maristela (1991), apesar de mencionarem a formação desses povoamentos, não citam em nenhum momento possíveis nomes e localização desses antigos ranchos ou pousos.

Ainda insistindo na ocupação pelo gado, Otávio Barros (1995) chega a mencionar que em 1697 formaram-se as primeiras fazendas de gado na barra do rio da Palma e que estas seriam propriedades de criadores migrados do Vale do rio São Francisco, época em que as terras localizadas na margem direita desse rio pertenciam à capitania de Pernambuco. Em 1708, já sendo essas terras pertencentes à capitania da Bahia, o autor afirma que Garcia D'ávila, administrador da Casa da Torre teria sido expulso da barra do rio da Palma pelos índios Acroá. A informação não se sustenta por si só, já que seu texto é até o momento o único que faz referência à passagem dos D'Àvilas nesta região e o autor não informa em seu livro a origem de tal afirmação.

Alencastre menciona em seu texto o envio de tropas maranhenses pelo governador Pedro César Menezes às margens do rio Tocantins, em 1672, acatando um pedido dos

jesuítas, que sempre avessos à captura dos gentios, reprovavam a investida de criadores de gado baianos e seus sócios sobre os índios que migravam em fuga das terras do sul do Piauí e Oeste da Bahia para as margens do rio Tocantins. (ALENCASTRE, 1864, RIBEIRO, 1870)

Para além da disputa entre nortistas e sulistas, ouro e gado, é evidente que a grande ocupação populacional do território goiano se deu com a descoberta das minas auríferas. A possibilidade de um novo "Eldorado", a sedução da riqueza fácil, fez crescer as migrações espontâneas. A população crescia, segundo Alencastre (1864), de maneira assustadora e desordenada. Os que nas minas chegavam hesitavam em se submeter às leis e ordens do governador de São Paulo, gerando grandes tensões entre os colonos, situação que demonstrava haver cada vez menos condição de se gerir administrativamente a província à distância. (ALENCASTRE, 1864).

Em tons professorais comuns aos homens de igreja, Silva e Sousa, descreve esse "espírito" que marca os primeiros tempos da ocupação do território goiano e ao que se dedicavam esses homens e mulheres que por lá chegavam, "*Menos o amor a gloria e o desejo de ser útil, que o interesse próprio e aquella ambição, que leva muitas vezes os homens por incalculáveis perigos ás mais árduas, mais importantes empresas, foi motivo do descobrimento de Goyaz"* (SILVA e SOUZA, 1849; p-428).

As primeiras expedições realizadas por Bartholomeu Bueno Filho em busca de jazidas auríferas aconteceram anos após a viagem de Anhanguera, que em 1682 teria descoberto importantes minas na região de Goiás e deu-se com uma comitiva composta de aproximadamente 200 pessoas, escravos, negros e índios, familiares e entre eles, dois freis, um franciscano e um beneditino. Financiados pelo governo de São Paulo, a missão da equipe era encontrar as minas descobertas e relatadas anos antes.

A primeira expedição é tida como um fracasso, sem grandes descobertas e com inúmeros conflitos entre seus subordinados. Silva e Souza (1849) chega a mencionar uma das brigas que teria ocorrido entre Bueno e um de seus cunhados por conta de um desentendimento sobre a localização exata das minas descoberta por Anhanguera. Um conflito maior foi impedido pela intervenção dos freis. Após a discussão a tropa de Bueno o teria abandonado e o mesmo se viu obrigado a abandonar suas diligências, retornando à São Paulo sem uma grande mina aurífera descoberta. (ALENCASTRE, 1864, p. 39-40 e SILVA E SOUZA, 1849, p. 434-435).

O argumento de Silva e Souza é complementado por Alencastre (1864) que elenca ainda três fatores que teriam feito Bartholomeu voltar a São Paulo, 1) por não ter encontrado as minas descobertas por seu pai, o Anhanguera, 2) a deserção de seus homens e 3) a demora do socorro prometido pelo governo paulista. Além de outros fatores encontrados pelo autor na carta[11] enviada em 27 de Outubro de 1975 ao Rei de Portugal, pelo governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, comunicando ao Rei sobre o comprometimento de Bueno, os obstáculos de sua missão, a guerra aos gentios e a perda por morte de 22 de seus escravos. Diante do acontecido, Menezes aproveita e pede ao Rei, já que é de seu costume, "agradecer aos serviços desse homem e de seus acompanhantes" (ALENCASTRE, 1864, p. 40-41).

Em 1726, Bartholomeu Bueno retorna à região dos Goyazes, a fim de se estabelecer em definitivo próximo às regiões em que havia se iniciado a extração de ouro, sobre a localização do povoamento Alencastre (1864) diz,

> *"Dizem uns que era o sítio do Ferreiro, outros que a Barra. É certo que tinha n'este último lugar suas larvas e que d'ahi se transferiram em 1727 os primeiros habitantes, para fundarem na margem do rio Vermelho o arraial de Sant'Anna, depois Vila Boa e hoje Cidade de Goiás" (Alencastre, 1864, p. 41)*

O que mais se destaca no trecho acima é perceber que os colonos paulista já haviam iniciado o processo de extração do ouro, mesmo que ainda em pequena escala e que a notícia da descoberta de novas minas rápido se espalhou e fez surgir às primeiras migrações populacionais para a região que juntamente com a incitação à procura de outras minas foi responsável pela descoberta de importantes jazidas e formação de futuros grandes arraiais. Não é importante para esta pesquisa determinar a exata localização desse que é apontado por parte da historiografia como o primeiro povoamento da região de Goiás, mas sim, ao que se segue a ele, quais as principais características das casas ali edificadas, das técnicas, saberes e modos de fazer empreendidos.

Após Bartholomeu Bueno, em menos de um ano, seguiu Rodrigo César Menezes para a região das minas a Leste do rio Araguaia, com o objetivo de criar a Vila Real do

[11] Texto completo da carta de Rodrigo César de Menezes ao Rei reproduzido por Alencastre na página, 40-41 de seu texto "Annaes da província de Goyáz", publicado pela primeira vez em 1864 pela revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Senhor Bom Jesus de Cuiabá[12]. A descoberta de minas na parte central da colônia atraiu muito olhares, principalmente pela forma vantajosa que as minas de Goiás e Mato Grosso estavam sendo exploradas, o que só fez aumentar as migrações. (ALENCASTRE, 1864, p.42-43).

A população crescia vertiginosamente, os colonos que nessas terras chegavam, vinham basicamente para a mineração, o que fez aumentar significativamente a exploração e levou as minas goianas a produzir em seus primeiros anos números elevadíssimos, mas proporcionalmente a esse crescimento demográfico crescia o beneficiamento do ouro, o seu extravio, o contrabando e diminuía o controle da coroa sobre a população e sua produção.

Paulatinamente nos rastros da mineração o território dos *Araéz*[13] foi sendo povoado e a preocupação da coroa em controlar os núcleos populacionais emergentes e a exploração aurífera se fazia cada vez mais urgente. O que a fez tomar medidas restritivas que não agradaram a população recém-chegada. A postura adotada pela coroa portuguesa de controle nos territórios das minas de Goiás é tida por grande parte da historiografia como responsável pela pouca permanência dos colonos e pelo não desenvolvimento econômico dos arraiais e consequentemente da própria capitania.[14] (ALENCATRE, 1864, p. 51; SILVA E SOUZA, 1849, p. 438; GUMIEIRO, 1991, p.10)

As riquezas minerais e naturais descobertas no planalto aos olhos de muitos era a possibilidade de enriquecimento fácil. Caio Prado Jr (1996) afirma que ao contrário do Nordeste, o planalto, oferecia condições ideais para a fixação do colonizador, *"clima temperado pela altitude, solos férteis e bem regados por chuvas regulares e um sistema hidrográfico normal"* (PRADO JR, 1996, p.04), além de abundantes recursos minerais. Mas o que explicaria o rápido ostracismo e estado de miséria que a capitania se encontrava já no final do XVIII? Vários são os motivos apontados: técnicas rudimentares, altos impostos, conflitos com gentios, distância dos grandes centros e principalmente dos portos (SILVA E SOUZA, 1849, p.438).

---

12 Vila criada em 01 de Janeiro de 1727 por Rodrigo de César Menezes, ato de criação reproduzido por José Martins Pereira de Alencastre na página 43 do segundo volume de sua obra "Annaes da província de Goiás", reproduzido pela primeira vez em 1864 na revista do IHGB.

13 Segundo Alencastre (1864) trata-se de um termo comum utilizado no século XVIII e XIX para se referenciar as terras goianas antes do processo de ocupação pelo colonizador.

14 Sobre uma análise negativa da interferência portuguesa na permanência dos colonos nas minas de Goiás recomendo ver; Alencastre, 1864-1865; Silva e Souza,1849; Otávio, 1995; Saint-Hilarie, 2004-1975 e Palacin, 19.

Alguns autores apontam para o fato que assim que descobertas as minas e divididas as “datas”, o fisco vinha na sombra dos mineradores. Visando controlar o contrabando no interior da colônia, a coroa optou pela criação de uma legislação fiscal e de garimpo no século XVIII, que foi se tornando cada vez mais enérgica e repressiva. Em 1702, são criadas as “intendências de minas”, presente em cada capitania que possuísse minas em atividade, com o objetivo de regularizar a distribuição de terras, mediarem os conflitos entre os mineradores e resguardar os interesses da coroa.

No ano de 1709, a coroa portuguesa inicia a cobrança do quinto, principal tributo imposto aos mineradores e a passa a tributar as mercadorias e escravos que entrassem na colônia. Em 1718, estradas são fechadas, inicia-se a cobrança sobre mercadorias em circulação interna e em 1719 as casas de fundição são criadas. (MACEDO FILHA, 1990, p. 28-29)

Em 1727, um ano após a instalação definitiva de Bartholomeu Bueno, as minas de Goiás pagariam seu primeiro quinto e após três anos de iniciada a extração das primeiras lavras a coroa proibiria a navegação dos rios, a fim de dificultar o tráfico. Casas de registros começam a funcionar em 1732, quando o governador recomendava por meio de Carta Régia[15] que as entradas na capitania se façam pelas estradas oficiais, a fim de melhor controlar entradas e saídas de pessoas e mercadorias.

Não obtendo tanto êxito quanto o esperado, medidas mais restritivas foram tomadas. Em 1735 proíbe-se a circulação de moedas e devido ao grande número de réplicas falsas decretou-se que corresse na capitania apenas o ouro em pó, “à razão de 1$200 (réis) a oitava”. No ano de 1736 o governador de São Paulo fez chegar no Arraial de Sant'Anna (Vila Boa) um destacamento da Companhia dos Dragões e publicou uma Carta Régia informando que a partir daquela data, somente as entradas autorizadas por despacho e licença do governador seriam permitidas. No ano seguinte, 1737, instala em Goiás uma junta responsável em regulamentar a arrecadação dos tributos, todas essas medidas não mostraram os efeitos esperados (ALENCATRE, 1864; SILVA E SOUZA, 1849; CUNHA MATTOS, 1874; SAINT-HILARIE, 2004).

Diante da falta de obediência às leis e às autoridades responsáveis, outras medidas urgentes foram criadas para reverter essa situação que se configurou em virtude da

[15] Texto completo em Alencastre, José P. M. Annaes da Província de Goias publicado originalmente na RIHGB em 1864.

distância. Nesse contexto o governador de São Paulo decide criar oficialmente a vila de Vila Boa, escolhida para sediar a comarca e a câmara, além de criar em 8 de Novembro de 1744 a Província de Goiás, sob o governo de D. Marcos de Noronha.

> *"Não há dúvida de que sua autoridade trouxe algum bem, mas unicamente a execução das rigorosas ordens do Marquês de Pombal conseguiu tirar a Província de Goiás do Terrível estado de Anarquia em que tinha mergulhado, e o temor das punições – é doloroso dizê-lo – operou uma mudança que nem as leias da moral nem o bem comum tinham conseguido obter no decorrer de tantos anos" (Saint-Hilarie 2004, p.162)*

O primeiro governador da recém capitania só tomou posse em 1748 e chegou a terras goianas no ano de 1749, cinco anos após a criação da província. Não há o que discordar de Saint-Hilarie quando este afirma que com a chegada do novo governador, Conde dos Arcos, e, a criação da província, ocorreu uma melhora geral, apesar de a documentação apontar para a manutenção da corrupção fiscal, vadiagem, furtos e contrabando, como salienta Alencastre; *"por mais severas que parecerem essas ordens e, por mais rigor que se empregasse na sua execução, o contrabando não se deixava de fazer e o extravio continuava em maior escala"*. (ALENCASTRE, 1864, p.52). Goiás passaria a conviver com uma força política, jurídica e militar mais próxima, mas ainda se sucederiam alguns anos para a situação de "anarquia" a qual se refere Saint-Hilarie, alterar-se consideravelmente.

Desde a descoberta das minas de Goyaz, a coroa só imaginava em como torná-las mais rentáveis e, para Alencastre (1864), são "providencias extravagantes" as ações da coroa em Goyaz, medidas mal pensadas e executadas que foram responsáveis por todo o mal que decaiu sobre a capitania. Muitas das "notícias oficias" que na capitania chegavam, ou nela eram produzidas, eram demasiadamente "desvairadas" e muitas vezes desprovidas de verdade, tinham por objetivo controlar o comércio e a manufatura de produtos, restringir em uma única rota a produção e o comércio da colônia com a coroa e entre as próprias capitanias (ALENCASTRE, 1864, p. 12-13).

Na busca incessante de aumentar o arrocho aos desvios de conduta dos moradores e potencializar os trabalhos nas minas, o governador decidiu proibir o emprego de mão de obra na agricultura, engenhos de açúcar fabrico de cachaça ou qualquer roça com o plantio

de cana (ALENCASTRE, 1864). Em carta régia de 13 de Julho de 1732, Bartholomeu Bueno decreta:

> *"Pelo que mando que nenhuma pessoa, de qualquer grão e condição que seja, não tenha em suas roça e fazendas a referida planta de cana, e os que a tiverem, a destruirão e queimarão logo, para o que lhes concedo o tempo de sessenta dias, com a comminação de que não o fazendo e denunciando-se que a tem e provando-se, pagará a pessoa que for compreendida cem oitavas de ouro" (Alencastre, 1864, p.53)*

As restrições produtivas impostas por Bartholomeu Bueno estão próximas de outros exemplos que Caio Prado aponta em *História Econômica do Brasil*. O autor diz que durante um determinado período da colonização, a coroa portuguesa, com o objetivo de melhor controlar o comércio na colônia e privilegiar alguns produtores, proibiu a produção de determinados gêneros agrícolas básicos para a alimentação e outros de grande poder comercial e econômico, como o açúcar, nas terras do interior. Pretendia assim garantir os privilégios de um comércio dependente da costa e dos grandes centros. Exemplo em Goiás foi a proibição da comercialização de carne verde ou cabeças de gado vivas já que São Paulo, a capitania fornecedora para a região Sul de Goiás, estava sofrendo com a falta de gado (PRADO JR, 1996, p. 35; ALENCASTRE, 1864).

Medidas que logo foram abandonadas na capitania de Goiás, devido à situação miserável da população e os altos preços dos alimentos importados, o que fez com que o governador D. Luiz de Mascarenhas, restringisse a entrada de novos moradores nas minas sem primeiro ter plantado uma roça pra si e pro seus descendestes (GUMIEIRO, 1991, p. 22). Anos mais tarde, já no século XIX, o botânico francês Auguste de Saint-Hilarie em seu relato de viagens as capitanias do Brasil se depara com o mesmo cenário de abandono da atividade agrícola e descreve da seguinte forma, *"Extraíam-se vastas quantidades de ouro de córregos e rios, mas ninguém pensava em cultivar a terra"* [16] (SAINT-HILARIE, 2004, p. 161).

As restrições governamentais ao exercício de outras atividades econômicas que não a mineração, fez com que o comércio entre as capitanias costeiras e interioranas se

[16] Nós historiadores não podemos se deixar levar por aquilo que parece ser um exagero do autor, já que outros autores contemporâneos a Saint-Hilarie confirmam a existência da atividade agrícola, mesmo que em pequena escala, destaque para a produção de algodão, fumo, milho e outros.

intensificasse. Neste contexto, antigas rotas comerciais abandonadas, principalmente as picadas ilegais, foram retomadas e surgiu uma nova trinca comercial formada entre Sabará, Vila Boa e Cuiabá (MACEDO FILHA, 1990, p.15). Apesar da capitania goiana não ser aos olhos interpretativos da historiografia colonial clássica o melhor exemplo para se entender as relações comerciais, por não apresentar as características tradicionais de uma economia escravista colonial, seu exemplo é pertinente para se compreender o funcionamento do mercado interno colonial brasileiro.[17]

A distância da costa, a falta de caminhos seguros e legais e, o custo do transporte, encarecia os produtos que chegavam às minas, *enquanto lá (Bahia) o valor do animal (cavalar) era de 4 mil réis, nas minas, era vendidos por noventa mil réis* (GUMIEIRO, 1991, p.11). Situação que acabava fortalecendo a existência e permanência dessa rede comercial entre as capitanias do interior e que para alguns autores existe antes mesmo da descoberta das minas.[18]

Mesmo com a ocupação efetiva e de maior número sendo feita mais próxima às estradas que levavam a São Paulo e entorno das minas descobertas por Bartholomeu Bueno, a manutenção do fluxo comercial da capitania, principalmente na sua região Norte com a Bahia e barrancas do rio São Francisco são inegáveis. Alencastre traz alguma dessas informações diluídas em sua obra:

> *"Durante os primeiros tempos o comércio da capitania era feito com a praça de Santos, depois dirigiu-se* ***quase que só para a Bahia****, d'onde vinhan os escravos para o serviço das lavras, as fazendas, o gado do consumo, e sobretudo muito capitaes que se empregaram no trabalho das lavras e na compra de ouro em pó; porém, depois que as comunicações foram se abrindo para as Minas-Gerais, a praça do* ***Rio de Janeiro*** *foi entrando em concorrência com a Bahia, e* ***acabou por se tornar preferida pelos habitantes do sul****: entre tanto os do* ***norte*** *alargaram suas transações com o Pará, não ficando por este facto abandonado o mercado da Bahia, para onde*

[17] Alguns autores consideram a segunda metade do XVIII como o momento de alterações no comportamento da atividade comercial, quando passaria a se ter duas correntes ou uma dupla concentração, a dos produtos importados e outra dos produtos produzidos na colônia. Sobre rotas comerciais internas no século XVII e XVIII e o debate historiográfico entorno do tema, recomendo ver os textos tradicionais que negam a importância e até mesmo a existência de uma dinâmica interna, Caio Prado Jr, 1977 F*ormação do Brasil contemporâneo*; Celso Furtado, 1959 *Formação Econômica do Brasil*; Fernando Novais, 1983, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* e os revisionistas que defendem a existência de uma rota comercial interna, Jacob Gorender, 1980, *O conceito do modo de produção;* Ciro Flamarion Cardoso, 1980, *Sistema econômico mundial e do antigo sistema colonial.*

[18] Ver Otávio Barros, "Uma breve História do Tocantins e sua gente. 1995.

continuaram a mandar seus gados, e d'onde recebiam em permuta gêneros de importação". (Alencastre, 1864; p-70)

Alencastre, por ter escrito já no final do século XIX, dá ao leitor um resumo do processo das transformações que se sucederam nas relações comerciais da capitania de Goiás. O trecho acima reafirma a importância da rota comercial do Norte de Goiás com a Bahia, onde se estabeleceu importante frente de povoamento da capitania desde os primeiros anos do século XVIII. Os registros da Fazenda real comprovam que as atividades por essas estradas não cessaram com o declínio do ouro ou ascensão econômica da pecuária, pelo contrário, a documentação aponta que até a primeira metade do século XX essa rota ainda terá grande importância no fluxo populacional e nas relações comerciais do Tocantins, antigo norte goiano.

Com a criação das casas de registros em 1732, foi estabelecido apenas um único caminho aceitável de comunicação entre o Sul e o Norte da capitania. Essa estrada passava nos principais arraiais, centros comerciais e religiosos do Norte. Mesmo com esses documentos normativos do governo, não se pode negar a existência dos desvios e de caminhos ilegais, possivelmente mais utilizados do que o estabelecido como oficial. Antes mesmo de 1735, quando se intensifica o fechamento de algumas estradas, já existiam picadas abertas ligando a capitania de Goiás, principalmente a sua região norte, com as capitanias do Maranhão, Piauí, Bahia e Norte de Minas. A documentação mostra que em nenhum momento elas foram abandonadas (ALENCASTRE, 1864, p.52 e SAINT-HILARIE, 2004, p.182-183).

O governo da capitania de Goiás passou a confiscar toda e qualquer mercadoria que pelas estradas do São Francisco fosse comprada ou vendida, objetivando principalmente a diminuição do contrabando de ouro em pó que saía por esta região. A insistente recomendação do governo da capitania de que se abandonasse o uso das picadas, associada às ações normativas de punição, só evidenciam o grande fluxo comercial ilegal que ocorria nas estradas clandestinas, grande parte do comércio de gado e de produtos agrícolas era efetivamente executado nas picadas que levavam à Bahia e as barrancas do rio São Francisco. (ALENCASTRE, 1864, p.54)

Motivações que alimentaram as práticas ilegais eram inúmeras, a proibição de lavrar a terra, a distância de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, ou mesmo Belém,

fez com que o abastecimento dessa região fosse desregulado, caro e custoso, o que levou ao colono da região criar mecanismos de amenizar as suas privações e necessidades.

As picadas do rio São Francisco, eram as mais acessadas pela rapidez de fornecimento, de tal forma que mesmo com preços absurdos, os produtos possuíam preços menores dos que vinham dos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. A necessidade da população mineradora, completamente desassistida pelo governo local, era suprida com o comércio e o contrabando de produtos e ouro. (ALENCASTRE, 1864)

As proibições e medidas restritivas criaram na população mineradora efeitos negativos, que eram percebidos em sua maioria como ações abusivas que dificultavam o comércio, a circulação de capital, qualidade de vida dos arraiais e consequentemente a permanências desta população na região. Os moradores dos arraiais que já sofriam com o mais completo abandono e a falta de incentivos do governo da capitania tiveram ainda que administrar todas as imposições restritivas às quais foram submetidos. Sem fechar espaços para outras interpretações, este estudo pretende apontar que a mineração e principalmente a população mineradora criaram soluções próprias para a sua permanência e desenvolvimento e que as diferenciaram e distanciaram em alguns pontos das experiências vividas pela população das Gerais e outras capitanias mineradoras.

As técnicas, a mão de obra e o capital investido na mineração da região dos *Goyazes* são elementos que podem tornar mais compreensíveis os rumos que a principal atividade da colônia no século XVIII tomou. Assim como no restante das capitanias, as minas goianas se sustentaram com o uso da mão de obra escrava, na certeza que o trabalho compulsório manteria pra sempre a geração de riquezas. Fazia parte do imaginário do século XVIII, a ideia de que o negro e o ouro formavam uma perfeita simetria para enriquecer seus proprietários. No Goiás, o negro escravizado era sinônimo de riqueza, uma vez que na divisão das datas pela coroa, quanto mais negros, mais mão de obra, um proprietário (minerador) possuísse mais terras lhe seriam destinadas, além dos escravos serem moeda de rápida circulação nas relações de compra e venda (APOLINÁRIO, 2004).

Em toda a colônia, o trabalho escravo se mostrou extremamente lucrativo no século XVIII, tanto que se estima que houve a chegada de mais ou menos 1.891.400 negros escravizados ao Brasil e que mesmo com a queda do tráfico na segunda metade do dito século, a comercialização de escravos internamente permaneceu estável e rentável entre as

capitanias da costa e as do interior, onde as minas de ouro ainda demandavam grande volume de mão de obra. (APOLINÁRIO, 2004; PRADO JR, 1996)

O século XVIII é ao mesmo tempo o auge e a decadência da atividade mineradora. Em 1750, isto é, em menos de 30 anos de atividade regular, o governador da capitania de Goiás, D. Luís Mascarenhas, já mencionava em seus escritos oficias uma queda significativa na produção aurífera e no número de escravos. Passa-se então a questionar a possibilidade de que os números oficiais que já apontavam a queda não fossem verdadeiros, podendo o governador tê-los aumentado para atribuir maior valor a Goiás. (ALENCASTRE, 1864)

Nas minas de Goiás, a principal característica da mineração, para grande parte dos autores que se debruçaram sobre o tema, foi a sua instabilidade, decorrente principalmente da dinâmica expedicionária da atividade e das técnicas de extração empregadas. Tinham a água como sua principal ferramenta, o que fez com que grande parte dos povoamentos que surgiram no entorno das minas e, as próprias minas, fossem provisórios. (DUBUGRAS, 1965; ALENCASTRE, 1864; SAINT-HILARIE, 2004; SILVA E SOUZA, 1849; APOLINÁRIA, 2004)

Além da falta de mão de obra especializada e tecnologia, os autores apontam que contraditoriamente as ações da coroa e os primeiros colonos, tornaram o progresso da capitania impossível.

> *Ao lado do regime militar de tronco e golilha marchavam os pesados impostos; a pardo contratador e do exactor, a extorsão sobre as forma legaes: ao lado do corregedor e do juiz ordinário, o arbítrio e a prepotência e por último o maior dos tributos que um povo pode pagar – a ignorância – e com ella a degradação moral em todos os sentidos. (Alencastre, 1864, p.10)*

Anos antes de Alencastre, Auguste de Saint-Hilarie (2004), apresentou aquilo que até a época, início do século XIX, ele defendia ser a história de Goiás e de todas as capitanias auríferas.

> *Minas de ouro descobertas por um punhado de homens audaciosos e empreendedores; um enxame de aventureiros que se atira sobre as riquezas prometidas, animados por um excesso de esperança e cupidez; uma sociedade calcada em*

> *toda espécie de crime e que se habitua gradativamente com a ordem, sob o rigor do despotismo militar, e cujos costumes não tardam a ser abradados pelo clima ardente da região e uma entorpecedora ociosidade; momentos de esplendor e de prodigalidade; a triste decadência e a ruína. Eis ai, em poucas palavras a história da província de Goiás. E eis aí a história de quase todas as regiões auríferas.*

No trecho acima, Saint-Hilarie, segue em linhas gerais as interpretações de Silva e Sousa (1849) e Cunha Mattos (1874), ao afirmar que os homens que migravam para as terras goianas o faziam com a esperança de uma riqueza que se mostrava fácil. A capitania teria vivido entre seus momentos de esplendor e decadência, sob a tensão gerada pela falta de leis morais e religiosas, o despotismo militar e a corrupção dos funcionários públicos. Em consonância com os outros pesquisadores do século XIX, o botânico francês, credita à mineração e a falta de autoridades administrativas e religiosas competentes e honestas, a decadência financeira e moral que a capitania de Goiás viveu nos anos seguintes à sua efetiva colonização.

Silva e Sousa (1849), afirma que os homens que povoaram a capitania não conseguiram tirar proveito da vantajosa situação que aquelas terras lhe ofereciam e em menos de um século já conviviam com a crise e a decadência. A causa disso para o autor seria o enfraquecimento do amor ou mesmo a disposição ao trabalho e ao patriotismo, de forma que os colonos se entregaram ao ócio e principalmente ao interesse próprio, distanciando-se das "afoitezas" que eram típicas dos primeiros homens que mostraram ao mundo as riquezas da região do centro da colônia (SILVA E SOUZA, 1849, p. 428-429).

Cunha Mattos (1874), resumiu o "espírito aventureiro" dos primeiros colonos como, "Chegar, trabalhar e enriquecer" e que, diante disso, as suas escolhas para problemas de moradia, comércio e alimentação eram feitas para serem temporárias. Alencastre (1864) alertava em seus escritos, "*Cultivador, que não planta, vê afinal suas terras, embora feracíssimas, reduzidas a urzes e carracaes; herdeiro que na ociosidade devora sua riqueza, em pouco tempo está exaurido"*. Portanto, colocando o colono que se instalou em Goiás como o *"lavrador imprevidente, herdeiro prodigo e ocioso"* (ALENCASTRE, 1849, p.10).[19]

[19] Sobre o que tange as características marcantes dos colonos, "o espírito do colonizador" como alguns autores e trabalhos se referem, indico a Obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, na minha opinião o melhor texto sobre o tema. Sérgio fará uma distinção entre dois conceitos de colonos o

Esta pesquisa pretende mostrar como esses homens e mulheres, brancos, pardos, negros e índios, ricos e miseráveis, religiosos e os vadios entregues ao vício da cachaça e da libidinagem, que frente a um forte abandono por parte do governo goiano e da coroa portuguesa, distantes dos grandes centros e envoltos em ecossistemas ricos e variados, ergueram casas, igrejas, cidades e assumiram o papel de atores da construção efetiva da capitania e da sociedade goiana.

Sem abrir grandes questionamentos pode-se afirmar que razão de existir da capitania de Goiás foi a extração de ouro e que mesmo com o seu declínio surgiu na capitania uma estrutura política, religiosa, comercial e urbana. A partir disso este trabalho escolhe a morada goiana, a edificação, o espaço construído, seja ele a casa, a choça, a choupana, a tapera ou pouso como ponto de partida para a produção de um conhecimento mais abrangente sobre a história do Goiás e do atual estado do Tocantins, reconhecendo que a História é capaz de contribuir para um maior entendimento do processo que fez com que a "morada goiana" resguardasse em sua materialidade aspectos importantes sobre a sua constituição formal, técnicas e também o modo de viver e morar do sertanejo goiano.

A formação dos primeiros povoamentos, ranchos, pousos, arraiais e vilas com a construção das moradas, choças, choupanas e casas, apresentavam na sua constituição soluções temporárias, rusticidade e fragilidade. Muito desses povoamentos de curta duração, podem ser definidos como grandes improvisos. Outros que se tornaram grandes arraiais e surgiram unicamente para sanar necessidades momentâneas surgidas da descoberta das minas e de sua exploração. (DUBUGRAS, 1965, p15-16)

Próximos às beiras de rios e lavras pequenos acampamentos eram construídos para servirem de apoio, para descanso dos negros e animais, armazenamento de mantimentos, ferramentas e do ouro já explorado. Dubugras diz que segundo a tradição oral, a "rua", como eram conhecidos esses lugares, foram espaços nos quais eram vendidos alimentos, vestes e outros itens básicos para os mineradores e escravos. As primeiras construções em grande parte dessas lavras eram basicamente barracas feitas com armações simples de madeira, fincadas no chão, prendidas entre si por uma corda de fibra vegetal ou couro,

---

"trabalhador" e o "aventureiro", sendo este último o conceito que melhor ajudar o autor a compreender as escolhas e os caminhos traçados pelos portugueses. Sérgio irar dizer que o espírito de aventura é elemento orquestrador dos rumos que a vida nacional tomou. "Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore", a riqueza viria com audácia e não trabalho a longo prazo. (Holanda, Sérgio Buarque. 1995, p.43-46) Essa seria então uma das chaves interpretativas do Brasil colônia.

criando uma estrutura mínima para suportar uma cobertura de palha, ou ainda construções em pedra e barro, também cobertas de palhas. (DUBUGRAS, 1965, p16)

Sylvio de Vasconcellos (1983) descrevendo Minas Gerais em *Arquitetura: dois estudos,* se refere ao que ele considera o início da arquitetura brasileira (ou feita no Brasil):

> "O aventureirismo que presidiu os primeiros povoamentos, por isso mesmo, estabelecidos com caráter de transitoriedade, serviu-se o rancho de peça única e utilizado quase que unicamente de vegetais como material de construção. Quatro esteios de paus roliços, quatro frechais e uma cumieira ao alto; roliços também os caibros que receberam as fibras vegetais da cobertura (…) De princípio simples telheiros que acolhem o homem e seus trastes, animais, suas ferramentas. (Vasconcellos, 1983, p.40)

Vasconcellos descreve um típico rancho das Gerais feito de forma improvisada e emergencial pelos colonos, a fim de solucionar o problema da morada, sem se deixar cair no reducionismo de Vauthier[20] ao falar da casa no Brasil - "quem viu uma viu todas" - mas concordando em partes. É notadamente recorrente o uso da descrição feita do exemplo mineiro para todo o restante da colônia, e com a capitania de Goiás não foi diferente. Uma construção temporária feita toda com a matéria-prima natural e que abundantemente existia ao seu redor, madeira, fibras, palhas, pedras e terra. (SAINT-HILARIE, 2004, BRUAND, 1999, VASCONCELLOS, 1983)

As soluções para moradia nos arraiais podem ser tidas como análogas às condições encontradas na região no início da colonização efetiva ou mesmo antes da descoberta das minas. Como destacado anteriormente, esses processos construtivos são fruto da convivência do homem com o meio, da ausência de materiais beneficiados e mão de obra especializa nos padrões que vigoravam em outros centros coloniais, mas principalmente do quadro de necessidades criados pela atividade dominante na área.

---

[20] L. L. Vauthier, Francês, Arquiteto, Engenheiro esteve no Brasil entre os anos de 1840 e 1846, morou no Recife e lá desenvolveu trabalhos voltados para a área de arquitetura**.** Vauthier deixou um legado escrito no Brasil, Gilberto Freire chega a afirmar que a obra do Francês tem uma importância histórica para os brasileiros, sobre tudo, por ser ele, Vauthier um dos estrangeiros que melhor observou os costumes brasileiros. As cartas de Vauthier ao seu amigo Daly, são esforços de compreensão dos aspectos sociais, históricos, ecológicos e mesmo psicológicos da arquitetura do Brasil, isso ao passo do seu esforço de compreensão técnica. Busca compreender as tradições brasileiras de arte, trabalho, da higiene das habitações, da vida da família, da relação da casa com a rua, senhor e escravo, isto é, um texto de grande riqueza, já que se atém a pontos de compreensão da sociedade brasileira da segunda metade do XIX.

Entre os desdobramentos gerados pela mineração e que afetavam diretamente o modo de construir do homem goiano estava a constante migração para pontos diferente da própria capitania de Goiás, criando uma séria de ruínas que formaram um pouco da paisagem goiana do século XVIII. Instalações ainda existentes nas Serras de Arraias, Monte do Carmo, Pontal (Porto Nacional) e Natividade, associados a relatos dos viajantes do inicio do século XIX, período em que a mineração apesar de ainda exercida já era oficialmente tida como falida, nos ajudam a entender esse processo.

Saint-Hilarie (1975);

> *"Inicialmente, tirou-se da terra todo o ouro que podia ser extraído facilmente; mas os mineradores se dissiparam imprevidentemente o fruto de seu trabalho, e quando a extração se tornou mais complexa, exigindo o emprego de água e máquinas, o capital e os escravos começaram a faltar ao mesmo tempo. Um grande número de moradores do lugar foram embora, e suas casas, hoje abandonadas hoje transformaram-se em ruínas" (Saint-Hilarie, 1975, p.26).*

Apesar de fazer referência ao Arraial de Santa Luzia, um dos de grandes destaques no século XVIII, a narrativa do botânico pode ser estendida a todos os arraiais goianos que ruíram. Durante toda a sua viagem pelo interior de Goiás ele narra situações análogas;

> *"A Fazenda Ponte Alta, onde parei fica situada a beira de um córrego que tem o mesmo nome. Como tantas outras, a propriedade se achava em ruínas. (...) As terras que percorri ao sair dali são também despovoadas. (...) o garimpo foi abandonado e o Arraia de Santo Antônio de Montes Claros praticamente desapareceu, ficando reduzido apenas à capela e à casa que já mencionei. (...) O dona da casa onde passei a noite – casa que era tudo em que se resumia o arraial – possuíra uma venda, mas fora forçado a desistir do seu comércio porque ninguém pagava o que comprava. (Saint-Hilarie, 1975, p.30-31)*

Montes Claros, Ferreiro, São Félix e Pontal, são exemplos de prósperos arraiais que por diferentes motivos entraram o século XIX, em ruínas, pobres e alguns totalmente abandonados. Sem minas, sem riquezas, sem capital circulante, sofrendo com retaliações indígenas, as populações migravam para arraiais que sobreviveram ao declínio da mineração.

Os mineradores "ambulantes" construíam e abandonavam as minas e as casas edificadas da noite para o dia. "Largavam uma casa, levantavam outra e deixavam demolir

quando acabava o ouro" (CUNHA MATTOS, 1875, p.301). As inúmeras ruínas que resistem até os dias de hoje, são indícios das primeiras construções do "ciclo do ouro". Nos arraiais abandonados existem além dos complexos sistemas hidráulicos, restos de edificações que uma análise atenciosa dos seus alicerces permite se especular sobre quais foram as suas funções sociais. São basicamente casas de morada e grandes construções sem divisões internas, não havendo consenso sobre o uso das últimas, a tradição oral e alguns autores, afirmam terem sido igrejas, grandes depósitos ou mesmo senzalas. Essas construções feitas em pedra tapiocanga recebiam uma estrutura simples de madeira e palha como cobertura e, se mostravam bem mais resistentes que os pousos e choupanas erguidos apenas com o uso de barro, madeira e palha.

Outro fato apontado pela literatura que reforça o caráter transitório e passageiro da ocupação feita por grande parte dos mineradores goianos do XVIII é a pouca quantidade de mulheres brancas trazidas para a província, o que fica explicito nos censos de 1812 e na falta de registros de casamentos. A presença de uma população predominantemente masculina pode ser percebida nas casas que não tinham grandes elementos de elegância e nem comodidade. Eram "barracas" de pau-a-pique ou de paredes de adobe, que serviam de abrigo a homens ricos que partiam para Rio de Janeiro e Europa logo que podiam (CUNHA MATTOS, 1875p-299). Esse "espírito" dos primeiros habitantes que é reiterado por quase todos os escritos dessa virada do XVIII para o XIX, envolvendo a situação de moradores passageiros e ensandecidos pela riqueza fácil do ouro é descrito nos textos como talvez a maior responsável pelo perfil que a colonização adquiriu na província goiana.

As casas, e outras construções erguidas por esses aventureiros, materializavam o espírito de "chegar, trabalhar e enriquecer" e depois partir. Não havia a preocupação desses primeiros povoadores de edificar uma boa casa, forte, bela, confortável, pois segundo Cunha Mattos, muitos pretendiam que sua estadia na região fosse a mais próspera e rápida possível (CUNHA MATTOS, 1875, p -299). Alguns autores apontam traços morais e sociais dos goianos que se desdobraram desse espírito dos primeiros colonos, como o concubinato, prática recorrente a maior parte dos homens da província, inclusive aos homens públicos e padres. O caso mais conhecido e destacado pela literatura é o do Governador Fernando Delgado, que possuía uma crioula, filha de um carpinteiro negro, com a qual teve filhos e vivia como família. Quando o governador se viu obrigado a

retornar a Portugal e impossibilitado social e moralmente de levar consigo mulher e filhos, cometeu suicídio na cidade do Rio de Janeiro, dias antes de embarcar. (SAINT-HILARIE, 1975, p.56)

Em 1819, Saint-Hilarie descrevendo a vida social de alguns arraiais goianos chegou à conclusão de que o fato de no século XIX os casamentos serem raros, de não haver um Capitão-Mor casado e os habitantes que optavam pelo casamento sofrerem zombaria dos demais enunciava como o concubinato era uma herança dos costumes dos primeiros aventureiros que não tiveram a intenção de se estabelecer permanentemente na capitania (SAINT-HILARIE, 1975, p.53). Afirma ainda que "os descendentes dos primeiros colonos goianos devam forçosamente ter seguido as pegadas de seus antepassados; a libertinagem tornou-se um hábito e o povo vê-se constantemente estimulado a entregar-se a ela pelo mau exemplo dos que os governam" (SAINT-HILARIE, 1975, p.53).

A casa para esses homens não possuía o aspecto de um lar tradicional, as edificações eram na verdade grandes abrigos e depósitos temporários. As fontes sobre o período apontam para a possibilidade de as primeiras edificações terem sido pensadas em sua funcionalidade de uso e não de solução arquitetônica, principalmente no que tange à sua disposição de terreno, mão de obra, tipo de matéria-prima, nível pluviométrico, umidade, temperatura, comodidade e conforto. Aspectos esses que viriam a ganhar maior importância após a concretização da ocupação, isto é, com a expansão dos arraiais, a fixação dos colonos, o crescimento das atividades e das rotas comerciais, construção das igrejas e formação das famílias. Alterações essas que foram todas transpostas para o espaço da casa.

Homens livres e escravos construíram casas simples as quais Cunha Mattos (1875) definiu como "humildes e miseráveis". A casa de pau a pique, coberta de palha ou mesmo telha, era a forma mais rápida e sem custos de edificar uma moradia, – e ainda hoje é - esse tipo de morada foi predominante nos arraiais mineradores, já que as casas de adobe, mais firmes, mais bem trabalhadas, surgiram nas vilas que apontavam como centros urbanos importantes, mas na grande maioria dos povoados, a passagem da casa de pau a pique para uma casa de adobe, só ocorreu como regra na segunda metade do XIX, à medida que o processo de ruralização provocado pela pecuária e a agricultura firmou essas duas atividades econômicas como as mais importantes da região. (CUNHA MATTOS, 1875, p.301)

As áreas mineradoras mais prósperas e com um razoável tempo de atividade, testemunharam o surgimento de construções em pedra e adobe, provavelmente cobertas de palha, o que gerava uma segurança maior e passava uma ideia de resistência e permanência. Com o passar do tempo outros elementos foram paulatinamente incorporados a essas construções, um exemplo típico foi a telha de barro, o forro e o piso. Entre os arraias que experimentaram essa transformação no processo construtivo estavam; Vila Boa, Meia-Ponte, Corumbá, Ferreiro, S. Félix e Natividade, sendo este último objeto de interesse desta pesquisa.

Levantar a história do surgimento de Natividade e de outros arraiais na capitania de Goiás, no século XVIII, requer um árduo trabalho do pesquisador que conta com um limitado acervo documental, além de informações que foram sendo reproduzidas oralmente ao longo de séculos. Neste contexto existem algumas narrativas, complementares e contraditórias, sobre o surgimento do Arraial de Natividade e três delas serão destacadas ao longo do texto: na primeira, Natividade teria surgido das minas do Arraial de São Luís, na segunda, São Luís (minas) e Natividade (núcleo urbano) são considerados como um mesmo arraial e, por fim, Natividade e São Luís foram arraiais distintos com trajetórias diferentes.

A primeira linha interpretativa, popularmente difundida na tradição oral da cidade e respaldada em alguns textos de viajantes do século XIX, memorialistas e até mesmo encontrada na Enciclopédia Brasileira de Municípios[21], diz que o Arraial de Natividade (1734) e o seu núcleo urbano no "pé da serra", se originaram das minas de São Luís erguidas no alto da serra e que receberam este nome em homenagem à Dom Luís de Mascarenhas.

Otávio Barros (1995) chega a reconhecer a possibilidades de adoção de outras linhas interpretativas, mas também reafirma a preexistência de um arraial ao núcleo urbano de

[21] A Enciclopédia dos Municípios Brasileiras, elaborada e publicada no ano de 1957 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) foi produzida com objetivo de diminuir a falta de informação sobre o território nacional, e a importância que a obra assume nos anos de 1950 já era percebida por seus editores, na introdução da publicação é dito "Amplitude territorial brasileira e as condições próprias de sua colonização levam a compreender o valor excepcional de uma obra que, se introduzindo na intimidade municipal nos oferece elementos necessários aos estudos para o aproveitamento integral das possibilidades brasileiras. Um texto que é bem representativo dos objetivos do Estado Brasileiro e que ficaram todos os evidentes nos anos que se seguiram. O que nos interessa é que no Atual Estado do Tocantins ainda carente de produções científicas sobre grande parte dos municípios de seu território, a Enciclopédia é uma das únicas produções sobre a formação dessas cidades e corriqueiramente é apontada como referência de verdade.

Natividade e que somente depois, com a descoberta de novas minas, o crescimento de novas atividades econômicas e o esgotamento das lavras de São Luís, o arraial de Nossa Senhora da Natividade prosperou (BARROS, 1995, p.34). Apesar de não fazer referência direta, o pensamento de Barros, é ancorado em pesquisas e narrativas anteriores, principalmente no texto do austríaco Johann Emanuel Pohl que diz, *"Somente em 1734 foi transferido o arraial para o atual lugar, por causa do abundante ouro ali aparecido* (POHL, apud IBGE, 1958, p.295). Soma-se a isso o fato de que o arraial de São Luiz, pela dificuldade de acesso e de bens básicos, pode não ter conseguido chegar à metade do XVIII.

A segunda linha interpretativa, não tão difundida como as outras duas, mas encontrada em textos sobre a formação da cidade, diz que o núcleo populacional de Natividade, como é típico das cidades mineradoras coloniais, se desenvolveu na encosta da Serra de Nossa Senhora da Natividade onde se encontravam as minas de ouro. Sem forçosas comparações, essa linha interpretativa parte dos exemplos de cidades do estado de Minas Gerais e a sua relação com a mineração de monte. Situação que em Goiás, para a historiografia local se deu de forma bastante diferente, principalmente por não haver registros na documentação oficial, textos tradicionais do século XIX, ou mesmo novas pesquisas que demonstrem a existência de mineração de monte. O processo goiano foi obviamente, diferentemente das cidades mineiras, mas não há como negar a relação intrínseca entre a serra, suas minas e o desenvolvimento do núcleo urbano de Natividade, portanto não seria está abordagem completamente despropositada.

A terceira hipótese levantada é a de que o Arraial de Natividade e São Luís foram contemporâneos e mantinham relações, mas que se tratava de dois núcleos populacionais distintos, um no alto da serra e outro nas suas encostas. Os autores adeptos desta narrativa se fundamentam nas considerações de Alencastre (1864), o primeiro a trazer elementos significativos para respaldar essa linha interpretativa.

O memorialista Quintino Castro (2003) acredita que pela proximidade territorial e um relacionamento tão estreito entre os arraiais, era comum a confusão de considerar os dois núcleos como um povoamento apenas. Pohl afirmava que São Luís teria sido transferido para Natividade em 1734, mas, até o momento, não há documentação que comprove essa teoria (POHL, apud IBGE, 1958, p.295). Já Manuel Marques em "Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da

província de São Paulo", diz que Antônio Ferraz de Araújo em missão de bandeira contra os índios caiapós, depois de encontrar algumas casas de pedra e ser noticiada a existência de minas auríferas no sopé da serra, teria fundado ali um novo arraial (CASTRO, 2003, p.12; MARQUES, 1958 apud, CASTRO, 2003, p.12).

Alencastre (1864) afirma que em 1731, três anos antes da data "oficial" da descoberta das minas, autoridades paraenses foram enviadas pelo seu governador a fim de manter sob sua jurisprudência as minas da região de Natividade. Ao chegarem às novas terras encontraram ali estabelecidos representantes da capitania maranhense que já cobravam os "quintos reais" das lavras em funcionamento, dando início a um conflito pelo domínio da região e pelos impostos referentes à atividade mineradora que só foi solucionado com intervenção do Conselho Ultramarino.[22]

As autoridades paulistas reclamaram ao rei que as cobranças dos "quintos" eram irregulares, já que seria de responsabilidade da Capitania de São Vicente, à qual as terras descobertas pertenciam. (ALENCASTRE, 1864, p-68). Não só Natividade, mas as minas do Norte se mostraram naquele período, mais ricas que as do Sul, atraindo o interesse até mesmo de outras capitanias (CHUVA, 1985, p.121). *Ele **[Natividade]***[23] *foi um dos maiores arraiais da capitania e ocupou o segundo lugar, depois de Meia-Ponte"* (POHL, apud IBGE, 1958, p.295). Dados imprecisos de Cunha Mattos chegam a mencionar o número de 40 mil escravos no auge da exploração aurífera de Natividade. Obviamente, esse é um número questionável devido à sua disparidade com relação ao restante da capitania goiana (CUNHA MATTOS, 1874, p.351).

São poucas as produções acadêmicas que tem a formação da cidade de Natividade como tema de pesquisa, bem como são raras as obras sobre a história da cidade. O que se destaca, são textos produzidos por memorialistas, em sua maioria cidadão nativitanos, como J. Rodrigues (1978) e Quintino Castro (2003)[24], além de textos oficiais como é o

---

[22] Em correspondências oficiais entre os governadores de Goiás e Pará, datadas do final dos anos 40 do século XIX, discutindo a pertinência da navegação dos rios Tocantins e Araguaia, Dr Joaquim Ignácio Ramalho, então presidente da Província, relata como uma das primeiras ações do governo do Gão-Pará, no ano de 1731, a expedição pelo Rio Araguaia que em suas aventuranças por terra acabou por descobrir as minas do que viria a ser Natividade futuramente. Terras paraenses, assim julgadas pelo General e Governador do Pará, Alexandre de Sousa Freire, assim iniciaria a disputa resolvida apenas com a chegada de D. Luís de Mascarenhas (RIHGB, 1870, p.85).

[23] Grifo nosso.

[24] J. Lopez Rodrigues, "Natividade: Fragmentos do passado" de 1978 e Quintino Pinto Castro, "Natividade e seu município – dos primórdios a 1949 de 2003. Dois textos simples, informativos, sem aparente rigor historiográfico, mas que enquanto produção social, como produto de uma memória social, se apresentam

caso da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958) e os pareceres técnicos para o Tombamento da cidade, no final dos anos de 1980, produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Grande parte desses textos mantém a interpretação de que São Luís e Natividade foram dois arraiais distintos e que coexistiram por algum tempo. As minas e o arraial de cima da serra aos poucos foram sendo abandonados, devido a escassez do ouro de superfície, à dificuldade técnica de continuar a mineração com a utilização de água, à dificuldade de acesso ao centro do povoamento, à falta de boas áreas para agricultura e à ascensão cada vez maior do arraial que surgia próspero aos pés da serra (ALENCASTRE, 1864; CASTRO, 2003; RODRIGUES, 1978).

Sem se prender às disputas pelo mito fundador da cidade de Natividade, nem ao mesmo tentar esgotar o tema, é interesse deste trabalho ao destacar as ruínas remanescentes da estrutura edificada no cimo da Serra de Nossa Senhora da Natividade e que pertenceram outrora às minas e ao possível arraial de São Luís, definir um exemplo daquilo que poder ser apontado como o primeiro momento de formação das técnicas e dos modos de fazer construtivos da região. Porque para a pesquisa histórica, independente de qual das premissas acerca da origem de Natividade, anteriormente explicitadas, mostrar-se mais verdadeira, os fatores econômicos e sociais que fundamentam e explicam as relações apontadas por todos os autores são inegáveis e influenciaram de forma decisiva o modo de construir da sociedade nativitana.

A partir das ruínas remanescentes do Arraial de São Luís, casas, diques e canaletas, é possível perceber que as construções de cima da serra foram feitas basicamente com o uso de pedra tapiocanga. A técnica utilizada evidencia um complexo conhecimento construtivo, uma vez que as pedras eram dispostas umas sobre as outras de forma a não ser necessário o uso de barro ou cal para a fixação das paredes. Como cobertura, essas construções recebiam uma estrutura simples de madeira roliça, cobertas com palha de babaçu ou buriti, cobertura também encontrada nas obras de pau a pique. As fundações e a estrutura de sustentação das paredes das construções de pedra fizeram dessas edificações obras bem mais resistentes que as choças e choupanas, feitas basicamente de barro, madeira e palha. O modo de fazer aplicado nas ruínas de São Luís tornar-se importante tendo em vista que

---

como fontes riquíssimas sobre os costumes nativitanos e o esforço de construir uma história oficial sore a formação da cidade.

ele será replicado em grandes obras como a Igreja de Nossa Senhora dos Pretos, algumas casas do núcleo urbano, nos muros dos quintais, nos currais de gado, além de ter sido por bastante tempo a principal técnica empregada na elaboração das fundações de uma edificação, independentemente do material empregado para erguer as paredes, seja ele pedra, adobe ou, muito posteriormente, o tijolo cerâmico.

Apesar de não haver documentos oficias que informem especificamente sobre os aspectos das primeiras habitações de Natividade, pode-se, a partir de algumas evidências, como as construções coloniais que ainda hoje resistem na memória social e na oralidade de seus moradores, reconstruir os processos de construção das primeiras choças, choupanas e casas nativitanas que não se diferenciam profundamente de outros exemplos goianos.

As primeiras soluções de moradia encontradas pelos colonos na região de Natividade foram tecnicamente simples, de baixo custo e rápida edificação. Despojadas de valor estético clássico e de comodidades, comum às construções coloniais de outras regiões do Brasil como Ouro Preto e Recife, as primeiras habitações nativitanas surgiram como cômodos funcionais, não possuíam luxo ou conforto, nem mesmo grandes atenções à sua construção, as preocupações se voltavam para um universo "prático-utilitário", necessidades demandadas pela mineração e a vida simples na cidade do interior goiano.

Ao ponto de viajantes que pelo arraial passavam afirmarem que era impossível distinguir a casa de um senhor da de seu escravo ou empregado. A adaptação às necessidades cotidianas, climáticas, limitações tecnológicas e geográficas irão compor a paisagem urbana do arraial de Natividade durante quase dois séculos. (VAZ, 2004, p.40-41) Sobre esses aspectos Vauthier a partir da sua estadia em Recife nos ajuda a entender ao afirma que, *O espírito de harmonia da construção com o clima, o meio e os materiais peculiares a esta parte da América se desenvolveria, porém, de modo mais acentuado na arquitetura doméstica; e mais por obra e graça dos mestres de obras, do que por esforço e ciência dos eruditos* (VAUTHIER, 1941, p.101)

Marcam as construções dos primeiros anos do povoamento a técnica e o saber fazer do pau-a-pique (taipa e taipa de mão) e as construções em pedra, que tinham entre seus principais elementos, matérias-primas encontradas em grande quantidade na região e que não demandavam grande domínio técnico de seus construtores. Em Natividade esses dois modos de fazer sempre apareceram como as primeiras soluções, até a primeira metade do século XIX.

Pejorativamente chamadas de Choças pela semelhança com as habitações indígenas, as casas de pau-a-pique constituíam o meio mais rápido e barato de edificação, o que comprova essa funcionalidade é o fato que até os dias atuais elas continuam sendo utilizadas para soluções emergenciais e temporárias. A tradição oral costuma dizer que a casa de taipa, é toda construída com os materiais encontrados ao redor do espaço destinado para erguer as suas fundações. A armação em madeira, que serve de sustentação das paredes - feitas de barro molhado - é toda erguida em talas de palmeiras, amarradas com fibras vegetais e coberta com palhas também de palmeira da própria região, as mais utilizadas eram o babaçu e o buriti.

As construções em pedra seca também eram tidas como habitações rústicas e ligadas a negros pobres e escravos, no caso as senzalas. Eram feitas apenas com o encaixe das pedras, sem uso de cal, barro ou material similar para fixação dos blocos, o que, na verdade não deveria depreciar, mas enaltecer o conhecimento e o domínio da técnica empregada. O grande destaque desse tipo de construção na região está nas ruínas do arraial de São Luís e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, esta última obra iniciada ainda no XVIII por ordem do alferes negro, José Rodrigues, da companhia dos Henriques e que nunca chegou a ser concluída, mas surpreende pelo porte e arrojo da construção. Cunha Mattos (1874), destaca o trabalho realizado no arco da igreja como de um grande "bom gosto e entendimento" e Pohl (1837), afirma que "concluída, seria a primeira **[maior]**[25] das igrejas de toda a capitania" (CUNHA MATTOS, 1875, p.39; POHL, 1937 apud CASTRO, 2003, p.24).

Todo o atual perímetro urbano de Natividade e zona rural é repleto de ruínas feitas em pedras, o que pela técnica empregada, mão de obra e matéria-prima contesta a afirmação de que essas edificações teriam como principal característica a fragilidade. A transformação desses dois modelos de habitações nativitanas e a inserção de novos elementos foi um processo rápido, fruto da riqueza e da migração gerada pela mineração e pelo comércio, principalmente com a Bahia.

No final do século XVIII, a paisagem urbana de Natividade passou a sofrer alterações. Os casebres pobres, a essa altura feitos em sua maioria de paredes de adobe e cobertos de palhas, começaram a ter a sua cobertura modificada e a telha de barro passa a

[25] Grifo nosso.

figurar como um novo elemento das casas nativitanas, principalmente na virada para o XIX. Pouco menos de 100 anos da sua possível formação, o arraial de Natividade é descrito por alguns viajantes como um arraial extenso, com um grande número de casas, ruas largas, boas casas, com destaque para as praças e os quintais.

O austríaco Johann Emanuel Pohl assim o descreve;

> *"(...) Seu aspecto exterior não é nem pitoresco, nem muito convidativo. O número das casas sobe a 300, todas de andar térreo, construídas com adôbe, cobertas de telha e dispostas umas contíguas as outras. Elas formam ruas bastantes largas e regulares, guarnecida de calçadas de laje. Os quintas são em sua maioria cercados com muro de pedra ou adôbe" (Pohl, 1837 apud IBGE, 1958, p.295).*

O viajante esteve na capitania goiana entre 1819 e 1820 e aponta na sua visita à Natividade, a existência de um dos maiores números de fogos da região, o alinhamento das casas no traçado urbano, construídas uma ao lado da outra formando assim ruas largas, regulares e com grandes quintais. Na passagem de Pohl pelo arraial, percebe-se que a técnica do adobe já aparece como o principal modo de fazer das casas, superando o uso da pedra, o pau-a-pique e a taipa de pilão, além da predominância das telhas de barros, ou seja, a terra é à época a principal matéria-prima da construção. Burchell esteve na cidade por volta do ano de 1828 e seus desenhos comprovam as imagens narradas por Pohl e mostram que ainda existiam casas de barro, coberta por palhas. (BARROS, 1995, p.70)

O porte das edificações, também destacado por Pohl, pode informar sobre as condições socioeconômicas do arraial, os modos de fazer e a mão de obra disponível na região. Segundo o viajante são todas edificações térreas, "rés-do-chão" e sem a presença de elementos plásticos na fachada que merecessem destaque, feitas basicamente com soluções simples. No século XIX as casas já são frutos de um processo construtivo mais elaborado, adaptados às condições naturais do Brasil central no que tange a matérias-primas e mão de obra.

Entre 1820 e 1824, o General Cunha Mattos assim descreve o arraial;

> *"(...) é extenso, aprazível, com boas casas, belas ruas, largas praças, casa do conselho, quatro igrejas, uma companhia de infantaria, duas de cavallaria, uma de Henriques milicianos e infantaria. As manhãs n'este arraial são*

> *frescas; as tardes ardentíssimas por causa da reverberação dos raios do sol, que vem da montanha que fica a oriente. Não é sadio, (...) e ahi mesmo tem pedreiras de pedra elástica. (...) No arraial existem 188 fogos" (Cunha Mattos, 1874, p.351-352).*

O trecho acima também destaca o traçado urbano, com grandes praças, ruas largas, um número pequeno de boas casas e apenas 188 fogos. A pouca distância entre a passagem dos dois autores e a grande diferença no número de casas registradas geram dúvidas sobre a precisão dos números ou mesmo o critério de escolha adotado pelo autor para o registro dos imóveis.[26] Em outro ponto do texto, o General Cunha Mattos se ateve na descrição do clima e da salubridade do arraial, haja vista que nos documentos oficiais, havia sempre a recomendação pela escolha do melhor clima e acesso fácil a água. A salubridade de Natividade é ponto de controvérsia, uma vez que Silva e Souza (1849) o aponta como um arraial aprazível, ao contrário do General e Pohl (1837), que afirmam ter encontrado um arraial insalubre.

As narrativas dos viajantes são interessantes pra pensar a paisagem urbana de Natividade e do interior[27] do Brasil na virada para o século XIX, já que esses homens, por mais que em seus escritos eles digam que não, trazem em seus textos análises comparativas com outros arraiais mineradores e outras vilas e até mesmo cidades européias como se

---

[26] A imprecisão dos números se mantem quando o recorte é a população de Goiás e de seus principais arraiais. Saint-Hilarie ao confrontar os números descritos por "Silva e Souza, Pizarro e Schaeffer" (Saint-Hilarie, 2003, p.167), diz que a população goiana teria aumentado entre 1804 e 1809, de 50.135 para 50.365, apenas 230 indivíduos, mais "4 sétimos" entre 1809 e 1819 (53. 422) e saltando para incríveis 150.000 habitantes em 1823. A inconstância e a enorme distância entre os números, o que impossibilitou a ele gerar uma média plausível, o fez cogitar que os aumentos e os descensos eram alterados a gosto de cada autor, por exemplo, o número de escravos e habitantes proporcionalmente podem ter sido aumentados a fim de esconderem uma situação real de pobreza e despovoamento e por outro lado, fazendeiros, mineradores podem ter subtraído números reais de seus escravos e empregados como resistência ao pagamento de grandes impostos. Sobre Natividade são esses os números apresentados por Silva e Souza após o censo de 1812; "Julgado de Natividade, da mesma correição **[do norte],** tem de habitantes brancos casado 37, solteiros 74; pretos casados 72, solteiros 38; pardos casados 88, solteiros 421; brancas casadas 13, solteiras 72; pretas casadas 91, solteiras 433; pardas casadas 94, solteiras 410; escravos 925, escravas 604. (…) Tem duas companhias de cavalaria, uma de infantaria, uma de ordenanças e uma de Henriques (Silva e Souza, 1849, p.492).

[27] Cabe aqui ressaltar as palavras de Vauthier nas cartas que escreve sobre sua passagem no Brasil, publicadas na RSPHAN de nº 7 do ano de 1943 com o título de "Casas de residência no Brasil". Sobre a povoação e as habitações do interior do Brasil ele conclui, *"O que iríamos achar ali [interior do Brasil, especificamente Mato Grosso]em termos de arquitetura característica? A choça do Mambaré ou da Cabaíba? Não é o que procuramos."* (Vauthier, 1943, p.129) É em linhas gerais a representação do interior para os moradores da Costa e para os estrangeiros, terras inóspitas, paupérrima e habitadas por selvícolas, apenas. (Vauthier, J. Casas de Residência no Brasil, in: Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1943, p.99)

observa na afirmação de Saint-Hilarie ao dizer que *"não devemos julgar os povoados brasileiros pelos nossos, pois em geral não passam de um amontoado de casebres miseráveis e de ruas lamacentas"* (SAINT-HILARIE, 1975, p.25).

Conforme outras importantes cidades da capitania de Goiás, como Vila Boa (1736), Pilar (1741) e Meia-Ponte (1731), Natividade apresenta a estrutura urbana tida como a básica de um núcleo colonial minerador. Tomando como ponto de partida a classificação das cidades brasileiras elaborada por Paulo Santos (2008) e a sua definição das cidades coloniais, Natividade se insere naquilo que o autor define como "Cidades da Conquista do Interior", erguidas principalmente no século XVIII ligadas as Bandeiras paulistas e a mineração. (DUBUGRAS, 1965, SANTOS, 1985, VAZ, 1985)

Paulo Santos (2008) afirma, assim como Sérgio Buarque de Holanda (1995) [28], que o aspecto dominante da cidade colonial do Brasil é o "desleixo" pela forma regular, mas vai além ao defender que a cidade colonial é sim produto de uma "obra mental", possuidora de "rigor e método" em meio a toda a desordem, constituída de uma coerência orgânica e uma correlação formal, *"genuinidade como expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida, e que tantas vezes falta à cidade regular, traçada em rígido tabuleiro de xadrez"* (SANTOS, 2008, p.20) Ao considerar a cidade informal, sem plano prévio, como a cidade da desordem, P. Santos não quer corroborar a visão de que tudo nela era feito a esmo, pelo contrário, pretende afirmar que as cidades seguiam um método indutivo, do particular para o geral e não o contrário.

Paulo Santos (2008) aproxima as cidades coloniais brasileiras das cidades muçulmanas medievais, ao destacara a presença das praças irregulares, tão comuns e abundantes na Idade Média e que podem servir de paralelo às praças do Brasil colonial. Afirma ainda que a irregularidade da planta e do terreno valorizava a arquitetura e que para esse homem medieval suas cidades não pareciam confusas e sim o contrário, eram antes de tudo, funcionais, práticas, familiares e aconchegantes. Feitas para seus meios de transporte e o deslocamento de sua população, regularmente a pé, um dos motivos dos passeios serem de largura e formas variáveis.

---

[28] Em Raízes do Brasil (1995), Sérgio Buarque assim define a cidade colonial, *"A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer a natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra "desleixo" (...)* (Holanda, 1995, p.62).

Natividade foi construída sem ter um plano prévio de arruamento, devido ao tipo de ocupação, de transporte, as atividades exercidas, a circulação de pessoas e mercadorias, a espontânea disposição dos casarios e a existência da serra e do córrego. As posições das casas deram linhas às ruas, criaram becos e definiram a particularidade de cada edificação na paisagem. Esses elementos servem para se compreender um modo de vida, um modo de fazer e principalmente a condição histórica que marcou cada etapa de desenvolvimento do lugar e de seus habitantes.

Ao se observar a planta da cidade de Natividade, o destaque é para o fato de como o traçado irregular, aparentemente sem sentido, ganha uma lógica de funcionamento quando os pontos de referência são as igrejas, os largos, as praças, os brejos e a serra. *(ver Anexo 1)*

O arruamento pode ser basicamente definido em três grandes eixos, A, B e C, conforme mapa em anexo. O primeiro (A-rosa), formado pela Rua do Meio, ligando a Matriz à Praça Leopoldo de Bulhões, onde se localizava a Casa de Câmara e Cadeia e a antiga Prefeitura, à Praça do Pelourinho. O segundo (B-azul), formado pela Rua dos Cruzeiros, ligando a Igreja de Nossa Senhora dos Rosários à Igreja de São Benedito e, o terceiro eixo (C-verde), formado pela Rua Direita que ligava de forma vertical a praça sede do poder administrativo ao Largo da Igreja de São Benedito. Talvez não seja possível identificar no traçado urbano aspectos de regularidade como em Cuiabá, mas há um sentido funcional mais aparente do que em Vila Boa de Goiás, ambos núcleos mineradores e contemporâneos à Natividade.

As casas e principais ruas estão dispostas na horizontal, seguindo as sinuosidades do brejo Prainha e da serra, que sempre foram importantes referências para a população. Os lotes, como é perceptível no mapa do *Anexo 1* não seguem um padrão, variam de tamanho, assim como os becos que aparecem em todo o traçado urbano de Natividade e assumiam uma importância função no cotidiano das pessoas do lugar, encurtando caminhos diários e povoando o imaginário do lugar com lendas noturnas.

Natividade se mostra funcional, mas desordenadamente prática, com ruas largas, grandes e que se comunicam a todo instante por meio de becos e ruas paralelas, permitindo, devido a seus pontos de referência (serra, prédios públicos e templos religiosos), uma fácil localização no seu traçado. Sendo, portanto, um bom exemplo daquilo que Santos (2008) define como “cidades orgânicas” portuguesas, nas quais cada

um dos elementos constitutivos possui uma função. Ao contrário dos traços urbanos em xadrez que não favorecem a percepção da cidade como um "ser vivo", funcional e intelectualmente ativo (SANTOS, 2008, p.48). A cidade se fez seguindo os contornos da Serra e do córrego Prainha, tornando o "desenho" urbano, uma espécie de funil que se inicia curto aos pés da Serra e sofre alargamentos em direção oposta, o córrego funcionou como um limite para essa expansão. A cidade se ergue inteiramente disposta de costas para as águas do córrego e serra, o que demonstra que a vida social acontecia no centro do povoamento, nas praças, igrejas e largos.

1.2 – "Como arraial nasceu, como vila floresceu..." [29] O século XIX, a casa de elite e outras formas de morar nativitana.

Alguns autores que se debruçaram sobre a história do norte goiano do século XIX, apresentam indícios que permitem uma interpretação sobre os motivos que possibilitaram ao arraial de Natividade, mesmo após o declínio da mineração, continuar em certa ascensão social e econômica, o que se refletiu evidentemente na configuração do seu núcleo urbano, na melhoria das casas e na manutenção e transformação dos costumes cotidianos.

São três os pilares apontados que contribuíram para manter Natividade como o principal arraial do norte goiano no século XIX; a sua importância político-religiosa, por ter sido durante algum tempo residência de lideranças religiosas e políticas; o comércio com a Bahia e Pará; e a pecuária, que mesmo não sendo comum, era exercida na região desde a primeira metade do século XVIII.

O primeiro pilar foi formado a partir da criação da Comarca do Norte em 1809, data em que Natividade é escolhida como sede provisória do governo, residência do ouvidor Joaquim Teotônio Segurado e de seus funcionários, o que perdurou até 1815, época de transferência da sede do governo para São João da Palma[30]. Soma-se a isso o fato de que

---

[29] Anedota popular, cantada pelos populares em complacência com a situação de pobreza e abandono vivido pela cidade de Natividade já na virada para o século XX. "Como arraial nasceu, como vila floresceu e como cidade morreu..."

[30] O alvará de 18 de Março de 1809 que cria a Comarca do Norte estabelece como sede de sua capital a Vila de São João das Duas Barras, a ser criada na confluência dos rios Tocantins e Araguaia (localização nos dias de hoje mais ou menos na região de Marabá no atual estado do Pará), mas que após reclames da elite de Natividade, Cavalcante, Trahíras e Arraias a capital foi transferida em Fevereiro de 1814 para a Vila de

em 1807 a prelazia de Goiás voltou a ter o "domínio espiritual" [31] sobre o norte goiano e os clérigos residentes em Natividade ampliaram seus poderes na região, bem como a escolha em 1821 do arraial como sede provisória do governo do Movimento Separatista do Norte e sua escolha em 1835, como sede da Comarca de Cavalcante. Esses elementos apontam para a construção na cidade de um aparelho burocrático mais amplo, impulsionador, se não do surgimento, pelo menos, do fortalecimento de uma nova elite local ligada aos cargos públicos, ao comércio e a pecuária. (ALENCASTRE, 1864; SILVA E SOUZA, 1849; RODRIGUES, 1978)

O segundo pilar, diz respeito à manutenção de uma rede comercial que Natividade possuía com a Bahia desde o século XVIII e que foi fortalecido com o franco desenvolvimento das vilas localizadas nas barrancas do rio São Francisco. Associado à descoberta de minas de ouro e diamantes na região da Chapa Diamantina e à ampliação de uma produção voltada para um mercado interno, no qual estava inclusa a própria vila e os povoados da região,[32] o que levou à intensificação da navegação no rio Tocantins e à ascensão cada vez maior de uma rede comercial da Comarca do Norte com a praça de Belém no Pará.[33]

São João da Palma (atual Paranã), erguida às margens do rio da Palma (atual rio Paranã). Os governantes acreditavam que a capital margeando o rio provocaria uma maior movimentação de mercadorias por vias fluviais e que a povoação que se estabelece às margens ajudaria no combate aos indígenas e seus ataques, apontados a época como um dos principais obstáculos à navegação, o que não se mostrou eficaz, fato é que em 1835, a Comarca da Palma é incorporada à de Cavalcante.

31 Até esta data o "domínio espiritual" da região Norte de Goiás, como se referem os documentos oficiais, era de responsabilidade do Bispado do Pará.

32 J. Emanuel Pohl, registra em suas memórias a visita de moradores do arraial de Almas à Natividade para comprar mantimentos, entre eles pólvora e chumbo, itens importados possivelmente de Belém ou Salvador. John Emanuel Pohl apud Castro, Quintino, 2003.

33 Seguem alguns números estimados dessa produção e sua exportação, o Algodão rendia 3,874 arrobas/ano, vendida a 750rs no Norte e 900 rs no Sul; Açúcar rendia 6,099 arroba/ano, vendida a 1$800 no Sul e 2$400 no Norte, o Fumo era vendido a 1$300 a arroba e somente o norte o exportava, este produto era basicamente para a comercialização interna. O trigo rendia 214 alqueires/ano, o arroz rendia 5,068 arroba/ano, vendida a 600 rs no Norte e 1$200 no Sul, o café rendia 212 arroba/ano, vendida a 4$800 no Norte e 2$400 no Sul, a aguardente rendia 1.575 almudes/ano, vendida a 2$400 no Sul e 3$600 no Norte. Esses números podem nos revelar inda outro dado, isto é, conforme o preço se pode ter ciência de qual comarca produzia em maior número determinado produto, tomemos a cana e o gado como exemplo, esses artigos eram vendidos a preços distintos nas comarcas, o açúcar 600rs mais caro e a aguardente 1$200 mais cara na Comarca do Norte, evidencia uma pouca ou nenhuma produção de aguardente e açúcar nesta região. Já o gado o contrário, vendido a 4$800 a "rez" no Sul e 1$500 no Norte, reflete a maior produção pecuária na Comarca do Norte. Sobre a importação os preços com os quais os produtos eram comercializados em Goiás, obviamente não são totalmente reais, haja vista os gastos com transportes que posteriormente eram atribuídos aos produtos, as informações oficiais sobre o valor importando de cada praça não necessariamente correspondem a volume de importação ou produto importado, mas também à distância e o custo de seu transporte. Dados publicados na RIHGB, por Alencastre, op cit, p. 69.

Os comerciantes do norte goiano encontravam dificuldades para fazer circular os produtos locais em direção às outras regiões do norte, ao mesmo tempo em que enfrentavam obstáculos para obter produtos de diferentes áreas produtoras para abastecer o mercado provincial[34]. A dificuldade de comunicação resultava dos meios de transporte inadequados, das estradas e pontes em péssimas condições, da pouca mão de obra, do alto valor do dízimo e da pouca população (MCCREERY, 2004, p.210-211).

A pecuária assumiu um papel de destaque na expansão do povoamento e no desenvolvimento da região norte goiana no decorrer do século XIX, mantendo a sua importância até a virada para o século XX. Constituindo-se, portanto, no terceiro pilar que permitiu à Natividade tornar-se, em dimensões econômicas e sociais, uma das principais vilas do norte goiano, atual sudoeste tocantinense.

Conforme o século XIX avançava os núcleos populacionais ligados à atividade da pecuária se multiplicavam. O que ficou evidente no maior número de povoamentos e vilas que surgiram na capitania baiana e goiana, a partir das fazendas às margens das estradas onde o produto da atividade pecuarista era comercializado e à medida que eram erguidos os ranchos que serviam de ponto de apoio às tropas de gado e carga.[35]

Na obra de Silva e Souza (1849), quando o autor descreve as principais estradas do Goiás e as suas ligações com o Rio de Janeiro, Bahia e Grão-Pará, é possível perceber pelo número de vilas à beira dessas estradas até chegar à cidade de Salvador, o quão povoadas eram as suas margens, o que pode ser exemplificado com a cidade de São João das Três Barras (atual município de Barra) e a região da Chapada Diamantina. Para esta região era exportada a maioria do gado do norte goiano, o que a tornou um entreposto comercial para onde afluíam as embarcações que navegavam pelo rio São Francisco e as tropas de animais de cargas que tinham como destino o sertão goiano, o que reforça a teoria de que o comércio, a pecuária e o fluxo populacional com a capitania baiana têm muito a informar sobre a formação e desenvolvimento do norte goiano do século XIX. (SILVA E SOUZA, 1849, p-57)

---

[34] Sobre a distância entre a província de Goiás e as principais praças de compra e venda de produtos eram, Bahia – 52 dias, Rio de Janeiro – 7 meses, São P aulo – 5 meses, Mato Grosso – 3 meses. Ver mais em SILVA E SOUZA, 1849 publicado em RIHGB e GUMIEIRO, Maristela, 1991.

[35] Alguns dos povoados surgidos no século XIX a partir de grandes fazendas são: São José do Alto Tocantins, Rio Claro, Jataí e outros.

Os três pilares destacados anteriormente podem ser considerados como os elementos que fizeram Natividade vivenciar um novo contexto econômico, cultural e social, provocador de alterações na relação da sua população com a moradia e, conseqüentemente, com os processos e técnicas construtivas que as envolviam.

A emersão de uma nova aristocracia, de uma nova elite, ligada às atividades comerciais, pastoris e aos serviços públicos, distante da velha aristocracia mineradora e diferente da aristocracia dos grandes centros urbanos do século XIX como Recife, Rio de Janeiro e São Luís, não trazia consigo apenas novas atividades econômicas, mas também novos costumes cotidianos e um novo perfil econômico, social e político que se fez visível nas suas novas demandas por moradia. Nesse contexto as casas podem ser tidas como um elemento representativo das mudanças que envolveram esse segmento da sociedade, ao se converterem em novos espaços para habitação, mas também em símbolos de poder econômico e de status social.

Esta pesquisa busca mostrar que esse desenvolvimento, definido por alguns historiadores como evolução do núcleo urbano, fica mais evidente quando o foco da análise se volta para transformações nos espaços internos das habitações urbanas, principalmente nas casas da elite, pois nas residências rurais, nas sede das fazendas e nas casas urbanas de homens livres e pobres, a simplicidade e a objetividade estrutural, bem como a ausência de adornos, o pouco número de cômodos e o uso da técnica de pau a pique[36] ainda eram predominantes.

Para Gilberto Freyre (2004), os mucambos, como se refere o autor às casas de pau a pique cobertas de telha ou palha, foram a melhor solução de adaptação ao meio e por isso essas habitações resguardam até os dias de hoje "a paisagem social do Brasil, a primitividade dos tempos da colonização" (FREYRE, 2004, p-350)

Nas obras públicas e religiosas foram reproduzidos os processos construtivos das casas de morada, sendo que a natureza do uso dessas construções implicou em um

[36] A casa de taipa nativitana é erguida a partir de uma armação em madeira, uma espécie de gaiola, obedecendo todo o desenho da casa feito anteriormente pelo mestre de obras. Essa estrutura é transpassada por talas horizontais de palmeira da própria região, que são seguras por amarras feitas em couro de boi ou cipó, já os vazios que se formavam entre as talas horizontais e a estrutura vertical são preenchidos com barro molhado, apesar de haverem casos onde materiais eram adicionados à mistura para melhorar a resistência do massará de barro, era regularmente feito de barro, água e pedras. O massará é colocado com a mão preenchendo os vazios da armação em madeira. Os materiais e algumas soluções estruturais variavam de região para região, mas o processo básico ele se mantém em todo o Brasil desde à colonização aos dias de hoje.

processo menos intenso de transformação nos seus elementos estruturais, nos seus processos construtivos e nos usos dos espaços internos. A partir da segunda metade do século XIX e virada para o XX, as casas “da rua”, as casas da elite urbana nativitana receberam novas atenções e investimentos nos componentes construtivos, nos ornamentos de fachadas e um novo agenciamento dos espaços interiores, podendo ser escolhidas como as mais emblemáticas construções para se evidenciar as transformações nos agenciamentos dos espaços, nos processos construtivos, usos de mão de obra, na utilização da matéria-prima da região e nos novos modos de morar nativitano.

À medida que avançou o século XIX, a morada da elite nativitana se distanciou cada vez mais de uma simples construção, um abrigo com a função de moradia onde predominavam as soluções simples e rápidas com a função apenas de sanar necessidades imediatas das intempéries do clima. Novos componentes foram sendo inseridos nas construções, um sinal de melhoria e distanciamento das edificações que lembravam as casas dos negros, livres e escravos e do restante da população branca e mestiça pobre moradora do núcleo urbano da cidade de Natividade e das antigas choças dos primeiros colonos.

Para este trabalho o interesse é a análise da casa do comerciante, do proprietário de gado, dos funcionários públicos, que compunham a elite local, por serem construções que ainda hoje são preservadas, evidenciando as transformações ocorridas nas suas funções e feitios, decorrentes das atividades praticadas pelo proprietário, sua família, seu fluxo social e político, além das condições materiais de sua construção, como o tipo de matéria-prima e perfil da mão de obra empregada nos século XVIII, XIX e primeira metade do XX.

A escolha pela casa habitacional se dá também, como afirma George Duby (1990), por ela refletir um fragmento da história social de um tempo, por ser uma amostra da cultura material de um povo, de um lugar, ou mesmo, como escreve Philipe Aries (1991), por não ser a casa vista apenas como um elemento fundamental para a história da vida privada, mas fundamental para uma história do cotidiano, por refletir mudanças ocorridas no tempo, arranjos internos, externos, materiais e arquitetônicos.

Autores como Gilberto Freyre (2004), P. Aríes (1991), G. Duby (1990) e M. Pierrot (1990, 1991), ao tomarem a casa como objeto de estudo a partir da sua relação com seus proprietários e o ambiente social em que esses estavam inseridos, permitem estudos

interdisciplinares que podem perpassar a antropologia, sociologia, arquitetura, história e outras áreas de conhecimento.

Diante do exposto, este trabalho compartilha da teoria de Michele Perrot (1990, 1991), ao afirmar que a forma da casa é fruto de como seu proprietário se apropria do seu espaço, o que pode revelar parte da sua visão de mundo, seu nível intelectual, suas relações políticas e sociais e suas atividades comerciais, já que "as maneiras de (…) morar se modificam" muito em razão do momento histórico em que elas estão inseridas (PERROT, 1990, p4). Segundo Ulpiano Bezerra de Menezes (2005), as casas enquanto artefatos da cultura material de um tempo, "trazem presentes na sua própria materialidade traços mais ou menos explícitos que permitem que compreendamos aspectos sociais, culturais e econômicos da sociedade." (MENEZES, 2005 apud ABRAHÃO, (prelo), p.01)

Rybczynski (1996) considera que a casa é como uma roupa que deve servir para o uso em um determinado momento e que, num contexto específico, pode se resumir a abrigar das intempéries e, em outro, proporcionar maior conforto ao levar o indivíduo a organizar os espaços internos da habitação procurando melhor desenvolver suas atividades biológicas, culturais e sociais. O indivíduo se apropria e re-significa o lugar, ao instituir novos usos, novos laços afetivos com os objetos e compor os ambientes com suas lembranças e memórias, de forma a transformar o lugar/habitação em seu e único, assegurando-lhe o aspecto de lar como concebemos hoje.

A partir dessa reflexão teórica, neste trabalho a casa[37] será considerada um dos elementos que permite a compreensão de parte do cotidiano de um indivíduo, da família ou ainda dos oficiais envolvidos na sua construção, o que permite se afirmar que o estudo desse cotidiano conduz a uma melhor compreensão da história da casa e no interior dessa história o seu processo construtivo.

A imaterialidade do cotidiano pode ser desvelada a partir da materialidade arquitetônica. Isso é atestado ao se analisar a materialidade da casa nativitana com base no seu aspecto construtivo e indícios sobre os usos do espaço interno e externo e, a disposição dos seus compartimentos em função dos seus usos, pois a casa, enquanto representação de um momento histórico traz valores de quem a construiu, de quem ai viveu, se apropriou e re-significou seus espaços. Uma minuciosa observação da casa é capaz de revelar

[37] A casa como categoria socio-cultural, como agenciamento de sentimentos e instituição econômica, Roberto DaMatta "O Brasil como morada" apresentação do livro Sobrados e Mucambos, 2004.

singularidades do processo construtivo, do seu projeto arquitetônico, bem como de inúmeros aspectos imateriais que permeavam o uso desse espaço.

A casa urbana da elite na vila de Natividade passou durante o século XIX e parte do XX por intensas transformações que podem ser associadas aos novos processos de agenciamentos do espaço doméstico e da relação deste com o espaço público, o que pode, de forma sucinta, ser colocado em três eixos explicativos: 1) os espaços de sociabilidades liminares[38] entre os compartimentos íntimos da casa e a rua: cômodos destinados ao comércio, sala de estar e corredores de entrada; 2) os espaços de sociabilidades íntimas: alcovas, copa e quarto de banho e, 3) os espaços liminares de serviços domésticos: cozinha, rancho, paiol, curral, forno, quintal e rua. Essas modificações no ambiente doméstico, envolvendo inserção e supressão nos usos dos espaços internos, bem como alterações na relação com a rua, também variavam de acordo com o perfil apenas residencial ou residencial e comercial da habitação.

Os espaços de sociabilidades liminares da casa com a rua ganharam maior destaque e importância nesse novo contexto. O espaço doméstico como um lugar de domínio híbrido, onde sujeitos habitam e trabalham, onde coexistem famílias e criados, onde privado e público se contaminam, essa relação é referida por Mota (2006) como sendo "uma dessas dialéticas que intervém na construção do cotidiano doméstico, por ventura uma das mais influentes" (MOTA, 2006, P.21)

No final do século XIX e primeiras décadas do XX, o fluxo de visitantes aumentou, em parte devido à intensificação da vida social, o que diz respeito ao aumento das redes relacionais entre as famílias e o ato de receber visitas em casa como um rito de projeção, econômica, social e em alguns casos política, mostrando distanciamento dos costumes vistos e descritos por Saint-Hilarie (1975) e Pohl (2003), que visitaram Natividade em tempos de rígida reclusão da família e principalmente da mulher ao espaço interno da casa.

---

[38] Sobre espaços liminares entende-se a complexidade existente desde os primórdios da organização, composição e entendimento do espaço como algo móvel, e ao mesmo tempo fixo, que se molda e tem capacidade moldar. O conceito de Liminaridade prefere as fronteiras, onde se constroem relações de inclusão e exclusão, "in-out", são espaços fronteiriços sem definições, *"são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. As entidades liminares estão no meio e entre posições atribuídas e ordenadas pela lei, costumes, convenções e cerimonial. Seus atributos ambíguos e indeterminados exprimem-se por uma rica variedade de símbolos. Assim, a liminaridade... é comparada... à invisibilidade, escuridão... às regiões selvagens e a eclipse..."* (TURNER, 1974, p.117 apud TAVARES, 2005, 300).

Nesse novo contexto, os lugares de recepção, principalmente a sala de estar e o corredor, tornam-se espaços de relacionamento mais com o domínio público do que com o privado. A sala tornou-se um lugar fundamental dentro do espaço doméstico [P07 e P09] com o crescimento cada vez maior da tradição de receber visitas, recepcionar convidados para os jantares das Festas de Reis, da Festa do Divino e nas novenas domésticas, hábitos que fizeram dos limites entre o "dentro e o fora", linhas tênues.

No período das festas populares de Reis, quando eram feitos cortejos pela vila, a exemplo do baile das pastorinhas, algumas casas eram escolhidas para serem os pousos, onde os brincantes eram convidados a entrar e, após a encenação e benção da casa, a participar de um jantar. As festas aumentavam o fluxo de visitantes nas casas, o que fortaleceu a expansão da "doutrina da boa aparência", com cada vez mais ornamentos sendo inseridos no espaço interno, assim como móveis, espelhos e outras mobílias que informariam ao visitante o gosto e a riqueza da família.

Essa negociação tensa entre público e privado pode ainda ser percebida quando se observa o corredor enquanto lugar de transição e espaço onde essas fronteiras se mostram menos eficazes. Alguns autores o definem como uma extensão da rua no interior da casa.[39]

A casa no final do século XIX é definida por alguns autores como um espaço idealizado para o indivíduo e sua família onde aos poucos foram sendo quebradas as rígidas fronteiras entre interior e exterior, público e privado, mas onde permanecia ainda a necessidade de preservar porções da intimidade. Em Natividade, quem fisicamente cumpriu o papel limítrofe, entre o "dentro e o fora" foi uma porta posta ao final do corredor, separando-o da sala de estar ou da copa e varanda, espaços internos construídos após as duas colunas de alcovas e destinados as intimidades da casa. A "porta do meio" como ainda hoje é conhecida se tornou mais um elemento importante nesse novo contexto.

Os lugares de trabalho, como os pontos de venda, as oficinas e os escritórios também transportaram o público para o espaço doméstico. No século XIX, não ocorria com frequência o distanciamento entre trabalho e a moradia e, em Natividade, as casas comerciais, pontos de venda de secos e molhados e açougues, geralmente, localizavam-se num cômodo à frente da casa e, em algumas casas, em uma de suas laterais [P018 e P014].

---

[39] Ver mais sobre a relação entre público e privado no espaço doméstico em MOTA, Nelson Jorge Amorim, A arquitectura do quotidiano: público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense nos finais do século XIX. Dissertação de mestrado, Departamento de Arquitectura da FCeT da Universidade de Coimbra, 2006.

Não houve ou pelo menos não há registro de edificações erguidas na segunda metade do XIX com fins apenas comerciais. Eram sempre edificações mistas, para fins residenciais e comerciais, o que fez surgir no espaço interior da casa mais uma despensa ou depósito para guardar os produtos a serem comercializado, localizados próximos ao espaço de serviços.

A partir das plantas das construções que possuíram comércio, a exemplo das plantas baixas [P022] e [P019], percebe-se uma preocupação de evitar o trânsito dos clientes no interior do espaço doméstico, não havendo, portanto, ligação direta entre o espaço interno e o comércio. As portas de entrada e saída deste último eram voltadas para a rua e, em algumas casas, para o corredor.

A rotina da pecuária também transformou o agenciamento dos espaços interiores da casa, ao trazer a necessidade de inserção de outro elemento, o paiol [P025], local de armazenamento da alimentação do gado que, somado ao curral, rancho e senzala, servia de solução para as demandas surgidas da lida com o gado. Vale ressaltar que o curral era erguido no final do lote longe do interior da casa, já a senzala e o rancho passaram à cômodo, alguns construídos no interior desta e, em outros casos, apesar de serem espaços próximos ao corpo da casa, possuíam aberturas para o quintal ou mesmo para a rua. Esses espaços permitiram a continuidade de certos costumes tradicionais redimensionados para a vida urbana do século XIX que, no período, já se caracterizava por uma menor presença de mão de obra escrava e também de um menor número de tropeiros.

Entre os espaços liminares de execução de serviços destaca-se ainda o rancho que, nos fins do século XIX, tornou-se um espaço interno da habitação, deixando de ser, como nos primeiros anos da colonização, uma construção simples que rodeava a casa sem fazer parte do corpo principal. Esta mudança ocorreu principalmente, por este cômodo não se limitar mais a servir de abrigo apenas a tropeiros e boiadeiros, mas a abrigar também caixeiros, mascates e até viajantes estrangeiros e brasileiros que pela vila passavam. Saint-Hilarie (2004), elogiando a hospitalidade goiana, cita e descreve um dos abrigos em que ficou acolhido como um espaço construído para receber os tropeiros que pelas cidades passavam. Diz ter sido necessário dividir o espaço com o milho colhido e as peças de montaria.

Muito embora a função do rancho colocasse esse espaço em constante relação com o restante da casa, inclusive em termos de continuidade física, também era possível encontrar dois espaços fisicamente dissociados como se percebe na planta baixa de uma edificação

mista localizada próxima a Praça da Matriz [P019], onde o rancho manteve-se sem ligação direta com o espaço interno, com as portas de acesso voltadas para o quintal ou para a rua. Com a continuidade do comércio de gado com a Bahia e o restante do norte goiano, a vila de Natividade mantinha-se como ponto de passagem obrigatório para as tropas de gado e os mascates. A hospitalidade tão comemorada por Saint-Hilarie (2004) permaneceu e o espaço para receber esses viajantes se manteve, agora com novas soluções.

A senzala, cada vez de menor tamanho, tornou-se, em alguns casos, um espaço dentro da casa, como um "quarto para criados" ou "quarto para escravos" *(FREYRE, 2004)*, mas isso não significou uma ruptura completa com o costume das habitações do século XVIII, que a mantinham o mais distante possível do corpo principal da casa, nem nas relações dos senhores e seus escravos, pois na casa urbana da Natividade do século XIX a senzala, apesar de estar ligada ao corpo principal da casa, ganhou um lugar específico: foi erguida ao final da área construída, sempre perto do quintal, despensa e cozinha. Em algumas construções, como observado nas plantas de algumas residências [P07, P024, P04, P05] esse cômodo é o último e tem uma porta que faz ligação direta com a cozinha. Essa aproximação da senzala com a casa se deu muito em decorrência da queda do número de escravos na vila e a utilização dessa mão de obra basicamente para serviços domésticos, em alguns casos sendo esses serviços realizados por negras livres.[40]

Em outros exemplos, há uma continuidade em relação às habitações do XVIII, pois, dentro dos limites dos lotes, a senzala, o "quarto dos criados" ou "quarto de escravos" (FREYRE, 2004), permaneceu o mais longe possível da casa, erguido ao final do lote e sem fazer parte do corpo principal da casa, como se pode perceber ao analisar a planta baixa [P01] de uma habitação do arraial minerador de São Luís, construída ainda no século XVIII, e a planta baixa [P03] de uma casa urbana de Natividade, construída no século XIX. O distanciamento físico da senzala ou do cômodo dos criados em relação a casa, permaneceu, o que é representativo da manutenção das tensões de coexistência dentro do espaço doméstico entre senhor e escravos, patrão e empregado, público e o privado.

Essa massa negra, parda e pobre, que continuou até mesmo sem a escravidão a realizar os serviços domésticos, povoava basicamente dois espaços no interior da casa: a

[40] Ver mais em TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras (estudo da construção residencial urbana) in: Revista do SPHAN nº16, p.9-136, 1968 e FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global, 2004.

cozinha/varanda e o quintal, lugares de realização dos serviços domésticos e justamente os ambientes que pouco obtiveram atenção e investimento por parte de seus proprietários. Para alguns autores, Lemos (2000) e De Góis (2000), a cozinha era vista pela elite como um lugar secundário e que, por isso, foi mantida a certa distância dos espaços íntimos das casas, o que é confirmado quando se observa a planta baixa de algumas edificações nativitanas, a saber, P012, P08, P010, P018, P020, P024, P026, P07, P022, P019 e P025.

Distanciamento esse que para Lemos (1999) e De Góis (2000) se deu pelo fato de a cozinha ser um ambiente que, pelas atividades que ali eram realizadas, vivia sujo, onde os fornos e fogareiros faziam-na ser um ambiente mais quente que o restante da casa e, principalmente, pelo predomínio da utilização da mão de obra escrava ou negra livre. Outros autores preferem creditar o distanciamento da cozinha dos espaços íntimos da casa a uma influência do convívio com o gentio que aqui já habitava e há ainda os que acreditam ser uma adaptação do colono europeu ao clima quente dos trópicos pela falta de necessidade de aquecimento interno. O certo é que o espaço da cozinha foi desprezado e subtraído dos investimentos na melhoria de sua estrutura ate mais ou menos o fim da primeira metade do século XX.[41]

A disposição da cozinha e da varanda no espaço doméstico também variava muito em função do tamanho do lote e da condição financeira da família. Em algumas casas [P017, P015, P011, P06, P05], esses dois espaços destinados aos serviços eram separados, com a varanda inserida na parte interna da casa e a cozinha na área externa erguida como uma espécie de puxado, um telhado expandido, construído de forma mais rústica e aberto para o quintal. Em outras moradias a cozinha e a varanda dividiam o mesmo espaço [P07, P023] e estavam inseridas no espaço interno com dimensões menores, somando-se a eles o espaço para o forno, que variava nas entre a área interna e externa da casa. O forno grande de barro passou a figurar como elemento importante nos espaços de realização dos serviços domésticos, um utensílio que por muito tempo foi representativo de riqueza, já que só eram encontrados nas casas da elite [P010, P03, P019, P024, P016, P011, P05], enquanto nas casas populares eram usados pequenos fogareiros.

---

[41] Ver mais em LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. Anais do Museu Paulista Nova Série Nº1 1993 e DE GÓIS, Lucia Helena Costa. Modos de morar em Natal, Dissertação de Mestrado UFRN, 2010.

A regra nas casas nativitanas foi a cozinha dividir espaço com a varanda, onde eram realizadas outras atividades serviçais, como lavar e quarar roupas, lavar louças e o tratamento de animais abatidos para alimentação. Além das motivações anteriormente destacadas acredita-se que a varanda e a cozinha foram erguidas fora da área interna e sempre ligadas aos quintais por conta da sujeira no tratamento das vísceras e dos cortes de carne, base da alimentação e do comércio dos moradores da cidade.

Os quintais foram peças importantes na dinâmica social e econômica da vila de Natividade. Também eram destinados aos serviços domésticos e possuíam geralmente uma área muita extensa onde se formavam galinheiros, chiqueiros, currais para poucas rezes, além de pequenas hortas e pomares que ofereciam complemento alimentar e temperos. Possivelmente havia nas casas da elite o costume de se ter sempre por perto uma vaca leiteira e algumas poucas criações para a alimentação diária, daí a existência dos currais, enquanto nas casas de criadores e comerciantes de gado ou mesmo de comerciantes de carnes (verde ou seca), onde o fluxo de animais era maior, o curral servia para confinamento do gado que já havia sido vendido vivo ou estava ali esperando para ser abatido. Devido à ausência de abatedouros públicos, a solução foi algumas dessas rezes serem abatidas e limpas nos quintais de seus proprietários.

Com a pouca distração, possivelmente os quintais recebiam a visita das mulheres da casa, onde poderiam observar seus filhos e se refrescarem, sendo também um espaço onde possivelmente ocorriam relações de sociabilidade das senhoras com seus empregados, dos filhos dos empregados com os filhos dos senhores, sendo ainda lugar de aproximação do púbico com o privado. Até os dias de hoje, mesmo após as subdivisões dos lotes e após uma nova ocupação das áreas dos quintais é ainda impossível entender o traçado urbano de Natividade sem destacar o uso dos fundos dos lotes.[42]

Já, alguns dos espaços de sociabilidade íntima, como os quartos de banho e alcovas em Natividade, seguiam, tradicionalmente, a disposição espacial em duas fileiras paralelas, separados pelo corredor de entrada, localizados entre os espaços liminares de sociabilidade com a rua, escritório e salas de visita e, os espaços liminares de execução dos serviços, a cozinha e quintal. A copa ou varanda é apontada como o principal lugar de convivência da família, um ambiente íntimo onde se reuniam para realizar as refeições, o que permitia

[42] Ver mapa em Anexo.

mais descontração e espaço para as reuniões de família, para escutar as histórias contadas pelos pais e avós e, posteriormente, as notícias trazidas pelos visitantes e pelo rádio. Nesses lugares, no espaço de convivência mais cotidiano e distante dos olhos dos visitantes, ocorriam às negociações, conspirações e fofocas ou aquilo que Lemos (1999) definiu como interação da vida pública nas relações da vida privada.

Dentro dos espaços domésticos resguardados do público há um destaque para os quartos de banho, localizados no interior da casa e próximos aos quartos de dormir. O que pode apontar para a existência desses cômodos como um sinal de riqueza é o fato de que a presença do cômodo foi recorrente em todas as casas da elite, enquanto em grande parte das outras moradias só foi inserido posteriormente, já no século XX. Sobre os quartos de dormir é ainda importante destacar que todos estavam interligados e mantinham ligações direta com a copa. Não havia, portanto, o isolamento entre os cômodos, isolamento este que caracterizaria o modo de morar burguês dos grandes centros.

Os quartos de dormir tinham poucas janelas voltadas para a rua, uma forma de garantir o isolamento térmico e frescor das alcovas, além de assegurar a intimidade dos moradores. Essa disposição era também decorrência do fato de que grande parte das casas eram geminadas, o que obrigava que as janelas fossem voltadas para o quintal. A exceção eram os quartos localizados na parte frontal das casas, onde os proprietários abriam as esquadrias possivelmente buscando um maior embelezamento estético e para comunicar ao passante a condição financeira da família. As janelas enfeitadas, ornamentadas, eram então representativas do status social e financeiro da família moradora daquela casa.

Apesar dos investimentos na ampliação e no melhoramento de alguns dos espaços internos, a simplicidade continuou a marcar o interior das casas, mesmo com o grande número de cômodos e elevação do pé-direito, o que proporcionou telhados mais altos. Poucas receberam mobiliários de luxo, forros trabalhados, pratarias e louças e prova disso é que Saint-Hilarie (1975) e Gardiner (1975) se referem à pobre e escassa mobília das casas visitadas, nas quais os móveis existentes eram feitos rusticamente na região e produzidos basicamente com couro, madeira e sem grandes trabalhos de talha, além de serem raras as casas que possuíam paredes pintadas, espelhos e quadros. Até mesmo as igrejas possuíam pouca mobília e pouca prataria, bastando observar que hoje na cidade e na região quase inexistem peças de mobília do século XVIII e XIX.

Para alguns autores, as alterações nos modos de vida e nas relações sociais antecedem as alterações nos espaços da casa. Na verdade, buscar compreender as interações entre os modos de vida, de ver o mundo e a área construída ajudam a melhor perceber as alterações e manutenções nos usos dos espaços internos.

A partir disso, este trabalho retoma o esquema de explicação da ocupação do solo apresentado por Vaz (2004), onde esta autora diz que primeira disposição das construções na ocupação no solo pode ser definida como "edificação-quintal" [43], típica das construções do início da colonização até mais ou menos o final do século XVIII, período marcado por habitações de pequeno porte e de poucos cômodos polifuncionais. Já a segunda disposição a autora define como "edificação-pátio/cozinha-quintal/curral", forma utilizada nas casas do século XIX até a primeira metade do século XX, quando se abandonam os cômodos polifuncionais e ocorre a ampliação da área construída.

Para Lemos (1999), os seus espaços internos podiam agora ser definidos em três categorias, "espaço social, familiar e de serviços", pois os cômodos desse novo espaço interno passaram a ter usos mais especificados, variando de acordo com os papéis dos membros das famílias, suas atividades, o número de empregados, suas tarefas e deveres domésticos. O número das divisões internas alterava-se muito conforme a disponibilidade de recursos do proprietário, número de familiares e empregados e das atividades comercias que executava.

Esta pesquisa apresentou nas páginas anteriores, e como bem define Pelegrine (2009), a casa enquanto um elemento que carrega representações do contexto socioeconômico de seu tempo, registros visuais de anseios, necessidades, medos, desejos e contradições sociais, com a preocupação de não apenas focalizar as alterações de fachada, como tradicionalmente tem acontecido nas pesquisas patrimoniais. Esta pesquisa destinou, até esse momento, uma maior atenção para com as singularidades do processo construtivo, do projeto arquitetônico, da distinção dos espaços domésticos, do convício familiar interno e com a rua, mas sem desconsiderar em momento algum as alterações das fachadas, pois são transformações que não se limitam à simples inserção de elementos plásticos. São,

[43] A autora em seu trabalho sobre a casa goiana define a casa goiana em duas formas de ocupação do solo a "edificação/quintal", representativa das construções do inicio da colonização e até pelo menos final do século XVIII e onde segundo a autora todas as atividades internas eram feitas sem grandes distinções de uso dos cômodos e a segunda maneira "edificação-pátio/cozinha-quintal/curral" representativo das construções do século XIX e virada para o XX, onde as atividades realizadas internamente já ocorriam com alguma distinção entre os cômodos e os espaços do ambiente doméstico.

antes de tudo, elementos que ajudam na compreensão da casa em sua relação com o clima, a "necessidade e exigências do tipo de cultura, família e economia predominante" (FREYRE, 2004, p.317), além do tipo de material empregado, imposição do meio físico e pressão de estilos externos sobre a vida dos moradores de uma cidade.

Em Natividade, as fachadas foram outro elemento do espaço doméstico bastante modificado no final do século XIX e primeira metade do XX. A vila viveu nesse período um processo de tratamento nas fachadas das casas da elite, basicamente, com a inserção de ornamentos plásticos, fruto do domínio do ecletismo em todo território brasileiro, molduras variadas em massa, pilastras de massa ressaltadas dos planos da parede, sobrevergas, rótulas, guilhotinas, bandeiras, cimalhas em madeira ou massa, beirais com detalhes em talha e, em muitas casas, platibandas e calhas.

Foram transformações que anunciavam um novo gosto por um embelezamento estético, mas principalmente representavam esforços de distinção social e indicação de status econômico. Os recursos de ornamentação servem para se pensar para além da situação financeira do proprietário, servem para se atentar sobre a "criatividade e engenhosidade do construtor" (VAZ, 2004, p.86). A tradição oral preserva narrativas curiosas sobre a época em que várias casas passavam por reformas nas fachadas, havendo um caso específico onde a obra na fachada ficou escondida sob tapumes, o que não era comum para o período. Essa foi a maneira encontrada por um morador para esconder e terminar a reforma sem que o vizinho invejoso copiasse seus ornamentos.[44]

Essas transformações não evidenciam só novos gostos, mas também novas técnicas construtivas e saberes tradicionais que seguiram segundo Carlos Lemos (1999), as "transformações do dia a dia familiar (…) à medida que o tempo e o dinheiro permitiam" (LEMOS, 1999, p.06). Apesar de algumas pontuais alterações, a vila de Natividade não sofreu uma abrupta ruptura com seu saber fazer construtivo tradicional de adobe. Permaneceram as construções sem apresentar traços arrojados muito em decorrência das restrições impostas pelos recursos naturais, financeiros e técnicos, ou seja, mesmo com a inserção de nova mão de obra e novas matérias-primas, a arquitetura nativitana permaneceu fruto da relação entre o que o meio ambiente tinha a oferecer e a disponibilidade do saber fazer local.

---

[44] Ver mais curiosidades sobre Natividade na Obra do memorialista CASTRO, Quintino Pinto. Natividade de seus primórdios até os dias atuais. 2003.

Os oficiais mecânicos, mestre de obra, "arquitetos práticos" passaram a conviver com essas novas demandas, a pensar uma nova distribuição, disposição e dimensão dos cômodos, uma nova estrutura de telhado e ornamentos decorativos de fachada. Esses novos agenciamentos do espaço e as alterações na fachada vieram acompanhados de uma grande transformação no perfil e na formação da mão de obra. Já que na região não havia tradição de trabalhadores especializados em ornamentos, foi preciso importar essa mão de obra.

1.3 – Mestres, oficiais mecânicos e artífices em Natividade do XVIII e XIX.

Pode-se associar a história dos oficiais mecânicos e artífices em Goiás diretamente às primeiras bandeiras paulistas e às tropas de gado que cortaram a região no século XVIII. Os relatos dos viajantes mostram que esses grupos eram compostos de inúmeros trabalhadores livres e cativos responsáveis por construir os pousos, fazer pequenos reparos nas ferramentas de montaria, abrir picadas, atravessar os rios e outros serviços que surgissem.

A documentação da época, bem como as recorrentes passagens escritas por viajantes do século XIX que se refere aos artífices e oficias, estabelecendo definições e delimitações a esses trabalhadores e suas práticas de trabalho, não pode limitar os historiadores, sob pena de deixarem escapar novas considerações e articulações sobre o universo que os envolvia.

Alguns autores, ente eles Pietro Maria Bardi (1981),[45] construíram conceitos mais abrangente para os oficiais mecânicos, conduzindo a um melhor entendimento sobre a realidade em que estavam inseridos os trabalhadores goianos, ao considerar ofícios e oficiais mecânicos, os trabalhos e os trabalhadores manuais, cuja habilidade no trato com o oficio foi apreendida na experiência empírica, com base em conhecimentos transmitidos e assimilados no convívio cotidiano entre Mestres e aprendizes. Essas habilidades eram desenvolvidas também como uma forma pela qual, homens livres e cativos, pardos e

[45] O autor Pietro Maria Bardi chega a fazer referência aos indígenas contratados ou mesmo os cativos que eram os responsáveis por abrir picadas no mato virgem, em seu texto ele já se refere a esse indígena cativou ou não como um oficial mecânico, o faz para poder deixar claro que o conceito, a prática e a postura aqui desenvolvida diferenciam muito das vivenciadas em Portugal, no Brasil oficial referia-se a quem se dedicava a artes mecânicas, trabalhos manuais. (BARDI, Mestres, artífices, oficias e aprendizes no Brasil, 1981) Muito comum no Norte Goiano do XVIII e XIX, eram os a utilização da mão de obra indígena, livre e cativa, na condução da navegação e construção de embarcações.

negros, sanavam as suas necessidades mais urgentes, como moradia e vestimentas, além de ampliarem o seu sustento com a venda de seus serviços a terceiros. (LIMA, 2003, p.36)

Esse conceito mais abrangente, que poderia parecer à primeira vista problemático, já que não considera como único ponto de partida os ofícios e oficiais organizados nas irmandades, corporações ou câmaras públicas de ofícios, permite colocar em evidência um conjunto de práticas e serviços socialmente reconhecidos, e as relações pessoais entre oficial e cliente que de fato regulamentavam as atividades dos ofícios no Goiás do século XVIII e XIX. A relação direta da contratação dos serviços entre esses oficiais que viviam fora das tradicionais irmandades e corporações e a sua clientela, foi tornando-se relativamente comum em Natividade, como atesta Silva e Souza (1849). Dados da arrecadação da Fazenda real no ano de 1764, mostram que a arrematação de ofícios rendeu cerca de 21:201$ 614rs, e que os números após o ano de 1783 eram de mais ou menos 3:600$000rs por triênio, o que não pode ser lido como uma necessária baixa no número de oficias ativos. Esses números refletem mais o fato de que sem a riqueza da mineração deixou-se de arrematar legalmente a outorga para exercício de um oficio. (SILVA E SOUZA, 1849, p-480)

Em Goiás, assim como em São Paulo, não houve uma ampla organização de oficiais em corporações, associações ou irmandades, o que diferencia essas regiões de outras como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, onde essa prática era a regra, o que não significa dizer que inexistiam oficiais mecânicos desenvolvendo atividades nessas regiões. Em Goiás, por exemplo, o "espírito de não se fixar ao solo" dos primeiros colonos mencionado por Cunha Mattos (1875), pode ser colocado como um fator que desestimulou a organização dos oficiais e ofícios em irmandades e corporações.

Apesar da existência de irmandades[46] religiosas em localidades como Pilar, Natividade, Vila Boa e Cocal, espaços que agrupavam oficiais em devoção ao santo protetor de um determinado ofício, a presença dos oficiais tinha um sentido apenas votivo e não de articulação para o mercado de trabalho. Em Natividade, as irmandades desenvolveram seu papel religioso, mas pouco fizeram pelo desenvolvimento dos ofícios mecânicos, a despeito de centros como Salvador, Rio de Janeiro, São Luís, onde as irmandades acabaram com o tempo advogando pelos direitos e defendendo demandas dos

[46] Ver mais em KARASCH, Mary. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos in: Revista de História, Goiânia, V.15, n.02, p.257-283, jul/dez. 2010.

oficiais e exercendo uma espécie de autoridade oficial responsável pela formação e legitimação de uma determinada atividade.

No Norte goiano não ocorreram situações semelhantes às dos grandes centros do século XIX como Rio de Janeiro, onde havia reclamações formais de irmandades representantes de oficiais mecânicos ao Senado e à Câmara do Império, exigindo providências das autoridades, pois havia escravos e libertos desempenhando serviços ou comercializando produtos nas ruas, sem possuírem a outorga oficial das referidas irmandades ou câmaras de ofício.[47]

Como ficou evidenciado nos tópicos anteriores, Goiás e especificamente a região de Natividade passou por um processo de desenvolvimento durante o século XVIII e XIX cheio de peculiaridades. A cidade vivenciou um crescimento com o fim da mineração e a expansão de outras atividades econômicas e, nesse contexto, uma nova camada comercial emergiu. A cidade ganhou um aparato administrativo mais complexo e ampliou a sua população fixa, elementos que tornam pertinente o estudo sobre os ofícios e oficiais mecânicos e uma análise sobre as permanências e as transformações que as técnicas e saberes empregados nos modos de fazer construtivos vivenciaram até os dias atuais.

Como a atenção dos historiadores sempre esteve voltada, primeiro para a mineração e depois para agricultura, os ofícios manuais ficaram relegados ao segundo plano na análise da vida econômica e social do Goiás no século XIX. Elizabeth Rabelo (1977) em seu texto sobre os oficiais mecânicos paulistas do século XVIII traz uma passagem que ajuda a entender o processo goiano, ao afirmar que os oficiais mecânicos "constituíam números inexpressivos dentro de uma maioria de homens vivendo da lavoura, de uma minoria vivendo do comércio, de tropa (de gado), pecuária, de cargos públicos, militares ou eclesiásticos" (RABELO, 1977, p-577)

Algumas atividades dos artífices, artesãos e oficiais goianos, foram descritas por alguns viajantes oitocentistas e trazem consigo informações sobre a formação e as habilidades desses trabalhadores. Assim os descreveu Saint-Hilare (1975, p.44-52): "Bom gosto e habilidade dos goianos"**,** referindo-se, especificamente, a alguns trabalhos de marcenaria, mobiliário e prataria, os quais ele descreve como, "objetos muito bem

[47] Sobre os Artífices e Oficiais no Rio de Janeiro ver; LIMA, Carlos. Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808). Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. e MARTINS, Mônica de Souza Nunes. Entre a Cruz e o capital, Tese de doutoramento, IFCHS-UFRJ, 2010.

trabalhados e que haviam sido feitos na província", ou ainda, "são bastante hábeis e não saíram da região, nem para apreender, nem para aperfeiçoar suas habilidades".

O general Cunha Mattos (1875) destaca os belíssimos trabalhos de talha das igrejas dos arraiais de Traíras e São José, a presença de boas pratarias, altares e belíssimas imagens sacras. Apesar do pouco fausto que existia nas edificações em geral, Cunha Mattos, descreve com muito afinco o arco central da Capela-mór da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ao mencionar tratar-se de um "trabalho perfeitíssimo" e de que quem o fez teria "muito bom gosto e entendimento." (CUNHA MATTOS, 1875, p.39) As ruínas da Igreja ainda deixam transparecer traços de uma obra realmente fascinante, constituindo-se, pelo porte e pelo modo de fazer, um rico trabalho em pedra, com elementos suficientes para se especular sobre a presença na região de Natividade de uma mão de obra especializada nos ofícios de construir em pedra tapiocanga.

Em toda a província de Goiás, as técnicas construtivas eram rudimentares, de um baixo nível técnico, com pouco investimento em máquinas e qualificação de mão de obra, o que para muitos autores pode ser um sintoma da sociedade escravista do século XIX, na qual as habilidades adquiridas pelos oficiais se davam no exercício cotidiano das atividades e na satisfação das demandas mais imediatas da sociedade. Pietro M. Bardi (1981) destaca que esses oficiais, pedreiros e carpinteiros, por exemplo, manifestavam sempre grande demonstração de bom senso construtivo, cálculos acertados e perspicácia em solucionar os complexos problemas da moradia, o que, segundo, o autor ainda se faz presente nos dias de hoje**.**

Grande parte desses trabalhadores eram homens que viam no aprendizado de um ofício a oportunidade de sobrevivência, de sustento da família e até mesmo de mobilidade social. Havia entre os oficiais a ausência de uma dedicação exclusiva a um único ofício, havia uma diversificação no domínio das atividades, sendo muito comum um oficial exercer vários ofícios simultaneamente. Mesmo não sendo o objetivo central deste trabalho, não há como deixar de destacar a pertinência dessa análise para uma melhor compreensão das relações cotidianas em que estavam inseridos os oficiais, numa incessante construção de estratégias de sobrevivência e ascensão social em meio a uma sociedade enrijecida pela desigualdade, bem como a dinâmica de muitas fugas de negros cativos, pois muitos desses escravos, após aprenderem um ofício, fugiam, adotavam nomes

diferentes dos de batismo e vendiam a terceiros as suas habilidades. (MOREIRA [et al], 2006, p.26-27-28-30)

Em Natividade, no século XIX, como apontado em páginas anteriores, era principalmente o reconhecimento social que regulamentava os ofícios, as relações pessoais entre os oficiais e o restante do corpo social é que definiriam o trânsito desses trabalhadores e a contratação dos seus serviços. Segundo Carlos Lima (2008), as ações corriqueiras das corporações e irmandades que, tradicionalmente, eram responsáveis pelo enquadramento institucional dos oficiais mecânicos, no cotidiano, foram substituídas por intricadas redes de relações pessoais.

Carlos Lima (2008) destaca que se considerando o fato de que a sociedade escravista imperial não era um espaço fácil de inserção social e a presença de uma grande massa de homens livres e pobres, não é difícil entender porque que a prestação de serviços pessoais às autoridades, comerciantes e fazendeiros era tão recorrente e baseada naquilo que Pietro Maria Bardi (1981) definiu como "fama reconhecida" dos oficiais.

A fama poderia garantir aos trabalhadores um mercado seguro, o que explicaria as frequentes mudanças dos artífices de um ofício para outro, a combinação de ofícios de naturezas diversas, ou mesmo o exercício de outras atividades juntamente com o artesanato. Segundo Carlos Lima (2008), isso deve ser entendido como uma estratégia dos oficiais e artesãos para tentar sobreviver em meio a um mercado restrito, oscilante e marcado pelo monopólio da importação.

O perfil desses trabalhadores oficiais indica uma forte presença de homens livres, em sua grande maioria de pardos e negros. Cunha Mattos (1875) destaca a resistência de homens brancos em exercer o trabalho manual por estarem essas atividades braçais associadas aos negros escravos ou livres de cor. Numa sociedade estruturada em "ordens" [48] e de caráter escravista, na qual os homens *de cor,* mesmo acumulando fortuna, ascendendo socialmente, tornando-se senhores de seu negócio e proprietários de oficinas, permaneciam sendo colocados numa posição subalterna, explica-se "porque *muitos após acumular fortuna em favor de uma melhor posição na sociedade abandonavam o ofício".* Isso demonstra o quão desprestigiados eram os ofícios mecânicos (CUNHA MATTOS, 1875, p.37; LIMA, 2008, p.195-196).

[48] Ver mais sobre a Sociedade de Ordens em LIMA, Carlos A. M. Artífices do Rio de Janeiro, Apicuri, 2008.

Com o fim da mineração a população livre e cativa que ainda restava na província de Goiás se dedicou a atividades relacionadas à feira, ourivesaria e ao comércio em casas de secos e molhados, o que estimulou a expansão dos ofícios e oficiais relacionados à construção como, pedreiros, carpinteiros, oleiros, ferreiros, serralheiros, além de outros como, sapateiros, costureiros, funileiros, cozinheiros (DUBUGRAS, p-54).

No final do século XIX, essa massa trabalhadora se amplia com a chegada dos "Mestres baianos", oficiais mecânicos responsáveis por grande transformação nas casas e nas técnicas construtivas de Natividade. Os registros mais antigos da chegada desses oficiais no norte goiano são justamente nesta cidade no ano de 1892, trazidos por um morador que, em viagem à cidade de Salvador, resolveu copiar os elementos plásticos de fachada vistos por lá. Esses Mestres, influenciados pelo ecletismo dominante nas vilas do sertão baiano, passaram a inserir novos elementos, novos materiais e novas técnicas no saber fazer da construção em Natividade. Destaca-se, Mestre Eduardo, pedreiro, que segundo a tradição oral, foi o primeiro a chegar e fixar moradia, trazendo consigo Arthur Rio, popularmente conhecido como "Mestre Bomba", alcunha ganha por sua especialidade em elementos decorativos. Mestre Chaves e Mestre Joaquim Carpina, ambos eram carpinteiros, são apontados até hoje como membros da principal geração de Mestres oficiais especializados no saber fazer da construção.

Ao longo deste capítulo foram analisados os contextos e processos através dos quais emergiram os ofícios e os saberes da construção nativitana no século XVIII e XIX, de forma a subsidiar as discussões que seguirão em torno das relações de permanências e transformações que cercaram e cercam as técnicas e os saberes construtivos na cidade de Natividade. Sem negar a existência de uma permanente tensão entre continuidade e descontinuidade, entre nosso passado e nosso presente, tomar-se-á a memória como lugar de acontecimento da tradição, vital para o entendimento do jogo de permanências e rupturas que envolveram os oficiais e seus saberes na Natividade do século XVIII até os dias atuais.

"Como trágica ladainha a memória boba se repete. A memória viva, porém, nasce a cada dia, porque ela vem do que foi e é contra o que foi"

(Eduardo Galeano – Livro dos abraços)

CAPITULO 2 – **Retalhos de Sabença:** memória e tradição nos ofícios da construção tradicional.

"O passado não reconhece seu lugar, está sempre no presente"
(Mário Quintana)

2.1 – Os ofícios da memória.

Cecília Londres adiantava que conhecer "é o primeiro passo para proteger" (LONDRES, 2004, p.14), mesmo que essa vontade ou preocupação só venha diante da iminência da perda. Sendo assim, este capítulo tem por objetivo dar a conhecer as experiências e trajetórias dos Mestres e artífices[49] que guardaram e guardam os saberes da construção tradicional em Natividade e, a partir da narrativa de suas memórias, descrever os ofícios e saberes da construção tradicional e suas relações de continuidade e transformações ao longo do tempo, ciente que uma pesquisa de memória é, pelo menos em um primeiro momento, uma luta contra o esquecimento. (RICOUER, 2007, p.424)

A história, segundo Márcia Chuva (1998), tem um grande papel na identificação, enunciação e valoração dos bens e práticas culturais, pois a pesquisa histórica possibilita a compreensão dos processos pelos quais esses bens e práticas passaram ao longo do tempo até a construção do seu sentido, forma e valor contemporâneo. Para a autora, a linguagem histórica, enquanto tradução de linguagens culturais, com temporalidades e espacialidades próprias, levanta duas questões: a primeira que tradução significa decodificação e um novo agenciamento na linguagem, e a segunda, que implica na falta de imparcialidade e neutralidade, já que o historiador traduziria para os seus códigos de linguagem do presente, elementos culturais do passado.

---

[49] Mestre [Do esp. maestre ou do fr. Ant.maiestre, pelo meestre.] S.m. 1 Homem que ensina; professor. 6 Artífice em relação aos seus ofícios. 10 Chefe de operários, mestre-de-bras. Artífice [Do lat. Artifice.] S 2 g. Operário ou artesão que trabalha em determinados ofícios.; artista. Extraído de Mestres artífices de Pernambuco, IPHAN, 2012, p.07. Mesmo acreditando que esses Mestres da construção tradicional são sim todos artistas iremos adotar essa distinção, entre artífices e Mestres, apenas por uma opção didática para melhor entendimento do leitor.

Quando a autora se refere a "desconstruir códigos e construir leituras" se aproxima daquilo que Durval Muniz (2006) diz ser a tarefa do historiador, que é violar memórias para gestar a história. Partindo do presente, o historiador decodifica a memória na tentativa de uma tradução, no sentido de desconstrução de uma verdade única e da ideia de um retorno total ao passado. Já que a pesquisa histórica não tem a pretensão de reproduzir fielmente o que aconteceu no passado, pode-se entender que traduzir seria algo próximo da noção de recriação e de interpretação.

A pesquisa histórica em si é, para alguns autores, um método de preservação, tanto pela sua dinâmica própria de pesquisa e escrita da história, como pelo seu processo de atribuir significados e valores, construindo e desconstruindo memórias. Não se busca na pesquisa histórica, e nem neste trabalho, a "imortalização" das práticas, saberes e memórias no texto escrito, até mesmo porque a pesquisa histórica em si e o texto histórico não são capazes de garantir a preservação do bem. São capazes sim de criar formas de identificação e valoração que, sem a pretensão de obstar ou cristalizar o bem no tempo, favoreçam a continuidade das manifestações culturais, especificamente dos ofícios e saberes da construção tradicional.

Para uma melhor compreensão de onde teoricamente se insere esta pesquisa seguem breves comentários sobre o que aqui se entende como referência cultural, ofícios e modos de fazer, memória e tradição.

No final da década de 1970 insere-se nos debates e ações concretas das políticas culturais no Brasil, e particularmente no IPHAN, a noção de "referência cultural", o que causou uma grande virada institucional. Essa noção alinhava-se à teoria da antropologia cultural de Geertz (1989) e se espalhava pelas universidades e entre os militantes do movimento social brasileiro, trazendo à tona questões até então desprezadas, como por exemplo, questionamentos acerca da legitimidade dos valores erigidos como representativos da cultura brasileira.[50]

Por "referencia cultural" se entende "as representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem a paisagem, as edificações e objetos, aos "fazeres" e "saberes", às crenças, hábitos e etc" (LONDRES, 2000, p.14). No

[50] O processo de virada teórica e pressão social também se fizeram presente no texto da Constituição Federal de 1988 especificamente em seus artigos 215 e 216 e desembocou na criação do Decreto 3.551/2000 que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI.

manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o conceito de referência cultural remete à alusão, à identificação, mas também a uma "marca que indica limite e que estabelece termo de comparação e diferenciação. (…) o chimarrão é uma referência da cultura gaúcha, tal como o conjunto urbano do Pelourinho e a capoeira podem significar a Bahia" (IPHAN, 2000, p.29)

Este trabalho considera "referência cultural" como sendo também, as artes, os ofícios e modos de fazer que a memória social atribua significado diferenciado, atribuindo-lhes valor ou sentido patrimonial, por serem os mais belos, os mais praticados, os mais lembrados ou mesmo por já estarem ameaçados de desaparecimento.

Essa noção de referência cultural desloca e desconstrói a ideia de que os bens culturais possuem valor em si mesmo. Ao mudar o foco da atenção menos para a excepcionalidade ou monumentalidade e mais para a dinâmica social de atribuição de sentidos e valores aos bens e práticas culturais, possibilitando o surgimento de trabalhos como este que considera os sujeitos mais que meros informantes, considera-os "intérpretes de seu patrimônio cultural" (LONDRES, 2000, p.14).

Assim a narrativa oral dos Mestres e artífices nativitanos, detentores de um saber tradicional, não apenas exprime ou diz sobre sua prática, não traz apenas informações sobre a prática cultural cotidiana desses senhores, mas constitui um "saber-dizer" (CERTEAU, 2004) que funda um passado, uma memória, criando uma tradição que opera de forma inventiva uma re-significação de bens e práticas culturais, ligando-os a uma coletividade.

A memória dos Mestres nativitanos constitui um ponto de partida para o mapeamento das técnicas, modos de fazer e ofícios da construção tradicional nativitana, permitindo perceber as permanências e transformações com passar do tempo. Isso é possível quando se toma a memória, enquanto reconstrução do passado, como um todo constituído de lembranças aproximadas da percepção do presente, um presente que é fruto da continuidade e da semelhança com o passado, constituindo-se parte fundamental da invenção das tradições.

Para Halbwachs (2004) esse lembrar não é de modo algum reviver, mas sim refazer, reconstituir a partir das vivências do presente. Para o autor, a experiência da memória é limitada pela certeza de que o passado acionado não será em hipótese alguma a realidade tal como se deu e nem vista em sua totalidade.

A memória não seria, portanto, algo produzido espontaneamente, pois a memória não é sonho, a "memória é trabalho" (BOSI, 1987) e o ato de lembrar não pode ser entendido como algo ingênuo ou banal. Em algumas entrevistas com Mestres e artífices nativitanos isso fica evidente:

> *"Porque digamos assim, se eu um dia adivinho que alguém teria interesse de conhecer o meu conhecimento com "adobo", eu num tinha buscado maior conhecimento, maior forma de falar com mais clareza daquilo que eu já fiz? Eu tenho certeza que minha palestra, minha fala inicial ela foi confusa, porque eu não tinha um direcionamento aonde você queria chegar, eu não tava preparado pra isso, como ainda não to, mas pelo menos comecei a assimilar" (Mestre Belarmino).*

A fala de Mestre Belarmino é um exemplo de como o que é lembrado tem um sentido, de que nada é lembrado ou esquecido de forma inocente e que as memórias são construções sociais e, a todo instante, de forma consciente e tendenciosa, ora são construídas, ora são revisitadas *(BURKE, 2006).* Michel Pollak (1989) em *História, memória e esquecimento* ajuda na compreensão da fala de Metre Belarmino esclarecendo que a memória é uma operação consciente de definir e reforçar sentimentos de pertencimentos, fronteiras entre coletividades, reafirmação, evocação ou construção de identidades.

Memória é definida por Pollak (1989) desta maneira:

> *"A memória essa operação coletiva de acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais (...)" (POLLAK, 1989 P-9)*

Na definição do autor, a memória e os seus enquadramentos são frutos de ações conscientes ou não, capazes de manter ou criar a coesão dos grupos sociais, das instituições e da coletividade, fazendo-os compartilhar seja uma identidade, seja uma tradição ou um passado comum. A memória não pode ser vista como um discurso natural, inocente, é mais que isso, é o resultado da transfiguração das experiências externas de cada indivíduo e das suas impressões e interesses próprios e, portanto, susceptível de seleções, interpretações e distorções, sejam essas intencionais ou não.

Uma, entre as ações reivindicadas e presentes de diversas formas nas falas dos entrevistados é a necessidade de uma maior valorização desses trabalhadores pelos poderes públicos:

> *"À medida que eu percebesse que há um interesse por parte do poder publico de investir num certo conhecimento a gente tem mais desejo e tempo de repassar. Isso porque na medida que eu sou, que alguém tá investindo em mim, pelo meu conhecimento, eu vou ter prazer de passar isso pras pessoas, eu vou procurar público pra mim repassar esses conhecimentos, eu vou procurar viver mais de perto, aprofundar meus conhecimentos" (Mestre Belarmino)*

Mestre Belarmino fala em valorização referindo-se à valorização financeira como um incentivador para a transmissão do seu saber. Mesmo achando que isso não resolveria todos os seus problemas e dos seus companheiros de profissão, acredita que uma valorização financeira específica para os Mestres contribuiria na continuidade da prática.

Outro mestre refere-se à valorização reclamando dos valores pagos aos Mestres da construção tradicional nas reformas feitas pelo Programa Monumenta em Natividade e o "custo" do trabalho:

> *"Só se tivesse salário pra ficar só na reformas das casas velhas. Num valia a pena, é difícil demais mexer com casa de adobo, tá entendendo? Assim, é poeira demais, muita poeira que dá esse trem, dificuldade, tudo é pesado, mais pesado que mexer com tijolo. Tem casas baixas e têm casas muito mais altas, alta, alta, alta" (Mestre Tinda, 47 anos).*

Mestre Tinda diz que atualmente os valores pagos por um trabalho que exija técnicas tradicionais estão muito aquém de todas as exigências e dificuldades que esse tipo de trabalho envolve.

Mestre João Riel fala em valorização referindo-se primeiro à questão financeira e à dificuldade de sobreviver do ofício; *"é um meio de vida, é o que a gente aprendeu pra sobreviver, mas que hoje praticamente nada compensa, num tem um serviço que você pega e vai dizer esse aqui vai bem"* e, segundo, referindo-se à memória material do legado de seu pai, como se percebe ao falar saudosamente das peças que não guardou:

> *"Muita vezes eu guardo pra mostrar pro pessoal como era difícil, eu queria era ter guardado aquele "cepilho" de madeira, mas eu não valorizei, deixei pra lá, mas por bem, essas furadeiras, pua, trado, tudo eu guardo, arco de puá, negócio de fazer rosca em ferro (...)" (Mestre João Riel, 58 anos).*

As narrativas acima podem ser melhor entendidas quando vistas de acordo com o que Gondar (2005) alerta aos pesquisadores: de não olharem para uma lembrança (narrativa oral) ou um documento (casario colonial, ferramentas, quadros) como algo inócuo, pois eles são produtos de um grupo e um tempo que os produziram, mas também dos grupos e sujeitos que os conservaram, fazendo-os chegar até os dias atuais. É uma espécie de montagem intencional que se destina ao porvir e, portanto, se deve sempre olhar essas lembranças e documentos e perguntar quais as circunstâncias e a partir de que vontade eles permaneceram, pois todo e qualquer "conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja" (GONDAR, 2005, p-17).

Mestre Belarmino, consciente da importância da sua fala, valoriza o seu passado e pensa o seu futuro e dos outros Mestres da construção tradicional ao dizer que:

> *"Eu acho que o importante é você ter a sua residência e preservar uma história, por exemplo, o adobo [adobe], o adobo é uma história, o tijolo é uma modernidade que amanhã ele pode ser uma história, mas hoje quem tá no auge da história chama-se adobo, adobo e telha de cocha. (Mestre Belarmino).*

No trecho acima Mestre Belarmino dá valor ao seu saber-fazer representado pelo "adobo" (adobe[51]) e pela telha de cocha, afirmando serem eles os elementos que hoje são valorizados enquanto "história". Para o entrevistado, história teria o significado de passado, de memória, logo associando o tijolo cerâmico como sendo elemento de modernidade, produto de invenção recente e industrializada.

---

[51] Definição de adobe ou adobo "Tijolo ou paralelepípedo feito com uma mistura de terra crua, água em pequena quantidade, estrume e fibra vegetal ou ainda crina de animais. Possui em geral grandes dimensões e é seco à sombra e, depois, ao sol, que difere do tijolo por não ser cozido ao forno. Deve ser revestido com massa de cal e areia e podem ser argamassados com barro. O termo adobe vem do árabe attobi e designa, também, seixos rolados dos leitos de rios." (Dicionário de Arquitetura) disponível em http://www.arquitetando.xpg.com.br/dicionario%20de%20arquitetura.htm (último acesso em 26/08/2012).

O conceito de lembrança nos ajuda a entender o esforço de Mestre Belarmino em valorizar o adobe e a telha de cocha como passado, como "história". Para Gondar (2005) a lembrança "é uma recomposição do passado, não é o acesso direto a esse passado, mas fruto de um trabalho de rememoração que é feito no presente" e, portanto, não seria apenas interpretar aos olhos e necessidades de hoje o vivido, mas referenciar também o futuro, sobre o que pretendem e esperam esses Mestres do *por vir* (GONDAR, 2005, p-16).

Gondar (2005) se aproxima daquilo que Halbwachs (2004) define como lembrança:

> *A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 2004, p.71)*

A reconstrução dita por Halbwachs envolve uma tomada de decisão, a escolha por um passado e por um futuro, feita tanto pelos interlocutores como pelos pesquisadores. Bosi (2003) esclarece aos pesquisadores da memória social que seja qual for o caminho teórico que se escolha, este estará sempre comprometido ética e politicamente, porque no campo da memória social toda perspectiva envolve a escolha de um passado e a aposta em um futuro.

Sendo assim, um dos objetivos deste trabalho é identificar e enunciar os ofícios e modos de fazer da construção tradicional nativitana, atentando para as sedimentações do passado e principalmente para as mudanças e desafios impostos pelo tempo presente, que implicarão na construção de bases para a sua preservação e seu futuro.

Esta pesquisa parte da ideia de que o historiador não pode olhar para a comunidade e acreditar não haver ali disputas, conflitos, silenciamentos, negociações de memória ou mesmo achar que ela deteria a verdade sobre um fato ou uma prática. Os sujeitos ou grupos sociais também estão carregados de conhecimento e de formas distintas de apropriação das memórias, o que lhes permitem reconstruir o passado e projetar o futuro, que lhes poderá ser útil, escolhendo o momento de silenciar ou emergir suas memórias.

Os vazios (silêncios) referidos acima que compõem as narrativas orais e, que em um primeiro momento poderiam ser vistos como problemas, passam a ser incorporados como mais um importante elemento de análise. A memória que falha, a lembrança que não corresponde aos fatos, não pode ser ignorada porque o passado para a história é sinônimo

de diferença, mesmo que se busque continuidade, e é isso o que dá ao historiador, segundo Durval (2006), o direito de se inserir na vida e na memória de um grupo e emitir juízos de valor na busca por descortinar as diferenças. Enquanto a memória constrói identidades a historia tenta desvendá-las.

A compreensão sobre a lembrança, enquanto uma ação voluntária e intencional, nesta pesquisa se alinha à definição elaborada por Durval Muniz (2006), assim o autor a define:

> *"[a lembrança] é, pois, um trabalho de organização de fragmentos, reunião de pedaços e de coisas, pedaços da própria pessoa que boiam no passado confuso e articulação de tudo criando com ele um mundo novo. (...) é este nível da memória que fixa as experiências, inventa as tradições, portanto, nada conserva do "passado futuro", ela é produto do trabalho e da inteligência em que o narrador incorpora sempre o acontecimento na sua vida e o narra como experiência individual. Ela é, pois, um ponto de vista sobre o passado. (ALBUQUERQUE JR, 2006, p.04)*

O passado evocado nas lembranças e narrativas dos Mestres e artífices nativitanos e trazido à tona pela memória coletiva que lhe é agregada, fala de si e dos seus, procurando achar uma continuidade, ou uma identificação do seu presente, ou do presente do seu grupo, com um passado em comum.

Os historiadores estão diante de um passado incorporado e absorvido por uma memória como recurso, como riqueza que constitui as identidades dos sujeitos, somado a inúmeros outros pontos de referências.

Na fala dos Mestres as "casas véa" aparecem sempre como ponto de referência para exemplificar ou mesmo validar a sua narrativa:

> *"essas casas véa ai pode olhar, essas casas pode descascar que essa base ai tudo é pedra" (Mestre Toin, 80 anos)*

> *"Isso é das casas antigas (referindo-se à estrutura de cobertura da sua casa) cumieira e as lateral (frechal). (Mestre Belarmino)*

> *"A gente botava um pedacinho de ripa assim, mas botava ela assim, enchia, depois ai cortava a largura que queria ao redor das portas, agora é aquele modelo "vei" daquelas casas daquele tempo" (Mestre Biluca)*

Os Mestres estão ligados às casas e ao sítio tombado pela memória, mesmo que de forma involuntária. São lugares vividos e cheios da presença de ausências, lugares que mostram no visível suas invisíveis identidades. O que fica melhor compreendido ao se pensar coisas e objetos como "lugares de memórias" (NORA, 1993), lugares capazes de atualizar lembranças, referências de uma época distante que frequentemente são integrados a sentimentos de filiação e de origem dos homens do presente.

As casas citadas pelos Mestres podem ser lidas como parte constituinte de uma memória individual e coletiva, "a casa como objeto cultural, coloca-se como um dos recursos de rememoração possíveis no universo individual e coletivo, por se mostrar como um fragmento dentro do cabedal infinito que é a memória" (BOSI, 1994 p.360-361).

A materialidade da casa faz parte do cenário que compõem a memória: a casa enquanto monumento histórico, como "monumento-documento" (LEGOFF, 1990) é produto de um processo que elegeu essas casas e essas ruas como testemunhos de uma época. Michel Pollak (1989) ajudar a compreender essa relação ao dizer que a memória, sendo seletiva, sofre alterações a depender do momento em que é articulada e a partir daí, expressa e estabelece seus elementos constitutivos em acontecimentos, pessoas e lugares, possibilitando haver projeções e transferências entre estes.

As casas são os "lugares de memória" que Nora (1993) definiu como os restos, os rituais de uma sociedade sem ritual e que só são construídos porque não mais se vivencia a memória que se está reivindicando, uma "memória que se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto" (NORA, 1993, p.09) e ajuda a compor uma memória coletiva em resposta a essa necessidade dos grupos sociais, sejam eles étnicos, comportamentais, geracionais, ou de trabalhadores, de vivenciar uma memória viva e dinâmica no dia a dia.

Os lugares de memória são aquilo que Durval Muniz (2006) define como "reminiscências", uma ação involuntária, uma "brecha que se abre no tempo e mistura passado e presente, faz com que pensemos na coexistência destes" (ALBUQUERQUE JR, 2006, p.03) e possibilita ao homem do presente a sensação de eternidade, mas que, diferentemente da lembrança, não depende unicamente dos esforços do indivíduo.

As lembranças e as reminiscências são, pelo menos para esta pesquisa, os dois elementos mais importantes que compõem as memórias individuais e a sua consequente participação na formação da memória coletiva, ponto de partida deste trabalho.

Ao compreender a memória como algo complexo e múltiplo, esta pesquisa aproxima duas concepções de memória: a lembrança (narrativas orais), uma ação voluntária que busca construir um passado para um presente, e a reminiscência (lugares de memória), uma ação involuntária que busca trazer o passado em estado puro até o presente, para entender o processo pelo qual os Mestres compõem as suas narrativas sobre a tradição de construir na cidade de Natividade.

Na busca de entender as transformações e continuidades que sofreram os ofícios e modos de fazer da construção tradicional, as narrativas dos Mestres e artífices, herdeiros dos ofícios e guardiões da memória, surgem como ponto de partida, uma vez que as experiências vividas e os saberes repassados de gerações a gerações foram e ainda são transmitidos predominantemente através da oralidade.

Mais do que apenas exibir e focar nas técnicas, nos materiais e ferramentas, o que se pretende a partir de agora é tornar inteligível as relações de permanência e transformação entre os bens e práticas culturais e possibilitar leituras sobre o que significam para quem hoje os vê, evoca e vive, numa tentativa de submergir no universo dos Mestres e artífices tradicionais da construção, no seu conhecimento e nas suas experiências, naquilo que possibilitou a esses homens um domínio tão apurado das técnicas de construir.

Sendo assim, torna-se necessário ouvir os Mestres, a fim de desvendar como esse saber herdado aparece nas lembranças desse grupo, principalmente nos pedreiros mais velhos. Com o foco nas falas do sujeito produtor de conhecimentos, ou seja, do próprio Mestre sabedor, busca-se construir a partir dos fragmentos, dos retalhos de narrativas sobre o passado e sobre o presente, um trabalho de enredamento que pretende revelar os esforços de construção de um passado comum para um grupo social e garantir bases para que estes retalhos de sabença cheguem às futuras gerações.

2.2 – Construindo Casas e Construindo Ofícios: As Memórias de Mestres e Aprendizes.

Partindo da ideia de que os Mestres de ofícios tradicionais são erguidos a esse *status* por uma chancela construída socialmente entre os moradores da região em que vivem e trabalham e, entre o próprio grupo de Mestres, esta pesquisa definiu seus interlocutores a serem entrevistados a partir desse reconhecimento social. Por serem sujeitos da prática,

esses Mestres, são ao mesmo tempo, depositários de uma memória, de uma tradição e de um saber vivo, dinâmico, cheio de atualizações e transformações sofridas ao longo dos anos.

As narrativas desses Mestres, a partir dos fios das suas memórias, tecem uma prática de homens habilidosos, sapientes, trabalhadores, castigados pelo sol, orgulhosos do saber que herdaram e carregam, mas cansados da falta de oportunidade e da pouca valorização financeira e social do seu trabalho. As narrativas permitem desvendar os esforços para a edificação de um passado sobre uma prática ou bem cultural, ao permitirem dar forma ao tempo e possibilitarem o registro e a compreensão do que se passou e como se passou. (ALBUQUERQUE JR, p-04)

Surgida na primeira metade do século XVIII, Natividade, tem seus primeiros ofícios ligados às bandeiras paulistas empreendidas ao planalto central em busca de mão de obra indígena. Conforme apresentado em capítulo anterior, essas tropas eram compostas de inúmeros trabalhadores, escravos e livres, responsáveis pela caça, pelo preparo dos alimentos, manutenção das armas e equipamentos de montaria, responsáveis pelos cuidados dos animais e segurança da bandeira e também pela construção dos pousos e dos primeiros abrigos feito em pedra e taipa.

Esta pesquisa considera estes trabalhadores, os oficias dos primeiros anos de ocupação do território goiano (atual Tocantins), responsáveis pela construção dos abrigos temporários para os bandeirantes e seus acompanhantes, como a "primeira geração" [52] de oficiais da construção tradicional da região de Natividade.

As construções erguidas nos primeiros anos de ocupação, entre 1733/1734 e a primeira década do XIX, eram simples construções em taipa que tinham como principais características serem produto de um misto de técnicas que unem madeira e terra. Produziam simples barracas feitas a partir de armações rústicas em madeira, com talas de palmeiras horizontalmente prendidas entre si e na estrutura principal por uma corda de fibra vegetal ou couro, criando uma estrutura mínima para a cobertura geralmente feita de palha.

---

[52] Por Geração o Dicionário Aurélio entende, "[do lat. generation] 1. Ato de gerar; 2. O conjunto das funções ou fenômenos pelos quais um ser organizado produz outro semelhante; 3. Cada grau de filiação de pai e filho; posteridade, descendência; 4. Linhagem, estirpe, ascendência, genealogia; 5. O conjunto de indivíduos nascidos pela mesma época; 6. O espaço de tempo que vai de uma geração (aproximadamente 25 anos) ". Estamos considerando neste trabalho a marcação temporal de uma geração em alinhamento às definições do INRC, que considera temporalmente uma geração com a duração de 25 anos.

As construções em pedra, simples e rústicas, eram produto de técnicas que uniam o saber de lavrar a pedra e o domínio da terra, atividade um tanto quanto mais laboriosa que a construção em taipa. A casa de pedra, como ainda é comumente chamada, eram também coberta de palha. Seu alicerce e suas paredes autoportantes não possuíam armações em madeira e eram erguidas apenas com a sobreposição de pedras tapiocangas umas sobre as outras, lavradas ou apenas cortadas e assentadas com massa feita de terra e água.

Como dito no capítulo primeiro, esses processos construtivos são fruto da convivência do homem com o meio, da ausência de materiais beneficiados e de mão de obra especializada nos padrões que vigoravam em outros centros coloniais, mas principalmente do quadro de necessidades criados pela atividade dominante na área. Essas construções em terra e madeira, rústicas e tidas como frágeis, eram menos produto da falta de domínio técnico dos modos de construir do que do caráter transitório e efêmero dos primeiros colonos. (CUNHA MATTOS, 1875; VASCONCELLO, 1983)

Não há como precisar se os modos de fazer em pedra e taipa eram as únicas técnicas construtivas dominadas pelos oficiais do que aqui foi definido como “primeira geração”. Sabe-se pela história oficial e pelos lugares de memória (NORA, 1993), como monumentos e ruínas que se preservam até os dias de hoje e através das memórias narradas, que esses modos de fazer foram os mais utilizados e assim tornaram-se característicos dos primeiros anos de ocupação e colonização da região.

Com o sucesso da empresa mineradora, o arraial de Natividade floresceu, viveu um crescimento econômico e demográfico que se iniciou no século XVIII, o que gerou profunda transformação nas habitações da elite nativitana. As casas de taipa ligadas a uma imagem de pobreza, aos indígenas e escravos, passaram a ser constantemente substituídas por casas de adobe e cobertura de telha, materiais tidos como nobres em outros centros.

Com a “segunda geração”, Natividade vivenciou durante todo século XIX um novo agenciamento do espaço doméstico, o que fez surgir novas casas, um novo modelo de moradia e um novo modo de morar, que resultou em alterações no processo construtivo e nas técnicas construtivas. A casa passou a ser construída sobre baldrame de pedra tapiocanga, com paredes de adobe de caráter autoportante, (elemento predominante e diferenciador dos sistemas comuns a outras regiões do país), sem o uso de esteios e, coberturas feitas com telhas artesanais de barro e montadas sobre estrutura simples de madeira roliça.

Muitas são as hipóteses sobre a formação dos profissionais da "segunda geração". Uma das possibilidades é que a grande migração espontânea de homens livres pobres em busca de melhores condições de vida, vindos de Minas Gerais, sul de Goiás e Corumbá, regiões que já possuíam exemplares construtivos feito com adobe, tenham sido os responsáveis pela inserção da nova técnica e do novo sistema construtivo.

Outra hipótese levantada anteriormente é que já havia na região de Natividade homens que dominavam as técnicas e os saberes construtivos como a taipa de pilão e o adobe, mas que, devido ao caráter da ocupação e à escassa fixação do colono branco, não houve demanda de aplicação de sistemas construtivos mais elaborados. Esta hipótese ganha força, principalmente, ao se levar em conta que a historiografia aponta a presença dos jesuítas na região, os quais dominavam as técnicas destacadas antes mesmo dos colonos paulistas.

Já a "terceira geração" de Mestres e artífices nativitanos é herdeira do saber construtivo com adobe e, mesmo com as alterações ocorridas, preservou os sistemas de estrutura, alicerce, vedação e cobertura. Geração que tem início com a chegada dos "Mestres Baianos", homens que migraram do oeste baiano principalmente em razão do declínio econômico que vivia aquela região e que, pelo destaque e valorização recebida socialmente, são um marco na história dos Mestres e artífices da construção tradicional de Natividade.

A região passou a contar, após a chegada desses trabalhadores, com um maior número de Mestres, oficiais e aprendizes especializados no ofício de construir, além de terem sido esses Mestres que promoveram em Natividade alterações significativas na paisagem urbana da cidade.

Com a "terceira geração" preservou-se o sistema construtivo com adobe. Suas contribuições e transformações nas técnicas e no sistema construtivo tradicional foram a introdução de elementos decorativos nas esquadrias e fachadas, inserção de platibandas e outras intervenções mais ousadas com maiores ornamentações, gerando fachadas com composições ecléticas. (VAZ, 2004, p178)

Entre os principais nomes da "terceira geração", que tem a predominância de pedreiros como uma das suas características principais, a tradição oral destaca os Mestres Eduardo, Arthur Bomba, Chaves, Joaquim Carpina, Cipriano, José Telles (Zeca Telles), como importantes profissionais responsáveis pela transmissão de técnicas e modos de fazer

que foram incorporados ao saber-fazer construtivo tradicional de Natividade, formando inúmeros aprendizes e discípulos. Entre esses, destacam-se: o Mestre Benício Araújo (pedreiro), que é apontado como peça importante para a continuidade do saber construtivo tradicional em Natividade, o senhor José Francisco (pedreiro), Deja (pedreiro, morador de Arraias-TO), Elpído (pedreiro, morador de Campo Belos-GO), Genésio Braga (carpinteiro), José Paulino (Pedreiro), Adonelo (pedreiro), Sinézio (pedreiro), Dicambeche (ferreiro), Marcolino (ferreiro), Ananias (pedreiro), Diadalto (pedreiro, especialista em construção de pedra), Dijoel (pedreiro), Modestino (pedreiro), Mamede (oleiro) e Frederico (Pedreiro).

Esses senhores foram responsáveis pela construção e reforma de boa parte do núcleo urbano de Natividade e de outras cidades do atual sudoeste tocantinense (antigo norte goiano). Mantiveram uma característica marcante dos Mestres e artífices do século XIX, que já foi apontada aqui em capítulo anterior, que é a mobilidade na execução dos ofícios. Devido ao reconhecimento das suas habilidades e a sempre escassa mão de obra especializada, esses Mestres realizavam serviços em diversas localidades da região, formando aprendizes por onde passavam (VAZ, 2004, p. 233-234).

Percebe-se que Natividade não sofreu uma abrupta ruptura em seu saber fazer construtivo com adobe, pois mesmo com a inserção de nova mão de obra e novas matérias-primas no fim do século XIX, a arquitetura nativitana ainda permaneceu fruto da relação entre o que o meio ambiente tinha a oferecer e a disponibilidade do saber fazer local. É possível dizer que, por muito tempo, mesmo após a construção de Goiânia e Brasília no século XX e a popularização de produtos industrializados como o cimento e o tijolo, ainda se preservou o uso dos sistemas construtivos tradicionais com adobe, principalmente na zona rural e na periferia da cidade.

A “quarta e atual geração”, herdeira das técnicas e saberes da geração anterior, é formada pelos Mestres Toinhera (pedreiro), Biluca (pedreiro), Zé Pedro (pedreiro), Alziron (pedreiro), Belarmino (pedreiro), Tinda (pedreiro), Zé de Almeida (pedreiro), Juarez (pedreiro e neto de Arthur Bomba), João Riel (Ferreiro, pedreiro e filho de Marcolino), Getúlio (pedreiro), Pino (pedreiro), Duda (pedreiro), Filho (pedreiro) e, Cobiniano (pedreiro). Foram esses Mestres da “quarta geração”, iniciados no universo da construção trabalhando com técnicas, materiais e ferramentas tradicionais, que vivenciaram as mais

profundas transformações no saber-fazer e nos modo de morar, advindos com a industrialização e a universalização da arquitetura em alvenaria de tijolo e cimento.

Pelo fato de todos os Mestres terem sido formados nas técnicas tradicionais, os "tipos" de casa e até mesmo os materiais e sistemas construtivos permaneceram os mesmos até o início da segunda metade do século XX, salvo em alguns casos em que houve a inserção de um novo material pela impossibilidade de uso dos tradicionais ou a inserção de alguma nova ferramenta e técnica.

Alguns Mestres, como é o caso de Mestre Biluca e Mestre Zé de Almeida, trabalharam nas obras da capital Brasília e lá tiveram contanto com o que havia de mais moderno no que diz respeito à arquitetura e aos materiais, técnicas e saberes construtivo. Mestre Tinda também comunga a experiência de trabalhos em grandes cidades e com técnicas e materiais modernos, mas um ponto que liga a experiências desses Mestres é que todos, ao retornarem a Natividade, voltaram a trabalhar com a construção de casas de adobe, e a exercer seus ofícios com técnicas e materiais tradicionais, agora com um novo conhecimento adquirido que, cada vez mais, seria incorporado ao seu saber-fazer.

Mesmo com a intensa industrialização e modernização, esses senhores mantiveram vivo o saber-fazer tradicional e o seu conhecimento no trato com os materiais tradicionais. Recorre-se a Thompson (2008) para melhor compreender essa permanência. O autor afirma que a "tradição" aparece como uma permanência de elementos culturais e experiências que chegam até os dias atuais e que a memória seria o *locus* por excelência dessa tradição que pensa a história como uma ruptura, mas também como continuidade.

Ao concordar com o autor, essa pesquisa recorre a partir de agora às memórias narradas pelos Mestres e artífices para enunciar e problematizar aquilo que eles apontam como os elementos de permanência e transformações nos ofícios, técnicas e aos sistemas construtivos tradicionais.

Aponta-se desde já que a continuidade da tradição no uso dos materiais, técnicas e sistemas construtivos fez com que houvesse dentro da atual poligonal de tombamento delimitada pelo IPHAN, casas que foram totalmente reconstruídas na primeira metade do século passado, mesmo sem consultoria técnica especializada, com o mesmo padrão, materiais e sistemas construtivos do século XVIII e XIX. Mestre Toin, da quarta geração, em sua entrevista, diz que foi servente em reformas de casas no centro de Natividade,

confirma este fato e informa inclusive que seu primeiro serviço foi a reconstrução total de uma casa:

> *"Eu vim pra qui, vim pra Natividade, a primeira obra que eu fiz foi a casa do Jaime Camelo, encostada ao banco da Amazônia, ligada ao banco da Amazônia, subindo assim, é casa de adobe, era um casarão vei caindo já, nos levantamos." (Mestre Toin, 80 anos).*

Além de evidenciar a continuidade na tradição de construir, o exemplo acima também é pertinente para se pensar a autoria e datação das construções. Na verdade, a reprodução das tipologias arquitetônicas das casas, a preservação das técnicas e saberes no trato com os materiais, técnicas e sistemas construtivos tradicionais torna difícil, mas não impossível, precisar em que ano foram erguidas e a quem se deve atribuir a autoria das construções. Mas já que apontar precisamente obra e autor não é o maior objetivo desta pesquisa, faz-se questão de recorrer aos nomes dos Mestres e artífices de forma genérica para tentar por um fim, mesmo que parcialmente, ao já tradicional discurso dentro da academia e entre alguns profissionais de arquitetura de que as construções tradicionais são obras necessariamente sem genealogia e sem autores.

Para auxiliar na construção da pesquisa fez-se a opção por entrevistas orais com os Mestres e moradores de Natividade que pudessem informar sobre os oficias, ofícios e modos de fazer tradicionais. Os primeiros contatos na cidade levaram ao nome de Mestre "Toin ou Toinhera" reconhecido socialmente como o mais "antigo" entre os pedreiros detentores do saber tradicional e o primeiro Mestre de quase toda a geração atual de Mestres e artífices nativitanos. Mestre Belarmino, ao lembrar-se de Mestre Toin assim se refere: "Mestre Toin, a gente chama ele de "Mestre Toin" até pelo ofício dele né".

Mestre Toin foi aprendiz de Benício Araújo, um Mestre nativitano pertencente à "terceira geração" e que teria sido aprendiz de alguns dos Mestres baianos que se fixaram em Natividade. Benício Araújo é apontado nas entrevistas como importante pedreiro da cidade na primeira metade do século XX: "Benício Araújo, foi Mestre de obras, muito pedreiro ai aprendeu com ele", diz Mestre Biluca que foi seu aprendiz.

Sobre o processo de transmissão dessa paciente e meticulosa atividade manual, sobre a relação dos Mestres e seus aprendizes, os entrevistados assim os descrevem:

> *"Era novo, tinha 17 anos, influenciado por ele, ele era Mestre de obra e fez questão de que eu aprendesse a profissão, eu trabalhei com ele [...]então eu trabalhava direto [...] No início eu "trabaiei", uns três mês só de ajudante, ele dizia; oiá, você tem que trabalhar de ajudante pra você saber mandar o ajudante, saber comandar o ajudante de pedreiro, se você não entende como funciona o trabalho do ajudante como você pode mandar? (Mestre Toin, 80 anos)*

Mestre Toin aprendeu o ofício no meio familiar, mas mesmo assim teve seu rito iniciático no trabalho pesado, como ajudante, igual aos demais Mestres que iniciaram o seu aprendizado fora do meio familiar, como é o caso de Mestre Biluca e Belarmino:

> *"Em 58 eu comecei a trabalhar de pedreiro, eu comecei a trabalhar no Morro São João no município de Santa Rosa, inté mais esse Toinheira (Mestre Toin). Ali nos fomos fazer um colegiozinho lá, chegamos lá e fomos fazer adobe, porque o colegio lá era de adobe, nos fomos fazer o adobe e depois que nós levantamos o "prédiozin" lá. Tava como aprendiz, de primeiro você tinha o Mestre pra trabalhar, você trabalhava um ano, dois anos pro Mestre ali. Ele ensinando, fizemos os adobe, fizemos o prédio, ai viemos embora." (Mestre Biluca)*

> *"Eu comecei a aprender o ofício de ser pedreiro trabalhando de servente (aprendiz) com as pessoas, eu trabalhei primeiro com o senhor Dijoel que trabalhava com o Sebastião Araújo. Eu era garoto ainda quando fui trabalhar com ele na fazenda Veneza. O servente ele faz o seguinte, ele pega, ele faz o, ele prepara o barro (massará para sentar os adobes) leva para o pedreiro, leva o adobo e enquanto o pedreiro tá necessitando desses materiais ele tem que tá fornecendo." (Mestre Belarmino)*

Nos relatos nota-se a proximidade das experiências vividas pelos Mestres no aprendizado do seu ofício, pois ambos começaram trabalhando apenas servindo aos pedreiros já formados. Como experiência, eles realizavam o serviço tido como mais pesado na construção, o de preparar a massa (argamassa) de barro[53] para que os pedreiros pudessem "sentar" os adobes que eles mesmos carregavam até o pedreiro. Apesar de todo o trabalho difícil do aprendiz, o respeito e a paciência marcavam a relação com os Mestres, tanto nos processos iniciáticos no seio familiar como fora, no convívio com Mestres em oficinas e canteiros de obras.

[53] Por barro entende-se a massa plástica que resulta do processo de mistura da terra com a água.

A valorização e o respeito à hierarquia atravessaram as gerações. Nas narrativas aparece que a convivência entre os aprendizes e seus Mestres ocorria até que estes os considerassem prontos a assumirem sozinhos, uma obra. Mestre Toin descreve como foi o momento onde seu Tio e, Mestre, o considerou pronto:

> *"trabalhei até quando tava preparado mesmo, ele me colocou pra fazer uma casa dele mesmo, "você vai entregar essa daqui pela chave", fiz tudo, tudo mesmo, deixei prontinho, pintadinha, tudo prontinho, "agora você vai trabalhar por sua conta"." (Mestre Toin, 80 anos)*

Mestre João Riel que é ferreiro também teve seu processo de aprendizado no ofício, com as mesmas características, iniciado no âmbito familiar. Foi aprendiz de seu pai e esperou pacientemente pelo primeiro serviço:

> *"num tinha muito que sair fora né? Meu pai trabalhava e então eu fui trabalhar com ele e terminei aprendendo, ele tinha uma oficina. Eu tinha um padrinho que era o Tenente Salvador, ele chegou ai, pegou e falou "ô cumpade eu preciso de uma roda e é o meu filho que vai fazer pra mim". ele via eu trabalhando com meu pai né, ai ele falou. Ai meu pai pergunto; "e ai cê dá conta"? eu fale; "dô", eu já tinha, já tava vendo tudo mais ou menos, eu já sabia, então mãos a obra né." (Mestre João Riel, 58 anos)*

Observa-se nas narrativas apresentadas que o Mestre de ofício é quem outorgava ao aprendiz o direito de iniciar efetivamente o ofício, e isso geralmente era feito na confiança de um trabalho inteiro. Mestres Toin e João Riel provaram estar preparados produzindo algo relacionado ao ofício que foram iniciados, como uma espécie de avaliação.

Sobre o processo de aprendizado, os Mestres dizem que essa relação de respeito e valorização se perdeu com o tempo e avaliam isso como negativo:

> *"Moço hoje os pedreiro começa ai, num começa mais com os Mestres pra ensinar ele não, começa a trabalhar de servente daqui a pouco ele já vira pedreiro, de primeiro pra você trabalhar você tinha que ter o mestre pra você trabalhar, aprender e depois você ia trabalhar por conta própria. Hoje dia começa a trabalhar de servente daqui a pouco já é pedreiro." (Mestre Biluca)*

> *"Tem muitos, todo servente tá virando pedreiro." (Mestre Tinda, 47 anos)*

Percebe-se que a postura atual dos aprendizes é avaliada negativamente tanto do ponto de vista do respeito ao Mestre e ao processo de aprendizado como do ponto de vista financeiro, pois, segundo os Mestres tradicionais, os aprendizes de hoje, logo que aprendem o básico, já partem em busca de um lugar no mercado de trabalho e costumam cobrar valores menores. Primeiro por ser um começo de carreira e segundo por terem a consciência de que pela pouca habilidade adquirida ainda não podem cobrar o mesmo que um pedreiro experiente, situação que para os Mestres mais antigos gera uma concorrência injusta no mercado de trabalho, agravada pelo fato de o contratante de hoje ter perdido a relação de "companheirismo" e valorização que tinha com os Mestres de sua confiança. Para os Mestres, os empreiteiros hoje almejam primeiro o preço e depois qualidade.

Sobre essa relação clientes e oficiais, os entrevistados são bem categóricos sobre as mudanças:

> *"até o material humano, ficou menos valorizado, porque naquela época quando eu comecei a trabalhar, se você tinha uma construção e preferia que eu fosse fazer. Você dizia "eu vou esperar o Belarmino, porque eu conheço o serviço dele e eu sei que o serviço dele é bom, pode ser mais caro, mais o serviço dele me satisfaz, eu vou aguardar por ele". Respeito, hoje banalizou isso, porque se eu vou fazer, se você tem uma preferência que eu vou fazer um serviço pra você, mas se alguém cobra 100 reais a menos, eu vou pro esse companheiro aqui, nem que o barato fica caro" (Mestre Belarmino)*

A fala de Mestre Belarmino é talvez a mais clara para ajudar a compreender como se deu o processo de transformação na relação entre artífices e clientes. No terceiro tópico do capítulo primeiro se abordou o fato de que na segunda metade do século XIX, período da terceira geração de artífices, a relação entre Mestres e empregadores era de respeito, confiança e até mesmo de amizade. Nota-se na fala de Mestre Belarmino que a tradição de respeito na relação não se manteve e que atualmente ela se transformou em uma relação puramente mercadológica.

As narrativas dos Mestres apontam as oficinas, ou os canteiros de obras, como os espaços práticos privilegiados de transmissão desses saberes, não por serem onde os modos de fazer seriam preservados, cristalizados da maneira como eram no passado, mas por

serem os espaços onde eram e são confrontados com o tempo, o que ressalta a pertinência da continuidade desses modos de fazer como referência cultural para os praticantes que dela sobrevivem.

Em via de regra, as técnicas e saberes construtivos tradicionais foram transmitidos por costumes e práticas do passado, transmitidas oralmente de geração em geração, seja por herança familiar, seja pelo convívio com Mestres tradicionais em oficinas ou canteiros de obras. Aqueles Mestres que não tiveram herança familiar, ou mesmo não conviveram com Mestres em oficinas, assim definem como se deu o seu aprendizado:

> *"Como é que você aprendeu? eu digo é Deus que me ensina, porque de mim mesmo, eu nunca vi ninguém trabalhar de serviço rústico, mas Deus deu a gente aprende. A gente pega, então essas teorias não é que eu pego de ninguém, é Deus que tem mandado" (Mestre João Riel,58 anos)*

> *"Eu tinha noção, eu num gostava de ficar parado, eu mexia por aqui mexia pra li, porque uns gostava, outros nun gostava que mexia com a ferramenta. Ai a noção é graças a Deus, parece que Deus fez é aqui ó, é, pronto." (Mestre Tinda, 47 anos)*

Mestre Zé de Almeida e Mestre João Riel, ferreiro de família mas que hoje trabalha com carpintaria, creditam o seu aprendizado a uma força e um esforço sobrenatural, uma benção divina. Segundo Pereira (1996), os ritos iniciáticos são quase sempre acompanhados de uma narrativa mítica, onde o dom ou o próprio Deus são responsáveis diretos pelo saber-fazer que o Mestre já aparentemente detinha e a partir de então passa a aprimorar.

Para além desse processo de transmissão tradicional, de ritos iniciáticos estabelecidos na relação Mestre/aprendiz, pode-se apontar algumas experiências distintas. Para citar um exemplo, Mestre Belarmino, apesar de ter sido aprendiz, não completou o ciclo iniciático e só efetivamente iniciou o ofício após não ter condições de pagar um profissional para fazer a sua casa e se viu obrigado há aplicar o pouco que já tinha aprendido sobre o saber-fazer da construção na obra da sua própria casa e, desde então, não parou de exercer o ofício e hoje é uma das referências na cidade.

Sobre a continuidade e a transmissão dos ofícios, saberes e técnicas tradicionais os Mestres não são otimistas, veem pouca expectativa de futuro, tanto pela desvalorização do saber, pela desvalorização dos materiais empregados e pelo pouco interesse dos jovens.

Mestre Belarmino fala do preconceito que ainda existente sobre a casa feita de adobo e a telha comum, artesanal:

> "*Ainda existe esse preconceito, esse distanciamento de cultura, vamos dizer assim, esse desvio de conduta, porque (...) "em" a pessoa morar em uma casa de adobo, eu, por exemplo, as pessoas fazem chacota de mim aqui, porque diz assim, "Belarmino canta, anda por esse Brasil, já andou pro esse Brasil afora, é famoso, você já "deu fé" que a casa dele é de "teia" comum e de adobo. Então existe esse tipo de preconceito, existe pessoa que diz assim, "rapaz mais fulano é rico tem condição, você viu a casa dele, de abodo, existe esse tipo de desvio de conduta, esse, desvio de valores de pessoa pra pessoa, de desvio de valores, já digo assim no geral." (Mestre Belarmino)*

É pertinente destacar ainda da fala de Mestre Belarmino a permanência de um imaginário de pobreza ligado às construções de terra crua, sejam elas feitas em adobe ou taipa. Assim como no século XIX havia um discurso que ligava a taipa a um imaginário de pobreza e o adobe representava a riqueza e a civilidade, atualmente a alvenaria faz recair sobre as construções em terra crua um discurso pejorativo de pobreza, falta de civilidade e higiene, elementos que desvalorizam as construções tradicionais, reduzem a demanda por serviço e, para os Mestres, acabam por distanciar os jovens do aprendizado dos ofícios e técnicas tradicionais.

Para os Mestres, os jovens também tendem a se distanciar dos ofícios e técnicas tradicionais procurando um "trabalho melhor" pelo preconceito existente com relação aos trabalhadores manuais, como no ofício de pedreiro, o que fica evidente na fala abaixo:

> *"Hoje nos temos uma infinidade de meios de vida, modificou muito, o cabra procura uma coisa melhor, tem muita coisa melhor ai. Hoje tem que ter cultura, porque "o cabra" que não tiver cultura, vive, mais sofre" (Mestre Toin, 80 anos)*

Mestre Toin ao destacar a infinidade de "meios de vida", fala das possibilidades de serviços que um jovem atualmente pode ter acesso, e destaca com apreço a "cultura".

Mestre Toin se refere aos estudos escolares formais como cultura e diz ser hoje elemento quase obrigatório para quem procura um serviço melhor, porque sem estudos, sem "cultura", o jovem "vive, mas sofre".

Paradoxalmente às "infinidades de meios de vida" que o mercado de trabalho hoje oferece, vivencia-se em Natividade como em todo o país a falta de oportunidade de ascensão social para os jovens carentes, sem escolaridade, sem preparação técnica, sem experiência profissional, o que faz com que o ofício de pedreiro ainda seja relativamente procurado e visto como uma esperança, mesmo que os iniciados não queiram aprender sobre as técnicas e sistemas construtivos tradicionais, o que fica evidente nas falas dos Mestres a seguir:

> *"Tem sim, aparece sim, porque hoje tu sabe né, hoje o "caba" que tem pouca condição, que é pobre ele quer é melhorar, o ordenado, quer ganhar um pouco melhor e como profissional o cara ganha um pouco melhor né" (Mestre Toin, 80 anos)*

> *"Os ajudante, tá aprendendo a trabalhar, falta de serviço, falta de emprego, a melhor saída pra eles." (Mestre Tinda, 47 anos)*

> *"Foi rápido demais pra aprender nasce sabendo, mais ou menos assim, foi rápido. (Mestre Tinda, 47 anos)*

Observa-se que a transmissão dos saberes e a continuidade da prática cultural da construção tradicional necessariamente estão vinculadas ao trabalho prático do dia a dia. Os Mestres costumam dizer que se não faltar trabalho o saber não desaparece, não deixa de ser praticado, afirmam ainda que é preciso gerar demanda, demonstrar aos jovens que eles podem fazer renda e ter uma vida melhor dominando o ofício e as técnicas e modos de fazer tradicionais.

Os próprios Mestres imaginam que investimentos do poder público, direcionados para a valorização dos Mestres da construção tradicional e dos seus trabalhos, garantiriam a transmissão prática dos seus ofícios e saberes e a sua consequente preservação:

> *"Se o poder público tiver interesse em preservar o conhecimento do Belarmino, do Tinda, do Zé de Almeida, do Mestre Toin e investir nessas pessoas pra eles vivenciar, preservar e repassar esse conhecimento, esse povo com certeza vai procurar aperfeiçoar*

> *melhor seus conhecimentos, alias, vivenciar mais os seus conhecimentos porque pode amanhã ter necessidade de repassar isso e a gente tem que tá preparado" (Mestre Belarmino).*

Os Mestres valorizam o seu saber, mas dizem ser um esforço solitário, pois o poder público e a sociedade não os valorizam como se depreende da fala de Mestre Belarmino.

Esses profissionais são forçados ao esquecimento, nota-se que todos os senhores entrevistados não tinham até o momento da entrevista refletido sobre sua prática, no sentido de lhe atribuírem valor patrimonial como o fazem com outros bens e práticas culturais nativitanas.

Ao se maldizer por não ter um repertório de vocabulário extenso sobre o assunto Mestre Belarmino deixa escapar a surpresa com o interesse pelo seu saber-fazer:

> *"É, pra mim olhar e ver alguém interessado nesse conhecimento, no conhecimento dessa área, é a primeira vez é hoje que você tá falando sobre isso, porque até então ninguém tinha se interessado e os valores que a gente tem desse trabalho vai se perdendo no tempo, você mesmo por si vai deixando à margem os seus conhecimento, porque você acha que o seu conhecimento só serve até ali, eu fiz isso, fiz, foi bom, foi, pois valeu conhecimento aqui, daqui pra frente esse aqui não precisar ir mais eu. Então isso aqui já vai perdendo no tempo, e é um pouco assim que eu vejo que." (Mestre Belarmino)*

Percebe-se que ao transmitir seu ofício por meio dos fios da própria narrativa, esses Mestres das habilidades não constituídas nas escolas formais, mas sim no próprio espaço familiar, nas oficinas e canteiros de obras, a partir da tradição oral e da prática, tecem suas experiências e as compartilham com outras gerações, por vezes não conscientes da necessidade da transmissão de seu saber.

Ao se estudar esses mecanismos de rememoração, o historiador toma a memória como produção de conhecimento em que sensibilidades, saberes e identidades se relacionam e sabe que o sujeito que lembra é formado por um feixe de interessadas imagens e múltiplas identidades, construído por suas práticas e discursos e as praticas e discursos dos outros.

A permanência do trabalho manual tradicional realizado por esses Mestres diante de todas as rápidas e violentas transformações que sociedade capitalista, da produção industrial em série, impõe a esses saberes e ofícios, exigindo-lhes menos tempo de

execução e maior volume de trabalho, demonstra a eficácia como a memória é transmitida de uma geração para outra e como a existência de um forte elemento de identificação entre as gerações é evidenciado nas marcas deixadas pela tradição na execução de um ofício.

As memórias das técnicas e modos de fazer

A fim de dar conta da complexidade que é o universo das técnicas e modos de fazer da construção tradicional, esta pesquisa recorre a partir de agora às narrativas dos Mestres tradicionais, a documentos técnicos e processos administrativos do Iphan, a uma literatura especifica já produzida sobre o tema e principalmente a uma observação empírica aos exemplares edificados remanescente o século XVIII e XIX. Com o objetivo de descrever as técnicas e modos de fazer da construção tradicional de natividade e historicizar as suas transformações e continuidades ao longo do tempo.

2.2.1 – Os Ofícios:

A partir das narrativas dos Mestres chega-se à percepção de que os ofícios relacionados à construção tradicional em Natividade foram basicamente os de pedreiro, carpinteiro, ferreiro e oleiro. Destaca-se o ofício de pedreiro, reconhecidamente o Mestre da obra, por ser o profissional que detêm o conhecimento de todas as etapas da construção, de todo o processo construtivo, possui o conhecimento sobre todo o material necessário para a obra, suas características, qualidades e defeitos e mesmo que esse Mestre não domine a técnica de produção de todos os materiais necessários em uma obra, como por exemplo a produção das ferramentas e peças de ferro que se aplicam na construção, ele detem o conhecimento sobre as dimensões, qualidade e durabilidade das peças.

A partir das memórias dos Mestres e do dia a dia da sua prática contemporânea no exercício do seu ofício, percebe-se que um elemento característico dos Mestres pedreiros que pouco ou nada se alterou desde o século XIX, é o seu caráter plural. Esses profissionais, como já apontado no capítulo primeiro, dominavam e ainda dominam todo o processo da construção desde o alicerce até cobertura e por isso detêm minimamente o saber e o conhecimento técnico de mais de um ofício, principalmente os conhecimentos

associados à produção de telhas e adobe, e a confecção das madeiras utilizadas na cobertura:

> *"Você tem que trabalhar de ajudante pra você saber mandar o ajudante, saber comandar o ajudante de pedreiro, se você não entende como funciona o trabalho do ajudante como você pode mandar? Nunca deixei de trabalhar, trabalhei direto, trabalhei de pedreiro, de armador, todos do ramo né, todos os setores, marcenaria eu entendo um pouco também, eu mexi com tudo"* (Mestre toin, 80 anos)

> *"Trabalhei levantando, madeirando, de tudo" (Mestre Zé de Almeida, 73 anos)*

O domínio de muitos ofícios, uma característica ainda presente nos detentores dos saberes construtivos tradicionais, fica evidente na fala de Mestre Toin e de outros Mestres e traz uma problemática relacionada a esses profissionais: o fato de essa formação de característica pluralista e multifacetada, de "faz tudo", acarretar uma pouca especialização dos oficiais e, consequentemente, pouco aprimoramento nas técnicas, o que ajuda a compreender a transformação, adequação e mesmo supressão de determinadas técnicas e modos de fazer ao longo dos tempos.

Diante dessa pluralidade de conhecimentos e ofícios dominados por um mesmo Mestre pedreiro, não ficaria coerente com a tradição que envolve esses profissionais adotar para a descrição dos ofícios, técnicas e saberes ligados à construção tradicional, as categorias "pedreiro", "carpinteiro", "oleiro" e "ferreiro". Sendo assim, esta pesquisa adotará a matéria-prima (terra, madeira, pedra e ferro) como mote para então enunciar e analisar os ofícios, técnicas e saberes da construção tradicional em Natividade, mas sem deixar de ressaltar que todo esse amálgama de saberes e técnicas possuído pelos pedreiros, fazem deste o ofício central da construção tradicional e que a partir dele estabelecem-se relações com outros oficiais, Mestres e artífices produtores de materiais que o auxiliam no exercício do seu ofício. Por isso este ofício exigirá maiores atenções daqui pra frente.

Uma das principais características dos ofícios da construção tradicional é serem formados a partir de um conhecimento profundo que os Mestres possuem do meio em que vivem e da relação e do respeito que estabelecem com os materiais que utilizam. São ainda representativos da forma de dizer e viver o mundo desses sujeitos.

Além dessa relação quase espiritual com a natureza, outra característica da relação desses ofícios tradicionais com o mundo do trabalho atual está na sua relação com o tempo, na sua experimentação de consumo e produção do tempo, de como os Mestres e artífices do conhecimento tradicional vivenciam suas atividades e criam resistências às imposições da sociedade hiperveloz do século XXI. O trabalho que esses Mestres executam com o uso dos sistemas construtivos tradicionais ainda exige uma morosidade baseada no respeito à natureza e aos materiais utilizados, uma relação que gera uma atividade lenta e paciente, que requer acúmulos sucessivos de experiências e maturidade para a formação de habilidades. Segundo Sennet (2008), "A lentidão do tempo artesanal também permite o trabalho de reflexão e imaginação – o que não é facultado pela busca de resultados rápidos. Maduro quer dizer longo; o sujeito se apropria de maneira duradoura da habilidade." (Sennet, 2008, p. 328 apud IPHAN, 2012, p.36). Assim se formaram e ainda se formam os Mestres do conhecimento tradicional de construir.

Os Mestres pedreiros não fogem à regra e como já foi dito anteriormente são formados ao longo de anos, iniciando como aprendizes, prestando serviços a Mestres experientes, e mesmo os que se formaram em cursos formais de Mestres de obras indistintamente são preparados em um processo que supõe experimentações práticas e repetições para o aprimoramento, onde o ato de fazer é visto como uma repetição inventiva e transformadora, mas que como será melhor explicado adiante, pouco varia de Mestre para Mestre. Isto é, apesar de não haver padrões rigorosos esses profissionais apresentam reduzidas variedades de material e técnicas construtivas as quais aplicam no dia a dia. As variações maiores estão no que diz respeito à resistência frente à inovação ou ao apego às vezes conservador à tradição.

2.2.2 – As Ferramentas:

Na realização do ofício de pedreiro, elemento central nos processos construtivos, os Mestres fazem uso de poucas ferramentas, são basicamente e, segundo os próprios Mestres, o prumo, o nível de mão, a colher, o esquadro, o martelo e a linha, além de outras ferramentas que foram criadas para solucionar demandas específicas, mas que não se fazem obrigatórias.

O *prumo de mão* (Anexo 3 – F02) consiste basicamente em um aparelho que possui um peso em uma de suas extremidades, ligado por uma linha a uma peça geralmente de madeira, e que serve para verificar a verticalidade das paredes, colunas e esquadrias através do paralelismo. Mestre Toin explica o uso do prumo de mão:

> *O "plumo" era para "aplumar" a parede, uma coisinha de madeira e um peso em baixo. Coloca a bola de madeira aqui e raspando lá embaixo (...) a abertura de uma folha de papel lá em baixo. É abertura de uma folha de papel, a abertura lá embaixo. (Mestre Toin, 80 anos)*

Já o *esquadro (Anexo 3 – F03)*, é um instrumento secular utilizado para a medição de ângulos retos e linhas perpendiculares, geralmente tem formatos de L ou T, e que é muito comum em associações diretas ao saber de construir, à arquitetura ou a engenharia.

Assim como o prumo ajuda na medição da verticalidade, o *nível de mão, nível de bolha* ou simplesmente *nível (Anexo 3 – F04)* é um instrumento usado para a medição da horizontalidade e da verticalidade de uma superfície. Os mais antigos eram produzidos com um bloco de madeira em formato retangular e no seu centro ou em um de seus lados possuíam cubos marcados por duas linhas escuras e que continham no seu interior uma espécie de líquido e uma bolha de ar. Ao se deslocar o instrumento sobre uma superfície, a bolha de ar se desloca dentro do cubo com o líquido e, ao atingir o ponto ideal de horizontalidade ou verticalidade, a bolha se posicionará entre as duas linhas escuras do cubo acusando então o nivelamento da superfície.

A ferramenta que mais identifica o ofício de pedreiro é a *trolha* ou, como é mais conhecida, a *colher de pedreiro* (Anexo 3 – F05) - instrumento utilizado para espalhar a massa ou revestimento, parecido com uma colher ou uma espátula, é feita em aço com um cabo para apoio feito em madeira. Seu formato permite ao profissional que a manuseia uma fácil mobilidade.

Os Mestres acreditam que essas ferramentas exigidas para a realização do trabalho com os modos de fazer tradicionais em quase nada se alteraram desde os séculos XVIII e XIX até os dias de hoje, ou seja, eles acreditam que atualmente os pedreiros utilizam as mesmas ferramentas utilizadas a cem ou duzentos anos atrás, obviamente hoje melhor

aprimoradas e mais sofisticadas. Os Mestres apontam a "mangueira de nível[54]", feita em PVC transparente e usada na aferição de nível, como uma recente e importante inserção nos instrumentos de trabalho, substituindo consideravelmente o nível de mão, mas também se percebe nas narrativas das práticas atuais desses Mestres, em trabalhos com ou sem o uso de sistemas construtivos tradicionais, que a introdução de novas ferramentas não anula ou impossibilita a utilização das peças mais tradicionais. Exemplo disso é que as ferramentas utilizadas na construção civil contemporânea permanecem basicamente as mesmas.

Por conta das características de formação dos Mestres e de como ainda são formados os novos oficiais, a utilização de novas ferramentas com maior sofisticação tecnológica ainda é baixa. Isso se deve ao fato de que muitos não possuem conhecimento para manuseá-las, outros não possuem condições financeiras para adquirir o material ou mesmo em razão da dificuldade de compra, já que em Natividade não há tantas opções no que toca à venda deste tipo de material.

Os Mestres dizem que antigamente quando eles mesmos não produziam suas ferramentas faziam encomendas em oficinas de ferreiros e marceneiros, mas que atualmente todas as ferramentas básicas e tradicionais são facilmente encontradas para a compra, muitas já foram bastante transformadas, tiveram alterações nos tamanhos, no peso, no material de fabricação, mas nada tão profundo que as distancie das ferramentas tradicionais. Algumas dessas mudanças são percebidas pelos Mestres como positivas e outras nem tanto.

Ao se referir ao prumo de mão, Mestre Biluca diz que as peças de hoje não possuem uma boa qualidade:

> *"Aqui é "plumo", esse "plumo" [prumo] "véi" já tem muitos anos, hoje num se vê mais esse "plumo" desse jeito. Hoje é diferente, o pescoço dele é diferente, ele é [feito de] cobre. (Mestre Biluca)*

As ferramentas antigas, antes da chegada dos instrumentos industrializados, eram fabricadas ou pelos próprios pedreiros ou mesmo por marceneiros e ferreiros sob encomenda. Essas ferramentas apresentam como principal característica um caráter

[54] Ver Anexo 3

rudimentar de peça caseira, mas que, por outro lado, como destacou Mestre Biluca, por não estarem, naquele período, inseridas em um processo de fabricação em larga escala, os materiais utilizados eram de melhor qualidade. Ele destaca o fato de que o seu prumo de mão, ainda feito com cobre, é de qualidade superior aos prumos atuais feitos de ferro. Os Mestres tradicionais garantem que o aspecto rústico das ferramentas antigas não interfere de forma alguma na eficiência das peças e na realização do ofício. Para esses Mestres, é a familiaridade com as ferramentas e os materiais somada às suas habilidades que garante a qualidade da construção.

2.2.3 – A Casa Nativitana

Apesar de reconhecer a carência e a urgente necessidade de um inventário das características arquitetônicas do núcleo urbano de Natividade, não é este o objetivo deste trabalho. Neste tópico busca-se construir uma breve apresentação daquilo que é tido por alguns autores como o tipo tradicional da casa nativitana, entendendo que essa pretensa descrição tipológica[55] faz-se necessária para refletir sobre o seu processo de construção, que é o principal interesse da pesquisa.

Anteriormente, adotou-se a organização espacial como mote para uma reflexão tipológica e, neste capítulo, adota-se a composição formal da casa para identificar as transformações arquitetônicas e os seus sistemas construtivos, ao longo do tempo.

Muitos autores, como Vaz (2004), definem a casa nativitana como possuidora de uma tipologia construtiva tida como pobre (adobe e taipa), mas voltada para a realidade brasileira e que carregaria muito da arquitetura já praticada em várias regiões do país, principalmente na região do atual nordeste brasileiro.

O que se vê em Natividade é a reprodução da tipologia colonial de casas térreas, geminadas, paralelas às ruas, com plantas baixas quase todas padronizadas em “L”, definidas principalmente pelos corredores longitudinais (lateral ou central), salas e pontos de comércio à frente da casa, alcovas centrais, sala da família, varanda e cozinha ao fundo do corpo principal da construção. Em algumas edificações a cozinha, já fora do corpo principal da casa, dividia espaço com a varanda e com os quintais, estes últimos,

[55] Análise tipológica no sentido de apresentar, descrever e analisar as características e elementos comuns às casas nativitanas, não enquanto elementos a serem copiados, mas como regras e modelos.

geralmente murados, tinham pomar e currais. A casa segue em linhas gerais o que Paulo Thedim Barreto (1938) define como “morada-inteira”, mas com algumas soluções diferenciadas, das quais o autor analisa.

É possível apontar algumas dessas particularidades na casa nativitana. Primeiro não há as varandas frontais tão típicas das edificações de mesmo tipo construídas no Piauí e Maranhão; segundo, não há sobrados em Natividade, mas as casas térreas, já produzidas com adobe e cobertura de telha, apresentam um pé direito variando entre 2,5 e 3 metros.

Já as fachadas das casas, se também comparadas a outras vilas de mesmo porte do nordeste brasileiro, apresentam um maior requinte, com frisos e adornos decorativos postos a partir do século XIX e conservados até os dias de hoje.

Nas casas nativitanas, os vãos da fachada são fundamentais, pois conferem ritmo à edificação pelas suas relações de cheios e vazios e seus acabamentos. Entre os ornamentos da fachada se destacam por um longo período, os beirais encachorrados e já no final do século XIX e virada para o XX, o destaque são as cimalhas, platibandas, colunas ressaltadas e molduras de desenhos variados, que foram os principais elementos de ornamentação ou pelo menos aqueles que mais se repetiram.

A testada do lote, curto, teve influência direta na geometria da planta, na cidade as plantas horizontais foram as mais usadas. A volumetria recebeu um “plus” com a cobertura de telha canal artesanal nos já tradicionais dois planos e com o passar do tempo, os multiplanos respondiam à demanda de alterações nas casas, como puxados, anexos e etc.

Para Dubugras (1965), as casas brasileiras apresentam certa uniformidade nas suas plantas baixas, Goiás, Piauí, São Paulo e Maranhão são os exemplos apresentados pelo autor que ainda destaca que, apesar de algumas semelhanças entre as soluções construtivas dessas regiões, todas, indistintamente, mantêm um elemento regional como marco construtivo. Talvez seja justamente no modo de fazer o sistema construtivo e em alguns elementos arquitetônicos que a casa nativitana se distancia do restante do casario colonial brasileiro.

As casas eram erguidas com simples soluções construtivas, com uma mão de obra formada pela prática e sem grandes inovações. Para VAZ (2004), esses elementos são “indicadores incontestes daquilo que se denomina de casa tradicional goiana” e com algumas poucas especificidades é assim que se definiu o tipo tradicional de casa nativitana.

Como adiantado, em Natividade, faltaram grandes edificações, carregadas de fausto, como os grandes solares e palacetes neoclássicos tão comuns em outras regiões no final do XIX e início do XX. Mas há ali uma edificação onde o bom senso, a naturalidade e o apego à tradição, por parte de seus Mestres lhe dão muito equilíbrio e harmonia.

Para VAZ (2004), as técnicas utilizadas para a construção das paredes e o sistema estrutural da casa nativitana possibilitaram a predominância do quadrado ou do retângulo como formas para o agenciamento da casa urbana no lote. Outra característica marcante é a estrutura autoportante das paredes, sem a presença de estruturas independentes feitas em madeira. (VAZ, 2004, p.60)

A casa da elite nativitana resulta de um punhado de necessidades cotidianas, de meios de edificações, da mão de obra e da matéria-prima disponível. Exemplo disso é que elas se organizavam por meio de alguns elementos básicos de estruturação, com um corpo retangular ou quadrangular (vertical e horizontal), paredes de adobe, portas e janelas de madeira, um telhado em duas águas, coberto de telhas de barro sob armação com tesoura de linha alta e um "puxado", uma varanda ou um alpendre, dedicado principalmente para a cozinha e tão comum nas casas do campo.

Indiscriminadamente, os materiais e elementos básicos do processo construtivo eram repetidamente utilizados nas casas da elite, tanto nas mais modestas quanto nas de porte avantajado e de maior preocupação plástica, como nas edificações públicas e religiosas. O principal elemento desse uso generalizado, o adobe, tornou-se o material mais utilizado nas edificações do núcleo urbano e a prova disso é que hoje são raras as exceções encontradas dentro do núcleo urbano composto pela poligonal de tombamento da cidade de Natividade.

Não há como precisar se originalmente as edificações já traziam a multiplicidade de elementos construtivos que hoje se encontra. O mais provável é que essa diversidade seja por conta das alterações, melhoramentos, reformas e ampliações feitas na casa durante o decorrer dos anos, muito por conta da disponibilidade financeira do proprietário para o término das obras.

Das choupanas indígenas, às construções de pedras feitas ainda no auge da mineração, as casas de adobe, os ornamentos de fachadas e a chegada dos Mestres baianos e os sistemas construtivos tradicionais atualmente ainda estão presentes no conjunto arquitetônico patrimonializado pelo IPHAN e nas memórias dos Mestres e artífices tradicionais que durante anos assimilaram conhecimentos, tinham os seus conhecimentos

assimilados e acabavam subvertendo as regras, o mando, os modos de fazer e, por vezes até, impondo seu conhecimento.

2.4 – Os sistemas construtivos tradicionais nativitanos

Quanto aos sistemas construtivos, os mais comuns no final do século XIX e primeira metade do XX e que podem ser apontados como os tipos tradicionais de construir nativitanos, são: 1) baldrame feito em pedra tapiocanga e paredes de adobe 2) paredes de adobe ou pau-a-pique com a presença ou não de estrutura autônoma de madeira e 3) tijolo cozido no baldrame e paredes de adobe. Algo que é possível precisar e este trabalho e outros que o precedem fizeram, é que a partir da segunda metade do XIX o adobe tornou-se o material mais utilizado nas edificações das famílias mais abastadas do núcleo urbano. Nota-se isso principalmente pelos relatos dos viajantes que durante o século XIX passaram por Natividade e já descreviam suas casas como feitas de adobe e por hoje serem raras as casas encontradas dentro do núcleo urbano delimitado pela poligonal de tombamento da cidade que não teem suas paredes estruturadas em adobe.

O concreto armado foi o grande marco na transformação dos sistemas construtivos. Apesar de todas as variações regionais, de aplicação das técnicas e materiais, dá pra se enxergar algumas padronizações nas edificações até primeira metade do século XX. Em Natividade, o concreto é ainda mais recente, sendo popularizado somente na década 80.

A colonização desenvolvida pela mineração e pela pecuária trouxe técnicas e sistemas construtivos até então desconhecidos na região interior do continente. Desenvolveu-se em Natividade, como em todo o Brasil colônia, uma arquitetura popular que se utilizou da terra crua, do solo e da argila em seu estado natural. Diante das inúmeras particularidades das regiões brasileiras, com os contatos intensos entre indígenas, africanos escravizados e esse saber luso, as técnicas e sistemas tradicionais de construir foram sendo re-significados, refeitos, adaptados a outras necessidades que não necessariamente as mesmas para as quais aquela técnica ou elemento construtivo havia sido pensado originalmente.

Em Natividade, essa tradição de construir com terra se mantém há pelo menos mais de 250 anos em sucessivos processos de transformação. Algumas técnicas se mantiveram

mesmo sendo empregadas em sistemas construtivos mais recentes sem necessariamente terem a terra como principal matéria-prima.

Atualmente, em Natividade, as construções com terra são produzidas em duas frentes: a primeira relacionada à conservação e restauração do patrimônio arquitetônico legalmente protegido e a sempre persistente e amplamente disseminada construção de taipa e adobe produzida na zona rural da cidade e nas áreas urbanas mais pobres. Nesse universo é que são ainda preservados os saberes, fazeres e ofícios da construção tradicional.

2.5 – Ofícios, técnicas e saberes com a terra[56] e a pedra.

Identificar, conhecer e descortinar os segredos, as técnicas e os saberes dos Mestres e artífices da construção tradicional, seria à primeira vista uma tarefa fadada ao fracasso, pois é um ponto comum pensar que diante da massiva padronização de modelos, técnicas e materiais impostos pela incessante industrialização da construção civil atual, a qualificação tradicional desses Mestres estaria fadada ao desaparecimento.

A pesquisa de campo e as entrevistas orais mostram que todas essas transformações pelas quais o ofício de pedreiro passou ao longo do tempo não tiveram força suficiente para fazer desaparecer as marcas do saber-fazer tradicional. Esta resistência se vincula ao

---

[56] Esta pesquisa ao utilizar-se do termo *terra*, está referindo-se não a um tipo de solo específico, mas a relação de uso do solo para constituição de elementos construtivos. Por solo entende-se ser *"o material denso e resistente, [decorrente de intemperes físicas (temperatura) ou químicas (oxidação, hidratação, carbonização)] composto por uma mistura de diversos minerais, às vezes contendo matéria orgânica e que pode ser escavado simplesmente com equipamentos manuais ou mecânicos pouco sofisticados"* (SANTIAGO, 2001, p.14). O termo *solo* é mais utilizado em trabalhos com caráter mais técnicos ou que envolvam debates em torno das suas classificações e caracterizações. Para melhor entendimento do uso do solo como material de construção vamos às suas classificações e devidas caracterizações, que podem ser: genética (pedogenético, saprolítico, transportado), granulométrica (arenoso argiloso, siltoso) e pedológica (horizontes-superficial, subsolo e rocha mãe). (*Idem*).
No campo da arquitetura o solo empregado como a principal matéria-prima recebe várias denominações, a saber, terra crua, terra sem cozer e terra para construir. A esta pesquisa interessa, para além da nomenclatura, a definição do que seria terra crua: por *terra crua* entende-se ser o solo em estado natural utilizado na fabricação dos elementos construtivos elaborados sem a submissão desse solo a qualquer processo de queima.Exemplos são o adobe, a telha de cocha, a argamassa tradicional, o reboco, a taipa de mão e taipa de pilão. Esta pesquisa se alinha a outros trabalhos e adotará apenas o termo *terra* e não *terra crua* para referenciar os sistemas construtivos e os elementos construtivos feitos tendo o solo como principal elemento e que não tenha sofrido processos de queimas.
Sobre a formação do solo e outros estudos relacionados ver; SANTIAGO, Cybèle Celestino. O solo como material de construção. 2º ed. Salvador: EDUFBA, 2001 e NEVES, Célia Maria Martins; FARIA, Obede Borges; ROTONDARO, Rodolfo; CEVALLOS, Patricio S.; HOFFMANN, Márcio Vieira. (2009). Seleção de solos e métodos de controle na construção com terra – práticas de campo. Rede Ibero-americana PROTERRA. Disponível em http://w.redproterra.org.

fato de se tratar de um conhecimento que se estende por séculos e que nos dias atuais ainda é frequente nas práticas construtivas, caracterizado por ser de domínio coletivo e por ser aprendido na prática, como o artesanato, o que facilita a transmissão e a consequente preservação do ofício. Além da memória e do conhecimento herdado dos Mestres tradicionais, outro importante elemento que contribuiu para a continuidade do saber é a convivência com as construções remanescentes do período colonial, reminiscências empíricas que informam a esses sujeitos sobre técnicas, saberes e sistemas construtivos tradicionais. (Vaz, 2004, p.183)

Mesmo os sistemas construtivos tradicionais que já não são mais praticados pelos Mestres, por exemplo, aqueles que utilizam a pedra como principal elemento, ainda compõem sua memória profissional e é isso que permite a eles explicarem a técnica da construção em pedra, como se vê a seguir:

> *"Só barro e pedra" (Mestre Toin, 80 anos)*
> *"Pega essa por cima dessa, bota o barro, outra pedra por cima, outro barro, outra pedra, "quale" o tijolo. Fica a altura que quer." (Mestre Zé de Almeida, 73 anos)*

As ruínas de São Luís (Anexo 3 – F06) no alto da serra de Natividade são remanescentes das construções em pedras que aparecem sempre nas narrativas como ponto de referência para os Mestres, que não veem tanta qualidade nessas construções como nas ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e na Igreja de São Benedito, ambas predominantemente feitas em pedra, mas com características construtivas diferentes (Anexo 3 – F07; F08/09):

> *"Por exemplo, aquela igreja São Benedito era, aquela igreja ali tem um histórico ela é toda de pedra talhada, "cê" olhar a construção dela assim você se impressiona. (Mestre Belarmino)*

A admiração dos Mestres se dá principalmente, por dois motivos: primeiro, o porte das Igrejas, que são obras enormes, resistentes e que possivelmente exigiram do artífice um conhecimento e uma técnica de talhar a pedra fantástica e, segundo, pelo fato de que todos os Mestres ou artífices que ainda dominam a técnica de lavrar pedra para a construção de alicerces, sempre se referem a essa atividade como algo difícil, trabalhoso e extremamente cansativo. Tão difícil é o trabalho de lavrar a pedra que ela é colocada como elemento de

identificação de um bom Mestre e artífice. Mestre Biluca refere-se de forma irônica ao fato de alguns pedreiros não dominarem essa técnica e alegarem o peso das pedras como empecilho:

> *"maioria desses pedreiros são sabe mexer com pedra lavrar ela, pra sentar, alega que é pesado" (Mestre Biluca)*

A construção dos alicerces de pedra é o que consegue dar aos Mestres a possibilidade de explicar como era a técnica de lavrar as pedras:

> *"A pedra era lavrada de machado. Lá na serra, tem aquelas pedras ali ó? Na serra ta enterrada, lá você "ranca" de dentro do chão logo na hora que sai você larga o facão ó [faz movimento com a mão de corte], machado, por isso que eles lavrava ela, tirava de dentro do chão." (Mestre Zé de Almeida, 73 anos)*

Apesar de não mais se fazerem construções inteiras de pedra lavrada, o saber e a técnica de lavrar a pedra permanece e auxilia ainda uma etapa construtiva da casa tida como a mais importante da obra, o alicerce[57].

> *"O segredo é o alicerce alto, é, toda casa. A casa é igual uma árvore, quem sustenta ela é raiz, primeira coisa é o alicerce, parede pode ser torta, num sendo demais né [risos], cê madeirou ela, agora o alicerce tando ruim, pode ser bem aplumadin." (Mestre Zé de Almeida)*

Antes da popularização da alvenaria, que substituiu o uso da pedra, o alicerce (Anexo 3 – FO21), chamado também de fundação, era feito basicamente com a mesma técnica tradicional aplicada nas construções antigas de pedra, o que fica evidente nas falas a baixo:

> *"O alicerce era de pedra lavrada na mão, cava o chão 40 centímetros pra dentro, tinha gente que cavava até 60 centímetros esse casarão ali é de 60, 80 centímetros, de profundidade, pra dentro, cava essa fundura, enche de pedra*

[57] Definição de Alicerce, "recebe a carga das paredes da construção. Antiga regra prática estabelece que o alicerce equivale à sexta parte da altura da parede sustentada, com largura igual ao dobro da espessura dessas paredes. Por Dicionário de arquitetura, disponível em http://www.arquitetando.xpg.com.br/dicionario%20de%20arquitetura.htm. (último acesso em 26/08/2012).

> *canga, quebra aquela pedra até fazer uma paisagem só, dentro da cava, até ele ficar certa no, faltando assim vamos dizer uns 5 centímetros pra acabar de encher, ali tirando o nível da altura do chão, pra casa, pro alicerce ficar bem reto "igualzin", começa a sentar as pedras lavrada com barro. Já vai montando até ela chegar na altura.(Mestre Belarmino)*

> *"O alicerce do adobo geralmente naquele tempo era feito de pedras, pedra canga, lá na fazenda a gente usa aquela pedra calcária, porque lá não encontra a canga, a pedra que existe lá é a calcária, dai faz o alicerce dessa pedra, qualquer tamanho, é, só ajeita ela no jeito, na cava, vai ajeitando, uns 50 centímetros de profundidade, ai levanta acima do nível do chão uns 30 centímetros para poder levantar com adobo." (Mestre Tinda)*

> *"Antigamente a gente fazia o seguinte, fazia as bases, chama os alicerces, os alicerces era feito de pedra, antes era feito de pedra, pedra canga, era difícil, sistema rústico mesmo. Cortava no machado, machado de cortar madeira, botava um cadinho curto assim e cortava com machado, acabava o corte passava no esmeril, lavrava a pedra mais ou menos quadrada, pra fazer os alicerces, isso é serviço de pedra mesmo" (Mestre Toin)*

Todos os Mestres seguem a mesma sequência construtiva na produção do alicerce: abrir a cava, preencher a cava e assentar a pedra lavrada usando massará de barro. O que os distancia é a trajetória das experiências que faz com que apesar das etapas do processo serem as mesmas, cada uma tenha o seu próprio modo de fazer. Percebe-se que eles variam na profundidade da cova e no trato com a pedra. Um exemplo que está presente nas falas dos Mestres citadas logo acima é como Mestre Tinda não demonstra a mesma preocupação com a forma e os cuidados no lavrar a pedra que demonstram Mestre Toin e Belarmino.

Dentre as etapas para a construção do alicerce e baldrame, a primeira etapa era o "risco", que corresponde ao que seria a planta baixa em um projeto de arquitetura. É a projeção do que pretende ser edificado.

Sobre o modo de "riscar" a casa, destaca-se a rusticidade desse processo. Esse risco era originalmente feito pelo Mestre e, tradicionalmente ainda o é, em pequenas construções e habitações populares. O "risco" era sempre acompanhado de perto pelo futuro proprietário, que ia auxiliando o Mestre, no tamanho dos quartos e onde seriam abertos os vão, portas e janelas.

O risco era medido com uma vara: um pedaço de madeira roliça o mais reto possível. A medida, apesar de não ser exata, poderia ser referenciada com uma vara de 1 (um) metro

ou mesmo com medida que resulta da envergadura formada entre as pontas dos cotovelos de uma pessoa adulta quando ela aproxima as mãos com o punho cerrado junto a altura do peito.

Com a vara, o Mestre faz a medição da área dos quartos e, desenhando com a própria vara ou com o uso da cal, o "risco" a ser escavado para abrir as fundações. Muitos desses Mestres nem tinham a ajuda dos proprietários, só possuíam a informação de quantos quartos se desejava e ele mesmo pensava a distribuição dos cômodos. Havia o costume, segundo os Mestres, de um contratante pedir que eles riscassem da forma como eles tinham feito a casa de uma terceira pessoa.

Havia ainda outros modos de fazer o risco. Alguns Mestres tradicionais faziam distinção na forma de medir a área a ser escavada. Os que não utilizavam a vara, às vezes faziam uso dos pés e a medição de passos para desenhar a planta da casa ou então cordas que variavam entre 1 (um) metro e 1,50 m (um metro e meio).

A cava seguia sempre a linha tracejada no próprio solo ou desenhada com cal ou areia e possuía também mais de um modo de ser feita, apesar se seguir a mesma sequência de produção.

Percebe-se que não houve em nenhum momento um padrão para "riscar", abrir a cava, para a altura específica do alicerce ou mesmo a sua espessura. Ensinam os Mestres que o alicerce varia de acordo com o porte da construção e, geralmente, deve possuir o dobro da espessura que terá a parede e quanto mais alta a construção mais funda deve ser a cava. Sobre a altura do alicerce após o preenchimento da cava, os Mestres destacam que esse número vai variar de acordo com as características topográficas do terreno sobre o qual será erguida a construção e somente ao ter contato táctil-visual com o local é que o Mestre vai poder ter conhecimento dos aclives, declives e outras irregularidades que o terreno apresenta. Como um grande conhecedor que é da região, do tipo de solo, vai saber indicar para o contratante de qual direção irá incidir a luz solar sobre a casa durante grande parte do dia e do ano, para então sugerir as diversas aberturas de portas e janelas.

Após o desenho do risco, eram abertas as cavas, com o uso de picaretas e alavancas para então construir os alicerces.

A profundidade do buraco a ser cavado variava entre o porte da construção, a altura do seu pé direito e também da espessura que iriam ter as paredes. Aquilo que os Mestres apontam como padrão variava entre 40 e 60 cm e, não menos que isso. Sem contar os 30

ou 20 cm construídos após a fundação ser completada até atingir a altura do solo e o que era construído acima do solo é chamado na região de baldrame e não mais fundação.

A fundação e alicerce, parte considerada pelos Mestres como a mais importante de toda a construção, em Natividade, foi feita com um material de baixa densidade e alta porosidade, a pedra canga, considerada pela literatura específica, como não adequada. Isso não compromete a seguridade da edificação, mas redobra a atenção com as soluções de proteção das águas e exige maior constância na manutenção.

A espessura da cava da fundação e a sua distancia acima do solo são soluções para evitar a umidade nos alicerces de pedra canga. Por isso, mesmo não sendo um material apropriado, os Mestres conseguem diminuir a sua fragilidade e a vulnerabilidade que ela poderia trazer para a edificação.

O grande problema está justamente na porosidade da pedra canga e no fato de ser o alicerce um dos pontos mais atingidos pelas águas das chuvas ou mesmo após a instalação hidráulica, com os vazamentos. A umidade em excesso atinge a parte do alicerce que está emersa na terra, desgastando a argamassa, diluindo-a e deixando assim espaços entre as pedras, que também se desmancham ou cedem e afetam a estrutura da parede. A solução encontrada pelos Mestres para minimizar os impactos da umidade foi a elevação da altura do baldrame.

Nas casas de adobe, destacam-se os alicerces sempre muito bem feitos, sólidos e nivelados. Como se observa na fala do Mestre Toin:

> *"o segredo tá no alicerce, fazer as bases mais alta pra o adobe não pegar umidade ne, hoje nos temos produtos pra colocar na massa pra evitar umidade, antes não tinha nada disso. fazia um pouco mais alto, pra sair do(...)da infiltração." (Mestre Toin, 80 anos)*

Com a popularização da alvenaria de tijolo industrializado e do concreto, com o aumento no porte das construções e suas características, as técnicas e materiais para a produção dos alicerces sofreram algumas transformações. Destaca-se o fato de que quanto mais recente a obra, mais rasa poderá ser a cova e menor poderá ser o alicerce, o que ocorre tanto pelas características das novas construções com paredes de tijolo cozido, como do surgimento de materiais industrializados que ajudam no combate à infiltração e à umidade, mas também do fato de que muitos dos Mestres tradicionais que preferem os

alicerces em pedra já não possuírem condições físicas para lavrar as pedras e de que não encontram com facilidade aprendizes que dominam essa técnica. Isso faz com que eles adotem técnicas e materiais industrializados.

Os Mestres ensinam que para garantir uma sólida construção, além de forte, o alicerce e o baldrame teem que estar bem nivelados para que as paredes e a própria casa não fiquem tortas e não sigam os aclives ou declives do terreno. Mestre Belarmino explica o porquê do nivelamento:

> *"Até porque, digamos o seguinte, lá dentro da casa, lá pro fundo da casa, o terreno é mais alto, ele pegue esse aclive aqui (faz movimento com a mão), aqui ta a frente da minha casa e, eu vou construir aqui, eu tenho que jogar essa altura daqui lá, o de lá pra cá, eu vou achar o cociente dessa medida aqui já vai dá aqui, cobrando essa diferença, matemática vai cobrar essa, é difícil pra gente que não tenha estudado falar uma coisa assim, então vai, essa diferença você vai achar que ela vai vir aqui, não, mas ela vem aqui, ela vem reto, porque água, a água ela mostra reto, a altura, o nível da água é o nível que não mente, acusou, aqui deu 10 centímetros de altura foi e aqui já vai dar 1,80, é porque o terreno desceu mas o nível quer essa igualdade." (Mestre Belarmino)*

A técnica utilizada na aferição do nível é diferente entre os Mestres tradicionais. Mestre Belarmino destaca a técnica da mangueira com água, afirmando que a "água não mente" [58], mas ele mesmo e os outros entrevistados colocam o uso da mangueira de nível feita em PVC transparente para aferição de nível como uma inserção contemporânea. A técnica tradicional envolve o uso da ferramenta nível de mão ou nível de madeira, também largamente utilizada nos séculos XVIII e XIX (BARDI, 1981).

Segundo os Mestres, as construções de barro sempre requisitaram atenção especial para a sua conservação e alguns cuidados são sempre necessários. Um alicerce sólido, nivelado e que garanta a proteção da parede da umidade do solo, a manutenção constante dos telhados para evitar a penetração da água da chuva na parede de terra, são alguns exemplos. Em Natividade foi comum o uso dos beirais e posteriormente platibandas nas

[58] Apesar de Mestre Belarmino estar se referindo com essa frase "água não mente" ao uso da mangueira de nível, uma mangueira comum como outra qualquer só que produzida com pvc transparente para facilitar a visualização da marcação da água, ela se aplica ao nível de madeira ou nível de mão, pois essa ferramenta possui em uma de suas extremidades ou mesmo centralizado, um pequeno cilindro, ou algo parecido, transparente e preenchido com água ou qualquer outro líquido e uma bolha de ar que será a responsável em marca o nivelamento ou não da construção.

paredes externas e até mesmo o uso de telhas ou pedras sobre os muros que cercam os quintais.

Os Mestres relembram a atenção especial com a parede de barro:

> *"A água é o inimigo, não pode molhar, desmorona com facilidade, molhou pesa e tem facilidade pra cair. [...] tem que ter cuidado nos telhados pra não deixar vazar a água, vazou começou, dá uma goteira ali, se não cuidar depressa ela corta a parede, começa a ruir a parede, daqui a pouco tá a valeta de cima até embaixo. e o adobe não aguenta, o adobe é barro né." (Mestre Toin, 80 anos)*

A preocupação com a água é sem dúvida alguma ponto em comum nas falas de todos os Mestres que, além dos cuidados já citados anteriormente, apresentam como uma das soluções possíveis para evitar que a umidade e a água prejudiquem a construção, a atenção especial na fabricação dos adobes. A maioria dos Mestres nativitanos domina o processo ou a memória sobre a fabricação dos adobes e desvenda nas falas a baixo alguns segredos para gerar maior durabilidade nas peças:

> *"a pessoa escolhe, tem toda uma técnica, as pessoas olham o terreno, analisa aquele terreno e sabe se ali vai dar um adobo forte ou se não vai, tem esse conhecimento. Ai ele vai começa cava o barro, no massar do barro pra fazer aquela massa, ele sabe se aquele adobo, se aquele barro dá um adobo que não racha ou se aquele adobo racha antigamente tinha até uma técnica de fazer o seguinte, as pessoas saia no campo, cortava, "rancava" muito capim e jogava naquela massa e misturava pra ele não rachar e ficar forte." (Mestre Belarmino)*

> *"O adobe era feito ai mesmo, na beira do córrego, amassa o barro lá, colocava capim, corta o capim assim e coloca dentro do barro assim, pra evitar quebrar. O capim segura o adobe não quebra, não racha, não desliga né, porque só de barro tem facilidade de quebrar, porque o barro é fraco ne?" (Mestre Toin, 80 anos)*

> *"pra fazer ele você tem que molhar ele de um dia pra outro, você molha corta molha ele num dia pra amassar no outro dia que ele curtia um pouco, que ai né qualquer chuva que derrete ele, corta ele. Molha, no outro dia com a inchada cora ele e massa no pé, no outro dia tá bom pra fazer o adobe e pra fazer a parede. Pra adobe é bom é assim, massa num dia e faz o adobe no outro. Seca com uns três dias ou mais, ai*

> *quando ele fica bem sombrado, ai você levanta ele fica de pé assim, seca dum lado e de outro." (Mestre Biluca)*

Em Natividade as soluções encontradas para dar maior resistência às peças de adobe eram a inserção à massa de barro de elementos como capim, fibra vegetais (sisal ou buriti), excremento de gado bovino ou de eqüinos, gordura animal e pedras.[59] Segundo os Mestres, a inserção de capim, fibras vegetais e excremento animal, que também é fibroso, faz com que o adobe não rache com facilidade. Já as pedras evitam que as peças derretam facilmente em contato com a água. Mestre Biluca recomenda ainda que para uma boa secagem das peças, elas devem descansar à sombra entre três dias ou mais.

Os Mestres afirmam que nos dias de hoje é muito difícil encontrar pessoas que ainda se dediquem exclusivamente a produzir adobes para a venda e que os materiais atuais possuem baixa qualidade:

> *"E hoje não presta mais os adobe que fazem, até uns quatro anos atrás fazia, mas se desse uma chuva derrete tudo, antigamente não derretia porque eles colocavam capim né, eles colocava gordura." (Mestre Tinda, 47 anos)*

Em Natividade não existe na atualidade, uma olaria[60] de pequeno ou médio porte funcionando regularmente. Na fala que segue, Mestre Belarmino credita isso à impossibilidade de acesso aos barreiros e à ausência de um mercado consumidor em potencial:

> *"Lá na minha nascente você não vai fazer adobo, porque eu não vou aceitar você pegar daquela água, ainda feliz de quem quer preservar as suas nascentes e outra coisa, hoje se você dizer assim, eu tenho 10 mil adobo pronto pra alguém comprar pra fazer uma construção você vai perder seu material, porque as pessoas já não interessa mais não reconhece o valor que tem o adobe." (Mestre Belarmino)*

Sem sombras de dúvida, um dos principais motivos de transformação no modo de fazer adobe é a escassez da matéria-prima. A argila de boa qualidade, geralmente

---

[59] Ver Anexo 3 – Foto 018.

[60] Por Olaria entende-se local destinado à produção em pequenas quantidades de adobes, telhas artesanais e outros materiais que utilizem o barro ou argila como principal matéria-prima, fazendo uso ou não da queima. Quando essa produção atinge escala industrial de grandes quantidades esse lugares passam a ser comumente denominados fábricas ou cerâmicas.

encontrada próximo aos córregos e nascentes, está cada vez mais sob domínio privado, o que dificulta o acesso do oleiro à matéria-prima.

Isso contribui com que o ofício de oleiro tenha se tornado menos praticado e que os adobes produzidos tenham uma qualidade inferior e, em sua maioria, sejam produzidos por encomenda ou, como ainda é muito comum na zona rural, que o próprio proprietário da casa fabrique o adobe.

Com um adobe bem produzido e uma fundação bem erguida, os Mestres explicam o passo a passo da técnica do levante ou de alçar as paredes:

> *"levante é quando a gente vai colocar um adobo em cima do outro, começar fazer as paredes, nos chamamos de levante."* *(Mestre Belarmino)*

> *"Não, adobe tinha uma regra, você num podia passar de oito fiada né, se fazia uma parede aqui, quando chegava oito você tinha que parar pra ela enxugar e você ia fazer outra né, o tijolo você pode, agora o adobe era na base de oito fiada, se fizesse oito fiada tinha que parar nessa e continuar né em outra, deixar enxugar pra, porque se você fizesse um monte de ela podia entortar e cair, porque tudo é barro, pra sentar o adobe é barro também e o adobe é barro." (Mestre Biluca)*

Como mostra a fala acima, o procedimento de erguer ou construir as paredes com adobe exigia do Mestre uma técnica específica e um conhecimento aprofundado do material com o qual trabalhava.

Sobre o modo de construir as paredes e as suas peculiaridades se destaca talvez, aquilo que definimos como a principal marca do sistema construtivo nativitano em relação às demais construções do antigo norte goiano. As suas edificações em adobe não possuem uma estrutura de madeira autônoma responsável pela estruturação da construção. A solidez da parede está no modo como ela é feita. As paredes se estruturam com uma amarração dos tijolos de adobe nos cantos, o que as torna aquilo que se define como parede autoportante, não havendo, portanto, a necessidade dos esteios em madeira.

Devido ao não uso dos esteios, que em outros sistemas construtivos é o elemento responsável pela estruturação da parede, a organização das peças de adobe ganha uma atenção e características especiais. Os cantos e encontros das paredes internas são os pontos de auxílio no travamento das paredes estruturais.

As peças de adobe são postas nos cantos de forma alternada, em sentidos contrários. Alguns Mestres e, em algumas casas, essas peças de adobe, no canto, são cortadas, tal qual hoje se faz com as paredes de alvenaria em tijolo cerâmico. Esse entrelaçamento de adobes apoiados uns sobre as outros é o que garante as paredes firmes. A argamassa que auxilia nessa fixação é feita basicamente de barro, barro e cal, ou mesmo cal e areia.

Os adobes variam muito de tamanho de uma obra para a outra, porque toda a sua produção é feita de forma artesanal, em formas de madeira não padronizadas, além de, em muitos casos, serem produzidos no próprio canteiro da obra, feitos pelos aprendizes e Mestres. Os adobes produzidos para a mesma edificação, por usarem as mesmas formas, esses sim possuíam tamanho iguais. Alguns desses adobes tradicionais chegam a atingir 60 cm de comprimento e 20 ou 25 de largura com uma espessura chegando também aos 25 cm.

O Mestre teria que ter a destreza para perceber até que altura a parede de adobe autoportante suportaria o seu próprio peso, uma vez que a argamassa de barro utilizada para assentar os adobes também era feita com água e as peças de adobe ao absorver essa água aumentavam consequentemente o seu peso, correndo o risco de desabamento. Apesar de não haver um consenso sobre quantas “fiadas” deveriam ser erguidas de uma só vez, eles recomendavam uma faixa de oito “fiadas” no máximo, respeitando assim o tempo de secagem da parede.

Sobre essa relação do Mestre com o material Mestre Belarmino explica:

> *“o cuidado com o material, o adobo exige muito mais respeito do pedreiro do que o próprio tijolo.”* (Mestre Belarmino)

Esse respeito a que se refere o Mestre Belarmino é considerado um dos segredos da profissão. O pedreiro tradicional tem que ser também um profundo conhecedor do meio em que vive, sabendo identificar as características positivas dos materiais com os quais terá que trabalhar. Saber respeitar o tempo de secagem dos adobes após uma certa altura é, na fala desses Mestres, demonstrar respeito ao seu próprio saber e aos elementos que lhe garantem a oportunidade de realização do seu ofício, seu meio de vida.

No assentamento dos tijolos de adobe não devem ser deixados vazios ou frestas nas juntas e, quando houver, eles devem ser preenchidos de argamassa com auxílio de uma

colher, deixando a sua superfície lisa e no mesmo nível da face do tijolo. Se houver buracos que excedam 30 cm, eles devem ser preenchidos com fragmentos de adobes ou pequenas lascas de pedra.

O trabalho com a argamassa também envolve conhecimento e respeito com a terra, pois só um bom Mestre sabe reconhecer quando a "massa" (argamassa), feita da mistura de terra e água "está no ponto". Segundo os Mestres, o ponto certo é reconhecido pelo tato: ao pegar na massa ele sente se ela está com a liga necessária para sentar os adobes, como fica explícito nas falas de Mestre Toin e Mestre Belarmino:

> *"esse barro é cavado no chão (referindo-se a como é feito o massará) próximo a onde vai ser a casa, cava, faz, joga água nele, ele amolece, faz aquela massa homogênea." (Mestre Belarmino)*

> *"só o barro mesmo, a massa de barro, cava o barro e lava, molha, escolhe um barro mais "liguento", viscoso, amassa aquele barro e pronto. (Mestre Toin, 80 anos)*

Mestre Biluca fala da dificuldade de assentar os adobes por conta do tamanho e do peso das peças, o que exigia uma boa argamassa e, consequentemente, um bom ponto de liga, o que, por sua vez, deixava o trabalho ainda mais difícil:

> *"Olha o adobe, o bicho é pesado, e com adobe você tem que ajeitar o barro, colocar com as duas mãos. Você tem que puxar botar parede com a colherzinha quando é de noite você tá com a mão doendo. Tem uns "liguento" **[massa]**, tem uns que são mais solto, mas tem uns "liguento", "cê" tem que puxar o bicho, espalhar assim, o mais solto é melhor, você puxa mais rápido que o "liguento", só que os mais liguento firma mais a parede, "cê" botou ele firma logo.(Mestre Biluca)*

A argamassa feita da mistura de terra e água era usada também para rebocar as paredes e foi comum a utilização de esterco de gado bovino para dar maior resistência à argamassa e facilitar a sua fixação à parede de adobe, evitando o acúmulo de insetos, barbeiros, pulgas, carrapatos e baratas.[61] A técnica consistia em diluir o esterco animal na

[61] Atualmente essa técnica é conhecida como "revestimento bicomposto" e trata-se de "processo artesanal de reboco de parede biológico, não agressor ao meio ambiente, ecologicamente correto, sem aditivos químicos, metais pesados ou contaminantes" por Gaiaterranova disponível em http://gaiaterranova.blogspot.com.br/2008/08/080729-revestimento-biocomposto.html (ultimo acesso em 27/08/2012)

água que seria usada para amolecer a terra e preparar o barro. Com o passar dos anos e com a grande produção na cidade de Natividade, a cal na sua constituição virgem, passou a ser inserido na produção da argamassa, substituindo o esterco. Atualmente a argamassa para ser utilizada em edificações de tijolo cozido é preparada com seixo e/ou areia (agregado miúdo) e cimento ou cal, mas paredes de adobes ainda recebem massará de barro e cal.

O modo de levantar a parede não se distancia muito do conhecido hoje para a construção de alvenaria de tijolos cozidos:

1º passo:

É assentada a primeira "fieira" (coluna) de adobe, todos inteiros colocados de um canto a outro sobre o baldrame de pedra.

2º passo:

Fazem-se os cantos das paredes, criando a estrutura responsável pelo seu travamento. Sobre a primeira fileira, serão colocados outros adobes, mas em direções contrárias, voltados para o lado onde será erguida a outra parede que forma o canto.

3º passo:

Após os cantos, os adobes começam a ser assentados. Os Mestres recomendam que sejam feitas até 8 fieiras ou menos de adobes. Por conta do fato de que a massa para o assentamento do adobe também é feita com terra e água, o adobe absorve essa água e a parede pode não suportar o peso extra. Quase todos os Mestres, ao atingirem a oitava fiada ou quando a parede chega à altura do peito de um homem adulto, param e deixam aquela parede "descansar" e secar a água absorvida e passam a assentar outra parede, e assim repetindo esse processo eles completam toda a construção.

A espessura das paredes principais de adobe compensava a porosidade e a possível falta de resistência. O que neste trabalho se chama de paredes principais, são aquelas que possuem função estrutural na edificação. Essas paredes suportam tanto as cargas verticais, como sismos, ventos, choques acidentais, vãos, arcos e coisas do tipo. Outra razão para a espessura, cerca de 30 cm, é porque os materiais, a terra, principalmente, resistem moderadamente à pressão, ao peso da cobertura, por exemplo, e menos a esforços de corte. A espessura deixa as paredes principais mais pesadas e menos propícias a curvaduras, além de ser uma proteção extra contra as intempéries externas, como chuvas, vento e calor.

A preocupação com a umidade, sempre presente nas construções em terra, também é diminuída por conta da espessura das paredes. Por serem paredes largas, a umidade tem mais dificuldade de chegar ao centro da alvenaria e a porosidade faz com que, no verão, com o fim das chuvas, a umidade desapareça.

As paredes divisórias ou paredes internas apresentam a mesma espessura das paredes estruturais, porque geralmente são feitas de adobe. Nas casas onde as paredes de compartimentação são feitas de taipa de mão, a espessura diminui, e são mais leves. Sua função na edificação, quando feitas assim, é apenas a separação dos espaços interiores. Apesar de nem todas as paredes internas possuírem função estrutural acabam, por vezes, ganhando essa função, quando feitas em adobe.

As paredes de terra também demandavam dos Mestres uma atenção especial. Em Natividade, as esquadrias utilizadas eram todas em madeira. As janelas eram estruturadas geralmente por quadros de madeira, compostos por duas ombreiras, um peitoril e uma verga superior. Essa estrutura em madeira é o que garante segurança à parede.

As janelas em si, muito bem acabadas, com suas bandeiras e treliças enchem a edificação de beleza. Em Natividade não há menção ao uso de vidro nas janelas, as bandeiras carregam por vezes madeiras em talha torneadas ou mesmo venezianas. Já as janelas com treliças eram feitas com a disposição de peças em madeira formando desenhos geométricos variados. O destaque é também para as decorações nas sobrevergas e molduras em massa. Com seus ornamentos e números bem distribuídos, as janelas nativitanas cumpriam seu papel dando equilíbrio e destaque às fachadas, estabelecendo uma agradável relação de cheios e vazios.

As portas também são constituídas de quadros de madeira, compostos de duas ombreiras, verga superior e soleira feita de madeira ou ladrilho. As portas também recebem sobrevergas decoradas e frisos são comuns, em geral imitam ombreiras ou mesmo quadros destacados. Nas construções com paredes mais largas, é usada a padieira, que tem por função sustentar o peso da parede acima do vão. Em Natividade se encontra nas casas, tanto a padieira de voo, como a armada, com três peças de madeira para ajudar na sustentação.

A água acaba sendo também o principal problema das esquadrias. Logo os danos se fazem visíveis, surgem manchas, partes da madeira amolecem e ficam quebradiças, fungos,

plantas e cogumelos podem germinar nessas áreas. Formigas e cupins são também elementos de degradação.

Como as aberturas nas paredes são feitas geralmente para a colocação de portas e janelas, em sua maioria, feitas em madeiras, é exigida a atenção do Mestre. As técnicas e soluções são aplicadas a depender do tamanho do corte e da espessura da parede. A principal solução é a colocação de vergas feitas de madeira. Nas grandes aberturas são feitos arcos de descargas. Em Natividade somente nos prédios religiosos é que essa técnica foi empregada com arcos feitos ou em pedra ou tijolo maciço.

Se comparadas às paredes e materiais utilizados hoje, as paredes de adobe possuem muita porosidade, o que dá ao revestimento empregado muita importância, pois a sua função protetora agrega durabilidade às construções. O revestimento, o reboco, era considerado elemento construtivo indispensável, pois além da sua importância estética, funcionava como camada protetora, garantindo durabilidade para a construção.

Algumas teorias recentes de restauro recomendam que sejam preservadas as técnicas construtivas tradicionais de revestimentos e, se possível, que sejam utilizados os materiais mais próximos dos “originais”. Mais recentemente, verificou-se que para uma maior durabilidade da edificação seria mais adequado empregar a técnica tradicional. Alguns teóricos definem também essa abordagem como a mais adequada para preservar a autenticidade construtiva da edificação.

Grande parte dos revestimentos era feito de areia e cal, variando possivelmente sua composição entre 1:1 e 1:4, respectivamente. Buscando diminuir a permeabilidade da parede, foi muito comum o excremento animal para dar uma boa aderência à massa. O costume era produzir o reboco com argamassa de barro e com aditivos minerais e orgânicos.

Depois de explicitados os passos básicos da feitura da parte estrutural da casa, alicerces e paredes, se discorre de agora em diante sobre os elementos que comumente são definidos como acabamentos e que possuem relações com as paredes. Tanto os de ação mais estética como os mais funcionais. Alguns desses elementos não fazem parte do repertório da construção tradicional brasileira, como as platibandas e as cimalhas. Foram introduzidas com o estilo neoclássico do final do século XIX e com o uso de tijolos cozidos. Em Natividade, inclusive, muitos foram feitas com elementos pré-fabricados comprados em outros estados.

Pinturas:

Algumas ornamentações eram pinturas em estuques. As pinturas, além de seu embelezamento estético, ajudam a diminuir a porosidade da parede, ajudam na drenagem da água, pois facilitam o escorrimento das águas. O principal acabamento era a caiação branca e as outras colorações eram obtidas com o uso de pigmentos. Recomenda-se aplicar a caiação com a parede úmida para não fissurar sobre o reboco áspero. As pinturas das fachadas e ambientes internos eram feitas a base de cal.

Era comum a coloração da cal fazendo uso de pigmentos naturais extraídos do solo, de folhas e frutos. Segundo consta das narrativas do século XIX, as cores foram sempre presentes e uma marca das vilas, sempre referenciadas pelas cores fortes das fachadas. Essa pigmentação era obtida a partir da diluição das folhas e solos pisados em água já misturada com a cal.

Atualmente no mercado, há uma grande quantidade de tintas látex, o que é prejudicial à saúde das paredes de terra. Nas paredes de adobe, a tintura de látex apresenta bolhas e facilmente se descasca, porque a umidade típica das casas de terra encontra um obstáculo no látex, daí a formação das bolhas.

Coroamento das edificações:

Coroamentos são os acabamentos dos telhados nas fachadas das edificações, a parte superior ou remate de uma construção. Além de seu papel decorativo, os coroamentos, possuem papel funcional na cobertura do edifício e na proteção das paredes.

Em Natividade encontramos com bastante frequência platibandas, calhas, beirais e cimalhas.

Platibandas:

A platibanda, um tipo de coroamento de fachada, predominante na cidade de Natividade, substitui o beiral dos edifícios. No final do século XIX, esse tipo de coroamento foi amplamente difundido após a chegada de alguns Mestres e artífices

migrados do Oeste baiano. Influenciados pelo ecletismo que dominava já grande parte do território baiano, eles deixaram suas influências expressas nas fachadas nativitanas. Esse tipo de elemento arquitetônico já não é mais reproduzido e, atualmente, já não é mais executado por nenhum dos Mestres tradicionais.

As platibandas nativitanas são encontradas nas formas de paredes vazadas ou cheias, e serviam basicamente para esconder o telhado e decorar a fachada da edificação. Possuem relevos e frisos decorativos que embelezam esses elementos. A platibanda é um elemento funcional: o telhado termina e despeja toda a água em calhas de chapa metálica ou mesmo de alvenaria. Essa água é conduzida por tubos embutidos nas fachadas e lançada na rua ou na calçada. No fim do século XIX, as platibandas passaram a ser exigidas nos códigos de posturas de muitas vilas e cidades brasileiras (ANEXO3).

Calhas:

Feitas, na grande maioria, de chapas de ferro, as calhas teem por função coletar a água da chuva que escorre pelo telhado. Ficam sempre atrás das platibandas e ligadas a tubos que escorrem a água captada para o lado ou frente da casa.

Beirais:

Tem por função proteger as paredes externas contra sol e chuva, lançando para longe da base da parede, a água que corre pelo telhado. Em Natividade são encontrados beirais acompanhados de cimalhas em massa ou beira-seveira e os alongados a partir dos caibros ou cachorros que fornecem maior proteção para as fachadas. (ANEXO3)

Beiral com Cachorros:

Também conhecido como beiral “encachorrado”, é o que possui os caibros com as extremidades esculpidas e colocados na horizontal, criando, assim, um desvio na inclinação do telhado. Possuindo uma função mais estética do que utilitária, pois muitas vezes, quando mal feito causa a infiltração de água nas paredes.

Beira-seveira:

Assim como são chamados os beirais cujas telhas extremas se apóiam em cimalha de boca de telha, constituída de duas ou mais fiadas de telhas engatadas na alvenaria da parede. À fiada inferior dar-se o nome de sob-beira e a de cima continua sendo a beira. "Teríamos, então, um telhado de beira, sob beira e bica." (PRO-MEMORIA/IPHAN, Manual do estagiário, 1984) (ANEXO 3)

A sua principal função além do embelezamento estético é evitar a pingadeira da água da chuva na base da parede.

Cimalha:

Da mesma forma que a beira-seveira, a cimalha é construída abaixo do beiral e ao longo de toda a fachada. Esses elementos em Natividade foram feitos com o uso de argamassa e tijolos. Os tijolos da alvenaria servem de base para a argamassa e a cimalha será modelada na forma que alguns autores definem como peito de pombo, mas há outros menos curvilíneos. (ANEXO 3)

Como é perceptível, em Natividade não houve grandes variedades plásticas nos coroamentos em comparação com outros núcleos que surgiram com a mineração. Mas no final do XIX esses elementos decorativos e funcionais na construção, significavam acima de tudo status social, e por isso, a grande difusão entre as casas tradicionais da elite nativitana. Hoje, alguns poucos desses elementos ainda são executados e bem menos ainda é o número de Mestres e artífices que ainda dominam a confecção desses materiais. O que ainda se mantem entre alguns Mestres é o conhecimento de produção desses elementos, o que lhes dá condição de fazer reparos, no caso de problemas que possam surgir.

A preocupação com os coroamentos é basicamente com as águas da chuva. Platibandas mal feitas, calhas rompidas, podem causar infiltrações para a parede de adobe. Ás águas e cupins são os maiores agentes de deterioração dos beirais em madeira, podendo causar deslizamento de telhas e assim proporcionar um volume de água não esperado, estragando as madeiras, infiltrando paredes, cimalhas e beira-seveira.

Os Mestres sempre relembram a atenção com a cobertura e os outros elementos que auxiliam na proteção da casa das águas da chuva, para eles o maior inimigo desse tipo de edificação de terra.

Neste tópico, foram apresentados aspectos, saberes e técnicas do sistema construtivo tradicional com adobe, mas há ainda outro tipo de construção ainda muito presente na paisagem urbana e rural de Natividade: as construções feitas de taipa de mão ou taipa armada ou, ainda, pau-a-pique ou enchimento.

Para os Mestres tradicionais que detêm o saber-fazer com adobe, os construtores que dominam exclusivamente a técnica de construir com a taipa armada não são considerados pedreiros porque, para os Mestres e artífices, toda e qualquer pessoa pode dominar o processo construtivo de taipa, o que é enfatizado na afirmação de que não haveria aplicação de uma técnica nesse sistema construtivo:

> *"não, eu não trabalhei com aquilo, mas eu sei, eu via é muito, só que é coisa grosseira qualquer um fazia. Os cara colocava os enchimentos, as madeiras, a talas uns 15 centímetros umas das outras, depois amarrava a taboca com... a...com um afastamento, o menor afastamento, ficava uns quadradinhos, ali o cara ia fazendo o barro e enchendo aquilo ali, depois rebocava, na mão mesmo, amolecia o barro e batia assim, batendo o dedo. Não existe técnica nenhuma naquilo" (Mestre Toin, 80 anos)*

Mestre Toin ao descrever o processo construtivo de uma casa de taipa, define a construção como algo grosseiro[62], que não requer do profissional grande habilidade, por não existir técnica específica para essa modalidade construtiva, como se o fazer da taipa fosse algo improvisado, sem uma lógica de raciocínio pré-estabelecida. Mestre Belarmino reforça esse pensamento, ao colocar:

> *"Qualquer pessoa consegue, não, ele, essa casa de... como diz a gente, essa casa de enchimento, casa barreada, ela exige só que você faça um alinhamento né, é coloca os pau-a-pique, envara ela bem próximo, de jeito que entre uma vara e outra cabe as bola de barro, não tem uma altura específica, ali, aquela massa, aquele barro segurou ali, segurou, pois tá valendo, ai depois você vem com outro barro, cobre aquilo ali, você tampa, dá o nome de casa barreada. (Mestre Belarmino)*

[62] Referindo-se à falta de preocupação com os acabamentos.

Na concepção dos Mestres e artífices, a casa de taipa e o seu saber-fazer não geram um ofício especializado, pois não há técnica alguma empregada na sua realização, portanto, não exige habilidade apurada de quem a constrói. As narrativas dos Mestres tradicionais podem revelar mais do que preconceitos ou desvalorizações do saber construtivo da casa de taipa, ao desvelarem o esforço em valorizar o seu próprio conhecimento frente a outros profissionais, ao destacar que o trabalho com o adobe é um ofício que envolve um rito de iniciação, anos de experiência para adquirir habilidade e respeito ao trabalho realizado, de forma que esse esforço gera um elemento identitário para esse grupo de profissionais que possuem o saber-fazer ou essa memória da técnica construtiva.

Outro sistema construtivo com terra encontrado em Natividade é a taipa de pilão, que já não é mais praticada, mas que tem as etapas e técnicas de sua realização preservadas na memória dos Mestres e artífices atuais, como fica claro na seguinte fala:

> *"Dizem, né, antigamente né, jesuíta né, ouvi falar. Faz um tabuado, igual concreto, tabuado, enxia de barro e pedra, nos outro dois dias que enxugava tirava aquela e tornava subir. Ouvi falar que aquela ali foi feita assim." (Mestre Zé de Almeida, 73 anos)*

Existem em Natividade três exemplares feitos em taipa de pilão que remontam ao século XVIII. Os Mestres, apesar de conhecerem o processo construtivo, não chegaram a construir fazendo uso dessa técnica, que consistia em preparar uma massa com terra molhada, produzindo um barro moldável, no qual eram inseridas pedras, capim, cal, fibra vegetal de buriti ou gordura animal (sebo suíno ou bovino) para poder dar maior resistência à massa de barro. Após preparada, essa mistura era depositada e socada com um pilão de base retangular, feito em madeira ou pedra dentro de formas também feitas de madeira, conhecidas como taipal.

Essa espécie de molde possuía tamanho e altura variados e, dependendo da técnica de trabalho escolhida pelo Mestre, o taipal (Anexo 3 - F012) poderia ser feito de três maneiras, a saber: a primeira, sem apresentar vedações nas suas extremidades, o que dava à parede após o apiloamento juntas oblíquas; a segunda, apresentando vedações nas extremidades, o que dava à parede após o apiloamento, juntas verticais; e, a terceira, onde

as paredes eram erguidas com formas únicas, construídas com o tamanho final projetado para cada vedação (SANTIAGO, 2001, p.44).

A parede de tipa de pilão apresentava ainda outra característica: era normalmente mais larga que as paredes de adobe e, apesar de não haver um padrão, variavam entre 50 ou 60 cm, tamanho suficiente para que o pedreiro ou o aprendiz trabalhasse no interior do taipal de modo a conseguir socar ou apiloar a massa de forma uniforme. Os Mestres usam, para explicar a técnica da taipa de pilão, uma analogia com as armações em madeira usadas no preparo do concreto armado nos dias atuais.

Em todas as entrevistas, a narrativa é feita do presente para o passado. Todos os Mestres, ao tentarem explicar as técnicas, ferramentas e saberes construtivos com o adobe, a taipa e a pedra, sempre usam como referência de entendimento o processo construtivo atual de alvenaria de tijolos e cimento, não que isso signifique uma maior valorização do saber atual, mas sim uma consciência de que o outro, o receptor ou aquele que ouve a narrativa, é também profundo desconhecedor do saber tradicional.

Muito conhecidos, pouco valorizados e pouco estudados no sentido de aprimoramento, esses sistemas construtivos tradicionais simplesmente foram renegados e tidos como ineficientes. O que tem contribuído, em parte, para que os profissionais tradicionais, suas experiências e memórias de vida sejam silenciadas.

Após o resumo de parte dos processos e procedimentos de utilização de materiais da construção tradicional, de técnicas transmitidas pelos costumes e práticas, quer pela via oral, por narrativas ou hábitos passados de geração a geração, e que ainda estão preservados nas edificações coloniais do centro histórico, vale destacar que as casas nativitanas se mantêm ainda em um bom estado de preservação.

Ao se tomar a cidade de Porto Nacional, no estado do Tocantins, ou mesmo outros núcleos mineradores tombados no estado do Goiás, se observará que Natividade se destaca pela manutenção quase completa do seu traçado urbano colonial e pela quantidade de casas que mantiveram, em grande parte, o seu padrão original. Obviamente ocorreram e continuarão a ocorrer algumas descaracterizações.

A cidade começa a dar sinais de um rápido crescimento, alguns empreendimentos já visam instalações no centro histórico, como postos de gasolina, bancos, grandes comércios, o que pode acelerar a descaracterização dos bens tombados. E isso afetaria, como já vem afetando, a preservação do conhecimento e saber dos Mestres tradicionais. Mas é preciso

que os órgãos de fiscalização, os promotores e agentes culturais saibam medir até que ponto o progresso advindo com os novos empreendimentos pode de fato contribuir para a preservação desse patrimônio. Um debate aberto e que ainda pode ser feito na cidade, que só agora começa a vivenciar esse tipo de assédio. É o momento de debater a preservação e a conservação do sítio histórico de Natividade, a valorização dos seus Mestres tradicionais e conseguir interligar tudo isso com as discussões vitais do dia a dia de uma cidade que dá sinais de desenvolvimento.

Uma resistência frente a esse rápido e excessivo desenvolvimento, percebido também na industrialização, uniformização e homogenização das construções pelo uso do cimento são os modos de construir que utilizam a terra e a madeira como principais elementos estruturantes.

2.6 – Ofícios, técnicas e saberes com Madeira.

Como já abordado no tópico anterior, a madeira e a terra foram os materiais mais utilizados nas construções tradicionais coloniais, tanto nas casas de adobe como nas casas de taipa ou pau-a-pique, são saberes em torno de materiais diferentes que se complementam e ajudam a compor o acervo técnico desses profissionais, mas, atualmente, são poucos os profissionais especialistas em madeira que se dedicam à produção de insumos específicos para a construção civil. Os carpinteiros, antigamente também chamados de carpinas, são raros nos canteiros de obras contemporâneos.

Os profissionais atuais que fazem trabalhos específicos com madeira são marceneiros e artesãos, produzindo mobília, portas e janelas com técnicas e ferramentas mais contemporâneas. Só há um profissional que trabalha com madeira utilizando técnicas e ferramentas tradicionais e que não é marceneiro de ofício, é o senhor João Riel que fabrica móveis rústicos de tronco caídos e catados pelo próprio artesão.

O oficial marceneiro se diferencia dos carapinas por utilizar, na realização do seu ofício, madeiras mais macias, próprias para os pequenos entalhes. Faz uso de ferramentas com maior precisão de corte e se preocupa especificamente com o acabamento delicado e belo dos materiais. Para alguns autores, se distancia do carpinteiro pelo modo mais minucioso e demorado de trabalhar a madeira.

O carpinteiro foi por muito tempo, e em alguns casos ainda é, o responsável por cortar, lavrar e talhar a madeira para a construção, além de procurar, para o beneficiamento, as madeiras mais resistentes e duras. Faz as montagens das estruturas mais pesadas, como os vigamentos, assoalhos, forros, etc. Por muito tempo, o carpinteiro realizava seu ofício no canteiro de obra da construção, enquanto o marceneiro, outro sabedor do uso da madeira, realiza a sua arte, em geral, na oficina.

Atualmente, em Natividade, não é mais comum a presença dos carpinteiros nos canteiros de obras. Na verdade, acredita-se que na "segunda geração" dos Mestres e artífices da construção tradicional, pelo destaque nas estruturas de madeira do telhado das casas, havia uma forte presença de Mestres carpinteiros nos canteiros de obras, mas que, a partir da "terceira" e "quarta" gerações, esse profissional não seria mais encontrado com facilidade, muito por conta da inserção das lajes de concreto, ou pelo fato dos pedreiros passarem a dominar essa etapa da construção, levando, consequentemente, ao desaparecimento da complexa estrutura de madeira que servia de suporte para o telhado.

Experiências lusas e africanas com o uso da madeira na construção influenciaram fortemente o saber-fazer feito por aqui, deixando marcas nas técnicas construtivas tradicionais, como o uso do pau-a-pique, que se constitui numa solução vernácula para a vedação de casas populares, e, principalmente, no suporte à cobertura das casas e, ainda, em algumas regiões, nos esteios estruturantes das casas de adobe.

Em Natividade, as casas não possuem esteios nas estruturas de parede. Na casa de adobe, a madeira é quase que unicamente utilizada na estrutura do telhado e sobre as técnicas de preparo e escolha dessa madeira, os Mestres fazem as seguintes colocações:

> *"Naquela época não tinha nem existia madeira serrada. Tira aquela madeira, tirava descascava, tirava a casca, depois põem pra secar, depois de seca fazia a armação." (Mestre Toin, 80 anos)*

> *"A gente vai nessas fazendas ai e arruma essas madeiras, madeira boa pra essas casas aqui é "cega machado" chama a madeira. A gente usa a "cega machado", porque ele fica na chuva ele apodrece num instante, agora se ele num molhar é madeira pra muitos anos." O povo diz que é da lua, você tem que caçar a lua pra tirar a madeira, porque é bom pra tirar a madeira quando tá no escuro né, e de primeiro o povo tirava madeira no mês que não tivesse "r", "mai"* ***[maio]*** *mês bom, de primeiro tinha isso. Tivesse meio escuro, ,quando ela* ***[lua]*** *tá de cá, num tá alumiando, então é mês bom*

> *pra tirar a madeira, ai a madeira não dá aquele bichinho. Pra num dá broca você tinha escolher a lua, hoje não o povo não escolhe mais nada e pronto. (Mestre Biluca)*

As melhores madeiras para a fabricação da armação do telhado são as mais duras e resistentes como, cega machado, ipê, jatobá, pau-ferro, mas, para grande parte dos Mestres, a madeira de preferência, até mesmo por ser a mais encontrada era a cega machado[63]. Segundo Mestre Toin *"o cega machado cresce sempre reto, "certin", "linherinho", tira caibo e vigota tudo da cega machado".* A retirada da madeira no campo, toda a sapiência popular que isso envolve, retoma a discussão sobre a relação de profundo conhecimento e respeito que esses sujeitos possuem com o meio em que vivem. Há ainda a crença de que a casca da madeira tem que ser retirada de "baixo para cima", isto é, iniciando da raiz em direção à copa para evitar o seu rápido apodrecimento.

Mestre Belarmino ajuda a compreender melhor esse processo de escolha da madeira e revela alguns dos segredos que estão envolvidos, ao colocar:

> *"aquela madeira que vai ficar lá no teto aquela madeira que você vai infincar lá no chão, "vamo" dizer, uma madeira de cerca, uma madeira de você fazer o teto da casa é, uma madeira de você fazer um curral, um... é, carro de boi, aquela madeira tem que ter uma lua própria pra tirar." (Mestre Belarmino)*

> *"assim tem que ter técnica, por causa da lua, tem a versão da lua, a lua boa é no minguante pra tirar uma madeira dessa, se você tirar no crescente já muito "vespando" a cheia ela dá broca (bicho), se você tirar muito na nova (lua) ela dá broca então você tem que tirar a madeira pra ela ser duradoura, você tem que tirar ela, três no máximo quatro dias depois da cheia em diante, até três/quatro dias antes da nova, cê tirar aquela madeira, porque se você tirar é durante a nova ela vai ter ataque de praga, ai ela vai se perder. " (Mestre Belarmino)*

As sabenças sobre a escolha da madeira estão em torno do fato de o Mestre saber esperar e respeitar o mês mais apropriado e a lua mais recomendada para retirada da madeira no campo e, assim, garantir a sua qualidade e durabilidade. Alguns Mestres que

---

[63] Cega machado, nome científico, Physocalymma Sacaberrium, da família das Lytraceaes, nome popular, cega machado, quebra facão ou nó de porco. Uma madeira muito dura inapropriada para usos em marcenaria, tendo uso basicamente na fabricação de caibros e vigotas roliças.

não dominam esse conhecimento contratavam esse serviço, como atesta a fala do Mestre Zé de Almeida:

> *"Naquele tempo era roliça né, fazia era roliça, não, eu mandava tirar, dava a medida pra ele né, ia pra mata lá, media na vara o tamanho, era só fazer a boca e meter prego." (Mestre Zé de Almeida)*

Cabe destacar na fala de Mestre Zé de Almeida que, apesar dele não dominar a técnica de identificar a melhor madeira e o período ideal para o seu corte, domina o processo de aplicação da madeira na construção, ou seja, ele conhece qual o tamanho necessário, espessura e dimensão dos cortes para encaixe, não deixando assim de ser um sabedor de parte do processo construtivo que envolve a madeira.

Os segredos associados à escolha da madeira aproximam-se de conhecimentos mágicos, com relação aos quais os Mestres atuais tem muita admiração e respeito.

Em Natividade, além da utilização da madeiras na construção das casas urbanas ou rurais, o saber-fazer pode ser encontrado na construção de currais, carros-de-boi, rodas de ralar mandioca, rodas d'água, casas de farinha, apriscos e muitos outros.

Atualmente, o domínio das técnicas de uso da madeira e ofícios como o da carpintaria andam completamente ameaçados, sendo apontada pelos Mestres como principal motivo a industrialização das madeiras. Por ser possível comprá-las em qualquer loja, cortadas no tamanho, espessura e peso que se deseja, não há mais a necessidade de se contratar um profissional específico para o manuseio da madeira rústica. Ao mesmo tempo em que não demanda deles, pedreiros, que dominem os conhecimentos da carpintaria e o emprego das técnicas de escolha da madeira, de cortes e encaixes.

A disseminação da propriedade privada sobre as áreas verdes e campos da cidade de Natividade aparece nas narrativas dos Mestres como um limitador ao acesso à matéria-prima, já que as grandes reservas de madeiras propícias à construção estão em terras de particulares, o que, associado a medidas de proteção ambiental de valor social inquestionável e reconhecidas como importantes pelos Mestres, tem reduzido e dificultado a continuidade da atividade da carpintaria tradicional.

Com a ausência de esteios e armações equivalentes feitas em madeira, as principais técnicas e modos de fazer da carpintaria tradicional foram utilizadas na fabricação das estruturas da cobertura, justamente o que se destaca a partir de agora.

Cobertura

A cobertura é a parte superior da construção e tem a função de proteger os compartimentos internos das edificações das intempéries climáticas. Assume importante destaque na drenagem da água, maior inimigo das construções em terra, sendo necessária grande atenção com a inclinação dos telhados, que variava muito de acordo com o pé direito da casa e com as telhas utilizadas. Em Natividade, a telha mais utilizada foi sempre a telha canal, feita de forma artesanal. As telhas variavam muito de tamanho, assim como adobe, não havia padronizações nas formas. No geral tinham em média 61 cm de pano, 30 x 12,5 cm de boca, e 25 x 9,5 cm de calda, o que, com uma inclinação em torno de 25% ou 30%, gerava uma enorme vazão da água da chuva.

As telhas artesanais seguiam os caminhos produtivos bem semelhantes ao adobe. Produzidas junto à várzea de um rio, onde era preparada a matéria-prima misturando-se os dois tipos de argila encontrada, com os pés do oleiro. Depois, a massa era posta sob um palheiro para manter a umidade e plasticidade das peças. O terceiro passo era a modelagem das telhas em uma forma de madeira que, após o trabalho de modelagem, eram secas na sombra. A cobertura não poderia ter aberturas ou goteira para proteção das paredes e dos demais pertences do interior da casa, tanto nas edificações que possuíam forros ou não.

Em Natividade, não foi tão comum assim o uso de forros e os poucos utilizados foram os forros treliçados. Sua vantagem frente aos demais é que continuavam a permitir a circulação dos ventos. Foram usados também o tabuado liso com mata junta, o tabuado liso com saia e camisa e o tabuado liso com macho e fêmea. As altas temperaturas foram talvez as maiores responsáveis pela pouca utilização de forros. Os Mestres sempre relembram a atenção em deixar um bom espaço entre a telha e o forro, para poder melhorar as condições térmicas.

Sobre o telhado, cabe destacar que algumas telhas eram colocadas sem qualquer tipo de ligação entre elas, o que tornava comum o deslizamento de peças em coberturas de declives mais acentuados, o que deixava também as telhas mais susceptíveis às ações do

vento. A fixação das telhas pode ser necessária, para evitar deslizamento e essa fixação era feita geralmente com grampos de arame ou argamassas.

Sobre o modo de cobrir a casa, pode-se adiantar que a cobertura varia em altura e em inclinação de acordo com a localização da edificação, os materiais empregados e em função do agenciamento do espaço e da ocupação do terreno.

A madeira é o material mais utilizado na estrutura da cobertura, primeiro por ser encontrada com facilidade na região e também pode ser um bom material de trabalho e que aceita mais facilmente os moldes.

De forma breve, pode-se descrever essa estrutura de telhado como uma estrutura simples, feita de um conjunto de vigas paralelas, que sustentam as tesouras de madeira, formando um sistema triangular. Aos planos inclinados que se constituem a partir dessa estrutura de telhado, dá-se o nome de águas, e a inclinação desse elemento depende do material utilizado e da região da edificação. As principais peças são a cumeeira, a tesoura de linha alta formada pela perna ou empena, o pendural e as escoras. Já as peças secundárias são vigotas, caibros e ripas, terças e chapuz que servem para receber o telhamento e transmitir a carga às peças do frechal que corre sobre as paredes.

As tesouras de “linha alta”, mais comum na região, são estruturas reticuladas obtidas com a triangulação de elementos de madeira entre si. As vigotas apóiam-se sobre as tesouras de 1 a 3 metros de distancia umas das outras e os caibros são assentados sobre as vigotas, com afastamento entre si de 30 a 40 centímetros. Por fim, as ripas são postas sobre os caibros e a distancia entre elas varia de acordo com a telha utilizada.

Em Natividade são coberturas simples, econômicas e eficientes e seguem superficialmente um mesmo tipo que contem os seguintes elementos: cachorros, frechal, caibros, terças, ripas, cumeeira e demais peças, como oitão, empenas treliças e tesouras. Os telhados nativitanos, em sua maioria, são de duas águas, mas há a ocorrência de casas com três e quatro águas.

De “duas águas” são os telhados formados de dois planos inclinados que tem sua interseção na cumeeira. Os de “três águas” apresentam três planos de inclinação, constituídos de dois trapézios retângulos, definidos pela literatura específica como águas mestras, sendo a terceira chamada de taçaniça. O telhado de “quatro águas” é feito a partir da inserção de mais uma taçaniça na estrutura do telhado de três águas. Essa estrutura dividida em águas é o que define os elementos estruturais do madeiramento da cobertura.

Sobre os elementos que compõem o madeiramento da cobertura não há porque muito se alongar, já bastante conhecidos e estudados, o único destaque que podemos dar é para o fato de que as peças eram feitas com madeiras roliças sem grandes trabalhos de preparo. Sendo assim, se faz a partir de agora uma breve listagem dos principais elementos em madeira utilizados na armação (madeiramento) que sustenta o telhado.

Oitões e empenas:

Quando internas, as empenas são as vedações dos desvãos das paredes de encontro com os telhados, entre o forro e o telhado e também as áreas de paredes superiores, onde são apoiadas as vigas. Quando externas, cumprem a função de empenas laterais ou oitões das edificações.

Treliças e tesouras:

As treliças e tesouras de "linha alta" são peças estruturais em madeira utilizadas nas coberturas. Em Natividade, foram mais usados em edificações de maior porte, principalmente nas igrejas. Eram utilizadas para estrutura madeiramento a cobertura de grandes vãos, como naves ou salões, que precisavam ser cobertos sem o uso de paredes e pilares.

No Norte e Nordeste, nas construções de pequeno porte como é o caso de Natividade, tradicionalmente não se encontra tesouras completas com pendural e escoras, esse padrão só passa a ser visto nas intervenções feitas já na segunda metade do século XIX. Foi muito comum o uso das tesouras de "linha alta" ou "canga de porco" como é popularmente conhecida a armação. As tesouras de "linha alta" ou "canga de porco" servem principalmente de base para forros inclinados, como os de gamela.

Cumeeiras:

Formada da interseção das "águas" do telhado, é a peça responsável pela organização de toda a estrutura do telhado. Nos telhados de duas águas, a cumeeira, em geral, funciona como uma viga mestra e se apóia nas paredes laterais, é o ponto mais alto do telhado, onde

as águas são divididas. Em Natividade eram feitas de aroeira, em grandes dimensões e assentadas com a peça em posição diagonal. Em sítios como o de Natividade em que as casas são construídas lado a lado, a cumeeira é posta paralela à fachada principal.

Vigas:

Peças de grandes dimensões, locadas na horizontal sobre os esteios, tem por função a estruturação dos telhados, já que sustentam a carga das demais peças que o compõem.

Caibros:

Peças que se apóiam sobre os frechais, terças e cumeeiras para sustentar as ripas. Feitos originalmente de madeira roliça, hoje estão, em grande parte, trocados por peças aparelhadas.

Ripas:

Peças também em madeira, dispostas sobre os caibros, onde as telhas são apoiadas. O espaçamento das ripas variava de acordo com o tamanho das telhas. Originalmente se usava muito taboca e tala de buriti, mas, aos poucos, essas ripas foram substituídas por peças de madeira aparelhada. Como variam de tamanho e largura, os Mestres se referem a eles como ripas e ripões.

Frechal:

Sempre presente no madeiramento do telhado nativitano, os frechais recebem a carga dos caibros e a distribuem de forma igual pelas paredes. Na cidade algumas peças de frechal chegaram a ser usadas nas paredes laterais das igrejas. Os frechais podem ser simples ou duplos, em caso de paredes muito largas.

Rincão:

Rincão ou mocho faz o encontro de duas coberturas de alturas diferentes. Geralmente feito em declive, recebe uma calha de chapa metálica que recolhe as águas das chuvas onde as duas coberturas se encontram.

A sequência básica do processo de montagem do madeiramento é: como primeiro passo, a colocação das tesouras; segundo passo, a inserção das vigotas; terceiro passo, fixação dos caibros; quarto passo, são colocadas as ripas e depois as telhas. (ANEXO 3)

Outro destaque na cobertura das casas nativitanas são os encaixes e sambladuras. Alguns autores creditam aos carpinteiros tradicionais habilidosos o refinado trabalho nos encaixes das peças. As sambladuras são utilizadas quanto de faz necessário prender uma peça a outra.

2.7 – Ofícios, técnicas e saberes com metal

Uma das transformações recentes nos sistemas construtivos em que predominam a madeira e a terra foi a inserção do ferro, através de elementos metálicos que vieram reforçar partes da construção. No sistema construtivo de taipa, sua estrutura de madeira toda feita em talas de taboca entrelaçadas e fixadas umas às outras com o uso de cordas feitas de fibra ou mesmo tiras de couro animal, com o passar dos tempos teve, esses elementos substituídos por pregos de ferro. Já no sistema construtivo em adobe, desde quando a sua cobertura começou a ser feita de telha, em meados do início do século XIX, elementos de ferro foram utilizados para dar sustentação e resistência à armação de madeira que sustenta o telhado.

Apesar de nenhum dos pedreiros e Mestres entrevistados dominar a arte da forja, são exímios conhecedores da aplicação das peças produzidas nas estruturas de madeira, e das suas dimensões, sabendo reconhecer uma boa peça. O saber-fazer com o ferro, o ofício do ferreiro, as peças e ferramentas por ele produzidas são imprescindíveis para a boa execução de uma obra.

O ofício do ferreiro era executado em Natividade prioritariamente nas oficinas domésticas, onde os artífices fabricavam as ferramentas de trabalho dos pedreiros e também fechaduras e dobradiças de portas, pregos, ganchos para telhados e outras peças. O ferreiro, “transmissor de segredos do fogo, da forja e da bigorna, herói civilizador das

comunidades arcaicas" (PEREIRA, 1996, p.104), foi, por muito tempo, profissional imprescindível para a construção das casas.

João Riel relembra o dia a dia na oficina de seu pai, Marcolino, também Mestre ferreiro:

> *"Meu pai não era muito de sair pras casas não, ele fazia aqui, alguém chegava, pedia assim, queria uma dobradiça, ela fazia aqui e lá ele se virava. precisava de uma fechadura, ele fazia aqui e alguém se virava. Fazia aqueles grampso. Hoje já acha pronto, aquelas chapas, chapa dum lado do outro, parafusava aquelas peças, então fazia de tudo aqui ó, ele lá se virava". (Mestre João Riel, 58 anos)*

Nas lembranças de Mestre João Riel percebe-se que o seu pai normalmente trabalhava na sua oficina caseira e que, como de praxe, inseria todos os filhos, homens ou mulheres, nas suas atividades. O Mestre relatou que o ofício de seu pai era solitário e muito trabalhoso e que a dificuldade do ofício fez com que entre os irmão apenas ele, Mestre João Riel, escolhesse seguir a profissão do pai:

> *"fazer um trabalho desse, é trabalho de louco, porque ninguém mais interessa, eles quando serviam as oficinas de primeiro nego já tirava fora, ninguém qué não, botar força, ninguém qué. então tudo é difícil mas a gente achava bom, era divertido. só eu mesmo, ninguém interessou" (Mestre João Riel, 58 anos)*

João Riel, que foi iniciado na oficina do pai, o Mestre Marcolino,[64] junto com seus irmãos, diz que foi o único a manter a tradição do pai e que pela dificuldade que o trabalho impõe e pelo pouco retorno financeiro que possibilita, considera-se um louco. A grande identificação de Mestre João com o ofício é o que o mantém na ativa.

Alguns autores creditam a solidão do ferreiro ao fato de historicamente ele ter sido ligado a forças e poderes sobrenaturais. Por dominar o fogo e dobrar o ferro, o ferreiro, na Europa, teve o seu saber sempre aproximado a magos e sacerdotes. Em alguns mitos africanos, aparece como alguém a ser temido, tido como participante dos domínios do

[64] Mestre Marcolino é considerado na cidade de Natividade como principal mestre ferreiro, um gênio, inventor de inúmeras ferramentas e grande conhecedor de tudo, Mestre Belarmino diz que Mestre Marcolino tinha resposta pra qualquer assunto que se fosse tratar com ele. Mestre Marcolino foi ferreiro na Obra de restauro das Igrejas nativitanas no início dos anos 80, obra promovida pela extinta Fundação Pró-memória e Governo do Estado de Goiás.

sagrado e da transformação: entre os Iorubas, especificamente, Ogum é o ferreiro primordial, quem forjou as primeiras armas e ensinou os homens a caçar.[65]

Mesmo que temido por alguns povos, o ferreiro sempre foi tido como essencial, pois era o produtor de alavancas, fechaduras, pregos, lampiões, espingardas**,** facas, chaves, lamparinas, serrote, furadeira, lâminas e muitos outros produtos que tem o ferro como principal elemento. Esses aspectos colocam esse ofício e o seu profissional como sujeitos detentores de práticas presentes e enraizadas no dia a dia da cidade, contribuindo para a formação da sua identidade.

Para fabricação das peças anteriormente citadas, Mestre João Riel lembra que todas as ferramentas utilizadas por ele e pelo pai foram fabricadas na própria oficina da família:

> *"ele não comprava ferramenta, tudo era ferramenta dele, ele mesmo fazia. Inclusive mesmo tem duas chaves que ele fez, umas "chavonas" assim que aguentava puxar qualquer trem assim, ele que fazia. (Mestre João Riel, 58 anos)*

A produção das suas próprias ferramentas é o que garantia a execução do seu ofício, pois não havia na região de Natividade a possibilidade da compra de tais ferramentas, tanto pela dificuldade de encontrar essas peças à venda, como pela impossibilidade financeira do Mestre. Sobre as ferramentas utilizadas no dia a dia do serviço de seu pai, o Mestre João Riel diz:

> *"Era formão, inchó e sipilho (ferramentas de talhar madeira), sipilho, hoje é uma plaina, a plaina hoje. Você vê as plainas de madeira, mas naquele tempo era "cepão" de madeira, hoje acha a plaina de ferro, mas de primeiro era aquele "cepão" de madeira, colocava, fazia aqui a plaina, a lâmina, colocava nele e ai ali que alisava a madeira. Era nós mesmo que fazia, a "laminão", fazia aquele "cepão" de madeira lá e botava a lamina e trabalhava beleza. Formão, inchó, esse aqui ó* ***[mostra a inchó]*** *e o formão estreito, então aqui a gente escava a madeira, tudo "direitin", furava tudo, tinha trado pra furar, trado é uma coisa tipo uma broca, o trado ele é assim* ***[ver anexo 3 F013]****, serrote, o trado "nóis" mesmo que fazia, rapaz, eu nunca aprendi bem não, esse daqui*

[65] Ver mais sobre a relação da mitologia africana e o ofício do ferreiro em FERREIRA, Jerusa Pires. Os ofícios tradicionais: cultura é memória in: Revista USP, nº 29, Março/Maio, São Paulo, p.102-106, 1996; OXALÀ, Adilson de. Igbadu: a cabaça da existência, mitos nagôs revelados. 2º edição, Rio de Janeiro:Pallas, 2010 e VERGER, Pierre Fatumbi. Lendas africanas dos orixás, 4º edição, Salvador:Corrupio, 1997.

> *mesmo eu fui concertar ele e num ficou bom. Agora pra fazer essa guia aqui meu pai fazia com tanta perfeição e eu nunca dei conta.(Mestre João Riel, 58 anos)* ***[grifo nosso]***

Outra grande dificuldade enfrentada na realização do ofício de ferreiro era o acesso à matéria-prima, pois a maior parte do material utilizado na produção das ferramentas e peças acima descritas era fruto de um reaproveitamento de outros ferros, o que exigia uma técnica específica de trabalhar. Mestre João Riel assim revela:

> *"pegava um ferro, qualquer tipo de ferro, um machado pra gente bater, até desempenar aquilo ali, pra pegar do machado e fazer uma lâmina. De primeiro nos fazia assim, abria cortava o ferro abria ele, depois tornava a abrir, e era assim até, se tivesse um ferro pequeno caldeava, caldear é assim igual uma solda, é o ferro bem quente, você levava ele lá, quando tava esquentando, você enfiava ele na areia, pra ele pegar num que calibre era aquele, depois tornava no fogo, quando caldo tava esquentando de novo, bem quente, ai você metia ele ligava ele, dava umas batidinhas, tornava bota no fogo, quando tava ficando bom, quente, botava um pouquinho na areia ai batia nele, batia até quando deixava, ligava aquele ferro um no outro." (Mestre João Riel, 58 anos)*

Nos dias atuais, na própria cidade de Natividade, a facilidade de acesso ao material industrializado teve forte impacto nas condições de produção. As lâminas de ferro são achadas regularmente, facilitando o serviço, e o aquecimento do ferro é hoje mais simples, principalmente após a criação das maquinas elétricas. Mas por outro lado, foi justamente essa facilidade de acesso a matéria-prima e aos produtos manufaturados os elementos responsáveis, em parte, pelo desaparecimento do ofício de ferreiro. Os Mestres reclamam o fato de que hoje a grande industrialização dos produtos diminuiu a demanda por serviço:

> *"porque primeiro de tudo, hoje já tem tudo, já vem tudo pronto. A gente não tem muito serviço mais, de primeiro eu via meu pai pegava serviço e tinha dinheiro. Hoje às vezes eu passo, tempo sem tocar fogo numa "froja" porque não tem serviço. Então pra mim foi um serviço bom pra ver, porque eu via ele fazendo, e eu achava que era uma coisa muito boa. mas depois que eu aprendi, fui trabalhar por minha conta eu num vejo, num tem dinheiro, num aparece." (Mestre João Riel)*

Para o Mestre João Riel, o fato de que tudo aquilo que ele aprendeu em anos de ofício poder ser adquirido em qualquer loja especializada de material de construção,

desvaloriza seu ofício, a sua profissão e o seu saber, não havendo mais, atualmente, a necessidade dos seus serviços. Inclusive o poder público municipal da cidade de Natividade, maior empregador de seus serviços, segundo Mestre João, já não solicita os mais.

Mestre João Riel acredita que a garantia da demanda por serviço é o que pode garantir a continuidade do saber-fazer dos ferreiros, como fica claro na fala a baixo:

> *"Bom, se tivesse serviço a gente nunca abandonaria, porque é eu pelo menos nunca esperei no governo, esperei sempre do patrimônio, mas o pessoal para, a gente vai fazer o que? é porque num tem. Falta serviço a gente para, de primeiro os serviço das prefeituras, nos pegava qualquer serviço que tinha, tinha tanta ferramenta, tanto ferro." (Mestre João Riel, 58 anos)*

O ofício de ferreiro é mais um dos saberes tradicionais que se aprende e se preserva unicamente com o conhecimento prático, com o trabalho do dia, com a vivência nas oficinas ao lado dos Mestres. João Riel diz ser este o seu "meio de vida", aquilo que ele aprendeu para sobreviver, mas que, infelizmente, nos dias atuais, não compensa financeiramente. Fato que tem forçado a que ele e outros sabedores do trabalho com o ferro abandonem o seu ofício.

Todos os Mestres, independentemente de sua especificidade técnica, reclamam da dificuldade atual de conseguirem um contrato ou mesmo um serviço de pequenas dimensões. Eles são unânimes ao colocar a falta de serviço como o elemento que mais ameaça a continuidade e a transmissão de seus ofícios.

Os Mestres que dominam o fazer com a madeira, o barro ou o ferro, são depositários de infinitas e complexas percepções, afetos e desenganos em relação à profissão que exercem. São profissionais que guardam diversos elementos que não são só materiais e técnicas, são anos de trabalho, muita experiência acumulada e muito conhecimento desenvolvido sobre a natureza.

Esses Mestres se distinguem no trato com os materiais. Os profissionais que trabalham com madeira e terra possuem uma relação física com a matéria-prima de trabalho muito intensa, na verdade a boa execução depende dessa relação próxima, que envolve as mãos, os pés, a sensibilidade do toque. Os Mestres que dominam o saber com o

ferro, apesar de possuírem uma relação próxima com o material, utilizam ferramentas no seu trabalho e nem sempre há a necessidade do toque, da mão trabalhando sozinha.

Esta estreita relação garante a esses Mestres uma sensibilidade que foi revelada nas entrevistas e no seu labutar diário do ofício, na relação que eles estabelecem com a terra, como saber ao toque qual é o bom barro, de respeitar o tempo no preparo do serviço. Esse é um ponto em comum que aparece em todos os ofícios.

"No fundo, aquilo que o homem do povo faz é malcriação. É malcriação com aquilo que os arquitetos de hoje fazem"
Lina Bo Bardi)

CAPÍTULO 3 – A preservação de técnicas construtivas tradicionais: a patrimonialização de um saber-fazer.

> *Os saberes sobre as construções tradicionais, guardados por trabalhadores rurais, pelos carapinas, enraizados no cotidiano das comunidades, constituem um patrimônio cultural material e imaterial muito importante. Precisam ser conhecidos, difundidos e preservados. (Laboratório de Educação Patrimonial - UFF)*

3.1 – O IPHAN e a patrimonialização dos ofícios e técnicas da construção tradicional

Lúcio Costa[66] em artigo publicado na Revista do SPHAN, número 1, destaca a importância dos Mestres de obras para a preservação do patrimônio cultural edificado brasileiro. Para o arquiteto, foram esses homens os detentores e guardiões dos saberes tradicionais de construir, responsáveis pela conservação dos modos de fazer que deram forma às casas e à arquitetura colonial brasileira tão valorizada pelas "instituições-memória" e pela academia. Dizia Lúcio Costa: "Cabe-nos estender a mão ao mestre de obras tão achincalhado, porque, digam o que quiserem dizer, foi ele quem guardou sozinho a boa tradição" (COSTA, 1937, p.).

Mesmo com a atenção e intenção de Lúcio Costa (1937) voltada para a casa brasileira como bem cultural construído e, por isso, valorizado, o autor amplia a discussão em torno da preservação de sítio urbanos coloniais no Brasil quando aponta o Mestre de obras como um dos principais vetores da conservação das casas e monumentos coloniais que estavam sendo patrimonializados no final dos anos de 1930. Ao trazer esses Mestres para o centro do debate, creditando a eles a continuidade ou a sobrevivência da "boa

[66] No ano de 1937 Lúcio Costa em seu projeto pioneiro conhecido como "Vila Operária de Monlevade", propunha a construção de casas que fossem um híbrido de técnicas modernas de construir e técnicas tradicionais como o pau-a-pique. Lúcio Costa defendia ainda a utilização de pau-a-pique para a construção de casas de verão. Ver mais em CORREIA, Telma de Barros. O modernismo e o núcleo fabril: o anteprojeto de Lúcio Costa para monlevade. **Pós. Rev Programa Pós-Grad Arquit Urban. FAUUSP**, São Paulo, n. 14,dez. 2003. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-95542003000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 jul. 2012.

tradição" dos modos de construir, o arquiteto faz o pesquisador do patrimônio pensar que a memória desses Mestres, seus conhecimento, seus saberes devem ser tomados como o principal elemento para a compreensão do jogo de permanências e rupturas do saber-fazer construtivo tradicional.

Cabe destacar que a "mão" à qual Lúcio Costa referia-se ainda não foi verdadeiramente estendida. O Mestre de obras, seus saberes e fazeres tradicionais continuaram a não ter destaque diante das políticas públicas de valorização do patrimônio cultural brasileiro material e imaterial, principalmente ao levar-se em conta que a primeira ação institucional de grande porte voltada unicamente para a patrimonialização dessas técnicas tem apenas seis anos. Isso torna pertinente um breve histórico das ações de valorização dos saberes e fazeres da construção tradicional realizados pelo IPHAN desde a sua criação.

Após o pedido de Lúcio Costa, publicado em 1937, foi somente nos anos de 1980 com a Fundação Pró-Memória que as técnicas tradicionais de construir foram postas finalmente como ponto de pauta nos debates institucionais sobre patrimonialização. "Tecnologias patrimoniais ou endógenas" foi o tema do Seminário realizado entre os dias 10 e 15 de dezembro do ano 1979, em Brasília, sob o patrocínio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC e do Programas das Cidades Históricas – PCH.[67]

Os objetivos desse encontro técnico entre as quatro entidades acima citadas foram conhecer as experiências e metodologias já empregadas por cada um dos convidados, examinar critérios e conceituações acerca do tema, indicar pautas para futuras investigações e pesquisas em toda a América Latina e fomentar estudos que estabelecessem bases para a continuidade das práticas e das técnicas tradicionais.

Ainda dando continuidade aos debates conceituais acerca das tecnologias tradicionais, ou melhor, patrimoniais, com a intenção de envolver todo o seu corpo técnico e profissional no debate, a Fundação Nacional Pró-Memória publicou em 1980 no seu Folhetim interno[68], um texto de Roberto Moreira intitulado "Tecnologias Patrimoniais". Nele o autor defende que o que se pretendia "valorizando o conhecimento e a cultura de

[67] Boletim do SPHAN nº 02 mês SET/OUT ano 1979.
[68] Texto disponível no Boletim do SPHAN nº 09 MÊS NOV./DEZ. ANO 1980, p. 21-22.

grupos sociais marginalizados é atingir um sistema valorativo de como esses grupos vêem seu conhecimento e sua cultura" (MOREIRA, 1980, p.21). Realizou também um debate sobre os critérios e os conceitos de tecnologias patrimoniais e as tensões surgidas entre o saber técnico (dominante) e o saber popular (subalterno).

Dentro do IPHAN o tema parecia ganhar tanto espaço que "tecnologias patrimoniais" chegou a ser tema do discurso do Secretário da Cultura e Presidente da Fundação Pró-Memória, Aloísio Magalhães, em depoimento na CPI do Patrimônio, e em Seminário Internacional realizado na PUC – Rio, em maio de 1982. Na ocasião, o SPHAN e a Pró-Memória foram expositores da experiência brasileira com tecnologias de construção com terra.

O projeto "Tecnologias Patrimoniais",[69] sob a coordenação de Fausto Alvim, concebido com os objetivos de valorização e patrimonialização das técnicas tradicionais de construir, não chegou a ser executado em caráter nacional e, pelo que consta nos arquivos da Fundação Pró-Memória, não saiu do papel. E este foi, até o fim dos anos de 1980, a única ação prática do IPHAN para preservação dos modos de fazer da construção tradicional. Esta década, ficou marcada pelo debate sobre as tecnologias, técnicas e modos de fazer tradicionais e pela crise da falta da mão de obra especializada no Brasil.

Em Ouro Preto, por exemplo, após a UNESCO chancelar a cidade com o título de patrimônio cultural da humanidade, um grande projeto de restauro dos monumentos e do casario foi iniciado e a grande dificuldade foi encontrar mão de obra especializada para executar os serviços de restauro nas obras de cantaria. Outras cidades mineiras que também iniciaram obras neste período, muitas de caráter emergencial, reclamavam da falta ou da dificuldade de se encontrar mão de obra especializada e, até mesmo, profissionais dispostos a participar de cursos de formação e qualificação.

Foram muitos os cursos de formação e aperfeiçoamento de mão de obra realizados nos anos de 1980, em todas as regiões do país, em precedência ou em consequência dos canteiros de obras erguidos para a realização de serviços de restauro em bens imóveis tombados. A demanda por mão de obra cresceu vertiginosamente até o fim dos anos 80, o que explica a grande preocupação da instituição em definir o que seriam as tecnologias

[69] Projeto de âmbito nacional desenvolvido pela Fundação Pró-memória/SPHAN que pretendia identificar os profissionais detentores das técnicas tradicionais de construir, qualificar e formar mão de obra especializada. O projeto que se pretendia nacional somava-se a ações semelhantes que já vinham sendo realizadas isoladamente pelas regionais do IPHAN espalhadas pelo Brasil.

patrimoniais e formar mão de obra especializada nas técnicas tradicionais da construção. Isso fica evidente no texto de Silva Telles sobre a formação do corpo técnico do IPHAN publicado no Boletim nº22 da Fundação Pró-Memória:

> *"Consolidado e em pleno funcionamento o programa interministerial de preservação dos bens culturais, denominado, Programa das Cidades Históricas (PCH), exigiu, ele, a necessidade de ser dado prosseguimento à formação e ao treinamento de pessoal técnico especializado: de arquitetos, de técnicos em restauração de bens móveis e fixos ao imóvel, e de mestres de obras (...) tais treinamentos deveriam responder à demanda criada, tanto pela necessidade e urgência do atendimento aos bens culturais degradados" (TELLES, 1983, p.24)*

O que se quer dizer com isso é que, para além do projeto institucional de qualificação e formação de mão de obra, o próprio debate teórico sobre "Tecnologias Patrimoniais" fomentado pelo IPHAN não foi apenas reflexo das teorias culturalistas que a instituição estava vivenciando desde os anos 70, mas antes de tudo, fruto da crise vivida pela falta de mão de obra especializada em técnicas tradicionais de construir e a necessidade que a instituição tinha de que seus funcionários dominassem melhor essas técnicas construtivas.

Essas primeiras iniciativas tiveram bem menos a intenção de uma efetiva patrimonialização dos saberes e ofícios da construção tradicional do que apenas uma qualificação profissional.

Após cerca de vinte anos, portanto nos anos 2000, o IPHAN retoma os debates e as ações de patrimonialização dos ofícios e modos de fazer tradicionais da construção. O programa Monumenta[70] responsável pela restauração de inúmeros sítios urbanos e imóveis tombados surgiu com um conceito inovador de recuperação e preservação do patrimônio histórico aliado ao desenvolvimento social e econômico, fomentando uma rede de sustentabilidade que garantisse a manutenção dos imóveis conservados.

Dentro dos inúmeros subprojetos que surgiram dentro do Programa Monumenta destaca-se o projeto "Mestres Artífices", criado no ano de 2007 por meio de edital público,

[70] Programa do Ministério da Cultura, em parceira do IPHAN com a UNESCO e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) criado em 1997 só iniciou suas atividades no ano de 2000 contemplando em sua primeira fase 26 cidades em diferentes regiões do país.

buscando selecionar instituições de pesquisa que, com o uso da metodologia do INRC,[71] identificassem e documentassem os saberes dos Mestres e artífices de cinco Estados brasileiros: Minas Gerais, Pará, Santa Catarina, Pernambuco e Paraíba. Entre seus objetivos, o principal era:

> *"Valorizar os conhecimentos tradicionais da construção de edificações e os seus detentores: ferreiros, canteiros, carpinteiros, mestres em ofícios construtivos, ligados à arquitetura brasileira, que trabalham com diferentes técnicas, como taipa, adobe, pedra etc. A permanência dos monumentos históricos somente será assegurada se o saber das técnicas construtivas tradicionais mantém-se como uma atividade viva e incorporada ao cotidiano da construção civil. O Monumenta fomenta a realização de cursos, formação de instrutores, pesquisa e resgate de técnicas da construção brasileira" (Site Monumenta).*

O projeto "Mestres Artífices" distancia-se do projeto "Tecnologias Patrimoniais", pois, além de reconhecer a utilidade das técnicas tradicionais para a arquitetura contemporânea e, principalmente, para a restauração de imóveis históricos, buscava inventariar as técnicas, ferramentas, matéria-prima, modos de fazer e os sujeitos, aprendizes, oficiais e Mestres. O projeto previa três etapas: a primeira, de levantamento e documentação do saber fazer construtivo; a segunda, de cadastramento desses profissionais e a terceira e última de criação de um Sistema de Certificação de Artífices, uma espécie de credenciamento oficial dos especialistas nas técnicas construtivas tradicionais, fomentando o trabalho desses sujeitos e garantindo a transmissão de seus saberes.[72]

Apesar de toda a inovação do Projeto "Mestres Artífices", o universo patrimonial dos Mestres da construção tradicional, suas técnicas e modos de fazer foram e ainda são pouco explorados institucionalmente pelo IPHAN. De modo geral, o que se viu durante todos esses anos foram ações pontuais, muitas de caráter efêmero, onde os Mestres e oficiais detentores das técnicas ditas patrimoniais apareciam apenas como meios necessários para

---

[71] Metodologia disponibilizada no ano 2000 tem por objetivo ser um instrumento essencial para a identificação e documentação de bens culturais e criar subsídios para consequentes ações de preservação desses bens. Até os dias atuais o INRC é a principal e quase obrigatória metodologia do IPHAN para identificação, documentação do patrimônio imaterial brasileiro.

[72] Desde o lançamento do Edital em 2007, já foram realizados os projetos dos Estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Pernambuco e já está previsto para 2013 o início do projeto no Estado da Bahia. O processo de construção do Sistema de Certificações encontra-se em estágio bem avançado.

um fim específico, ou como simples mão de obra nos canteiros de restauração de bens tombados.

Em Natividade, tombada no final de 1980 e objeto deste trabalho, não houve até o momento nenhum projeto ou ação de valorização das técnicas construtivas tradicionais. Em meio às obras de restauro realizadas na cidade pela Fundação Nacional Pró-Memória em parceria com o Governo de Goiás, entre 1980 e 1983, desenvolveu-se, paralelamente, o projeto de caráter nacional "Oito vertentes e dois momentos de síntese da arquitetura brasileira", coordenado pelo Prof. Edgar A. Graeff da PUC-GO, que tinha por objetivo realizar um levantamento sistemático e classificar os dados e a documentação iconográfica para informar sobre a história da arquitetura brasileira, o que sem sombra de dúvidas, resultou em um material riquíssimo. Em Natividade, é o primeiro trabalho com essas características a se debruçar sobre o casario colonial da cidade e sistematizar informações importantes, como descrições e desenhos de plantas baixas, ornamentos de fachada e informações sobre os sistemas construtivos.

Há de se lembrar também de duas publicações recentes, a primeira é o livro "A casa goiana, documentação arquitetônica", da professora Maria Diva Vaz em parceria com a também professora Maria Heloísa Zárate, lançado em 2004 pela editora da Universidade Católica de Goiás, que traz informações riquíssimas sobre as tipologias das casas de Natividade e região, mas que realiza uma análise tradicional no que se refere aos Mestres e oficiais tradicionais, colaborando com o silêncio que recai sobre esses sujeitos.

A segunda publicação é o "Manual de conservação da arquitetura nativitana", lançado em 2008 pelo IPHAN, com a preocupação de informar aos moradores os cuidados básicos e soluções de problemas relacionados às casas, mas que, até por suas características, não contempla os Mestres e artífices.

Uma perspectiva diacrônica e breve da trajetória de preservação no Brasil, a partir de três marcos históricos, ajuda a entender a aparente progressão dessas ações institucionais e principalmente entender a recente valoração e patrimonialização das técnicas tradicionais de construir. Seriam estes, o anteprojeto de Mário de Andrade e as suas pesquisas, a criação do Centro Nacional de Referências Culturais e Fundação Pró-Memória e atual e recente política de Patrimônio Cultural Imaterial.

De forma sucinta, apresenta-se agora, parte da trajetória das políticas e ações de patrimonialização de bens culturais imateriais no Brasil que culminaram com a criação do

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dos livros de registro. Historicamente, ao longo de 70 (setenta) anos, as políticas e ações de valorização e proteção patrimonial tem se consolidado e é o que tem possibilitado ações de valoração e salvaguarda dos ofícios e modos de fazer da construção tradicional.

Especificamente sobre a trajetória da patrimonialização de bens imateriais no Brasil, pode-se considerar Mario de Andrade e o seu anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional como uma das primeiras iniciativas de valorização da cultura viva. Mario propunha em seu anteprojeto a promoção de estudos monográficos sobre a diversidade artística brasileira que pudessem sintetizar o que seria a cultura nacional. Já havia em seus escritos a concepção de pelos menos duas dimensões do patrimônio, tangível e intangível, mas somente nos anos 80 isso voltaria a ser discutido.

Após o anteprojeto de Mário e algumas poucas reflexões teóricas publicadas na Revista do Sphan, é somente com as ações do Centro Nacional das Referências Culturais (CNRC) e a pessoa de Aloísio Magalhães, que os bens culturais imateriais, voltariam a ser substancialmente debatidos. Cecília Londres (2000), afirma que isso ocorreu somente na década de 70 do século XX quando os critérios e as ações do Iphan começaram a ser constantemente objeto de reavaliação e questionamentos. Além da inserção de novos profissionais e intelectuais de áreas ditas modernas, designers e programadores trouxeram a proposta de uma nova perspectiva de patrimônio, ganhando destaque nesse período o conceito de referências culturais.

O CNRC propunha uma análise distanciada do romantismo dos folcloristas, pois considerava as manifestações populares como algo dinâmico, um processo contínuo e não mais como uma coisa estática, imutável. Para Aloísio Magalhães e seu grupo, qualquer intervenção deveria ser precedida de um estudo, de um maior entendimento das especificidades daquele saber-fazer, costume, tradição, em sua trajetória e sua inserção social. A noção de referência cultural, que obrigatoriamente pressupõe a existência de sujeitos para quem as referências façam sentido, deslocou o foco dos bens culturais – algo com um valor intrínseco, dado - para um contexto onde o que era valorizado eram as ações de atribuição de valor e sentidos a esses bens culturais. Destacam-se ainda os levantamentos socioculturais promovidos pelo CNRC com o objetivo de identificar um modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais, compatível com os mais diferentes contextos brasileiros.

O anteprojeto de Mario de Andrade, somado às suas ações frente ao Departamento de Cultura paulista, somado à noção de referência cultural e às ações do CRNC serviram de base para a construção do texto dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988. Mas somente agora, muito recentemente, após a CF-88, é que a qualidade de vida, a proteção ao meio ambiente e a preservação das referências culturais passaram a ser entendidas e promovidas como direitos básicos dos cidadãos.

No início dos anos 90 do século XX, é criado o PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura) com o intuito de promover a captação e a descentralização de recursos para fomentar a produção e a divulgação da cultura produzida no Brasil e assim abria uma possibilidade de financiamento para projetos específicos de patrimônio cultural. Mas será apenas após a elaboração da metodologia interdisciplinar do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e a criação do decreto 3.551/2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), que as políticas públicas de preservação e conservação do patrimônio imaterial ganharam efetivos destaques.

Diante do exposto, este trabalho alinha-se aos propósitos e aportes teóricos que deram sustentação ao Inventário Nacional das Referencias Culturais (INRC) e ao projeto "Mestres Artífices" e pretende, entre outras, trazer para o centro das discussões os saberes e fazeres desses trabalhadores, identificá-los, enunciá-los, pensar e perceber os modos de fazer da construção tradicional para além dos materiais e técnicas empregados na realização dos ofícios, principalmente ao desvelar esses bens culturais enquanto elementos atravessados por diversas temporalidades históricas, permitindo entendê-los enquanto parte de um processo dinâmico, heterogêneo, composto de continuidades, rupturas e incessantes significações e re-significações.

Este trabalho busca, assim, se alinhar a outras iniciativas de preservação do patrimônio cultural imaterial, valorizando os conhecimentos e processos que permitem a existência e a permanência desses bens e de suas tradições. Defende também que pensar a permanência é pensar maneiras e garantias de transmissão desses saberes para gerações presentes e futuras. Neste sentido, destacam-se as experiências positivas do Japão e da França de reconhecimento e valorização dos detentores de conhecimentos e técnicas tradicionais, os Mestres do patrimônio vivo, crendo que a transmissão do conhecimento é a melhor forma de preservação desses saberes.

No Brasil, havia indícios de valorização dessas manifestações em Mario de Andrade e Aloísio Magalhães, mas somente após o decreto 3.551 de 2000 é que, de fato, ações efetivas foram pensadas. Contudo, as ações relacionadas à valorização dos saberes tradicionais de construir ainda acontecem de forma incipiente. Neste sentido esta pesquisa apresenta caminhos que poderiam garantir a transmissão dos saberes e técnicas tradicionais, reconhecendo que, qualquer que seja o modelo ou ação adotada, a competência é dos Mestres fazedores, dos Mestres e artífices tradicionais.

Atualmente, há uma demanda por um urgente mapeamento, sistematização e salvaguarda dos ofícios tradicionais pelo fato de que existe o risco eminente de que essa prática cultural desapareça. Primeiro pelo fato de que os Mestres tradicionais se encontram em idade avançada e, segundo, porque não está ocorrendo a transmissão do saber de forma "natural". Há cada vez menos oficinas e canteiros de obras com oportunidades de trabalho ligadas à utilização de técnicas tradicionais e isso faz com que os jovens tenham resistência ao aprendizado, por não enxergarem mercado de trabalho.

Mas não há como deixar de destacar a importância do retorno e da revalorização dessa arquitetura tradicional para a preservação do patrimônio nativitano, seja ele material, as casas e ruínas coloniais, como também o patrimônio imaterial, os saberes e técnicas tradicionais que estão intrinsecamente ligados a essas edificações, mas que a elas não se limitam. Fato é que o valor de documento, a necessidade da memória que fundamenta a patrimonialização de Natividade e de suas edificações, deveria contribuir muito para preservação das técnicas e dos saberes tradicionais da construção.

3.2 – Preservação das técnicas construtivas tradicionais: restauro, arquitetura sustentável e habitações populares.

A lida na construção tradicional, o "pegar na colher", o "socar o barro", o ofício de pedreiro, ainda é fonte de renda de alguns senhores nativitanos e de suas famílias, ao mesmo tempo em que constituem também uma extensa e complexa trama de saberes e fazeres que nos dias de hoje, diante da intensa homogeneização e industrialização da construção civil, estão completamente relegados ao esquecimento. Muito desses conhecimentos só tem conseguido sobreviver nas memórias dos Mestres tradicionais, no

casario colonial tombado e nas moradias simples das zonas rural e áreas urbanas ocupadas pela população de baixa renda.

Após apresentar nos capítulos anteriores um painel envolvendo as transformações e continuidades das técnicas construtivas tradicionais e de como os seus detentores se relacionaram e se relacionam com essas transformações e permanências ao longo do tempo se pretende, neste capítulo, mostrar o potencial de uso contemporâneo dessas técnicas e também o seu valor documental para a história.

Aos poucos, as técnicas e modos de fazer da construção tradicional voltam a ganhar destaque no meio acadêmico e no meio técnico especializado, especialmente na área do patrimônio cultural. Esta pesquisa pode ser apontada como fruto desse retorno ao juntar-se a estudos que pretendem ser cada vez mais multidisciplinares e que, ao fazerem uso de teorias diversas tratam os saberes da construção como uma temática transversal e comum a distintas áreas do conhecimento e não mais exclusivos como foram, por muito tempo, do universo da arquitetura e da engenharia.

Trata-se de um esforço no sentido de tornar ainda mais evidente as aproximações entre bens culturais materiais e imateriais. Neste sentido, as técnicas construtivas tradicionais são bem representativas, porque há uma relação direta entre o edificado e o intangível que o circunda, visto que toda construção, por mais modesta que seja, tem uma história e uma cultura que lhe agrega valores e sentidos, além de serem fruto e produto do homem em seu tempo.

As técnicas construtivas, os modos de fazer ali empregados que, nos últimos anos, vem sendo silenciados, negados e mesmo esquecidos, são valores intrínsecos a estes bens edificados, por vezes grandes responsáveis pela valorização da edificação e pela sua preservação. Esta pesquisa aponta a valorização destes bens para além do artístico e do histórico, destacando também seus valores tecnológicos e patrimoniais que demandam, atualmente, de estudos e pesquisas específicas para que realmente possam ser efetivadas ações para a sua preservação.

Destacam-se atualmente no Brasil três grandes frentes que vêm contribuindo e que podem contribuir ainda mais para a preservação do saber fazer da construção tradicional e de uma valorização dos detentores desse saber. A primeira frente são as ações e intervenções de conservação e restauro do patrimônio histórico cultural edificado. A segunda é a recente promoção de uma arquitetura ambientalmente responsável, sustentável,

com baixo uso de energia e de materiais agressivos ao meio ambiente, o que, por vezes, é reforçado por um argumento identitário, de promoção e valorização de uma arquitetura tradicional. A terceira frente é a recente indicação do uso das técnicas tradicionais na construção de conjuntos habitacionais populares.

Uma das questões que se coloca é como intervir no patrimônio edificado. As concepções e teorias do restauro vem se modificando ao longo dos anos. Mas de todo modo, se pode afirmar que ao longo do século XX e até os anos 80, prevaleceu uma abordagem de restauro que privilegiava o uso de técnicas e materiais modernos. Até a Carta de Nairobi (1978), ainda é possível perceber que este pensamento permanece de alguma forma como imprescindível.

Antes mesmo da década de 1980 e do 3º Simpósio Inter-Americano sobre conservação do patrimônio edificado (1982), contudo, já haviam aqueles que apontavam para a utilização de técnicas tradicionais nas intervenções de restauro. Mas foi somente na Declaração de Tlaxcala que ficou evidente a defesa do uso das técnicas tradicionais e dos materiais regionais nas intervenções em edificações, muito em decorrência de demandas oriundas dos países do Terceiro Mundo no sentido de uma maior consideração com o seu patrimônio, o que incluía as técnicas tradicionais. Essas reivindicações são decorrentes, por sua vez, da abordagem elitista e excessivamente material da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, de 1972. (ICOMOS, 1999)

O documento recomenda ainda a preservação das técnicas e saberes tradicionais de construir de cada região para que isso possa auxiliar de forma significativa na salvaguarda adequada do patrimônio cultural edificado. A declaração alerta que isso seja feito em consonância com as teorias mundiais de restauro, sem permitir contradições e, que sejam resguardadas as marcas das intervenções do tempo presente, ou seja, que seja evidenciada na intervenção a época da realização da mesma. Isto é, a valorização das técnicas tradicionais era condicionada a uma adequação do uso das técnicas tradicionais às teorias do restauro que negavam a falsificação. (RIBEIRO, 2009)

Nos anos 90 passa a ser mais difundida a ideia de que o valor atribuído ao bem edificado seria o ponto focal para guiar as decisões das intervenções. No Brasil, se destaca neste período as discussões sobre autenticidade, defendendo que a intervenção de conservação e restauro deva “resgatar” ou recuperar o edifício ou o conjunto sem alterar significativamente sua essência e harmonia.

Sobre atribuição de valor retoma-se os debates iniciados por Alois Riegl e Max Dvorak ainda no final do século XIX, onde destacavam a importância de se identificar os valores determinantes de cada bem, pois seriam estes valores o que justificaria a importância de preservá-los. Ressaltando assim o caráter social e histórico da construção patrimonial, enquanto algo que resulta da atribuição de valor.

Já em 2003, em documento produzido pelo ICOMOS, o órgão recomenda que as escolhas entre técnicas tradicionais e inovadores devem ser avaliadas e ponderadas caso a caso, dando-se preferência sempre às menos ofensivas e àquelas que sejam compatíveis com os valores do patrimônio e da sua preservação. As intervenções deveriam, assim, sempre respeitar o conceito, as técnicas e o valor documental da edificação alvo da ação, dando prioridade para o uso dos saberes tradicionais. (RIBEIRO, 2009).

O conceito de restauração que busca privilegiar os meios, técnicas e materiais tradicionais alerta para o uso indiscriminado de materiais e tecnologias contemporâneas, mas não os proíbe ou nega. Apenas recomenda que em caso da impossibilidade do uso de materiais e técnicas tradicionais seja realizado um estudo prévio para que a durabilidade dos materiais contemporâneos inseridos ou, ainda, o acréscimo de estruturas novas, com material novo, seja comprovada. Além de outro estudo sobre qual a dimensão do impacto desse novo material na estrutura e materiais originais da edificação.

Atualmente se têm desenvolvido teorias de intervenção que privilegiam o uso do mesmo material e das técnicas originais, mas acompanhada de uma forma de datação que comunique ao observador que aquele material não é original e evitando assim a sensação de falso histórico.

Defende-se nessa pesquisa uma maior valorização e uso das técnicas e materiais tradicionais, para que haja, além de valorização, uma consequente preservação desses saberes tradicionais enquanto patrimônio cultural brasileiro. Mas não se nega a complexidade que circunda as decisões sobre as intervenções de restauro, por isso se destaca a necessidade de estudos técnicos prévios e sistemáticos sobre a durabilidade dos materiais originais e/ou tradicionais.

Acredita-se que o uso das técnicas e materiais tradicionais, deixando claro para aquele que observa que se trata de uma intervenção com materiais não originais, seria em muitos casos o recomendável, pois resolve questões de compatibilidade entre material novo e antigo, contribui na manutenção da aparência original e não cria falsos históricos.

No Brasil, essa corrente teórica ainda não é maioria, mas, aos poucos, a reivindicação de uso de técnicas tradicionais nas obras de conservação ou restauração ganha espaço, muito por conta do surgimento das noções de conservação preventiva e de autenticidade construtiva.

A questão não é nem apoiar ou negar o uso de uma ou outra técnica, mas justificar a possibilidade real do uso de materiais tradicionais, respeitando o valor tecnológico de uma determinada edificação, e de, assim, valorizar e contribuir para a preservação dos saberes e técnicas dos Mestres-fazedores tradicionais e, consequentemente, do patrimônio edificado brasileiro.

O emprego das técnicas tradicionais da construção na conservação e restauro do patrimônio construído tem se mostrado inteligente e em harmonia com os conceitos avançados de sustentabilidade e resistência dos materiais. Infelizmente ainda predomina uma visão pejorativa sobre os profissionais que utilizam os materiais e técnicas da construção tradicional, sendo taxados muitas vezes de ingênuos ou atrasados. Não são falácias ou dualismos vazios, entre tradicional e antigo, os resultados obtidos com o uso de técnicas tradicionais junto ao uso de novas tecnologias tem se mostrado mais eficaz do que apenas o uso das inúmeras tecnologias inovadoras. (RIBEIRO, 2009; NETO e POLETI, 2011)

No Brasil, não há como dissociar a valorização, patrimonialização e preservação dos modos de fazer da construção tradicional, da valorização, patrimonialização e preservação das edificações tradicionais, isso porque, tradicionalmente, a atribuição de valor aos bens culturais, imperiosamente, carrega a justificativa de que eles são responsáveis por informar sobre um passado distante e que por serem fragmentos da memória nacional, devem ser preservados. Pode-se chegar à conclusão que junto a uma crescente valorização das técnicas e saberes da construção tradicional como possuidores de um valor patrimonial em si, o valor de “ressuscitação” da memória, agregado a essas casas, igrejas e cidades, tem contribuído para a preservação das técnicas e saberes da construção tradicional. (RIBEIRO, 2009)

Na cidade de Natividade, após o tombamento do seu núcleo urbano e paisagístico, o sítio sofreu duas grandes reformas: uma nos anos de 1980, onde apenas os prédios religiosos foram restaurados e outra intervenção, já no final dos anos 2000, pelo Programa Monumenta, que restaurou, basicamente, casas de residência privada. Nos dois momentos

não houve grandes esforços para identificação, preservação e transmissão dos saberes tradicionais da construção. A atuação do Programa Monumenta e a reforma empreendida em 1980 pela fundação Pró-Memória em Natividade podem servir como exemplos do distanciamento que existia e ainda existe entre o campo da preservação arquitetônica e a visão das técnicas construtivas tradicionais como patrimônio e também como algo importante a ser preservado.

A segunda frente de ação que, atualmente, vem contribuindo para a valorização, preservação e salvaguarda dos saberes e das técnicas tradicionais de construir é a possibilidade de sistemas construtivos tradicionais, como adobe e taipa, serem explorados de forma técnica e acadêmica por profissionais da arquitetura e da construção no estado do Tocantins, por conta, principalmente, do seu caráter sustentável, já que podem produzir uma construção de baixo custo, sem grande consumo de energia, feita com materiais locais e condizentes com o meio físico local.

Cada vez mais, uma tendência da arquitetura e da sociedade civil tem buscado a valorização da construção tradicional como uma referência para a produção de uma arquitetura verde e com responsabilidade ambiental, à medida que ações voltadas ao manejo da madeira, dos leitos de rios e córregos vêm se firmando. Apesar do grande domínio dos sistemas construtivos hegemônicos, não se nega o enorme potencial de aplicação de técnicas e sistemas construtivos tradicionais.

É justamente a produção de uma arquitetura verde, chamada também de bioarquitetura ou arquitetura sustentável,[73] o que aqui se define como o segundo aspecto que pode fazer crescer a revalorização das técnicas e sistemas construtivos tradicionais, mesmo que em menor intensidade que as políticas de patrimônio.

Por arquitetura sustentável pode-se, de forma superficial, considerar a:

> *"elaboração e execução de empreendimentos que visem ao aumento da qualidade de vida do ser humano quanto ao ambiente construído e ao seu entorno, integrado às características da vida e do clima locais...", além de um*

[73] São essas as definições mais recorrentes para a produção contemporânea de uma arquitetura que recorre à reutilização de matéria-prima natural e técnicas tradicionais de construir. Conceitualmente, esses termos são ao mesmo tempo abrangentes e limitadores e então faremos a escolha de utilizar o termo arquitetura sustentável por uma questão de maior entendimento devido à massiva utilização atual dos termos sustentável ou sustentabilidade.

> *uso mais eficiente dos recursos naturais. (CORBELLA, 2003, p.17 apud VIEIRAS;BARROS FILHO, 2009, p.02)*

Tentando fugir dos reducionismos conceituais que envolvem a definição de arquitetura sustentável e a aparente homogeneidade nas suas definições. Afirma-se que arquitetura sustentável é efetivamente um retorno e uma revalorização de uma arquitetura milenar, sendo, portanto, uma forma de conciliar tradição e modernidade com a preocupação da utilização de tecnologias limpas, afim de valorizar aspectos culturais locais, causar o menor impacto ambiental possível, proteger os ecossistemas, diminuir o consumo de energia e proporcionar maior conforto para os ocupantes da construção.

Mas não há como deixar de destacar a preocupação com o manejo e uso responsável desses recursos que deve ser sempre recorrente em um tipo de arquitetura que se utiliza diretamente com recursos naturais, como madeira e solo. Uma vez que não existe impacto zero e qualquer ação do homem provoca alterações na natureza, é preciso que se pense em planos de manejo dos recursos naturais para que a arquitetura verde, mesmo produzida em média escala mantenha seu caráter sustentável.

Foi somente após a segunda metade do século XX que se tornou mais evidente o quanto o sistema econômico em voga levaria a um modelo de crescimento e uso de recursos naturais descontrolados e ambientalmente irreversíveis. Desde então, esse modelo vivencia uma profunda crise e enfrenta uma série de questionamentos, o que tem levado segmentos da sociedade a repensar paradigmas até então tidos como eficientes nas interações homem-natureza. O movimento ambientalista, por exemplo, desde os anos 80 do século XX, alerta para os problemas que vão desde a exploração de petróleo, produção de energia, passando pela agricultura e pelos modos de construir habitações.

Especificamente sobre a habitação, nota-se que, nos últimos anos, têm ganhado força os projetos arquitetônicos que promovem uma construção sustentável, ambientalmente responsável e que fazem uso de técnicas construtivas e sistemas construtivos tradicionais, como o adobe e a taipa. Procurando diminuir os custo das obras e os impactos ambientais, essas tecnologias são postas como uma alternativa e às vezes uma forma de resistir à industrialização da construção civil e à sua consequente padronização dos materiais e técnicas, como a alvenaria de tijolos industrializados e o cimento.

Apesar desse “novo” modelo, que promove um retorno à arquitetura vernacular, sofrer uma resistência dos profissionais da área da arquitetura, nos outros segmentos sociais, principalmente, entre ambientalistas, tem ganhado cada vez mais espaço. Alguns autores buscam explicar a postura de restrições ao uso de técnicas e sistemas tradicionais de parte dos arquitetos atuais, primeiro pelo domínio da ditadura da novidade, que vem constituindo-se tema central e um fim em si mesma e, segundo, pelos sucessivos fracassos de projetos públicos de habitação popular ou social com princípios modernistas que buscavam alinhar modernidade e tradição desenvolvidos ao longo do século XX. (ZACCARA I, 2010)

Por fim, soma-se a essa crescente necessidade de racionalidade e equilíbrio com o meio ambiente. Primeiro, uma recente reivindicação identitária de produção de uma arquitetura brasileira na produção de casas populares e que, mesmo de forma modesta, pode vir a ser apontada como um forte motivo de valorização das técnicas e modos de fazer da construção tradicional e por isso merece um breve destaque. E segundo, uma consciente resistência às imposições da indústria da construção civil e mais que isso, da avaliação de que, em determinadas regiões e contextos socioculturais, é efetivamente mais barato e melhor em termos das possibilidades de manutenção construir com uso de materiais e técnicas tradicionais. (ZACCARA I, 2010)

A terceira frente de valorização, preservação e salvaguarda dos saberes tradicionais que se destaca são as crescentes reflexões e reivindicações por políticas públicas de habitações populares com a utilização de materiais e técnicas tradicionais e a espontânea utilização das técnicas e saberes tradicionais nas construções feitas na zona rural.

Nos dias de hoje, nas casas mais modestas do Brasil, admira-se a arquitetura sem arquiteto, a “mal criação” como se referia Lina Bo Bardi, exercida pelo homem comum sobre o saber técnico especializado dos arquitetos, fazendo uso dos modos de fazer vistos como herança portuguesa e que sofreram e ainda sofrem reinterpretações alinhadas às possibilidades e à disponibilidade de matéria-prima, da economia e do conhecimento local dos seus construtores. (SHIMBO, 2000)

Os homens comuns do campo têm sido responsáveis pela preservação de vários dos saberes e técnicas construtivas tradicionais, por fazerem uso de materiais disponíveis na sua região e para isso recorrem a saberes tradicionais da construção. Em Natividade,

especificamente na zona rural e na periferia urbana, ainda se encontram, em grande número, construções feitas com o uso de materiais e técnicas antigas.

Os principais sistemas construtivos utilizados são o adobe com cobertura de telha cerâmica e a taipa de mão, também coberta com mesma telha. Trata-se do uso de materiais regionais reduzindo o custo da obra, além da utilização da construção coletiva por meio de mutirão, a fim de diminuir mais ainda os custos da construção. Em muitos casos é o próprio proprietário do imóvel responsável em construí-la, usando técnicas tradicionais que sempre estiveram presentes na sua vida, seja como apenas observador ou mesmo com uma experiência de trabalho como ajudante. A verdade é que, na zona rural, e não só de Natividade, é muito comum o morador ter domínio da técnica de construir com adobe ou taipa de mão, quase que uma atividade que faz parte dos seus ritos masculinos de amadurecimento.

Destacam-se estas ações mesmo sabendo que se trata de uma atitude que é necessária pela condição financeira que assola grande parte da população brasileira, que precisa recorrer às formas alternativas e baratas para suprir uma carência de primeira ordem, a moradia. Ressalta-se que este tipo de arquitetura se devidamente financiada e com os insumos corretos tem tudo para ser efetivamente melhor que a produzida pela indústria da construção, além do que, o uso das técnicas e materias tradicionais nas casas rurais e da periferia nativitana e brasileira têm servido como uma ação de preservação e salvaguardas dos sistemas, matérias e saberes construtivos tradicionais.

A falta de moradia é um problema que assola o país há muitos anos. Antes mesmo da abolição da escravatura, a “casa própria” sempre foi um sonho muito distante. É um direito do cidadão o acesso à moradia, e isso contribuiria significativamente na qualidade de vida das famílias brasileiras, pois a habitação auxilia em uma maior equidade social, sendo assim condição básica para a verdadeira promoção da cidadania no Brasil.

Não interessa a esta pesquisa adentrar profundamente nas políticas públicas para sanar o déficit habitacional brasileiro, apenas ressaltar a contribuição que podem dar as iniciativas de uso de materiais e saberes tradicionais. Destaca-se, neste caso, o uso da terra como principal material de construção. Como foi mostrado ao longo desta pesquisa, a terra sempre se fez presente como material, às vezes o principal, da construção tradicional.

Nas últimas décadas, houve uma massiva substituição da tecnologia em terra por outra que utiliza materiais mais contemporâneos produzidos industrialmente. Uma das

motivações é a agilização dos processos construtivos e o preconceito relacionado às construções de terra, sempre associadas à falta de civilidade, de durabilidade e mesmo salubridade. Mas com o advento dos debates em torno da sustentabilidade, da utilização dos recursos renováveis e do modo de viver nas cidades brasileiras, a terra passou a ser debatida e promovida como uma solução alternativa aos métodos construtivos dominantes.

O critério imperioso que condiciona as políticas de construção de habitações populares é sempre o custo da obra. Diante disso e de outros critérios como, durabilidade, sistemas disponíveis, mão de obra especializada, manutenção e análise global dos gastos tem ganhado cada vez mais força as correntes que recomendam o uso de materiais e técnicas construtivas tradicionais, basicamente as que possuem a terra como principal elemento, ou seja, a taipa e o adobe. (MAIA e INO, 2010; MONTEIRO JR e FRICKE, s/d)

Há autores que vão além e recomendam a utilização de materiais reciclados, sobras de material de outras construções, o uso de madeira apreendida e outras fontes alternativas de material, porque ainda é grande o desperdício de materiais nas construções convencionais das habitações sociais.

O grande déficit de habitações em todo o Brasil e os últimos grandes empreendimentos dos governos federal e estaduais tem suscitado debates em torno do uso ou não de sistemas e materiais tradicionais na construção de habitações populares. Esta pesquisa acredita que investimentos em estudos tecnológicos sobre a durabilidade e desempenho das técnicas tradicionais poderiam sim, além de ajudar a solucionar um problema histórico do país, contribuir para a salvaguarda dos saberes, técnicas tradicionais de construir e de seus Mestres.

Outra frente que pode ser destacada de forma breve, e que teve mais adeptos no século XX, é aquela em que alguns autores, arquitetos ou não, admiradores da arquitetura tradicional brasileira atribuem a esse tipo de construção um papel importante na construção da identidade de um povo, ou de uma região, por constituir uma forma de resistência frente à globalização uniformizante que busca, a qualquer preço, por fim às singularidades culturais. O retorno e a revalorização das técnicas tradicionais de construir, se faz sob o entendimento de que esse tipo de arquitetura representa a verdadeira forma de construir brasileira e que, alinhada à novas técnicas e materiais contemporâneos, faria com que se volte a produzir uma arquitetura com uma pretensa identidade brasileira. (ZACCARA I, 2010)

Em alguns de seus princípios, essa corrente não é novidade, pois aproximar tradição e modernidade foi a premissa principal do movimento modernista do início do século XX, basta se atentar para o projeto "Vila Operária de Monlevade" de Lúcio Costa. No qual o arquiteto propunha a construção de casas que fossem um híbrido de técnicas modernas de construir e técnicas tradicionais como o pau a pique. Fato é que, atualmente, há uma mobilização que resiste ao consumismo, à massificação cultural e à manipulação mercadológica que, nas últimas décadas, tem dominado a construção civil. Apesar de se alinhar a uma ideia já vista no início do século XX, é inovadora porque, politicamente, passa-se à produção e à valorização de uma arquitetura que prioriza o humano, as características de cada cultura, o saber local, o clima e a paisagem do lugar. Baseando-se em um discurso ambiental, anticapitalista e cada vez menos ufanista, busca também priorizar a produção de uma arquitetura que pretenda dialogar com a tradição, com o manejo sustentável e com as inovações tecnológicas e saberes atuais, mas a partir de uma linguagem brasileira (ZACCARA I, 2010, p.07).

Há de concordar-se que, durante todo o século XX, junto à constante negação e à consequente desvalorização da arquitetura brasileira produzida principalmente do século XIX para trás, ou a seus moldes, a sobreposição de uma arquitetura de modelo internacional, padronizado, pode ser apontada como responsável não só pelo desaparecimento físico e memorial das edificações tradicionais, bem como, pelo desaparecimento dos saberes e técnicas aplicadas nessas construções. Firmou-se um discurso agressivo de condenação do uso das técnicas e materiais tradicionais, ligando-os pejorativamente à pobreza e definindo-os como materiais frágeis e não indicados para a construção civil.

As ações de valorização das técnicas tradicionais anteriormente descritas, intencionais ou espontâneas, têm contribuído para uma preservação do patrimônio imaterial agregado à construção. O que se pretendeu, até o momento, foi mostrar o cenário que vem acontecendo no Brasil de ações de valorização, preservação e salvaguarda dos saberes, ofícios e modos de fazer da construção tradicional, que poderiam ser aproveitadas enquanto política cultural para a transmissão e continuidade desses bens culturais, garantindo, minimante, a possibilidade de sustento dos seus Mestres detentores.

Mesmo não sendo uns dos objetivos dessa pesquisa discutir o uso mais adequado das técnicas tradicionais nas obras de restauro ou mesmo da pertinência, ou não, de pensar

projetos públicos de construção de moradia populares com a utilização de mão de obra tradicional, o uso dessas técnicas é importante para a preservação desses saberes. O que se quer levantar, na verdade, são as inúmeras possibilidades de alinhamento de ações que podem envolver setores da sociedade civil, poder público e os portadores do saber fazer tradicional. Isso é preciso porque os ofícios tradicionais, as técnicas e os modos de fazer só podem ser de fato, preservados ou salvaguardados, com a efetivação de uma política pública de valorização desses oficiais e dos conhecimentos preservados por eles.

Entende-se que aquilo que muitos autores procuram definir como "história da construção" traz, na verdade, uma enorme contribuição não apenas para a história das técnicas humanas e industriais, mas também para a história de uma região, de uma cidade e até mesmo de um país. E sendo assim, acredita-se que é preciso se reconhecer a excelência técnica dos Mestres e artífices certificando-a e promovendo condições de inserção desses detentores no mercado de trabalho, gerando uma renda ou a possibilidade de uma geração de renda aos Mestres.

3.3 – Ofícios e sistemas construtivos tradicionais, patrimônio cultural e desenvolvimento.

A preservação dos saberes tradicionais da construção e, a valorização dos Mestres detentores desse saberes, reacende uma discussão extremamente pertinente sobre as relações existentes ou possíveis entre preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento socioeconômico, com o foco nas pessoas e não apenas nas coisas.

Ainda é recorrente entre os agentes e instituições de patrimônio o pensamento de que as culturas populares e tradicionais têm seus espaços próprios de desenvolvimento e que estes seriam distantes de atividades modernas como o turismo, as relações econômicas de compra e venda, as novas tecnologias e etc. Esta pesquisa busca fugir desse reducionismo saudosista e toma os ofícios tradicionais e seus Mestres fazedores da forma como hoje são pensados, ou seja, como um ponto de partida para repensar a relação dos bens culturais tradicionais com a modernidade.

Recorre-se a Canclini ([1989] 1998) para repensar a forma como se reestruturam na atualidade as transformações de significado e significância das culturas populares enquanto processos sociais, culturais e econômicos. Não há mais espaço para pensamentos que

coloquem modernidade e tradições populares como elementos antagonitas. Parte-se do princípio de que nem a modernização pretende abolir as tradições e nem que os grupos tradicionais ficaram eternamente fora da modernidade.

Não há como fugir aos debates que envolvem os ofícios tradicionais e o modelo de desenvolvimento que há anos vem sendo empregado no Brasil. As instituições de preservação do patrimônio e os pesquisadores da área estão cada vez mais pressionados no sentido de dirimir os interesses por vezes antagônicos entre mercado e tradição. Cláudia Leitão (2011) alerta para o fato de que continuar a não se tomar "partido" nesse debate, autoriza o mito do desenvolvimento a continuar nutrindo estruturas viciadas de falsos desenvolvimentos que atingem, principalmente, as regiões mais pobres desse país e seus habitantes com menor grau de instrução formal.

Sem se alongar, pode-se apontar, após tantas crises sociais, econômicas e ambientais, que o modelo de desenvolvimento instituído no Brasil pelo capitalismo contemporâneo vive uma profunda decadência. Tão combatido por Celso Furtado, um dos primeiros a pensar a articulação entre "criatividade artística, cultural e desenvolvimento econômico", o centralismo de uma classe média, branca, acadêmica e elitista sobre a produção científica, artística e tecnológica ainda é um risco à potencialidade da criatividade brasileira.

Recentemente, esse debate foi retomado pelo Ministério da Cultura, na pessoa da ex-ministra Anna de Hollanda, com a criação da Secretaria da Economia Criativa. Mas os debates e ações sobre o tema não são de agora. Um dos exemplos é a arquiteta e artista plástica Lina Bo Bardi que, nos anos 50 e 60 do século XX, propôs a criação de um museu (Museu de Arte Popular) na cidade Salvador, com o objetivo de aproximar de forma efetiva o saber acadêmico e o saber popular dos Mestres artesãos. Tinha por meta, coletar em partes do Nordeste brasileiro, objetos-documentos da identidade brasileira e a partir disso fundar um centro de estudos e de trabalho artesanal, propondo assim uma nova vertente de desenho industrial e uma nova linha de objetos para a indústria brasileira.

A rememoração da iniciativa de Lina Bo Bardi tem como objetivo problematizar como a tradição (esforços de cultura) de uma comunidade de Mestres fazedores pode ser debatida como direito fundamental de desenvolvimento, mas sem, obviamente, pensá-los como meros produtos e mais como processo cultural.

As tecnologias tradicionais, sociais ou a criatividade brasileira, como definiu Cláudia Leitão (2011), foram historicamente descartadas dos manuais dos arautos da economia

moderna e nunca receberam investimentos públicos ou mesmo foram vistas como elementos estratégicos de promoção de políticas públicas. (Ministério da Cultura, 2011).

O cenário mundial, atual, força uma alteração neste pensamento. A última crise do capitalismo tem levado inúmeros pensadores a refletirem sobre quais serão os próximos passos para o mundo que se anuncia. Philippe Kern afirmou recentemente que a cultura precisa ser deslocada para o discurso social e econômico da nova sociedade que está surgindo, segundo o autor, pelo fato de que constitui nosso primeiro recurso econômico.

Neste sentido, a diversidade cultural e os bens culturais, entre eles os ofícios tradicionais, não podem mais ser vistos apenas como algo a ser valorizado, mas sim como elemento ativo de uma nova compreensão de desenvolvimento. Mais que isso, como aquilo que contribuirá para a criação e consolidação, ao longo deste século, de uma nova economia.

Hoje ganham força as teorias em torno da economia criativa, a economia do intangível, do simbólico, onde as principais atividades produtivas têm como material principal a criatividade e o conhecimento. Entende-se por Economia Criativa "atividades produtivas que têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante de seu valor" (Ministério da Cultura, 2011).[74]

A concepção de Economia Criativa, desenvolvida no Brasil, é baseada na importância da diversidade cultural, da sustentabilidade como fator de desenvolvimento local e regional, na inovação como vetor de desenvolvimento da cultura e na inclusão social, e pode sim contribuir de forma significativa na construção de políticas públicas para a preservação dos ofícios tradicionais de construir e para a valorização dos Mestres e artífices detentores desses saberes.

O desenvolvimento regional e social de uma região pode também estar ligado à valorização dos seus bens culturais enquanto bens econômicos, abandonando de vez a visão romântica de que a preservação de uma tradição se faz como um fim em si mesmo. Esta pesquisa entende a patrimonialização como uma ação que possibilita e fomenta o desenvolvimento local através da valorização e revitalização do patrimônio cultural.

---

[74] Plano da Secretaria da Economia Criativa: política, diretrizes e ações, 2011-2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

Ao falar em desenvolvimento, esta pesquisa o entende não apenas como uma forma de medição do crescimento dos índices econômicos ou da geração de renda, mas como um campo aberto para todas as transformações que o conceito pode influenciar, ou seja, um desenvolvimento que priorize o lado social, o ambiental e o cultural. Um conceito de caráter, e por definição, ideológico. Representativo dos anseios do homem e do seu tempo, dos anseios de um grupo social específico e do contexto que produzem e almejam enquanto grupo.

Esta pesquisa pretende pensar um modelo de desenvolvimento para além da concepção monetária, o que permite que a patrimonialização dos bens culturais da construção tradicional seja abordada como uma forma efetiva de desenvolvimento. Sem se pretender original, se recorre a trechos proferidos por Aloísio Magalhães, quando afirma e defende que o Brasil ocupa uma posição privilegiada em termos de perspectiva de desenvolvimento:

> *Aqui coexistiam, naquele momento, o mundo avançado da tecnologia e da indústria e o mundo das tradições populares, do fazer artesanal. No projeto do CNRC se pretendia cruzar esses dois mundos - o recurso às mais modernas tecnologias para recuperar e proteger as raízes autênticas da nacionalidade - com o objetivo de fornecer indicadores para um desenvolvimento apropriado [Magalhães, 1985].*

Esta pesquisa, motivada pelas experiências do CNRC e pelo recente interesse patrimonial que recaiu sobre os ofícios tradicionais, busca apresentar iniciativas para promoção do desenvolvimento local que integrem atividades associadas às artes e ofícios tradicionais, valorizando uma mão de obra de qualidade e respeitando as características e processos tradicionais de sua produção.

A atuação para a preservação desses conhecimentos tradicionais deve ser efetuada em duas partes: fomentar a empregabilidade, criando possibilidades reais para o surgimento de pequenas iniciativas geradoras de postos de trabalho; e promoção da recuperação e dinamização dos ofícios tradicionais da construção através da transmissão dos saberes que lhe são característicos. (ESTEVES, 2008)

Neste sentido de manutenção de uma tradição, de uma prática cultural, ressalta-se a fala de Kurin (Kurin in, KARP, 1991 apud ESTEVES, 2008) ao afirmar que para uma

cultura ser conservada ela tem que sobreviver e para que isso aconteça os seus detentores devem ter as mínimas condições para produzir essa cultura, transformá-la, revê-la, repensá-la e adaptá-la às novas condições e circunstâncias do mundo moderno.

A cidade de Natividade insere-se neste processo de forma particular. Entre os sítios selecionados para participar do Programa Monumenta, ela está entre aquelas que apresentam o menor número de exemplares arquitetônicos e talvez os mais singelos. Esse destaque torna-se pertinente quando se observa que, apesar de todas as críticas e questionamentos feitos às políticas do IPHAN, nos primeiros anos do programa, o Monumenta deu continuidade e seguiu privilegiando os tradicionais acervos de "pedra e cal", o barroco mineiro ou aquilo que mais se aproximava disso. Natividade e outros núcleos urbanos foram inseridos dentro das aberturas teóricas pretendidas pelo Monumenta, principalmente a partir da total e completa absorção do conceito de "cidade-documento" que, possibilitou a compreensão de tudo que está ali compondo a cidade, para além até da sua arquitetura e urbanismo, como efetivos documentos históricos. (SANT'ANNA, 1998).

Junto com as obras de restauro empreendidas pelo Monumenta, Natividade vivenciou algumas ações que contemplaram o patrimônio cultural de natureza imaterial, com o mesmo intuito de promover o desenvolvimento socioeconômico, a geração de renda e tornar o bem cultural um recurso para o crescimento econômico da região. Foram realizados o inventário da arte da filigrana, a elaboração de uma publicação impressa e a criação de uma oficina escola para a transmissão dos saberes tradicionais da ourivesaria em filigrana, além do INRC do município de Natividade.

Ações que efetivamente não resultaram em ações de proteção ou mesmo política de salvaguarda de nenhum bem cultural e pouco obtiveram êxito no seu objetivo de colaborar com o desenvolvimento da cidade, já que o fluxo de visitantes e de dinheiro advindos do turismo ou do consumo do patrimônio da cidade ainda é muito reduzido.

Destacam-se as ações que iniciaram juntas com a reforma das casas e que ou pararam no meio ou nem de fato iniciaram, o INRC do município não foi finalizado, o pedido de registro da ourivesaria e o respectivo INRC não tiveram sequência. O prédio destinado a escola de ourives não cumpre a sua função de ser uma oficina-escola e o escritório técnico do IPHAN em Natividade não conseguiu abrir para a sociedade a sala de cinema. A biblioteca do escritório técnico atualmente está impossibilitada de atender ao público, por

motivos de falta de funcionário, organização do acervo e instrumento de controle para empréstimo dos volumes.

A cidade de Natividade sofre com o seu isolamento geográfico, pois está distante mais de 300 km da capital, Palmas. A população tem como a sua principal fonte de renda o serviço público. Atualmente se promove na cidade dois tipos de turismo: o de negócio e o turismo religioso, este último com grandes possibilidades de exploração econômica, ainda não devidamente aproveitada.

Faz-se esse destaque para questionar um dos princípios que regia o Programa Monumenta que seria o de "garantir condições de sustentabilidade do patrimônio". A sustentabilidade definida pelo Programa Monumenta tem como base a geração de recursos financeiros para a conservação dos imóveis e a manutenção das características originais dos bens. E um elemento vital para o tipo de sustentabilidade e de preservação que foi divulgada, deveria ter sido a valorização dos profissionais existentes, a formação de mão de obra e a requalificação constante, elementos promotores da preservação e que foram totalmente ignorados.

Durante as obras do Programa Monumenta não foram realizados cursos de qualificação ou requalificação da mão de obra existente. Não ocorreu, em nenhum instante, a escuta dos Mestres tradicionais da construção e não foi criado pela coordenação do programa um espaço dialógico, onde houvesse (e os próprios Mestres narram isso) uma programação do que ia ser feito. Existiu, segundo os Mestres, apenas um curso de qualificação para os técnicos do IPHAN e do Monumenta e que eles, os Mestres, apenas executavam aquilo que lhes era ordenado. Essa situação gerou dentro dos canteiros de obras nativitanas, inúmeros conflitos teóricos e práticos de soluções construtivas para as obras de restauro. Desgaste entre instituição e Mestres que até hoje perdura.

Mas os próprios Mestres reconhecem que tanto para a preservação do patrimônio edificado, como dos saberes e fazeres dos quais eles são detentores, que a presença e a ação do IPHAN são indispensáveis. Seria uma ação de dois vértices: a preservação das técnicas garante a preservação do edificado e o inverso também se aplica. E no que diz respeito aos ofícios tradicionais não há como imaginar preservação sem pensar e promover maneiras de transmissão desses saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, ao estabelecer como seu objetivo identificar e descrever os ofícios, saberes, técnicas e sistemas construtivos tradicionais de Natividade, está produzindo dentro da Superintendência do IPHAN no Tocantins um trabalho que é um exercício teórico sobre a memória e a tradição de uma prática cultural e dos seus detentores. Produzindo também um banco de dados com informações, contatos, fotografias e áudios, de uma parte do patrimônio cultural tocantinense e brasileiro.

É um esforço de inventariar perdas e ganhos, identificar e compor acervo, recuperar e tornar disponíveis documentos e testemunhos que ajudem a "redescobrir" e revalorizar os saberes e fazeres tradicionais que, por muito tempo, foram subjugados ao silêncio do esquecimento.

O historiador do patrimônio inventa tradições ao estabelecer uma linha de continuidade entre fenômenos distantes no tempo. Ao recorrer às memórias da tradição cultural de construir cria uma espécie de genealogia das técnicas que pode servir de base para os profissionais e para as ações de patrimonialização, ao mesmo tempo, que amplia as informações sobre essa prática cultural criando possibilidades para melhores ações nas obras de restauro e conservação dos bens culturais imóveis, dos sítios e conjuntos urbanísticos já patrimonializados.

O homem comum do campo, o sertanejo, deixa no seu mucambo de taipa, na manutenção da tradição em construir com adobe, um ensinamento aos arquitetos contemporâneos. Fazem "malcriação" com o saber das escolas de arquitetura "modernas", inovadoras e industriais.

O saber vivenciado por esses homens são "práticas cotidianas, manipulações internas a um sistema – de uma ordem estabelecida" (CERTEAU, 2004, p.85), questionam a padronização e a homogeneização do mundo globalizado e propõem uma arquitetura tradicional, vernacular, uma arquitetura verde, uma arquitetura híbrida que une contemporaneidade e tradição, a partir do retorno às técnicas tradicionais.

As referências culturais, no caso, as técnicas e o saber-fazer, são categorias apreendidas pelo pesquisador da cultura enquanto elementos que construirão os sentidos da identidade de um grupo ou comunidade. Ao se escolher as narrativas dos Mestres

contemporâneos da construção tradicional esses trabalhos recriam sentidos e significações para as realidades narradas lhes atribuindo o que se chama de sentido patrimonial, fazendo com que passem a integrar um repertório de instâncias com as quais se constroem fronteiras simbólicas, se constroem identidades, isto é, tradições.

Até hoje, a concepção de patrimonialização das técnicas, ofícios e saberes tradicionais da construção segue a linha defendida por Lúcio Costa, partindo do pressuposto de que a preservação dos saberes e ofícios tradicionais da construção são elementos importantes para a preservação e conservação do patrimônio edificado brasileiro. Mas vai além disso, principalmente porque propõem uma certificação institucional e oficial dos Mestres e, ao defender uma ampliação do seu mercado de trabalho por meio de uma articulação dos seus saberes às políticas públicas de habitação.

Mesmo que isso possa parecer sobreposição ou hierarquização de valores, vale lembrar que é preciso sim preservar partes das memórias dos oficiais, saberes e técnicas tradicionais, mas que a sua efetiva conservação só se dará na prática, no trabalho do dia a dia, no canteiro de obras, seja numa obra de restauro de monumento histórico ou mesmo na zona rural e periferias brasileiras, onde esse saber se conservou pela demanda do contexto social. O certo é que esses homens comuns, sem estudos formais, sem grande capital cultural, estão sós, promovendo a preservação de um saber que garante a preservação e a conservação de parte do que hoje é protegido como patrimônio nacional.

Conclui-se, então, que os sistemas construtivos tradicionais, as técnicas e saberes tradicionais empregados e os ofícios gerados são uma expressão fundamental dentro do cabedal de elementos que compõem a identidade nativitana e as suas relações com o seu território. Ao passo que, simultaneamente, expressam suas singularidades territoriais, expressam parte da diversidade cultural brasileira e, por isso, merecem ser conhecidas, divulgadas e preservadas.

Vale destacar que esta pesquisa, ao propor uma valorização do conhecimento popular, da memória dos Mestres tradicionais sobre os seus modos de fazer, das técnicas e saberes, não o fez simplesmente com o objetivo de livrá-los do esquecimento ou salvá-los do desaparecimento, mas também com o intuito de revelar a sua importância para a construção de uma identidade local.

Esta pesquisa nos possibilitou, minimamente, identificar, documentar e sistematizar os saberes e técnicas tradicionais da cidade de Natividade, além de possibilitar também

uma reflexão sobre as questões que se colocam e desafiam a preservação dessas práticas cultural e as maneiras de pensar a sua transmissão. O objetivo é criar possibilidades para contribuir com a identificação de algumas medidas que devem ser tomadas para assegurar a eficaz transmissão desses valores e conhecimentos culturais herdados para as gerações futuras**.**

Buscou-se ainda, desfazer a falsa dicotomia agonizante entre patrimônio imaterial e material, ao apresentar os Mestres tradicionais, os seus saberes e fazeres para além da sua restrita utilização como simples mão de obras em intervenções de restauro. Alertando também para a necessidade de difusão e valoração desses saberes tradicionais enquanto práticas culturais de destaque que devem ser patrimonializadas, obviamente sem esquecer o seu contributo na preservação de outros bens culturais.

A pesquisa cria elementos para seguir questionando e buscando superar o discurso mercadológico e muitas vezes acadêmico, quase sempre descontextualizado e desinformado, que teima em conferir aos sistemas construtivos tradicionais adjetivos de ineficácia, improdutividade e precariedade. Esta pesquisa vem evidenciar o contrário, afirmar como tem sido acolhido largamente entre segmentos da sociedade e intelectuais que os materiais locais e as matérias-primas naturais podem ser cada vez mais referenciadas como estratégias básicas para a produção de uma arquitetura ambientalmente responsável e de baixo custo.

O que se pretende, ao término dessa parte de uma pesquisa que precisa ter continuidade, é afirmar que as potencialidades dos sistemas construtivos, das técnicas tradicionais devem ser mais exploradas e que, cada vez mais, se consolidem como uma referência para a inovação tecnológica sustentável em arquitetura. Isso passa por pesquisas documentais, estudos de artefatos construídos e do que tem se definido como reminiscências técnicas.

Para a efetiva preservação e conservação dessa prática cultural tradicional enraizada no cotidiano nativitano faz-se necessário e urgente uma ampla divulgação dos saberes, técnicas, modos de fazer e materiais tradicionais da arte de construir, bens culturais que precisam ser conhecidos e difundidos para serem preservados, pois só se guarda aquilo que se conhece.

Pode-se chegar a resultados positivos do ponto de vista da preservação, da garantia de continuidade do saber-fazer tradicional, com ações de valorização da mão de obra,

valorização das técnicas, através de cursos de formação, qualificação e reciclagem desses profissionais especializados, com o foco, principalmente, na transmissão da tradição de construir nativitana aos mais jovens.

Para uma eficaz ação de continuidade desses processos construtivos, é preciso à criação de um programa de formação continuada de mão de obra, especializada ou não, nos ofícios tradicionais da construção, sem romper com a tradição secular que aproxima aprendizes e Mestres. O ensino e o aprendizado prático do dia a dia permitiriam a esses sujeitos dominar, com o tempo, o complexo e vasto universo das técnicas construtivas tradicionais, sempre com a preocupação de aproximar teoria e prática porque mesmo com cursos formalizados a transmissão desse saber se baseia no fazer.

A criação de “canteiros-oficinas”, transformando as obras de restauro e recuperação de imóveis em áreas abertas à visitação de estudantes universitários e à comunidade em geral, a fim de possibilitar um maior conhecimento da arte tradicional de construir, dos ofícios, das ferramentas, dos materiais e técnicas utilizadas, o que poderia despertar interesses de aprendizado ou mesmo pesquisas futuras.

Ainda pensando na transmissão e na preservação dessas técnicas tradicionais, faz-se pertinente um maior estreitamento entre a instituição IPHAN e as universidades e faculdades de ensino técnico do estado do Tocantins. A fim de que os currículos escolares dos cursos de engenharia e arquitetura contemplem de forma efetiva a temática dos sistemas construtivos tradicionais, pois, atualmente, a temática é abordada de forma teórica em matérias como “história da arquitetura” ou “história da construção”, o que pouco tem contribuído para a formação de profissionais especializados na área ou mesmo tem feito surgir pesquisas que desenvolvam as tecnologias tradicionais.

Alguns exemplos como o do CECI de Pernambuco, onde Mestres tradicionais ensinam a arquitetos e engenheiros, por meio de aulas práticas, técnicas e saberes construtivos tradicionais, podem ter muito a contribuir para ações futuras no estado do Tocantins.

No ensino técnico e tecnológico o abismo se intensifica, pois, atualmente, os currículos escolares dessas instituições não contemplam a temática dos sistemas construtivos tradicionais, podendo então haver por parte da instituição IPHAN-TO um diálogo com esses setores no sentido de fazer-se presente no ensino tecnológico, no curso de edificações, disciplinas e trabalhos de pesquisa e extensão que tenham como tema os

sistemas construtivos tradicionais, possibilitando um maior conhecimento das técnicas, materiais e ferramentas utilizadas.

Essa relação entre as instituições poderia ser feita de forma mais densa, mais próxima, servindo de mediação entre os saberes tradicionais e as possíveis pesquisas realizadas no âmbito das universidades e faculdades tecnológicas. Aperfeiçoando técnicas, melhorando a resistência e a durabilidade das construções e das intervenções de restauro, contribuindo efetivamente para a valorização de projetos de construção sustentável que contemplem o uso de materiais e técnicas tradicionais.

Os estudos científicos sobre os modos de fazer tradicionais são necessários para ampliar o conhecimento sobre eles e para a melhoria das técnicas, observando-se as modificações necessárias para uma melhor adaptação às condições da contemporaneidade. Um exemplo é se pensar como pode ser feita a substituição de materiais (recurso naturais) escassos ou proibidos de serem usados, sem que essa nova intervenção venha a comprometer a construção, ao mesmo tempo em que seja preservada a tradição de soluções vernaculares.

Um levantamento em nível de varredura da região sudoeste do estado do Tocantins, nas cidades que ainda preservam exemplares construtivos do século XVIII e XIX, possibilitaria um extenso e profundo conhecimento das técnicas, materiais e sistemas construtivos tradicionais. A utilização ou mesmo aplicação da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) ajudaria na composição de um banco de dados com informações precisas sobre materiais, ofícios, técnicas e saberes construtivos tradicionais, além de um mapeamento dos profissionais que ainda detêm a arte de construir tradicionalmente.

Ciente de que a preservação de um bem ou prática cultural independe unicamente de esforços dos poderes públicos, cabe fazer o pedido de que as ações que pensem e hajam pela preservação das técnicas, saberes e modos de fazer tradicionais da construção na cidade de Natividade, sejam produtos de uma união entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade, para garantir às futuras gerações o direito pleno da cidadania, o direito à cultura e o direito à memória.

Preservar o ofício e os saberes desses Mestres não está unicamente em documentar e guardar exemplares de suas ferramentas, de suas técnicas e de seus materiais, a efetiva preservação dessa prática cultural é completamente dependente da manutenção do saber-

fazer um alicerce, do levantar uma parede, do fazer um adobe, do malhar um ferro ou lavrar uma pedra.

Não há possibilidade de se pensar em ações de preservação dos bens culturais, sem que se envolva e contemple nas discussões e ações a dimensão material e imaterial atrelada a cada bem cultural. Não é mais viável pensar em políticas públicas para preservação de ofícios e saberes tradicionais sem pensar as questões sociais, ambientais e culturais que envolvem toda a complexidade de um portador de um saber fazer tradicional.

A sustentabilidade do bem, a sua efetiva preservação no cotidiano desses lugares passa pela sustentabilidade de cada um dos seus portadores, homens e mulheres. Seja através da geração de renda, moradia, saúde, educação, tudo que proporcione a esses praticantes um modo de vida mais saudável, mais digno e sustentável. O Cadastro Nacional dos Mestres Artífices, já proposto pelo Projeto Mestre e Artífices da construção tradicional, surge como uma sinalização de garantir a esses Mestres a possibilidade de dar continuidade as suas atividades.

Em Natividade, como em todo estado do Tocantins pulula a necessidade imediata de uma ação "prático-interventiva" para garantir a preservação dos saberes tradicionais da construção e, mais do que isso, garanta a esses senhores a possibilidade de um reconhecimento e uma valorização que ainda não veio.

Diante do exposto durante os três capítulos e, alinhando-se aos esforços de reconhecimento e revalorização da arquitetura tradicional, esta pesquisa buscou identificar e documentar os sistemas construtivos nativitanos a partir do saber-fazer tradicional dos Mestres e artífices locais e das edificações reminiscentes do período colonial.

A preocupação maior não estará na busca de uma origem ou um começo desses sistemas construtivos, até mesmo porque num trabalho de memória para melhor entender-se o processo de produção de uma tradição, é necessário dar maior atenção ao tempo que, não é nem o da origem e o nem do fim, mas sim o da alteração. Daí a escolha pela identificação e enunciação das transformações e as permanências que ao longo do tempo caracterizam esses sistemas construtivos nativitanos.

Após esse resumo dos processos e procedimentos de utilização de materiais da construção e das técnicas tradicionais transmitidos pelos costumes e práticas quer pela oralidade, por narrativas ou hábitos passados de geração a geração e que ainda estão

preservados nas edificações coloniais do centro histórico, vale destacar que as casas Nativitanas se mantêm ainda em um bom estado de preservação.

Se tomarmos a cidade de Porto Nacional no estado do Tocantins, ou mesmo outros núcleos mineradores tombados no estado do Goiás, veremos que Natividade se destaca pela manutenção quase que completa do seu traçado urbano colonial e pela quantidade de casas que mantiveram em grande parte o seu padrão original. Obviamente ocorreram e continuarão a ocorrer algumas descaracterizações.

A cidade começa a dar sinais de um rápido crescimento, alguns empreendimentos já visam instalações no centro histórico, como postos de gasolina, bancos, grandes comércios, o que pode acelerar a descaracterização dos bens tombados. E isso afetaria, como já vem afetando, a preservação do conhecimento e saber dos Mestres tradicionais. Mas é preciso que os órgãos de fiscalização, os promotores e agentes culturais saibam medir até que ponto o progresso, advindo com os novos empreendimentos pode de fato contribuir para a preservação dos bens culturais. Um debate aberto, ainda por se feito na cidade, que só agora começa a vivenciar esse tipo assédio. É o momento de debater a preservação e a conservação do sítio histórico de Natividade, a valorização dos seus Mestres tradicionais e conseguir interligar tudo isso às discussões vitais do dia a dia de uma cidade que dá sinais de desenvolvimento.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. Natal: 2006 11p. Disponível em http://wwww.cchla.ufrn.br/ppgh/durval Último acesso em 03/05/2012

ANTUNES, Lina "Das artes e oficios tradicionais: contributos para um enquadramento normativo legal. Observatório das atividades culturais. OBS, nº 06, PP: 17-22. 1999.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte, Vivências escravistas do norte de Goiás do século XVIII. IN: GIRALDIN, Odair. A (trans)formação histórica do Tocantins. 2º Ed. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

ARIÈS, Philipe. Por uma história da vida privada. In**:** PERROT, Michelle et al. História da vida privada, 3. da Renascença ao século das luzes/ sob direção de Michelle Perrot et.al. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p.7-20.

BARDI, Pietro Maria. Mestres, artífices, oficias e aprendizes no Brasil, Banco Sudameris, 1981.

BARROS, Otávio. Breve história do Tocantins e sua gente. 2º Ed. Araguaína. FIETO, Brasília: Selo editores.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas I. Magia e técnica: arte e política.São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Obras Escolhidas II. Rua de Mão Única. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGSON, Henri . Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BORGES, Ana Maria e PALACIN, Luiz. Patrimônio histórico de Goiás. Goiânia: Gráfica o Popular, 1987.

BOURDIE, Pierre. A ilusão bibliográfica IN: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Juliana (org). Usos e abusos da história oral. 7°ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora da FGV, 2005

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Edusp, 1987.

_____. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Memória/sertão. São Paulo: Editora Cone Sul/Editora UNIUBE, 1998.

BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BURKE, Peter. A história como memória social IN: _____. Variedades Para a História cultural, 2º ed. Rio de Janeiro; civilização Brasileira, 2006.

CANCLINI, G. N. "Culturas hibridas – estratégias para sair e entrar na modernidade", EDUSP, 2ºedição, São Paulo. 1998

_____ Leitores, espectadores e internautas. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008. 96p.

CASTRO, Quintino Pinto de. Natividade e seu município – dos primórdios a 1949. 2º ed. Brasília: Charbel núcleo gráfico. 2003.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: Artes de fazer, v.1, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico IN: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 179-192

CHUVA, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais IN: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz de Resende (org) Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro –RJ: IPHAN, 1998.

_____ O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural IN: IPHAN, Anais da I oficina de pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN. 2008.

CORREIA, Telma de Barros. O modernismo e o núcleo fabril: o anteprojeto de Lúcio Costa para monlevade. Pós. Rev Programa Pós-Grad Arquit Urban. FAUUSP, São Paulo, n. 14,dez. 2003. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-95542003000200007&lng=pt&nrm=iso>.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária IN: Revista do SPHAN. Volume 01, ano de 1937.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorografia histórica da província de Goiás IN: revista trimestral do IHBG, Tomo XXXVIII, Rio de Janeiro: B.L. Garnier – Libeiro e editor, 1875.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades In:Anais do VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO). Conferência de abertura. História Oral, 6, 2003, p.9-25.

DE GÓIS, Lucia Helena. Modos de morar em Natal, 2010. (inédito)

DUBY, Georges. Poder público, poder privado. In: Perrot, Michelle et al. História da vida privada, 2: da Europa Feudal a renascença/ sob a direção de Michelle Perrot, et.al. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.p.23.

DUBUGRAS, Elvin Mackay. Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar do Goiás. Universidade Federal de Brasília, 1965.

FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Juliana (org). Usos e abusos da história oral. 7°ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora da FGV, 2005.

FERREIRA, Jerusa Pires. Os ofícios tradicionais: cultura é memória. Revista USP, São Paulo-29: 102-106, março/maio, 1996.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global, 2004.

GARDINER, George. Viagem ao interior do Brasil. 1975. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, USP, 1975.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____, O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 11º ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

GINZBURG, Carlo. O nome e como IN: _____ , CASTELNUOVO, Enrico e PONI, Carlo. Micro-história e Outros Ensaios.

GIRALDIN, Odair. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins IN: _____, A (trans)formação histórica do Tocantins. 2º ed. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo. A retórica da Perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro – RJ: Editora da UFRJ; IPHAN, 2002.

GONDAR, Jô, Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (org) O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social-UNIRIO, 2005.

GUMIEIRO, Maristela Porfírio da Paz. Os tropeiros na história de Goiás – Séculos XVIII e XIX. Universidade Federal de Goiás. Dissertação de mestrado, 1991.

GUIMARÃES, João Pedro Pinto. Técnicas tradicionais de construção, anomalias e técnicas de intervenção em fachadas e coberturas de edifícios antigos. Dissertação de Mestrado. Universidade de Trás-os-monstes e Alto Douro. 2009.

HALBWACHS , Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. A invenção das tradições. 6º Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009 p-13.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. 26º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

IPHAN, Anais da I oficina de pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN. 2008.

_____, Manual de conservação da arquitetura nativitana. 2008.

KARASCH, Mary. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos in: Revista de História, Goiânia, V.15, n.02, p.257-283, jul/dez. 2010.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento IN: _____ História e memória. 4º ed. Campinas – SP: Ed. Unicamp, 1996.

LEMOS, Carlos Alberto Cerquerira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. Anais do Museu Paulista, Nova série, nº01, 1993.

LEVY, Giovanni. Sobre a micro-história IN: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: editora da UNESP, 1992, p. 133-161.

LIMA, Carlos. Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808). Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MACÊDO FILHA, Maurides Batista de. A trajetória do diamante em Goiás. Universidade Federal de Goiás. Dissertação de Mestrado, 1990.

MACHADO, Geosiane Mendes. Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, 2010.

MAGALHAES, Aloisio. Herança do olhar: o design de Aloisio Magalhaes. Senac Rio: Rio de Janeiro, 1997.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. Entre a Cruz e o capital, Tese de doutoramento, IFCHS-UFRJ, 2010.

MEIHY, José Carlos S. B. Manual de história oral. 3° ed. São Paulo – SP: Loyola, 2000.

MESSIAS, Noeci Carvalho. Religiosidade e devoção: As festas do divino e do rosário em Monte do Carmo e em Natividade – TO. Universidade Federal de Goiás. Tese de Doutoramento, 2010.

MINISTÈRIO DA CULTURA, Plano da Secretaria da Economia Criativa: política, diretrizes e ações, 2011-2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

MOREIRA, Roberto. Tecnologias patrimoniais in: Boletim do SPHAN nº 02 mês SET/OUT ano 1979.

MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz de Resende (org) Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro –RJ: IPHAN, 1998.

NETO, Pedro e POLETI, Edson Roberto. Método de restauração e o uso de determinados materiais na revitalização de construção histórica em taipa. Anais da XIII Semana de engenharia da UFF, Niterói, RJ, Brasil. 17-21 de Outubro de 2011.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito IN: História Oral, nº 3, 2000, p.109-116. disponível em www.revista.historiaoral.org.br

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Projeto História; São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

PARADA FILHO, Carlos João. Quando a corda arrebenta do lado mais forte (senhores e escravos em Goiás no século XVIII e XIX. Universidade Federal de Goiás. Dissertação de mestrado, 1992.

PELEGRINE, Sandra. História, cultura e patrimônio: os solares urbanos do século XIX. IN: História social, Campinas-SP, nº11, p.98-114. 2005.

PEREIRA, Jerusa Pires. Os ofícios tradicionais: cultura é memória in: Revista USP, nº 29, Março/Maio, São Paulo, p.102-106, 1996.

PERROT, Michelle et al. História da vida privada, 2**:** da Europa feudal a renascença. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. História da vida privada, 3: da Renascença ao século das luzes. São Paulo: Cia. das letras, 1991.

_____. História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. IN: Estudos Históricos. Rio de Janeiro – RJ: Edições vértices, vol 2, nº 3, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade. In: Estudos Históricos, volume 5, RJ: 1992.

PRADO JR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1996.

PRO-MEMORIA/IPHAN, Manual do estagiário, 1984

PRINS, Gwyn. História oral IN: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: editora da UNESP, 1992, p. 164-198.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo-SP: Coleção debates. Editora Perspectiva. 2000.

RODRIGUES, J. Lopez. Natividade: Fragmentos do Passado. Natividade – 1978.

RYBCZYNSKI, Wiltold. Casa: pequena história de uma ideia. Rio de Janeiro, Record, 1996.

SAIA, Luís. Notas sobre a arquitetura rural paulista. Revinsta SPHAN nº 08. 1944.

SANTIAGO, Cybèle Celestino. O solo como material de construção. 2º ed. Salvador: EDUFBA, 2001.

SANTOS, Paulo. Formação de cidades no Brasil colonial. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2008.

SAINT-HILARE, Auguste de. Viagem a província de Goiás. Belo Horizonte – MG: Editora Itatiaia, 1975.

_____, Viagem as nascentes do Rio São Francisco. Belo Horizonte – MG: Editora Itatiaia, 2003.

SEGALA, Lygia (coord.) Cadernos da exposição "saberes da construção: casas de colonos e casas de trabalhadores em assentamentos rurais fluminenses. Rio de Janeiro-RJ: impressão fotosfera, UFF, FEC, LABOEP. 2005.

SILVA, João Luíz Máximo da. Transformações no espaço doméstico – o fogão a Gás e a cozinha paulista. 1870-1930 Anais do Museu Paulista. São Paulo.N. Sér. v.15. n.2.p. 197-220. jul.-dez. 2007

SILVA, Henrique Nelson da. Os oficiais mecânicos e a irmandade de São José dos quatro ofícios, pedreiros, carpinteiros, marceneiros e tanoeiros no Recife, século XVIII. IN: I Coloquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Brasil e Portugal: Nossa História ontem e hoje, 2007.

SILVEIRA E SOUZA, Gabriela. SFREDO, Mayara de Moraes & EXTERKOETTER, Mayara Schaden. Habitações populares e técnicas construtivas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

TEIXEIRA, Claudia Mudado. Considerações sobre a arquitetura vernácula. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. V.15, Nº17, 2º ano, 2008.

TELLES, Augusto C. da Silva. A formação de técnicos na preservação de bens culturais no Brasil e o ICCROM in:Boletim do SPHAN nº 22 MÊS JAN./FEV. ANO 1983, p.23-25.

_____. Vassouras (estudo da construção residencial urbana) in: Revista do SPHAN nº16, p.9-136, 1968

THOMPSOM, E. P. Costumes em comum. 1º ed. 3º reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSOM, Paul. A voz do Passado – história oral. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____, História oral e contemporaneidade IN: História Oral, nº 5, 2002, p. 9-28. disponível em www.revista.historiaoral.org.br .

VASCONCELLOS, Sylvio. Formação urbana de Tejuco. Revista SPHAN, nº14, 1959.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. Natividade Série oito vertentes e dois momentos da arquitetura brasileira, Natividade. Brasília, DF. MEC/Pró-memória,1985.

_____, e ZARATE, Maria Heloísa Veloso. A casa Goiana; documentação arquitetônica.

VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residências no Brasil. Revista SPHAN, nº 07, p.99.

VIEIRA, Luciana Alves; BARROS FILHO, Mauro Normando Macêdo. A emergência do conceito de Arquitetura sustentável e os métodos de avaliação do desempenho ambiental de edificações. Hmanae, V.1, n.03, p. 1-26, Dez. 2009.

ZACCARA I, Madalena de F. P. A arte de construir no nordeste: um resgate IN: Contemporanea Ed. 14, Vol.8, N1, 2010.

FONTES:

Acervo Arquivo Nacional Noronha Santos – COPEDOC/IPHAN-RJ

Processo nº 1.117 – T – 84 (Processo de Tombamento do Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico de Natividade – TO)
Acervo fotográfico de Natividade – TO
Boletim do SPHAN nº 02 mês SET/OUT ano 1979.
Boletim do SPHAN nº 09 MÊS NOV./DEZ. ANO 1980 Disponível em http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=BOL_SPHAN&pagfis=480&pesq=projeto+tecnologias+patrimoniais+pr%C3%B3-mem%C3%B3ria&url=http://docvirt.com/docreader.net

Revista Histórica do IHGB

ALENCASTRE, José Martins P. Annaes da Província de Goiás IN: Revista trimestral do IHBG, Tomo XXVII/XXVIII, Rio de Janeiro: B.L. Garnier – Libeiro e editor, 1864/1865.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorografia histórica da Província de Goiás IN: Revista trimestral do IHBG, Tomo XXXVIII, Rio de Janeiro: B.L. Garnier – Libeiro e editor, 1875.

SILVA E SOUZA, Luís da. Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goiás IN: revista trimestral do IHBG, Tomo V/Volume-12, Rio de Janeiro: B.L. Garnier – Libeiro e editor, 1849.

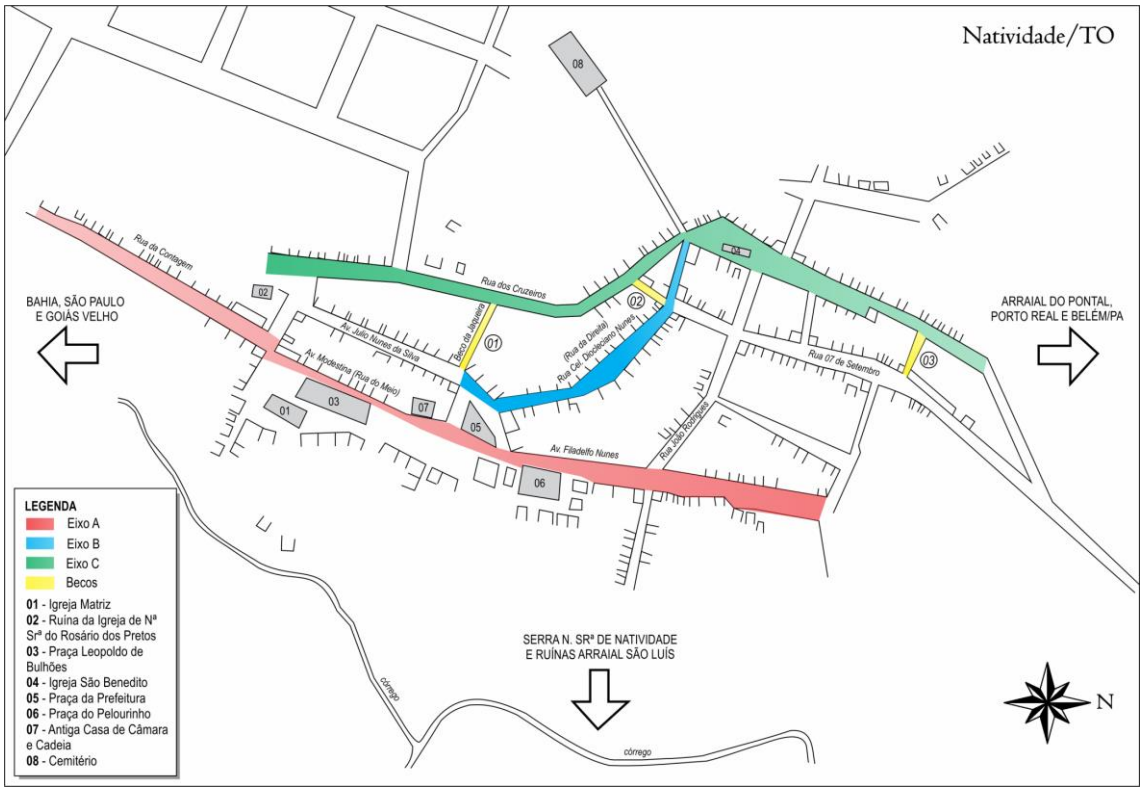
Livros

SAINT-HILARE, Auguste de. Viagem a província de Goiás. Belo Horizonte – MG: Editora Itatiaia, 1975.

_____, Viagem as nascentes do Rio São Francisco. Belo Horizonte – MG: Editora Itatiaia, 2003.

ANEXOS

ANEXOS I


Natividade/TO
BAHIA, SÃO PAULO
E GOIÁS VELHO
ARRAIAL DO PONTAL,
PORTO REAL E BELÉM/PA
SERRA N. SRª DE NATIVIDADE
E RUÍNAS ARRAIAL SÃO LUÍS
Rua da Contagem
Rua dos Cruzeiros
Av. Julio Nunes da Silva
Av. Modestina (Rua do Meio)
Beco da Janela
(Rua da Direita)
Rua Cel. Deolecano Nunes
Rua 07 de Setembro
Av. Filadelfo Nunes
Rua Sete de Setembro
córrego
N
LEGENDA
Eixo A
Eixo B
Eixo C
Becos
01 - Igreja Matriz
02 - Ruína da Igreja de Nª Srª do Rosário dos Pretos
03 - Praça Leopoldo de Bulhões
04 - Igreja São Benedito
05 - Praça da Prefeitura
06 - Praça do Pelourinho
07 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia
08 - Cemitério

ANEXOS II

ANEXOS III

ANEXOS IV

ANEXO II

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO/NA/EM TO
(Estado)

Inventário: _____ **Cessão Nº** _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGEM E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Pelo presente instrumento, Jose Raul da Silva,
(nome do autorizante)
inscrito no CPF sob o nº 645-171-441-00 residente e domiciliado na Saouba, neste ato denominado **AUTORIZANTE,** outorga o seguinte Termo de Autorização:

1. O **AUTORIZANTE** autoriza a utilização do seu direito à imagem e/ou às informações cedidas, quais sejam *(pode ser assinalada mais de uma opção)*

(✓) voz
(✓) imagem
(✓) informações

recolhida(as) as 15 horas do dia 04 de janeiro no povoado de Saouba, atividade Tacanhas
(citar elementos de contexto que possam ajudar a caracterizar o material autorizado, tais como local e data da coleta dos registros; natureza e número dos suportes, etc. Ex. "...em entrevista realizada no dia 08/02/2011, com duração de 38 minutos"; "...na festa de Nossa Senhora da Conceição, no Rio de Janeiro, em 11/12/2011...". Se for uma autorização que se refira a mais de uma entrevista, foto ou áudio, pode ser inserida da mesma maneira, citando elementos caracterizadores de cada uma. Se possível inserir também o mesmo código do arquivo do registro audiovisual constante do anexo 2.), no âmbito das atividades de pesquisa e documentação, para serem incorporadas em ações de preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MINC).

2. A autorização supracitada é dada na seguinte modalidade:
(As duas modalidades, 2.1 e 2.2, são excludentes, não sendo possível marcá-las ao mesmo tempo. A 2.1.2 é uma especificação da primeira modalidade, para ser usada quando, além de autorizar o uso pleno do IPHAN, o autorizante também permite que as suas imagens ou informações sejam usadas também, por terceiros.)

2.1 (✓) **Autorização para o uso pleno das vozes, imagens e informações**, que podem compor obra textual ou audiovisual, a ser distribuída e veiculada - em exibições públicas e privadas, no Brasil ou no exterior - por todo e qualquer veículo, processo ou meio de comunicação e publicidade, existentes, notadamente, mas não exclusivamente, em edições impressas, cinema, rádio, tele difusão, DVD, CD-ROM, sítios na internet, sistemas e bancos de dados e outros meios que se fizerem necessários.

2.1.2 (✓) Autoriza também a copiagem por terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que para finalidade não comercial, com indicação de autoria do documento e referência à(s) pessoa(s) expostas;

2.2 ( ) **Autorização para o uso parcial das vozes, imagens e informações**, que podem ser usados somente para a inclusão nas bases de dados, sistemas e arquivos do IPHAN, sendo permitida a consulta por terceiros, sem reprodução.

OBSERVAÇÕES:

(preencher as linhas somente se o autorizante tiver alguma restrição especifica a fazer, que não esteja contemplada nas modalidades acima mencionadas, como por exemplo, se quiser restringir a divulgação de uma foto especifica ou trecho da entrevista etc.)

3. O IPHAN é uma instituição sem fins lucrativos, que tem por objetivo a elaboração de políticas públicas de proteção, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural do Brasil. Os sons, imagens e informações cujo uso foi permitido pelo AUTORIZANTE ao IPHAN, serão usados exclusivamente para atender às finalidades institucionais.

4. A presente autorização é firmada em caráter gratuito, por prazo indeterminado, pelo que nenhum pagamento será devido pelo IPHAN ao **AUTORIZANTE**, a qualquer tempo e título.

5. Esta autorização poderá ser suspensa pelo **AUTORIZANTE** nos seguintes casos:
   1. por descumprimento de qualquer condição estabelecida neste instrumento;
   2. por acordo entre as partes;
   3. na superveniência de norma legal obstativa.

Miracema - TO, 04 de Fevereiro de 2012
(cidade - estado)

JOÃO RIEL DA SILVA
AUTORIZANTE

ANEXO II

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO/NA/EM TO

Inventário: _____ **Cessão Nº** _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGEM E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Pelo presente instrumento Hadélio dos Santos Heide,

inscrito no CPF sob o nº _____ residente e domiciliado na Av. da Amizade casa 84, neste ato denominado **AUTORIZANTE,** outorga o seguinte Termo de Autorização:

1. O **AUTORIZANTE** autoriza a utilização do seu direito à imagem e/ou às informações cedidas, quais sejam *(pode ser assinalada mais de uma opção)*

(✓) voz
(✓) imagem
(✓) informações

recolhida(as) _____

_____

_____

_____ *(citar elementos de conteúdo que possam ajudar a caracterizar o material audiovisual, como local e data da coleta dos registros, natureza e número dos suportes, etc. ex. "Entrevista realizada no dia 06/02/2011, com duração de 38 minutos"; "...na festa de Nossa Senhora da Conceição na Rio Formoso em 11/12/2011..." . Se for uma autorização que se refira a mais de uma entrevista, festa, ação, etc. realizada da mesma maneira, citando elementos caracterizadores de cada uma. Se possível, citar também o número do código do arquivo do registro audiovisual constante do anexo 2.)*, no âmbito das atividades de pesquisa e documentação, para serem incorporadas em ações de preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MINC).

2. A autorização supracitada é dada na seguinte modalidade:
(As duas modalidades, 2.1 e 2.2, são excludentes, não podendo existir ao mesmo tempo. A 2.1.2 é uma especificação da primeira modalidade, para se usado caso se deseje autorizar o uso pleno do IPHAN, o autorizante também permite que as suas imagens ou informações sejam usadas também, por terceiros.)

2.1 (✓) **Autorização para o uso pleno das vozes, imagens e informações**, que podem compor obra textual ou audiovisual, a ser distribuída e veiculada - em exibições públicas e privadas, no Brasil ou no exterior - por todo e qualquer veículo, processo ou meio de comunicação e publicidade, existentes, notadamente mas não exclusivamente, em edições impressas, cinema, rádio, tele difusão, DVD, CD-ROM, sítios na internet, sistemas e bancos de dados e outros meios que se fizerem necessários.

2.1.2 (✓) Autoriza também a copiagem por terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que para finalidade não comercial, com indicação de autoria do documento e referência à(s) pessoa(s) exposta(s).

2.2 ( ) **Autorização para o uso parcial das vozes, imagens e informações**, que podem ser usados somente para a inclusão nas bases de dados, sistemas e arquivos do IPHAN, sendo permitida a consulta por terceiros, sem reprodução.

OBSERVAÇÕES:

(preencher as linhas somente se o autorizante tiver alguma restrição específica a fazer, que não esteja contemplada nas modalidades acima mencionadas, como por exemplo se quiser restringir a divulgação de uma foto específica ou trecho da entrevista etc.)

3. O IPHAN é uma instituição sem fins lucrativos, que tem por objetivo a elaboração de políticas públicas de proteção, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural do Brasil. Os sons, imagens e informações cujo uso foi permitido pelo AUTORIZANTE ao IPHAN, serão usados exclusivamente para atender às finalidades institucionais.

4. A presente autorização é firmada em caráter gratuito, por prazo indeterminado, pelo que nenhum pagamento será devido pelo IPHAN ao **AUTORIZANTE**, a qualquer tempo e título.

5. Esta autorização poderá ser suspensa pelo **AUTORIZANTE** nos seguintes casos:
   1. por descumprimento de qualquer condição estabelecida neste instrumento;
   2. por acordo entre as partes;
   3. na superveniência de norma legal obstativa.

Natividade – To, 05 de fevereiro de 2012
(cidade - estado)

Adalto dos Santos Horta
AUTORIZANTE

ANEXO II

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO/NA/EM _____

Inventário: _____ **Cessão Nº** _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGEM E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Pelo presente instrumento, Belarmino Nunes Ferreira,

inscrito no CPF sob o nº _____ residente e domiciliado na Sesmaria Cristóvão QD-25 Conj-16 - Jardim Sendro, neste ato denominado **AUTORIZANTE,** outorga o seguinte Termo de Autorização:

1. O **AUTORIZANTE** autoriza a utilização do seu(s) dado à imagem e/ou às informações cedidas, quais sejam *(pode ser assinalada mais de uma opção)*:

(✓) voz
(✓) imagem
( ) informações

recolhida(s) _____

_____

_____

_____ *(citar elementos de contexto que possam ajudar a caracterizar o registro: autor(es), local e data da coleta dos registros; natureza e número dos suportes, etc. Ex.: "... dia 06/02/2011, com duração de 38 minutos"; "...na festa de Nossa Senhora da Conceição, em 11/12/2011..." . Se for uma autorização que se refira a mais de uma entrevista, fotos etc., pode ser indicada da mesma maneira, citando elementos caracterizadores de cada uma. Se possível, também o(s) código do arquivo do registro audiovisual constante do anexo 2.)*, no âmbito das atividades de pesquisa e documentação, para serem incorporadas em ações de preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MINC).

2. A autorização supracitada é dada na seguinte modalidade:
(As duas modalidades, 2.1 e 2.2, são excludentes, não sendo possível assinalar as duas ao mesmo tempo. A 2.1.2 é uma especificação da primeira modalidade, para ser usada somente se for de interesse do IPHAN, o autorizante também permite que as suas imagens ou informações sejam usadas também, por terceiros.)

2.1 (✓) **Autorização para o uso pleno das vozes, imagens e informações**, que podem compor obra textual ou audiovisual, a ser distribuída e veiculada - em exibições públicas e privadas, no Brasil ou no exterior - por todo e qualquer veículo, processo ou meio de comunicação e publicidade, existentes, notadamente, mas não exclusivamente, em edições impressas, cinema, rádio, tele difusão, DVD, CD-ROM, sítios na internet, sistemas e bancos de dados e outros meios que se fizerem necessários.

2.1.2 (✓) Autoriza também a copiagem por terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que para finalidade não comercial, com indicação de autoria do documento e referência à(s) pessoa(s) exposta(s).

2.2 ( ) **Autorização para o uso parcial das vozes, imagens e informações**, que podem ser usados somente para a inclusão nas bases de dados, sistemas e arquivos do IPHAN, sendo permitida a consulta por terceiros, sem reprodução.

OBSERVAÇÕES:

(preencher as linhas somente se o autorizante tiver alguma restrição específica a fazer, que não esteja contemplada nas modalidades acima mencionadas, como, por exemplo, se quiser restringir a divulgação de uma foto específica ou trecho da entrevista etc.)

3. O IPHAN é uma instituição sem fins lucrativos, que tem por objetivo a elaboração de políticas públicas de proteção, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural do Brasil. Os sons, imagens e informações cujo uso foi permitido pelo AUTORIZANTE ao IPHAN, serão usados exclusivamente para atender às finalidades institucionais.

4. A presente autorização é firmada em caráter gratuito, por prazo indeterminado, pelo que nenhum pagamento será devido pelo IPHAN ao **AUTORIZANTE**, a qualquer tempo e título.

5. Esta autorização poderá ser suspensa pelo **AUTORIZANTE** nos seguintes casos:
   1. por descumprimento de qualquer condição estabelecida neste instrumento;
   2. por acordo entre as partes;
   3. na superveniência de norma legal obstativa.

Miracema-TO, 05 de fevereiro de 2012
(cidade - estado)

Sebastião Lima Ferreira
AUTORIZANTE

ANEXO II

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO/NA/EM TO

Inventário: Pesquisa PCP Cessão Nº _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGEM E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Pelo presente instrumento, Antônio Franco,

inscrito no CPF sob o nº _____ residente e domiciliado na Rua 7 de Setembro nº 140, doravante denominado **AUTORIZANTE,**

outorga o seguinte Termo de Autorização:

1. O **AUTORIZANTE** autoriza a utilização do seu nome, à sua imagem e/ou às informações cedidas, quais sejam *(pode ser assinalada mais de uma opção)*:

(_) voz
(✓) imagem
(✓) informações

recolhida(as) _____

_____

_____

_____ *(citar elementos de contexto que possam ajudar a caracterizar o registro, tais como o local e data da coleta dos registros; natureza e número dos suportes, etc. ex. "...na festa de Nossa Senhora da Conceição no dia 08/02/2011, com duração de 38 minutos"; "...na festa de Nossa Senhora da Conceição em 11/12/2011...". Se for uma autorização que se refira a mais de uma entrevista, fotografia, etc., a descrição deverá ser feita da mesma maneira, citando elementos caracterizadores de cada uma. Se possível, incluir também o código do arquivo do registro audiovisual constante do anexo 2.)*, no âmbito das atividades de pesquisa e documentação, para serem incorporadas em ações de preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MINC).

2. A autorização supracitada é dada na seguinte modalidade:
(As duas modalidades, 2.1 e 2.2, são excludentes - não se pode autorizar ao mesmo tempo. A 2.1.2 é uma especificação da primeira modalidade, para os usos além daqueles autorizados pelo IPHAN, o autorizante também permite que as suas imagens ou informações sejam usadas, também, por terceiros.)

2.1 (✓) **Autorização para o uso pleno das vozes, imagens e informações**, que podem compor obra textual ou audiovisual, a ser distribuída e veiculada - em exibições públicas e privadas, no Brasil ou no exterior - por todo e qualquer veículo, processo ou meio de comunicação e publicidade, existentes, notadamente, mas não exclusivamente, em edições impressas, cinema, rádio, tele difusão, DVD, CD-ROM, sites na internet, sistemas e bancos de dados e outros meios que se fizerem necessários.

2.1.2 (✓) Autoriza também a copiagem por terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que para finalidade não comercial, com indicação de autoria do documento e referência à(s) pessoa(s) exposta(s).

2.2 (_) **Autorização para o uso parcial das vozes, imagens e informações**, que podem ser usados somente para a inclusão nas bases de dados, sistemas e arquivos do IPHAN, sendo permitida a consulta por terceiros, sem reprodução.

OBSERVAÇÕES:

(preencher as linhas somente se o autorizante desejar fazer alguma observação específica a fazer, que não esteja contemplada nas modalidades acima mencionadas, como por exemplo, se quiser restringir a divulgação de uma foto específica ou trecho da entrevista etc.)

3. O IPHAN é uma instituição sem fins lucrativos, que tem por objetivo a elaboração de políticas públicas de proteção, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural do Brasil. Os sons, imagens e informações cujo uso foi permitido pelo AUTORIZANTE ao IPHAN, serão usados exclusivamente para atender às finalidades institucionais.

4. A presente autorização é firmada em caráter gratuito, por prazo indeterminado, pelo que nenhum pagamento será devido pelo IPHAN ao **AUTORIZANTE** a qualquer tempo e título.

5. Esta autorização poderá ser suspensa pelo **AUTORIZANTE** nos seguintes casos:
   1. por descumprimento de qualquer condição estabelecida neste instrumento;
   2. por acordo entre as partes;
   3. na superveniência de norma legal obstativa.

Atividade, 29 de Junho de 2012
(cidade - estado)

Antonio R. Guimarães

AUTORIZANTE

ANEXO II

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO/NA/EM TO
(Estado)

Inventário: _____ **Cessão Nº** _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGEM E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Pelo presente instrumento, Constantino Pereira Braga,
(nome do autorizante)
inscrito no CPF sob o nº 198.930 (RG) residente e domiciliado na Aeroporto 72 Rua da Rio 20-05 CT-06, neste ato denominado **AUTORIZANTE,** outorga o seguinte Termo de Autorização:

1. O **AUTORIZANTE** autoriza a utilização do seu direito à imagem e/ou às informações cedidas, quais sejam *(pode ser assinalada mais de uma opção)*

(✓) voz
( ) imagem
( ) informações

recolhida(as) _____
_____
_____
_____ *(citar elementos de contexto que possam ajudar a caracterizar o material autorizado, tais como local e data da coleta dos registros; natureza e número dos suportes, etc. Ex. "...em entrevista realizada no dia 08/02/2011, com duração de 38 minutos"; "...na festa de Nossa Senhora da Conceição, no Rio de Janeiro, em 11/12/2011..." . Se for uma autorização que se refira a mais de uma entrevista, foto ou áudio, pode ser inserida da mesma maneira, citando elementos caracterizadores de cada uma. Se possível inserir também o mesmo código do arquivo do registro audiovisual constante do anexo 2.)*, no âmbito das atividades de pesquisa e documentação, para serem incorporadas em ações de preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MINC).

2. A autorização supracitada é dada na seguinte modalidade:
(As duas modalidades, 2.1 e 2.2, são excludentes, não sendo possível marcá-las ao mesmo tempo. A 2.1.2 é uma especificação da primeira modalidade, para ser usada quando, além de autorizar o uso pleno do IPHAN, o autorizante também permite que as suas imagens ou informações sejam usadas também, por terceiros.)

2.1 (✓) **Autorização para o uso pleno das vozes, imagens e informações**, que podem compor obra textual ou audiovisual, a ser distribuída e veiculada - em exibições públicas e privadas, no Brasil ou no exterior - por todo e qualquer veículo, processo ou meio de comunicação e publicidade, existentes, notadamente, mas não exclusivamente, em edições impressas, cinema, rádio, tele difusão, DVD, CD-ROM, sítios na internet, sistemas e bancos de dados e outros meios que se fizerem necessários.

2.1.2 (✓) Autoriza também a copiagem por terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que para finalidade não comercial, com indicação de autoria do documento e referência à(s) pessoa(s) expostas;

2.2 ( ) **Autorização para o uso parcial das vozes, imagens e informações**, que podem ser usados somente para a inclusão nas bases de dados, sistemas e arquivos do IPHAN, sendo permitida a consulta por terceiros, sem reprodução.

OBSERVAÇÕES:

(preencher as linhas somente se o autorizante tiver alguma restrição específica a fazer, que não esteja contemplada nas modalidades acima mencionadas, como por exemplo, se quiser restringir a divulgação de uma foto específica ou trecho da entrevista etc.)

3. O IPHAN é uma instituição sem fins lucrativos, que tem por objetivo a elaboração de políticas públicas de proteção, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural do Brasil. Os sons, imagens e informações cujo uso foi permitido pelo AUTORIZANTE ao IPHAN, serão usados exclusivamente para atender às finalidades institucionais.

4. A presente autorização é firmada em caráter gratuito, por prazo indeterminado, pelo que nenhum pagamento será devido pelo IPHAN ao **AUTORIZANTE**, a qualquer tempo e título.

5. Esta autorização poderá ser suspensa pelo **AUTORIZANTE** nos seguintes casos:
   1. por descumprimento de qualquer condição estabelecida neste instrumento;
   2. por acordo entre as partes;
   3. na superveniência de norma legal obstativa.

Atividade, 04 de fevereiro de 2012
(cidade - estado)

Cleusa Cautivo Pereira Braga
AUTORIZANTE

372 - 14 9219 - 5526

ANEXOS V